

# OPINIÃO PÚBLICA

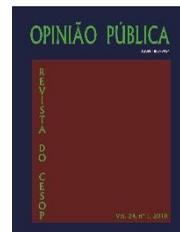
ISSN 1807-0191

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
O  
  
C  
E  
S  
O  
P

Vol. 24, nº 1, 2018

# REVISTA OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 1807-0191 (online)



Revista publicada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública  
Coordenadoria dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa  
Universidade Estadual de Campinas

**Editora:** Rachel Meneguello  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Estadual de Campinas*

**Editora Assistente:** Fabíola Brigante Del Porto

**Revisora:** Juliana Bôa

## CONSELHO EDITORIAL

*André Blais*  
*Département de Science Politique*  
*Université de Montréal*

*Aníbal Pérez-Liñán*  
*Department of Political Science*  
*University of Pittsburgh*

*Catalina Romero*  
*Departamento de Ciencias Sociales*  
*Pontificia Universidad Católica del Perú*

*Charles Pessanha*  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Fábio Wanderley Reis*  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

*Ingrid van Biezen*  
*Department of Political Science*  
*Leiden University*

*Leôncio Martins Rodrigues Netto*  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Estadual de Campinas*  
*e Universidade de São Paulo*

*Lúcia Mercês de Avelar*  
*Instituto de Ciência Política*  
*Universidade de Brasília*  
*e Universidade Estadual de Campinas*

*Marcello Baquero*  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

*Maria Laura Tagina*  
*Escuela de Política y Gobierno*  
*Universidad Nacional de San Martín*

*Marina Costa Lobo*  
*Instituto de Ciências Sociais*  
*Universidade de Lisboa*

*Marcus Faria Figueiredo*  
*Instituto de Estudos Sociais e Políticos*  
*Universidade Estadual do Rio de Janeiro*  
*(in memoriam)*

*Mitchell Seligson*  
*Department of Political Science*  
*Vanderbilt University*

*Mônica Mata Machado de Castro*  
*Departamento de Ciência Política*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

*Peter Birle*  
*Ibero-Amerikanisches Institut*

*Ulises Beltrán*  
*Centro de Investigación y Docencia*  
*Económicas*

*Víctor Manuel Durand Ponte*  
*Instituto de Investigaciones Sociales*  
*Universidad Nacional Autónoma de México*

*Publicação indexada no Sociological Abstracts; HAPI (Hispanic American Periodicals Index); IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); HLAS (Handbook of Latin American Studies); SciELO; RedALyC; EBSCO; CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; DOAJ – Directory of Open Access; LATINDEX; Pro Quest.*

*ROP é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta à submissão de artigos científicos. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.*

*A submissão de artigos deve ser feita pelo sistema ScholarOne: <https://mco4.manuscriptcentral.com/op-scielo>*

### **Submissão de artigos**

<https://mc04.manuscriptcentral.com/op-scielo>

### **Secretaria da revista**

[rop@unicamp.br](mailto:rop@unicamp.br)

### **REVISTA OPINIÃO PÚBLICA**

Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CESOP, Rua Cora Coralina n. 100  
Campinas - São Paulo - CEP: 13083-896 - Brasil  
tel.: (+55) 19-3521-1712

**Visite:** [http://www.cesop.unicamp.br/cesop/csp\\_journals](http://www.cesop.unicamp.br/cesop/csp_journals)  
<https://www.facebook.com/cesop.unicamp/>  
[www.scielo.br/op](http://www.scielo.br/op)



UNICAMP

Apoio:



Ministério  
da Educação

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL



# OPINIÃO PÚBLICA

Janeiro-abril 2018

Vol. 24, nº 1

ISSN 1807-0191

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate <i>Thiago Aparecido Trindade</i>	1
Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa <i>Camila Rocha</i>	29
Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras <i>André Borges</i> <i>Robert Vidigal</i>	53
Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal <i>Pedro Santos Mundim</i> <i>Wladimir Gramacho</i> <i>André Jácomo de Paula Pinto</i>	90
Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals <i>Mads Damgaard</i>	114
Representación visual y simbólica de la militancia en las campañas electorales de Cristina F. de Kirchner (2007 y 2011) y Dilma Rousseff (2010 y 2014) <i>Dolores Rocca Rivarola</i> <i>Nicole Marina Moscovich</i>	144
Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014) <i>Celi Regina J. Pinto</i> <i>Augusta Silveira</i>	178
Violência e satisfação com a democracia no Brasil <i>Marcio de Lucas Gomes</i> <i>Jakson Alves de Aquino</i>	209



UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 24, nº 1, p. 1-238  
Janeiro-abril 2018  
ISSN 1807-0191



OPINIÃO PÚBLICA / CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –  
vol. 24, nº 1, janeiro-abril de 2018 – Campinas: CESOP, 2018.  
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas.

Quadrimestral

ISSN 1807-0191 (versão online)

1. Ciências Sociais; 2. Ciência Política; 3. Sociologia; 4 Opinião Pública;  
I. Universidade de Campinas; II. CESOP

# A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate

---

Thiago Aparecido Trindade

---

## Introdução<sup>1</sup>

No decorrer das últimas décadas, a teoria deliberativa tornou-se uma das principais correntes no âmbito do debate teórico sobre a democracia. Tendo como referência fundamental as obras dos filósofos Jürgen Habermas e John Rawls (Miguel, 2014a), um dos principais méritos da vertente deliberativa consistiu na formulação de um modelo teórico cuja visão da política democrática era muito mais ampla que as abordagens elitistas, em que o foco de análise se concentrava na disputa institucional pelo poder entre as elites políticas. Em contrapartida, a teoria deliberativa confere aos atores civis um papel significativamente mais relevante nos assuntos públicos e no processo democrático em seu conjunto, na medida em que atribui grande importância à capacidade dos cidadãos comuns em alçarem temas na agenda política através da *deliberação* na esfera pública.

No modelo deliberativo, a legitimidade das escolhas políticas não depende apenas do suporte da maioria pelo voto, mas pressupõe a deliberação de todas as partes afetadas no processo por meio de uma troca argumentativa racional “que antecede e guia as decisões alcançadas” (Faria, 2016, p. 205). Apesar das inúmeras controvérsias envolvidas em sua definição conceitual, em linhas gerais é possível afirmar que a deliberação pública “significa menos o resultado final que se obtém após um processo (...), mas, antes, o próprio processo em que argumentos, informações e dados são intercambiados, com vistas à prolação de uma ulterior decisão” (Tavares, 2016, p. 29). A *deliberação* não é entendida, portanto, como sinônimo de *decisão*; ela está relacionada a um processo de debate, reflexão e ponderação (intercâmbio de razões), no qual os debatedores são sujeitos livres, racionais e iguais entre si<sup>2</sup> (Cohen, 1989; Habermas, 1997; Avritzer, 2000).

---

<sup>1</sup> O presente artigo constitui uma versão ampliada do texto apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs em 2016, no Seminário Temático “Democracia e desigualdades”, em Caxambu (MG). Agradeço aos comentários e críticas feitas, na ocasião, por Luis F. Miguel, Ricardo F. Mendonça, Flávia Biroli, Danusa Marques e Daniel de Mendonça. Agradeço também aos pareceristas anônimos da *Opinião Pública* pela rigorosa leitura e pelas problematizações apontadas.

<sup>2</sup> Sobre esse assunto, recomenda-se a leitura do importante texto de Avritzer (2000), no qual o autor analisa a concepção decisionística em contraponto à concepção argumentativa de deliberação. Embora, segundo Avritzer, a obra de Habermas sempre tenha se alicerçado na segunda, Rawls pode ser considerado “um autor de transição entre uma concepção decisionística de deliberação e uma concepção argumentativa” (Avritzer, 2000, p. 32).

A despeito de sua consolidação no debate acadêmico por conta de um foco específico de análise do processo democrático, é equivocado compreender a corrente deliberativa como uma escola homogênea do ponto de vista teórico (Mendonça, 2013, p. 60). Ao longo dos anos, profundos questionamentos surgiram em relação às bases normativas do procedimento deliberativo ideal: as exigências do argumento racional como fundamento epistemológico e da condição de igualdade entre os debatedores, além da ênfase na deliberação pública como um processo orientado para o consenso, foram interpretadas por vários críticos como sendo barreiras à inclusão democrática, uma vez que os grupos sociais oprimidos enfrentariam diversos obstáculos para se ajustar a esse modelo (Pereira, 2012, p. 70-72; Sanders, 1997, p. 349, citado por Miguel, 2014b, p. 122). Tais críticas ecoaram fortemente entre teóricos relevantes do próprio campo deliberacionista (Young, 2000; Dryzek, 2000) e abriram margem para o questionamento sistemático do real potencial democrático da deliberação. O recente debate travado entre Mendonça (2013) e Miguel (2014b) na revista acadêmica *Opinião Pública*<sup>3</sup> é representativo do conjunto de questões que, ao longo de várias décadas, têm motivado profundos embates teóricos no interior da corrente deliberativa e entre esta e seus críticos externos.

O presente artigo tem como objetivo principal aprofundar esse debate a partir de um ângulo específico, que está longe de ser questão pacífica na literatura: a relação entre protesto (ativismo)<sup>4</sup> e deliberação. Um dos pontos levantados por Miguel no referido debate com Mendonça consiste precisamente na dificuldade dos teóricos deliberacionistas em incorporar, nos seus modelos analíticos, as práticas ativistas de caráter disruptivo protagonizadas pelos grupos subalternos. Tal dificuldade se daria justamente em razão da centralidade que os deliberacionistas conferem às trocas argumentativas orientadas para o consenso – ou, no mínimo, para um acordo de cooperação entre as partes (Miguel, 2014b, p. 127-128). A controvérsia analítica envolvendo protesto e deliberação revela que, se, por um lado, ativistas e deliberativos convergem – tanto no plano teórico quanto prático – na crítica aos limites da democracia liberal, por outro, “divergem quanto aos melhores mecanismos para radicalizá-la” (Faria, 2010, p. 102). Em linhas gerais, é possível argumentar que os teóricos mais alinhados ao ativismo tenham como foco a ampliação da participação dos cidadãos nos assuntos públicos, preocupando-se mais com a inclusão do que com a “qualidade das razões apresentadas para justificar as preferências dos atores. Os deliberativos, por sua vez, estão mais preocupados com a qualidade da discussão e da interação que irão gerar as escolhas políticas” (Papadopoulos e Warrin, 2007, p. 450-451, citados por Faria, 2010, p.

<sup>3</sup> A revista *Opinião Pública* é uma publicação do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O texto “Teoria crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis”, de Ricardo F. Mendonça, foi publicado em junho de 2013; a resposta de Luis Felipe Miguel, através do texto intitulado “Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta”, foi publicada na edição de abril de 2014.

<sup>4</sup> Neste artigo, utilizamos “protesto”, “ativismo” e “desobediência civil” como termos intercambiáveis.

107). Nesse sentido, a tensão entre *protesto* e *deliberação* também pode ser compreendida como uma tensão entre *participação* e *qualidade do debate público*.

Com efeito, essa contenda teórica ganhou mais um capítulo com a publicação do recente artigo de Mendonça e Ercan (2015), em que os autores analisam a onda de protestos no Brasil e na Turquia em meados de 2013 para argumentar em favor da compatibilidade entre protesto e deliberação. Para os autores, a difusão de inúmeras reivindicações na esfera pública a partir dos protestos que tomaram as ruas nos dois países proporcionou a constituição de um ambiente deliberativo no qual se discutiu profundamente, no decorrer de cada ciclo de protesto em particular, as pautas colocadas pelos manifestantes – o que comprovaria o elo entre as práticas ativistas e a deliberação pública. Nesse sentido, o argumento de Mendonça e Ercan procura “resolver” a tensão analítica entre ativistas e deliberativos. Ao conceber o protesto *como parte integrante do processo deliberativo*, os autores propõem uma chave interpretativa na qual se suprime a disjunção entre a luta nas ruas e a política deliberativa.

Neste artigo, pretendemos questionar a interpretação oferecida por Mendonça e Ercan (2015) no que se refere à conciliação analítica entre protesto e deliberação. Em contrapartida a essa leitura, defendemos o argumento de que a ampliação excessiva do conceito de deliberação – com o intuito de englobar as práticas ativistas no domínio da política deliberativa – constitui uma operação analítica no mínimo problemática, uma vez que, não havendo nenhuma distinção entre práticas deliberativas e ativistas, isso retira do conceito de deliberação grande parte de seu poder explicativo. O alargamento desmedido do conceito de deliberação torna difícil identificar, com a clareza que o debate teórico requer, o que exatamente constitui um procedimento deliberativo. Ademais, defendemos também que a revogação da tensão analítica entre protesto e deliberação implica a “normalização” do protesto enquanto modo de ação política, como se a ocupação de imóveis que não cumprem sua função social ou as barricadas que ardem em chamas nas ruas estivessem no mesmo plano que os debates travados no âmbito do parlamento. Em tempo: não se trata de propor uma leitura na qual deliberação e protesto são concebidos como dois tipos ideais que não sustentam nenhum tipo de relação entre si. Nosso entendimento é de que essas práticas estão de fato imbricadas, mas, como é demonstrado ao longo do texto, isso não nos autoriza a conceber o protesto como parte de um amplo processo deliberativo. Nosso argumento se encerra com a sugestão de que o protesto consiste em uma relevante ferramenta por meio da qual diferentes grupos podem *expressar* seus valores, interesses e projetos à sociedade e ao Estado, mas isso é algo diferente de *deliberar* sobre questões políticas; o protesto, na melhor das hipóteses, *pode ser utilizado como um recurso para redefinir os rumos da deliberação pública*, exigindo que ela seja mais aberta e inclusiva a visões de grupos que não mantêm relação privilegiada com o sistema político.

A fim de construir a linha argumentativa esboçada, explicitamos neste artigo as diferentes abordagens existentes sobre a relação entre protesto e deliberação,

demonstrando com mais clareza os argumentos das duas posições teóricas passíveis de reconhecimento nesse debate. A primeira vem, pelo menos desde o já clássico texto de Young (2014) – *Activist challenges to deliberative democracy*, originalmente publicado em 2001 –, tecendo fortes críticas à excessiva ênfase da corrente deliberativa no processo de argumentação racional orientado para o consenso como forma de resolução dos conflitos sociais em detrimento do papel do ativismo extrainstitucional no campo da disputa política. Essa linha de argumentação procura trazer a corrente deliberativa para o debate sobre a importância do *conflito* para a teoria democrática, em geral historicamente negligente com as formas de resistência popular que se manifestam pela via extrainstitucional. Por essa lente, protesto e deliberação são colocados em posições opostas por todos aqueles que nutrem uma visão mais crítica em relação aos pressupostos deliberacionistas, inclusive por teóricos identificados com a corrente deliberativa, como é o caso da própria Young.

Recentemente, contudo, a relação aparentemente antagônica entre protesto e deliberação passou a ser contestada de forma mais incisiva por outros estudiosos no interior da corrente. Essa posição defende uma concepção ampliada de deliberação, na qual esta não seria um procedimento restrito aos fóruns e canais formalmente institucionalizados, mas sim um processo descentralizado que atravessa múltiplos espaços e redes comunicativas. Nessa acepção, o protesto seria parte desse processo mais amplo, constituindo-se como mais um elemento nas redes comunicativas sistêmicas e mais uma forma de interação entre diferentes atores. Na essência, essa posição teórica contesta a tese – defendida enfaticamente por teóricos como Mouffe (2005) e Rancière (2004)<sup>5</sup> – de que deliberação e conflito sejam antagônicos, abrindo margem para que o protesto e outras formas de interação não consensuais sejam incorporados ao campo teórico deliberacionista.

Na primeira seção do artigo, “Protesto (ativismo) x deliberação: demarcando limites entre práticas distintas”, analisamos a perspectiva que coloca protesto e deliberação em posições de confronto no debate teórico, explicitando os argumentos de Young e a linha argumentativa explorada pela autora para sustentar sua posição. Na seção seguinte, “Repensando a oposição entre protesto e deliberação”, apresentamos a posição defendida por Mendonça e Ercan (2015) no seu estudo sobre os protestos de 2013, procurando demonstrar quais são os principais pontos de apoio na teoria deliberativa que permitem aos autores trabalhar com uma concepção ampliada de deliberação e advogar em favor de sua conciliação analítica com as práticas ativistas. Na terceira seção, “O controverso debate sobre a deliberação e seus limites: apontamentos a partir dos escritos de Habermas”, analisamos a concepção habermasiana sobre a

---

<sup>5</sup> Cabe advertir apenas que este artigo não pretende avançar no debate sobre o caráter supostamente consensualista da deliberação (ponto fundamental da crítica de Mouffe e Rancière aos preceitos de Habermas), mas sim no entendimento de quais práticas ou procedimento caracterizam afinal o processo deliberativo.

política deliberativa expressa em sua importante obra *Direito e democracia* (1997) com o intuito de compreender em que medida suas formulações nos permitem eliminar a disjunção entre protesto e deliberação. Trazer Habermas para o debate não é mera questão de formalidade: trata-se de um autor incontornável em qualquer análise acadêmica que procure avançar no tema da deliberação pública. Na última seção, “Apontamentos ‘conclusivos’: elementos para a continuação do debate”, apresentamos nossas considerações gerais sobre as questões debatidas ao longo do artigo, na expectativa de que elas sejam capazes de fomentar o debate teórico sobre a relação entre as práticas ativistas e a deliberação.

### **Protesto (ativismo) x deliberação: demarcando limites entre práticas distintas**

Em um dos momentos mais relevantes no debate sobre os aspectos excludentes da deliberação pública, Young (2014) apontou para a tensão existente entre as práticas ativistas, de um lado, e as trocas argumentativas em fóruns deliberativos, de outro. O ponto de partida de Young fundamenta-se na seguinte premissa: quando se considera a linha argumentativa do debate teórico proposto pela corrente deliberativa, pode-se inferir que essa corrente “seja crítica em relação a táticas características do ativismo, como passeatas, boicotes ou ocupações, dado que estas são atividades de enfrentamento, em vez de debate, com as pessoas das quais os integrantes do movimento discordam” (2014, p. 188). Nas palavras da própria Young:

Entendo a democracia deliberativa como uma visão normativa das bases da legitimidade democrática e uma receita de como os cidadãos devem engajar-se politicamente. A melhor e mais adequada maneira de conduzir a ação política, influenciar e tomar decisões públicas é a deliberação pública. Na deliberação, as partes do conflito, da divergência e da tomada de decisões propõem soluções para seus problemas coletivos e oferecem razões para elas, criticam as propostas e as razões umas das outras e estão abertas a ser criticadas. A democracia deliberativa difere de algumas outras atitudes e práticas na política democrática por exortar os participantes não apenas a se preocuparem com seus próprios interesses, mas a ouvir e levar em conta os interesses dos outros, desde que sejam compatíveis com a justiça. Práticas da democracia deliberativa também têm o objetivo de suspender a influência das diferenças de poder nos resultados políticos, pois o acordo entre os deliberadores deve ser alcançado com base no argumento, e não como resultado de ameaça ou força (p. 189).

O trecho citado evidencia claramente o conteúdo normativo da teoria em questão. Um ponto relevante é que as decisões políticas devem ser tomadas através de

processos deliberativos de caráter público capazes de envolver todas as partes afetadas (ou aqueles que as representam). Desse modo, é inegável que a corrente deliberativa representou, em termos teóricos, um avanço em relação às abordagens elitistas da democracia, especialmente ao propor uma visão ampliada da política e da própria ideia de deliberação pública – isto é, para além das instituições políticas tradicionais e do corpo representativo eleito pelos cidadãos (Mendonça, 2016a, p. 743; Faria, 2016, p. 204-205).

É também fundamental a compreensão de que a análise de Young se estrutura tendo em vista os processos deliberativos que assumem *dimensão institucional*. Tal concepção fica clara em diversas passagens do texto – a título de exemplo, quando a autora pontua que “os ativistas fazem barulho do lado de fora quando a deliberação supostamente vai acontecer no interior” (Young, 2014, p. 191). Esse interior ao qual Young se refere são as salas de reuniões, as comissões parlamentares ou até mesmo os próprios parlamentos, ambientes deliberativos controlados pelas elites nos quais “muitos dos afetados pelas decisões tomadas neles muitas vezes não têm voz nem representação” (p. 195-196).

A deliberação nesses locais constitui-se, afinal, em negociações cordiais conduzidas por elites políticas em relação a seus próprios interesses. Nesse sentido, os grupos marginalizados da sociedade – aqueles que mais dependem das políticas estatais para seu bem-estar – não têm acesso aos canais deliberativos privilegiados pelos arranjos político-institucionais. A mesma dinâmica de funcionamento caracteriza a realização de fóruns transnacionais para discutir, por exemplo, acordos de livre comércio. Um caso famoso foi a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999, na cidade de Seattle, nos EUA, na qual estiveram presentes chefes de Estado e diversas autoridades políticas para deliberar sobre novas regras comerciais globais. No episódio que ficou conhecido como “A batalha de Seattle”, milhares de pessoas protestaram contra o encontro e protagonizaram violentos confrontos com as forças policiais, apresentando para o mundo o chamado Movimento pela Justiça Global (Della Porta e Diani, 2006; Tarrow, 2011; Jasper, 2016). Os protestos estavam relacionados principalmente à pauta discutida pelos líderes políticos e ao fato de que a reunião era fechada à participação do público. Para os ativistas que protestaram do lado de fora do encontro, a OMC representava “uma ferramenta do poder das grandes empresas transnacionais”, e as decisões políticas tomadas no âmbito da organização conferiam pouca ou nenhuma atenção quanto aos efeitos das políticas liberalizantes “sobre os cidadãos comuns, principalmente as pessoas mais pobres do mundo” (Young, 2014, p. 196).

O processo deliberativo convencional (leia-se, que se desenvolve no interior das instituições políticas) é, desse modo, fortemente caracterizado por um conjunto de assimetrias, sendo a exclusão de grupos marginalizados cultural e economicamente a mais marcante delas. É claro que, como resposta aos protestos e demandas desses

grupos por maior inclusão nos processos deliberativos, as instituições políticas acabam promovendo determinadas formas de inclusão dos cidadãos em espaços institucionais de decisão, ou até mesmo criando instituições/fóruns deliberativos. Essa inclusão formal através da criação de arenas abertas à participação civil, todavia, não constitui medida capaz de equacionar de forma satisfatória as assimetrias estruturais inerentes à deliberação pública (Tavares, 2012, 2016; Miguel, 2014a, 2014b), o que se deve basicamente a três elementos.

Em primeiro lugar, a criação de novas arenas abertas à participação civil (ou a abertura dos espaços já existentes aos cidadãos comuns) não significa que as condições de participação política entre os diferentes atores serão equalizadas. Dedicar-se a atividades políticas requer, além de capacidade organizacional e recursos materiais, tempo livre. A maioria das pessoas comuns ocupa seu tempo com as atividades necessárias para sua sobrevivência material, ou seja, o trabalho. Isso quer dizer que os cidadãos que mais precisariam participar da deliberação pública (assumindo que a deliberação ideal deve envolver todas as partes afetadas) são justamente aqueles que dispõem de menos condições materiais para tanto:

Mesmo quando se anuncia uma série de audiências públicas para tratar de um tema, as pessoas que talvez quisessem falar nelas precisam ficar sabendo delas, ser capazes de organizar seus horários de trabalho e do cuidado com os filhos para poder participar, conseguir chegar até lá e ter conhecimento suficiente do processo de audiência para participar. Cada uma dessas habilidades está presente de forma desigual entre membros de uma sociedade (Young, 2014, p. 199).

Em segundo lugar, mesmo para aqueles que conseguiram se inserir presencialmente nas discussões, ainda existem obstáculos importantes a ser superados. Os códigos de comportamento social reconhecidos como legítimos, desde o vestuário, a maneira de se portar em público e os padrões formais linguísticos da fala e da escrita, impõem sérios constrangimentos para que pessoas de baixa renda, com baixo grau de instrução formal ou então pertencentes a grupos marginalizados na sociedade (como negros, indígenas ou quilombolas) sejam capazes de pautar os rumos do debate público e impor sua agenda no interior dos fóruns deliberativos (Levine e Nierras, 2007, p. 13). Como sublinhado por Miguel (2014b, p. 122), o “peso destas desigualdades continua a se manifestar até mesmo nos modos dos discursos”, uma vez que tais debates ocorrem em “espaços sociais estruturados, capazes de impor ônus ou vantagens de acordo com a adequação a expectativas e/ou normas tácitas que, por sua vez, refletem as hierarquias vigentes”. Ao analisar a questão da qualificação técnica dos atores civis engajados em conselhos gestores, a análise de Tatagiba (2002) segue caminho similar:

O grande desafio presente nas experiências participativas é construir mecanismos capazes de minorar os efeitos das desigualdades sociais no

interior dos processos deliberativos, de forma a permitir que a construção dos acordos não esteja sujeita à influência de fatores endógenos como o poder, a riqueza ou as desigualdades preexistentes (p. 71)<sup>6</sup>.

E, por fim, um terceiro elemento a ser destacado refere-se ao fato de que tais arenas deliberativas abertas à participação civil não dispõem de poder decisório efetivo para interferir concretamente no desenho e na formulação das políticas públicas. Essa é, precisamente, a problematização feita por Tavares (2016, p. 59) em relação à (falta de) capacidade distributiva de fóruns deliberativos como o orçamento participativo (OP) no Brasil<sup>7</sup>: “Transcorridos quase 25 anos desde as primeiras experiências de orçamento participativo”, iniciadas no princípio da década de 1990, “nenhum efeito distributivo significativo pode ser detectado em tais práticas. Ao contrário, a maioria dos municípios continua a dedicar parcelas (...) simbólicas dos seus recursos para tais programas (...)”. Reforçando essa linha argumentativa, Miguel (2014b, 2014c) concorda com o fato de que novas arenas participativas são incorporadas à institucionalidade estatal em razão das demandas de setores populares por mais participação, mas sua incorporação se dá de forma periférica em relação aos centros decisórios com poder real. Isso significa que as decisões tomadas na esfera das arenas participativas/deliberativas, ainda que sejam consoantes com as reivindicações populares, detêm pouca (ou, em certos casos, nenhuma) capacidade efetiva para interferir de forma mais incisiva no jogo político<sup>8</sup>.

Em face desses elementos, Young esclarece que, mesmo diante de iniciativas visando à inclusão formal dos cidadãos nos processos deliberativos, os ativistas julgam que, ainda assim, a opção mais sensata continua sendo a realização de atividades de protesto, como boicotes, ocupações e manifestações barulhentas no exterior desses espaços. Nos dizeres de Levine e Nierras (2007, p. 12): “Formas alternativas de comunicação (protestos, greves, resistência não violenta, teatro de rua, campanhas na mídia) podem ser mais efetivas e satisfatórias do que a deliberação, especialmente para os grupos oprimidos”. Ademais, uma vez que a inclusão formal não se mostra suficiente para oferecer às partes afetadas condições mais igualitárias no procedimento deliberativo, tomar parte nesses processos significa conferir legitimidade a decisões que são, em essência, ilegítimas: “Se participarmos desses processos formalmente inclusivos, diz o ativista, ajudaremos a lhes conferir uma legitimidade que não merecem e deixaremos de falar por aqueles que permanecem na condição de *outsiders*” (Young,

<sup>6</sup> Em seu estudo, a autora traz diversos depoimentos de ativistas que corroboram a interferência das hierarquias sociais na qualidade do processo deliberativo no interior dos conselhos gestores (Tatagiba, 2002, p. 69-73).

<sup>7</sup> Um debate mais aprofundado sobre o tema pode ser encontrado em trabalho anterior do autor (Tavares, 2008).

<sup>8</sup> É importante apenas considerar que existem diferentes modalidades de arenas abertas à participação civil além do OP no Brasil, como os próprios conselhos gestores e as conferências nacionais (Avritzer e Souza, 2013). Algumas conferências, como é o caso da Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS), foram capazes de obter resultados significativos no desenho da respectiva política (Faria, Silva e Lins, 2012, p. 280-281).

2014, p. 200). O protesto, destarte, é o principal meio empregado pelos grupos na condição de *outsiders* para encaminhar suas demandas ao sistema político e fazer com que suas vozes sejam de fato levadas em consideração pelos tomadores de decisão (Tarrow, 2011, p. 7-8; Pereira, 2012, p. 84; Miguel, 2014a, p. 35). A explanação de Tavares joga luz no debate:

Sem ativismo e, de um modo dramático, sem perdas humanas e radicalizações efetivadas por ativistas, dificilmente as noções de direitos humanos e de liberdades civis, hoje quase naturalizadas no Ocidente, fariam parte do nosso repertório jurídico-político. Em resumo, a democracia e o constitucionalismo devem muito à prática de ativistas que agem às margens das instituições e que, frequentemente, não concebem seus adversários como interlocutores ou pares com quem devem se engajar em processos movidos apenas pela força do melhor argumento (Tavares, 2016, p. 58-59).

Portanto, dados os imperativos assimétricos que sustentam os procedimentos da deliberação pública, restam poucas alternativas aos ativistas que não a utilização de táticas disruptivas justamente com a finalidade de *interromper* o processo deliberativo conduzido nas instituições políticas e "nos fazer pensar sobre o que estamos fazendo, romper uma corrente de pensamento, em vez de tecer um argumento" (Young, 2014, p. 209) nos moldes da racionalidade comunicativa imposta pelos padrões hegemônicos das relações sociais.

Todavia, é necessário cuidado extremo para não reproduzirmos uma visão descolada da realidade nesse aspecto: como reconhecido pela própria Young (p. 209), no mundo real da política os ativistas *transitam entre os fóruns deliberativos e a luta nas ruas*. Ou seja, o mais comum (e isso é uma grande verdade para o caso brasileiro) é que os militantes se engajem nas duas esferas simultaneamente (Tatagiba, 2011; Silva e Oliveira, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014), atuando em muitos casos de forma conjunta com atores estatais desde dentro das instituições. Como nos lembram Abers e Von Bülow (2011), a relação entre Estado e sociedade não deve ser estudada apenas pela ótica do conflito. Os vínculos colaborativos entre atores estatais e ativistas podem, em certos contextos, intensificar-se de tal forma a possibilitar "a construção de redes que cruzam a fronteira entre Estado e sociedade", produzindo "ativismo em prol dos movimentos sociais a partir do próprio Estado" (p. 54).

Existem, de fato, movimentos sociais mais engajados no trabalho de base e na ação direta do que na interação institucional com o Estado, como é o caso de vários grupos e/ou coletivos que têm se destacado na esfera pública em diversos países na recente onda global de protestos (Bringel, 2013). E, de qualquer forma, a constatação de que os ativistas também atuam por dentro das instituições não elimina, de modo algum, a tensão constitutiva da relação entre protesto e deliberação.

## Repensando a oposição entre protesto e deliberação

O entendimento da deliberação pública enquanto prática que se desenvolve no interior de instituições específicas está longe de ser consensual. Sob o prisma teórico da democracia deliberativa, é muito provável que a maioria dos estudiosos vinculados a essa corrente não conceba a deliberação pública dessa forma – embora sejam necessárias pesquisas específicas para comprovação empírica de tal fato. Como salientado pela própria Young no texto discutido no tópico anterior, é possível pensar a deliberação pública a partir de uma perspectiva alternativa, na qual as trocas argumentativas ocorreriam de forma muito mais turbulenta e descentrada; segundo a autora, nessa “conceituação alternativa, processos de comunicação democrática engajada e responsável incluem manifestações de rua e ocupações, obras musicais e desenhos animados, tanto quanto os discursos parlamentares e cartas ao editor” (Young, 2014, p. 210).

A ideia de um procedimento deliberativo não necessariamente corporificado em instituições específicas, e, portanto, descentrado, era uma pista teórica sugerida pelas obras do próprio Habermas (1984, 1997, 2012a). Posteriormente, a concepção ampliada de deliberação seria desenvolvida por um conjunto de autores de forma mais sistemática. Tal perspectiva analítica resultou no conceito de *sistema deliberativo* (Mansbridge, 1999; Mansbridge et al., 2012; Dryzek, 2009) que vem sendo amplamente debatido por autores de peso na corrente deliberacionista desde o final da década de 1990 (Mendonça, 2011, 2016b). Cunhado por Mansbridge (1999), tal conceito sugere que a deliberação nas sociedades complexas não deve ser concebida apenas como um processo dialógico que se realiza face a face entre grupos pouco numerosos, mas sim como um amplo debate de ideias que atravessa múltiplas arenas discursivas.

Nessa perspectiva, a deliberação é pensada como uma entre diversas etapas do sistema político, sendo que ela ocorre tanto dentro quanto fora dos espaços institucionais e se articula com outras modalidades de ação. A ideia de sistema deliberativo se refere a um conjunto de partes que se diferenciam, mas que são interdependentes entre si, cujas funções são distribuídas pelo sistema de forma a construir um todo integrado (Faria, 2016, p. 213). Nas palavras da própria Mansbridge: “A conversação cotidiana ancora um dos limites desse espectro em cujo outro fim se encontra a assembleia pública de tomada de decisão” (1999, p. 212, citada por Mendonça, 2011, p. 216). A deliberação nessa perspectiva é vista como um *continuum* que engloba diversos ambientes e produz um abrangente debate sobre as questões de interesse público (Mendonça, 2011).

A noção sistêmica de deliberação, todavia, é controversa (Hendricks, 2006; Mendonça, 2011, 2016b; Faria, 2012). Nas palavras de Mendonça (2011, p. 216), o conceito de sistema deliberativo “dá uma ideia de um todo harmônico em que cada elemento do sistema afeta os outros de maneira sistemática”. Dado o modo como o

poder político está desigualmente distribuído na sociedade, parece ser difícil conceber um sistema constituído por múltiplas arenas e espaços interdependentes, cada qual com um papel específico nas trocas comunicativas, e que ainda é capaz de incidir nas decisões tomadas no nível das principais instituições políticas nacionais. Em texto mais recente, Mendonça (2016b) aponta também que a concepção sistêmica de deliberação pode tornar ainda mais evidentes as assimetrias de recursos entre os diferentes grupos e, conseqüentemente, de suas respectivas capacidades para influenciar no debate público. Assim, por mais que setores tradicionalmente marginalizados em relação aos canais decisórios mais relevantes participem do debate (em algum momento e) em alguma parte desse amplo sistema deliberativo, sua força para incidir efetivamente na decisão final é praticamente nula. Na prática, isso mantém as desigualdades estruturais de poder enquanto inclui formalmente os excluídos, conferindo um ar de legitimidade a um processo largamente corrompido por profundas assimetrias (Mendonça, 2016b, p. 4-5)<sup>9</sup>.

A despeito das críticas, o conceito em questão tem seus méritos. Como explicado pelo mesmo autor (Mendonça, 2016b, p. 2), um dos principais ganhos da abordagem sistêmica foi a aproximação do conceito de deliberação da realidade empírica, demonstrando que, ao contrário do que muitos críticos afirmavam, a deliberação não consiste em uma utopia inviável nas democracias contemporâneas. Ademais, o aprofundamento desse debate permitiu que práticas não tradicionalmente compreendidas como deliberativas fossem estudadas através dessas lentes, o que conferiu maior aplicabilidade à teoria (p. 2) e abriu a possibilidade de uma conciliação entre protesto e deliberação no plano analítico.

Movimento expressivo nessa direção é o recente esforço de Mendonça em coautoria com Ercan (2015) na análise dos protestos de 2013 no Brasil e na Turquia. O provocativo título do texto – *Deliberation and protest: strange bedfellows?* – sinaliza diretamente essa problematização. O argumento central dos autores é que *o protesto se constitui como parte integrante do processo deliberativo*, especialmente quando esta é concebida de forma ampliada. Para desenvolver o argumento, uma das linhas de diálogo estabelecidas pelos autores é justamente com Young. Segundo Mendonça e Ercan, Young, seguida por estudiosos como Levine e Nierras (2007) e Medearis (2005), entende que ações como marchas (passeatas), boicotes, ocupações e afins estão dissociadas do processo deliberativo: “Eles não as consideram como um meio de colocar argumentos na esfera pública” (Mendonça e Ercan, 2015, p. 269 – tradução livre).

Nessa direção, um dos principais argumentos utilizados pelos autores para questionar a dicotomia posta pelos críticos do deliberacionismo é que a distinção entre conflito e deliberação é muito difícil de ser realizada, tanto em termos teóricos como práticos:

---

<sup>9</sup> É importante mencionar que, no mesmo texto, o autor aponta que é possível mitigar esses e outros problemas inerentes à deliberação sistêmica, tornando o processo menos assimétrico e mais permeável à influência de grupos menos privilegiados em termos de recursos (Mendonça, 2016b, p. 7-15).

A dicotomia entre conflito e deliberação é reforçada por um erro de definição que reduz a deliberação a um processo de troca direto (e oral) de argumentos desapaixonados entre atores políticos que concordam em se sentar juntos para resolver seus conflitos. No entanto, a deliberação não tem que ser entendida dessa forma. Como tem sido argumentado, a deliberação (...) necessariamente envolve desacordo e contestação (Dryzek, 2000). (...) [Os] argumentos (...) podem ser elaborados através de sentenças polidas, mas também através de *slogans* incisivos bem como por imagens disruptivas ou sinais em uma passeata (Mendonça e Ercan, 2015, p. 271; tradução livre).

Um dos pontos mais importantes no argumento apresentado por Mendonça e Ercan é que as ações de protesto sempre carregam consigo uma dimensão discursiva, e é sobretudo por essa razão que o conteúdo deliberativo das práticas ativistas se confirma: “as ações conflitivas daqueles que protestam constituem parte de um processo de contestação contínua de discursos na esfera pública” (2015, p. 271). Trata-se, portanto, de entender a deliberação como uma batalha discursiva/argumentativa travada simultaneamente em múltiplos espaços e através de várias redes, nas quais os fluxos comunicacionais, demandas, reivindicações e concepções político-ideológicas dos diferentes atores se entrecruzam. É, portanto, um entendimento bastante diferente daquele que compreende a deliberação como troca argumentativa racional em espaços institucionalizados, sejam os da política tradicional (parlamentos e cortes judiciais) ou os fóruns deliberativos abertos à participação civil.

Desse modo, a análise de Mendonça e Ercan (2015) em relação aos protestos de 2013 no Brasil e na Turquia incorpora os pontos essenciais das formulações teóricas sobre o sistema deliberativo, entendendo os protestos como mais uma forma de política deliberativa. Como destacado pelos autores, nos dois países foi possível verificar uma multiplicidade de arenas de debate e discussão públicas sobre os temas que as manifestações haviam trazido à tona. As pautas defendidas pelos manifestantes (que eram, diga-se de passagem, bastante heterogêneas e plurais, quando não contraditórias) foram inseridas no debate público por meio de inúmeros *banners*, cartazes, *slogans* criativos e sarcásticos, além de textos e *posts* nas mídias digitais. Essas mensagens provocativas repercutiram nos meios de comunicação de massa, nas conversações cotidianas e nos fóruns coletivos, gerando fluxos comunicacionais que influenciaram decisivamente o debate na esfera pública (Mendonça e Ercan, 2015, p. 276).

Em termos dos resultados dos protestos, além de várias conquistas institucionais nos dois países, uma consequência crucial em ambos os casos foi justamente a ampliação de um debate público sobre uma variedade de temas que redefiniram as prioridades da agenda pública. Ademais, os protestos também produziram críticas profundas em relação às práticas tradicionais de representação política na sociedade: se havia algo que parecia unir de fato os manifestantes, tanto no Brasil quanto na Turquia,

era o sentimento de insatisfação para com as instituições políticas tradicionais (Mendonça e Ercan, 2015, p. 278).

É nesse sentido que os autores acreditam não haver razões para dissociar as práticas ativistas do processo deliberativo. Analisando os impactos das manifestações de 2013 sob vários aspectos, concluem que protesto e deliberação não estão em relação de oposição, mas devem ser compreendidos como partes constitutivas de um mesmo processo.

### **O controverso debate sobre a deliberação e seus limites: apontamentos a partir dos escritos de Habermas**

As controvérsias teóricas envolvendo o conceito de deliberação são diversas. No campo deste artigo, interessa-nos verificar em que medida os escritos de Jürgen Habermas nos autorizam a estabelecer a conjugação analítica entre protesto e deliberação advogada por Mendonça e Ercan (2015). Antes de dar prosseguimento, porém, é pertinente tecer alguns esclarecimentos sobre a metodologia adotada aqui. O retorno a elementos que consideramos fundamentais das formulações habermasianas sobre a democracia deliberativa ocorre por uma questão de “força teórica”: ainda que o conjunto de autores filiados à corrente da democracia deliberativa seja amplo, diverso e profundamente heterogêneo sob vários ângulos, há que se concordar com Tavares (2016, p. 30), quando este afirma que o principal arcabouço teórico da referida vertente repousa nos escritos de Habermas sobre a teoria do agir comunicativo e a esfera pública. É nesse sentido que, indiscutivelmente, todos os autores vinculados a essa corrente e cujas formulações incorporam o conceito de deliberação têm, em maior ou menor medida, um débito para com a obra de Habermas.

Basicamente, ao assumir-se como um “democrata deliberativo”, o pesquisador se coloca a obrigação incontornável de lidar com os preceitos habermasianos. Portanto, o debate sobre a relação entre protesto e deliberação precisa, necessariamente, seguir o mesmo caminho. É claro que não há espaço neste artigo para um debate profundo sobre a obra de Habermas<sup>10</sup>, mas nossa intenção consiste em apontar elementos que consideramos cruciais no pensamento do autor e que nos possibilitarão avançar na investigação teórica aqui indicada.

Pela lógica do raciocínio aqui exposto, a pergunta mais óbvia seria a seguinte: *há, nos escritos de Habermas, elementos que indiquem ser possível compreender o protesto como parte do processo deliberativo?* Importante registrar que nossa análise se

---

<sup>10</sup> Vale registrar que o recente livro de Tavares (2016), intitulado *Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas*, oferece uma análise profundamente abrangente sobre a obra do filósofo alemão, constituindo-se em uma leitura obrigatória para todos os que anseiam compreender com mais clareza os escritos de Habermas, especialmente através de uma perspectiva crítica.

baseia fundamentalmente na obra *Direito e democracia* (1997)<sup>11</sup>, uma vez que esse foi o livro que conferiu “sistematicidade ao entendimento habermasiano sobre a política democrática e o direito” (Tavares, 2016, p. 23). Dito isso, é necessário reforçar o que já foi apontado anteriormente: a concepção habermasiana sobre deliberação *não se restringe à dimensão institucional desta, e muito menos a um processo de troca argumentativa face a face* (Habermas, 1997, p. 28-33). Na verdade, a deliberação pública para Habermas é um processo que compreende tanto espaços institucionais quanto extrainstitucionais (Mendonça, 2016a), muito embora ela *não abranja a totalidade das instituições políticas e sociais* (Faria, 2000, p. 50). Nas palavras do próprio autor: “pretendo interpretar o procedimento que legitima as decisões corretamente tomadas como estrutura central de um sistema político diferenciado e configurado como Estado de direito, porém, não como modelo para *todas* as instituições sociais” (Habermas, 1997, p. 28; grifo no original). De qualquer modo, é evidente a noção de uma deliberação ampla no pensamento de Habermas:

A formação da opinião, destrelada das decisões, realiza-se numa rede pública e inclusiva de esferas públicas subculturais que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas. As estruturas de tal esfera pública pluralista formam-se de modo mais ou menos espontâneo, num quadro garantido pelos direitos humanos. E através das esferas públicas que se organizam no interior de associações movimentam-se os fluxos comunicacionais, em princípio ilimitados, formando os componentes informais da esfera pública geral (Habermas, 1997, p. 32-33).

A concepção habermasiana, portanto, não pode ser reduzida a um processo de deliberação institucional. Quem buscou oferecer um modelo mais operacional da política deliberativa, no sentido de imprimir um formato mais diretamente institucionalizado a essa prática, foi Joshua Cohen (Faria, 2000, 2010; Avritzer, 2000). Dialogando criticamente com as duas grandes referências do deliberacionismo, Cohen será um dos primeiros autores “a sacar conclusões institucionais da intenção rawlsiana e habermasiana de recuperar elementos argumentativos na forma como eles concebem a deliberação”; em outras palavras, “Cohen transforma o processo de discussão argumentativa proposto por Rawls e Habermas em um processo de deliberação institucional” (Avritzer, 2000, p. 41). Como sublinhado por Faria (2000, p. 54), a proposta de Cohen tinha como objetivo principal esboçar um modelo teórico no qual os cidadãos comuns desempenhassem papel mais “ofensivo” no processo político de tomada

<sup>11</sup> Essa obra assume fundamental importância no constructo teórico da democracia deliberativa, uma vez que ela foi publicada 30 anos após *Mudança estrutural na esfera pública* e 11 anos depois de *Teoria do agir comunicativo*, o que significa que os escritos de Habermas sobre a racionalidade comunicativa e a deliberação pública já se encontravam em estágio bastante amadurecido do ponto de vista do debate acadêmico.

de decisões através da institucionalização da participação popular, de modo que esta pudesse exercer pressão permanente sobre os rumos da administração pública<sup>12</sup>.

A despeito de todos os ganhos analíticos derivados do modelo institucionalizado de deliberação proposto por Joshua Cohen<sup>13</sup>, parece-nos razoável inferir que uma leitura “institucionalista” da deliberação pública está muito mais suscetível às críticas que estabelecem a tensão analítica entre ativismo e deliberação, nos moldes do debate proposto por autores como Young (2014), Pereira (2012) e Tavares (2012, 2016). Em contrapartida, também nos parece razoável supor que a concepção ampliada da política deliberativa, como existe em Habermas, torna mais viável a aproximação teórica com as práticas ativistas.

Não se trata apenas de mera suposição: Habermas, *de fato*, reconhece o papel da *desobediência civil* em seu modelo teórico, conferindo a essa prática um papel legítimo no ordenamento democrático (Tavares, 2016, p. 62). Ao analisar as possibilidades existentes para superar barreiras e estruturas de poder que muitas vezes bloqueiam o debate na esfera pública em favor dos interesses particularistas do sistema político e do mercado, Habermas é muito claro ao enfatizar a importância dos movimentos sociais e das ações de protesto:

[Os movimentos sociais] têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois, para atingir o grande público e a “agenda pública”, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. Às vezes, é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos “velhos partidos”. (...) No topo dessa escada, que é escalada pelos protestos subinstitucionais das pessoas privadas quando agudizam seus protestos, torna-se claro esse sentido de uma pressão acentuada da legitimação. O último meio para conferir uma audiência maior e uma influência político-jornalística aos argumentos da oposição consiste em atos da desobediência civil, os quais necessitam de um alto grau de

---

<sup>12</sup> Na visão de Cohen, o modelo habermasiano de deliberação dispersa pela esfera pública colocava a sociedade civil em uma posição meramente defensiva no debate público, na medida em que sua compreensão descentrada da política deliberativa valorizava “condições excepcionais de influência das associações que se localizam fora do circuito institucionalizado do poder, ou seja, das regras do sistema” (Faria, 2000, p. 54). Sobre o debate travado entre Habermas e Cohen, ver também Tavares (2016, p. 71-89).

<sup>13</sup> Ressalte-se que, no debate brasileiro sobre participação política, foi a concepção de Cohen – a deliberação institucionalizada em fóruns participativos – que conquistou preponderância em termos teóricos em relação ao modelo de uma deliberação descentrada/dispersa nos moldes habermasianos, como comprova a vasta literatura relacionada ao tema (Faria e Cunha, 2014; Avritzer, 2000, 2008, 2010; Almeida, 2015; Almeida e Cunha, 2011; Cunha, 2013; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006).

explicação. Tais atos de transgressão simbólica não violenta das regras se autointerpretam como expressões do protesto contra decisões impositivas, as quais são ilegítimas no entender dos atores, apesar de terem surgido legalmente à luz de princípios constitucionais vigentes (Habermas, 1997, p. 116-117).

É mais do que evidente, portanto, que Habermas entende o protesto como um modo de ação legítimo no âmbito do processo político mais amplo, o que relativiza a ideia de que o filósofo alemão desconsidera as práticas agonistas em sua teoria. Sobre essa questão, entretanto, propomos dois pontos para a reflexão. Primeiramente, se, de um lado, é possível constatar que Habermas não desconsidera o papel do ativismo em seu modelo analítico, por outro, *isso não significa que o conflito tenha um papel central em seu edifício teórico-epistemológico*. Se é verdade que Habermas não pode ser considerado simplesmente um “teórico do consenso”, como parecem taxar alguns de seus críticos mais enfáticos, isso também não nos autoriza a classificá-lo como um “teórico do conflito”. É óbvio que o filósofo alemão não ignora a existência do conflito no mundo real e muito menos o papel exercido pela desobediência civil no embate democrático na esfera pública; mas daí a dizer que, em sua extensa obra, a *ênfase* nos processos dialógicos orientados para a cooperação e o consenso seja equivalente à relevância do ativismo popular como instrumento de luta pela democracia, há profundas controvérsias. Nos parece mais lógico, portanto, sugerir que em Habermas o conflito não é ignorado, *mas ele não ocupa uma posição central* no seu esquema teórico-conceitual.

Os escritos mais recentes do autor parecem deixar mais clara essa posição. Ao analisar as políticas de austeridade implementadas pela União Europeia nos últimos anos, o autor considera que *as revoltas protagonizadas pela juventude representam um sinal de ameaça à paz social* (Habermas, 2012b, p. 337). Ademais, conforme análise de Tavares (2016, p. 284), Habermas também aposta no protagonismo das “elites políticas”, de quem se espera uma mudança decisiva de comportamento como principal artifício para a superação da atual crise (Habermas, 2012c, p. 51, citado por Tavares, 2016, p. 284). Ou seja,

A Europa radicalmente democrática se inicia, assim, não por protestos dos jovens (que são caracterizados como ameaça à paz social), mas por uma mudança comportamental das elites políticas. Schumpeter não iria tão longe. Apesar de se declarar radicalmente democrático e de se opor retoricamente ao neoliberalismo, o autor concretiza sua teoria política em um arranjo eurocêntrico, alheio às lutas sociais travadas nas ruas e associado a um protagonismo social das elites políticas (Tavares, 2016, p. 284).

Em suma, a análise de Habermas sobre o significado dos protestos e o protagonismo conferido às elites denuncia uma indisfarçável aproximação com as

abordagens elitistas da democracia, que, não por coincidência, entendem a participação popular na política como um fator que coloca em xeque a estabilidade político-institucional, e por isso deve ser reduzida ao mínimo necessário (leia-se, ao direito de votar periodicamente) (Pateman, 1992; Miguel, 2002; Trindade, 2014).

Em segundo lugar, é importante registrar que o reconhecimento do papel da desobediência civil no processo democrático por Habermas em *Direito e democracia* não necessariamente nos autoriza a *associar protesto com deliberação* – operação analítica concretizada por Mendonça e Ercan (2015). No mesmo capítulo em que o filósofo frankfurtiano analisa a importância do ativismo na democracia liberal, sua linha de raciocínio sugere que a desobediência civil é um instrumento mobilizado para contestar decisões ilegítimas tomadas no âmbito de práticas deliberativas, ou seja, a desobediência civil parece ser concebida como *um meio de redefinir os rumos da deliberação, e não como parte do processo deliberativo*. Quando os cidadãos se engajam no protesto, segundo Habermas (1997, p. 117), eles “apelam aos responsáveis e mandatários, *para que retomem deliberações políticas formalmente concluídas, e para que revisem eventualmente suas decisões*, tendo em conta a persistente crítica pública” (grifo nosso).

Percebe-se que, no limite, o raciocínio de Habermas é muito similar ao de Young em seu famoso texto analisado no primeiro tópico: o protesto serve como um meio de interromper a deliberação pública, ou (na melhor das hipóteses) redefinir os rumos desta. A diferença é uma questão de escala: enquanto Young se restringe a uma leitura da deliberação institucional em fóruns específicos (desde uma reunião da OMC até um espaço deliberativo aberto à participação civil), a análise de Habermas se volta para a esfera pública e para o processo político mais amplo. Mas o sentido que ambos os autores conferem ao protesto parece ser exatamente o mesmo.

Não é, entretanto, apenas essa citação pontual retirada de *Direito e democracia* que corrobora essa posição: a distinção entre protesto e deliberação, ou, em outras palavras, entre a política deliberativa e a política não deliberativa, *é feita por outros autores relevantes de dentro da própria corrente deliberacionista*, ou seja, não é algo que aparece como uma crítica externa. Um primeiro exemplo pode ser retirado da obra assinada em conjunto por Gutmann e Thompson (2004), intitulada *Why deliberative democracy?*, na qual é possível detectar claramente a distinção estabelecida pelos autores no que tange aos meios deliberativos e não deliberativos, quando eles afirmam que a própria deliberação pode “justificar o uso de meios não deliberativos (...) quando esses meios são necessários para estabelecer as precondições socioeconômicas a uma democracia decente para uma tomada de decisão nos moldes deliberativos” (2004, p. 179; tradução livre). Em outra passagem do texto, o raciocínio fica ainda mais claro:

Algumas questões não podem nem mesmo alcançar a agenda política a não ser que alguns cidadãos se disponham a agir com paixão, fazendo declarações ao invés de desenvolver argumentos e respostas. (...) a política não deliberativa – marchas antiguerra, *sit-ins* e greves de trabalhadores –

se faz necessária para atingir fins deliberativos (...). Nós (...) devemos observar que essas atividades frequentemente provocam mais deliberação do que ocorreria em caso contrário. Mas, mesmo quando elas não o fazem, podem ser justificadas se em ocasiões futuras viabilizarem uma crítica deliberativa da injustiça (2004, p. 51; tradução livre).

Um segundo exemplo advém do importante texto redigido por Mansbridge et al. (2012), na coletânea organizada por Parkinson e Mansbridge. Ao debater a concepção sistêmica de deliberação, os autores propõem a seguinte reflexão:

O protesto frequentemente aparenta violar várias normas da deliberação. Quando o protesto, explícita ou implicitamente, ameaça impor sanções ou custos, age como uma forma de coerção. (...) em certos casos o protesto envolve níveis de disrupção e contestação que reduzem o respeito mútuo e a inclusão. Um fórum engajado em uma troca mútua respeitosa sobre considerações favoráveis e contrárias a uma determinada política pode, por exemplo, ser interrompido por piqueteiros e indivíduos gritando em alto-falantes (Estlund, 2001). Poderia esse comportamento aparentemente antideliberativo melhorar o sistema deliberativo? De uma perspectiva sistêmica, a resposta em certos casos pode ser sim. O protesto contribui para o sistema deliberativo mais claramente como uma força que busca corrigir ou publicizar uma falha no cumprimento de uma ou de todas as funções-chave desse sistema (Fung, 2005) (Mansbridge et al., 2012, p. 18; tradução livre).

No trecho citado, é nítido o entendimento do protesto enquanto um meio *não deliberativo de fazer política*, uma vez que tal prática envolve um determinado nível de coerção<sup>14</sup>, o que contraria frontalmente os princípios epistemológicos da matriz deliberacionista – que pressupõe um debate livre de pressões coercitivas e baseado centralmente *na força do melhor argumento* (Cohen e Fung, 2004). Em outras palavras, os autores afirmam que o protesto é um meio para denunciar/publicizar falhas no processo deliberativo e redefinir os seus rumos.

Um pequeno parêntese: é curioso perceber que os deliberacionistas conferem legitimidade ao protesto apenas quando essa modalidade de ação busca interferir de alguma forma no processo deliberativo. É como se a validade normativa do protesto estivesse necessariamente atrelada a algum tipo de “relação” com a esfera pública e com a política deliberativa em um sentido mais amplo, o que significa, em última instância, jogar dentro das regras estabelecidas pelas instituições políticas próprias à democracia liberal. Há, nesse sentido, uma espécie de uma “boa desobediência civil” nos termos da

---

<sup>14</sup> Para uma perspectiva que entende o protesto como meio de persuasão, e não de coerção, ver Jasper (2016, p. 42-45).

política deliberativa. Quando Habermas se refere à desobediência civil como “atos de transgressão simbólica não violenta”, parecem claros os limites do que seriam consideradas práticas legítimas de protesto na perspectiva de uma teoria deliberativa da democracia.

Essa é uma linha de raciocínio da qual discordamos. Entendemos que as práticas disruptivas protagonizadas pelos setores populares não necessariamente precisam estar vinculadas a algum “projeto deliberativo” para gozarem de legitimidade normativa e relevância teórica. Como destacado por Miguel (2014a, p. 35), em muitos casos, “sobretudo quando ocorre fora da institucionalidade vigente, a ação política dos dominados tem um caráter apenas de *negação* do mundo existente, sem incorporar qualquer programa efetivo para seu reordenamento”. Não é obrigatoriamente toda e qualquer ação de protesto que busca racionalmente intervir na esfera pública a partir de uma ação política previamente articulada e com objetivos específicos. Nesse sentido, não se pode simplesmente descartar a “positividade do momento destrutivo da política” (2014a, p. 35), isto é, daquelas ações que não têm um projeto de futuro como mote, mas que expressam “apenas” a negação do presente e das normas hegemônicas que governam as relações sociais em dado contexto histórico. O aprofundamento desse debate em específico, todavia, fica para outro momento<sup>15</sup>.

Em suma, este tópico procurou expor uma importante controvérsia envolvendo os limites do conceito de deliberação, tendo como base a discussão travada pelo próprio Habermas em uma de suas obras mais relevantes. O exame analítico realizado nas linhas anteriores nos indica que o fato de Habermas trabalhar com uma concepção ampliada de deliberação pública não nos autoriza a conceber o protesto como parte do processo deliberativo. No tópico seguinte, esboçamos nossas conclusões gerais sobre o debate teórico proposto por este artigo e procuramos explicar por que a distinção entre protesto e deliberação deve ser mantida.

### **Apontamentos “conclusivos”: elementos para a continuação do debate**

O papel do ativismo e das táticas disruptivas não ocupa lugar de destaque no debate teórico no interior da corrente deliberacionista. Como sublinhado por Tavares, se, por um lado, os autores que constituem a linha mestra da referida vertente têm realizado esforço importante para alinhar suas formulações conceituais aos preceitos “das forças dirigentes do Estado e do mercado”, por outro eles não parecem “ter o mesmo ânimo em relação aos movimentos e práticas emanados dos setores (...) subalternos” (2016, p. 61). Nesse sentido, é louvável o esforço de Mendonça e Ercan (2015) no sentido de “trazer” o protesto para o debate sobre a deliberação pública. Não resta dúvida de que o reconhecimento das práticas ativistas e de sua importância para a construção da

---

<sup>15</sup> Os textos de Gutmann e Thompson (2004), Medearis (2005), Dryzek (2000) e Miguel (2014b), todos citados no presente artigo, servem como boas referências para o aprofundamento nesse debate.

democracia constitui um ganho analítico inquestionável para a teoria deliberativa, uma vez que esta se propõe a pensar uma democracia mais aprofundada e capaz de ir além da disputa institucional pelo poder entre as elites.

Todavia, a proposta dos autores em associar protesto com deliberação parece ser mais uma tentativa – dentre outras já feitas – no intuito de aproximar o conceito de deliberação da realidade empírica, tornando-o mais palpável e operacional do ponto de vista da pesquisa e, ao mesmo tempo, mais blindado ante os críticos, que apontam ser a deliberação nos moldes habermasianos uma utopia irrealizável. Se, por um lado, é totalmente válido (e necessário) trazer o protesto para o debate sobre deliberação, por outro, discordamos da forma como os autores o fazem, na medida em que, basicamente, sua proposta consiste no abandono da tensão analítica entre protesto e deliberação. Na perspectiva defendida por Mendonça e Ercan (2015), portanto, o protesto é interpretado como sendo *parte* do processo deliberativo mais amplo na esfera pública, o que elimina a clivagem entre a política deliberativa e a política disruptiva (não deliberativa).

É precisamente aí que localizamos o problema: a amplitude que os autores conferem ao conceito de deliberação nos parece uma operação analítica altamente questionável. Ora, se não houver nenhum tipo de distinção entre práticas deliberativas e não deliberativas, isso esvazia de sentido analítico o conceito de deliberação. É sempre arriscado quando um conceito passa a tornar-se um amplo guarda-chuva com pretensão demasiadamente generalista. Como nos lembra Bendix (1996, p. 38), “o ganho em generalidade é obtido muitas vezes em detrimento da utilidade analítica”. No decorrer da década de 1990, essa foi uma das principais críticas direcionadas ao conceito de *estrutura de oportunidades políticas* (EOP) no âmbito do debate teórico sobre movimentos sociais (Gamson e Meyer, 1996; Meyer, 2004; Goodwin e Jasper, 2003), e, atualmente, o mesmo vem ocorrendo com o conceito de *direito à cidade*, cunhado originalmente por Henri Lefebvre no final de década de 1960 (Souza, 2010, p. 315-316). Em um de seus mais recentes trabalhos, Jasper (2016, p. 28) pondera que a “cultura está em toda parte, mas não é tudo. Se não houvesse nada além da cultura, isso a tornaria menos útil como conceito”. Para fazer valer nosso argumento, basta apenas substituir a palavra “cultura” por “deliberação”.

Além do mais, entendemos que um outro risco subjacente à proposta de Mendonça e Ercan (2015) consiste na “normalização” do protesto, transformando-o em um meio convencional de fazer política, ainda que essa não pareça ser a intenção dos autores. Na medida em que o argumento de Mendonça e Ercan pressupõe a eliminação da clivagem entre política deliberativa e não deliberativa, esse é um desdobramento inevitável. Por mais que em certos casos seja difícil traçar a linha divisória que identifica claramente onde termina o protesto e começa a deliberação, é razoável o entendimento de que ações como ocupações de latifúndios improdutivos e barricadas com pneus em chamas guardam profundas diferenças em relação a debates travados no parlamento ou mesmo em fóruns deliberativos abertos à participação civil. Em muitos casos, protestar

significa desafiar normas social e culturalmente dominantes (Piven e Cloward, 1977, 1992; Trindade, 2015; Fernandes, 2008), o que em última instância implica colocar em risco a própria integridade física. Logo, é plausível trabalhar com a perspectiva de que o *modus operandi* do ativismo disruptivo tem pouca relação com o processo deliberativo entendido enquanto troca argumentativa racional na esfera pública. Em suma, a supressão da distinção entre protesto e deliberação corre o risco de minimizar as assimetrias estruturais de poder que caracterizam o conflito político no mundo real e forçam os grupos marginalizados a adotar táticas disruptivas de mobilização coletiva para impor suas reivindicações na esfera pública – ou simplesmente para negar o modo como essa esfera se configura no âmbito do Estado liberal-democrático. Em contrapartida, a preservação da tensão entre protesto e deliberação parece nos auxiliar na compreensão do caráter efetivamente *conflitivo* da política, algo que a maioria dos deliberacionistas tem dificuldade em incorporar a seus modelos explicativos (Miguel, 2014b, p. 126-128).

Ressalte-se o que já foi afirmado na Introdução deste artigo: ao esboçar esse argumento, não queremos insinuar que protesto e deliberação sejam práticas totalmente estranhas entre si, como se fossem dois tipos ideais que não estabelecem nenhum tipo de relação. Protesto e deliberação estão de fato imbricados, ou seja, afetam-se mutuamente, mas nos parece mais razoável seguir o raciocínio de autores como Gutmann e Thompson (2004), Mansbridge et al. (2012) e do próprio Habermas (1997), que, mesmo a partir de uma concepção ampliada de deliberação, concebem o protesto como *um meio de ação que busca redefinir os termos da deliberação pública* (às vezes até mesmo interrompendo o processo deliberativo através de certo nível de coerção).

Dessa forma, faria mais sentido interpretar o protesto como um meio de *expressão de ideias, valores, interesses e projetos políticos*. Em junho de 2013 no Brasil, de fato, como exposto por Mendonça e Ercan (2015) em seu texto, testemunhamos a expressão e a manifestação de vários posicionamentos políticos em múltiplos lugares (nas ruas e na internet em especial). Mas daí a associar essa miríade de falas e discursos com um processo deliberativo é bem mais complicado. Principalmente se considerarmos que o nível do “debate” político travado nesse processo foi (e continua sendo até hoje) bastante pobre e desinformado, para dizer o mínimo. Os pressupostos dos quais muitas pessoas partem para formular e divulgar suas ideias, seja em cartazes nas ruas ou em *posts* no Facebook, são, em muitos casos, totalmente descabidos (quando não falsos)<sup>16</sup> e não guardam nenhuma proximidade com fatos concretos, fatos que poderiam, aí sim, embasar um debate mais equilibrado entre grupos com posicionamentos distintos, aproximando-se um pouco mais de um processo deliberativo. Com efeito, a qualidade do

---

<sup>16</sup> Remeto ao levantamento feito pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPOP/PAI) da Universidade de São Paulo (USP), cuja análise mostrou que na semana de 12 a 16 de abril de 2016, que antecedeu a votação da abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT), três das cinco notícias mais compartilhadas no Facebook eram falsas. Informação disponível na seguinte reportagem: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/na-semana-do-impeachment-3-das-5-noticias-mais-compartilhadas-no-facebook-sao-falsas.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

debate público é um requisito fundamental para a realização da política deliberativa, como fica claro nas palavras da principal referência teórica do deliberacionismo:

A política deliberativa obtém sua força legitimadora da estrutura discursiva de uma formação da opinião e da vontade, a qual preenche sua função social e integradora graças à expectativa de uma *qualidade* racional de seus resultados. Por isso, o nível discursivo do debate público constitui a variável mais importante (Habermas, 1997, p. 27-28; grifo no original).

Um bom exemplo sobre a desinformação de uma parte do público que participou ativamente dos protestos de 2013 (parte essa que teve papel decisivo nos acontecimentos políticos recentes no Brasil) é demonstrado pelas pesquisas de opinião com manifestantes favoráveis à deposição da ex-presidente Dilma Rousseff. Em uma das manifestações pró-*impeachment* realizada no início de 2015, 64% dos manifestantes na Avenida Paulista concordaram com a afirmação de que “O PT quer implantar um regime comunista no país”, enquanto 42,6% expressaram concordância com a frase “O PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma nas últimas eleições” (Ortellado e Solano, 2015<sup>17</sup>, citados por Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015, p. 210). Uma parte relevante do “debate” realizado no ciclo de protesto de 2013 no Brasil se pautou exatamente pela mesma linha de argumento.

É, no mínimo, complicado associar esse tipo de fala e posicionamento a algo tão complexo como a deliberação pública. Essa é uma prática comunicativa definida por características específicas, e não estamos nos referindo aqui à orientação supostamente “consensualista” da deliberação, mas sim às noções de *debate*, *argumentação*, *ponderação* e *reflexão* – inerentes à própria etimologia da palavra. Nesse sentido, parece mais crível compreender o protesto como forma de expressão e de comunicação, mas não como parte da deliberação. Talvez seja mais factível concluirmos que a tensão analítica entre protesto e deliberação – e, por conseguinte, o permanente embate teórico-ideológico entre ativistas e deliberativos – constitui um dilema que não vislumbra solução do ponto de vista teórico, e muito menos do prático. A impossibilidade de conciliação dos dois conceitos, todavia, não deve ser um obstáculo para que as práticas ativistas sejam incorporadas ao campo teórico deliberacionista.

*Thiago Aparecido Trindade* – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política.  
E-mail: <thtrindade@unb.br>.

<sup>17</sup> Ver: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333\\_476876.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333_476876.html)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

## Referências bibliográficas

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. "Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula". *Dados*, vol. 57, nº 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?". *Sociologias*, ano 13, nº 28, p. 52-84, 2011.
- ALMEIDA, D. R. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ALMEIDA, D. R.; CUNHA, E. S. M. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. In: PIRES, R. R. C. (ed.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.
- AVRITZER, L. "Teoria democrática e deliberação pública". *Lua Nova*, nº 49, p. 25-46, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 1, p. 43-64, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (orgs.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília: Ipea, 2013.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRINGEL, B. "Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013". *Insight Inteligência*, vol. 62, p. 42-53, 2013.
- COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: HAMLIN, A.; PETTIT, P. (eds.). *The good polity*. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.
- COHEN, J.; FUNG, A. "Radical democracy". *Swiss Journal of Political Science*, vol. 10, nº 4, p. 23-34, 2004.
- CUNHA, E. S. M. *Efetividade deliberativa de conselhos de assistência social*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2006.
- DRYZEK, J. *Deliberative democracy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. "Democratization as deliberative capacity building". *Comparative Political Studies*, vol. 12, nº 11, p. 1.379-1.402, 2009.
- FARIA, C. F. "Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman". *Lua Nova*, nº 49, p. 47-68, 2000.
- \_\_\_\_\_. "O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 73, p. 102-176, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa". *Lua Nova*, nº 87, p. 63-81, 2012.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa e (des)igualdade. In: MIGUEL, L. F. (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FARIA, C. F.; CUNHA, E. S. M. "Formação de agenda na política de assistência social: o papel das conferências como um sistema integrado de participação e deliberação". *Revista Democracia e Participação*, vol. 1, nº 1, p. 73-96, 2014.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. "Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 7, p. 249-284, 2012.

FERNANDES, P. O pluralismo paradoxal e os movimentos sociais: democracia participativa e o Estatuto da Cidade. In: Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ed.). *1ª Jornada em defesa da moradia digna*. São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008.

GAMSON, W. A.; MEYER, D. S. (eds.). Framing political opportunity. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M. (eds.). *Rethinking social movements*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. *Why deliberative democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1962] 1984.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1992] 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, [1981] 2012a.

\_\_\_\_\_. "The crisis of the European Union in the light of a constitutionalization of international law". *The European Journal of International Law*, vol. 23, nº 2, p. 335-348, 2012b.

\_\_\_\_\_. *The crises of the European Union: a response*. Cambridge: Polity Press, 2012c.

HENDRICKS, C. M. "Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy". *Political Studies*, vol. 54, p. 486-508, 2006.

JASPER, J. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEVINE, P.; NIERRAS, R. M. "Activists' views of deliberation". *Journal of Public Deliberation*, vol. 3, nº 2, p. 1-14, 2007.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in the deliberative system. In: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. New York: Oxford University Press, 1999.

MANSBRIDGE, J., et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. (eds.). *Deliberative systems: deliberative democracy at large scale*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MEDEARIS, J. "Social movements and deliberative democratic theory". *British Journal of Political Science*, vol. 35, nº 1, p. 53-75, 2005.

MENDONÇA, R. F. "Reconhecimento e (qual?) deliberação". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 1, p. 206-227, 2011.

MENDONÇA, R. F. "Teoria crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis". *Opinião Pública*, vol. 19, nº 1, p. 49-64, 2013.

\_\_\_\_\_. "Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa". *Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 3, p. 741-768, 2016a.

\_\_\_\_\_. "Mitigating systemic dangers: the role of connectivity inducers in a deliberative system". *Critical Policy Studies*, p. 1-20, June, 2016b.

MENDONÇA, R. F.; ERCAN, S. A. "Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil". *Policy Studies*, vol. 36, nº 3, p. 267-282, 2015.

MEYER, D. S. "Protest and political opportunities". *Annual Review of Sociology*, vol. 30, p. 125-145, 2004.

MIGUEL, L. F. "As duas lógicas da ação comunicativa: democracia e deliberação no debate contemporâneo". *Teoria e Sociedade*, nº 10, p. 104-143, 2002.

\_\_\_\_\_. "Consenso e conflito na teoria democrática: para além do 'agonismo'". *Lua Nova*, São Paulo, nº 92, p. 13-43, 2014a.

\_\_\_\_\_. "Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 1, p. 118-131, 2014b.

\_\_\_\_\_. "Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu". *Novos Estudos*, nº 98, p. 145-161, 2014c.

MOUFFE, C. "Por um modelo agonístico de democracia". *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, p. 11-23, 2005.

PAPADOPOULOS, Y.; WARRIN, P. "Are innovative, participatory, and deliberative procedures in policy making democratic and effective?". *European Journal of Political Research*, vol. 46, nº 4, p. 445-472, 2007.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1970] 1992.

PEREIRA, M. A. "Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária". *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p. 68-87, 2012.

PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York: Random House, 1977.

\_\_\_\_\_. Normalizing collective protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven; London: Yale University Press, 1992.

RANCIÈRE, J. *Disagreement: politics and philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

SANDERS, L. "Against deliberation". *Political Theory*, vol. 25, nº 3, p. 347-376, 1997.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul". *Sociologias*, nº 13, p. 86-124, 2011.

SOUZA, M. L. "Which right to which city? In defense of political-strategic clarity". *Interface*, vol. 2, p. 315-333, 2010.

TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (ed.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (eds.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34, 2011.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO e CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TAVARES, F. M. M. "A dimensão política da crise fiscal dos Estados contemporâneos: o potencial da democracia deliberativa para fins de coibição das concorrências tributárias danosas". Dissertação de mestrado, Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. "Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, p. 39-70, 2012.

\_\_\_\_\_. *Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas*. Curitiba: Appris, 2016.

TRINDADE, T. A. "Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo". Tese de doutorado, Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

\_\_\_\_\_. A importância dos movimentos sociais e sua relação com o direito: o caso dos movimentos dos sem-terra e sem-teto no Brasil. In: TRINDADE, E. A.; MELLIM FILHO, O.; TRINDADE, T. A. (orgs.). *Curso de direito: leituras essenciais*. Campinas: Alínea, 2015.

YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. "Desafios ativistas à democracia deliberativa". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 13, p. 187-212, 2014.

## Resumo

*A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate*

Este artigo tem como objetivo principal avançar na discussão teórica sobre a relação entre ações de protesto e a deliberação pública, problematizando uma abordagem recente que advoga em favor de uma conciliação analítica entre as duas práticas e entende o protesto como parte do processo deliberativo. A conclusão principal do texto é que a aproximação teórica entre protesto e deliberação é problemática por duas razões principais: i) alarga excessivamente o conceito de deliberação, retirando-lhe grande parte de seu poder explicativo; e ii) elimina a clivagem entre a política disruptiva e a política convencional. Nesse sentido, o presente artigo procura dar continuidade a um dos temas que tem conquistado cada vez mais atenção no âmbito da escola deliberacionista, questionando qual a forma mais apropriada para pensarmos a relação entre as práticas deliberativas e as ações de protesto.

*Palavras-chave:* deliberação pública; protesto; ativismo; esfera pública; teoria deliberativa

## Abstract

*The relationship between protest and deliberation: reflections for deepening the debate*

The central goal of this article is to advance the theoretical debate about the relationship between protest actions and public deliberation, problematizing a recent conception that advocates for an analytical conciliation between actions and deliberation and that understands protest as part of the deliberative process. The main conclusion is that theoretical approximation between protest and deliberation is problematic for two main reasons: i) it excessively stretches the concept of deliberation, taking away much of its explanatory power and ii) it eliminates the cleavage between disruptive politics and conventional politics. In this sense, the text seeks to give continuity to a theme that has gained increasing attention from theorists in the deliberative school, questioning what the best way is to think about the relationship between deliberative practices and protest actions.

*Keywords:* public deliberation; protest; activism; public sphere; deliberative theory

## Resumen

*La relación entre la protesta y la deliberación: reflexiones para un mayor debate*

En este artículo se pretende avanzar en la discusión teórica sobre la relación entre las acciones de protesta y la deliberación pública, cuestionando un enfoque reciente que aboga a favor de una reconciliación analítica entre las dos prácticas y entiende la protesta como parte del proceso de deliberación. La conclusión principal del texto es que la reconciliación teórica entre protesta y la deliberación es problemática por dos razones principales: i) extender excesivamente el concepto de deliberación mediante la retirada de gran parte de su poder explicativo y ii) eliminar la escisión entre la política disruptiva y la política convencional. En este sentido, el presente trabajo busca dar continuidad a un tema que ha ganado creciente atención en la escuela deliberacionista, cuestionando cual es la forma más adecuada para pensar la relación entre las prácticas de deliberación y acciones de protesta.

*Palabras clave:* deliberación pública; protesta; activismo; esfera pública; teoría deliberativa

**Résumé**

*La relation entre la protestation et la délibération: réflexions pour un approfondissement du débat*

Cet article vise à faire progresser le débat théorique sur la relation entre les actions de protestation et la délibération publique, interroger directement une approche récente qui milite en faveur de la réconciliation analytique entre ces deux pratiques et comprend la protestation dans le cadre du processus de délibération. La principale conclusion de l'article est que l'approche théorique entre protestation et délibération est problématique pour deux raisons principales: i) l'extension excessive du concept de délibération en retirant une grande partie de son pouvoir explicatif et ii) l'élimination du clivage entre la politique disruptive et la politique conventionnelle. En ce sens, cet article vise à poursuivre un débat sur un sujet qui attire de plus en plus l'attention dans l'école délibéracionniste, il s'interroge sur le moyen le plus approprié de penser la relation entre la protestation et la délibération.

*Mots-clés:* Délibération publique; protestation; activisme; sphère publique; théorie délibérative

Artigo submetido à publicação em 13 de março de 2017.

Versão final aprovada em 19 de dezembro de 2017.

# Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa

---

Camila Rocha

---

## Introdução

O impedimento de Dilma Rousseff em abril de 2016 aprofundou ainda mais a crise vivenciada nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores. No final de 2015, uma pesquisa interna do partido, realizada pela Fundação Perseu Abramo, já apontava que a extinção do PT era considerada por quase metade da população<sup>1</sup>. No entanto, sua principal liderança continua a se manter em primeiro lugar para a corrida presidencial de 2018 em todos os cenários, confirmando que o lulismo continua vivo apesar de tudo, o que parece corroborar a interpretação realizada pelo cientista político André Singer (2012) de que o lulismo é mais do que um fenômeno eleitoral.

A maior parte das análises políticas realizadas dentro e fora da academia procuraram explicar o sucesso do lulismo devido às políticas de transferência de renda, aumentos do salário mínimo e de crédito que teriam beneficiado a população mais pobre do país e colocado em marcha um processo de ascensão social em massa entre os anos de 2004 e 2014. No entanto, como pretendo argumentar no presente artigo, de acordo com dados levantados a partir de uma série de entrevistas em profundidade que realizei com moradores de um bairro de periferia da cidade de São Paulo que haviam ascendido socialmente a partir de 2004, as motivações alegadas pela preferência pelo PT e/ou por Lula não foram de ordem material, mas sim de ordem simbólica, tendo em vista os benefícios recebidos pela população mais pobre que habita o Nordeste brasileiro. Contudo, a despeito dessa identificação simbólica, a adesão ao PT e ao lulismo por parte dessa parcela do eleitorado está longe de ser incondicional e possui fragilidades importantes.

Para poder compreender melhor as percepções políticas dos entrevistados, faz-se necessário considerar suas experiências cotidianas tendo em vista tanto sua inserção de classe como o declínio da cultura política do petismo em seu local de moradia. Desse modo, primeiramente realizo uma breve discussão da bibliografia sobre lulismo e dinâmica de classes seguida da exposição da metodologia adotada na pesquisa para a seleção dos sujeitos pesquisados, posteriormente é abordado o declínio do petismo nos bairros de periferia de São Paulo, em particular na Brasilândia, bairro de moradia dos entrevistados, e, por fim, analiso as percepções políticas dos entrevistados acerca do lulismo, considerando seus potenciais e suas fragilidades.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-cri-se-estrutural-do-pt,10000051415>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

## Dinâmica de classes e lulismo: conceitos e metodologia de pesquisa

Para André Singer (2012), o lulismo seria um movimento político em que o então presidente Lula teria realizado uma arbitragem do conflito social e político combinando medidas que ao mesmo tempo teriam beneficiado os mais pobres, por meio de políticas de transferência de renda, e o grande capital, por meio da manutenção de políticas econômicas ortodoxas, *modus operandi* que teria sido herdado por Dilma Rousseff. Ideologicamente, o lulismo teria promovido mudanças sociais sem romper com a ordem social-econômica vigente, o que teria coincidido com a ideologia de mudança dentro da ordem compartilhada pelos setores mais empobrecidos do país, chamados por Singer de “subproletariado”<sup>2</sup>. Tal coincidência ideológica teria feito com que a adesão à figura de Lula fosse mais forte do que uma simples aprovação do governo de turno, desencadeando um realinhamento eleitoral, isto é, uma mudança de padrão eleitoral em que o subproletariado, que desde 1989 votava em sua maioria em candidatos à presidente mais conservadores, teria passado a votar em Lula e nos candidatos por ele apoiados, e a maior parte das classes médias e altas teria passado a votar de forma sistemática na oposição.

O ano de 2010 marcou o auge do lulismo. Lula deixava seu segundo mandato com popularidade recorde e o país desfrutava de baixos níveis de desemprego, de aumentos reais no salário mínimo e do crescimento explosivo do consumo entre famílias de baixa renda. No período entre 2006 e 2014, sob as presidências de Lula e Dilma Rousseff, as classes populares brasileiras participaram de um processo de mobilidade econômica em massa. Além da redução do número de pessoas consideradas miseráveis, desencadeada principalmente por conta dos programas de transferência de renda adotados pelo governo federal, houve um aumento dos níveis de renda e consumo de cerca de 52 milhões de trabalhadores pobres em decorrência, principalmente, dos aumentos do salário mínimo acima da inflação, da criação de milhões de empregos sobretudo nos setores da construção civil e de serviços, e do aumento da formalização (dois em cada três trabalhadores passaram a possuir carteira assinada) (Pochmann, 2012). O que constituiria uma explicação plausível para o sucesso de popularidade de Lula em 2010 e a relativa facilidade em eleger uma sucessora que sinalizasse a continuação das políticas adotadas em seus governos.

Em vários bairros de periferia da cidade de São Paulo, a bonança econômica se materializava no aumento do trânsito de carros e motos, na expansão do comércio local, na abertura de novas agências bancárias e no ânimo de muitos moradores para iniciar reformas em casa, adquirir eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e fazer viagens e cursos universitários. Tal cenário fez com que certos analistas políticos dentro e fora da academia passassem a considerar o surgimento de uma “nova classe C”, tendo em vista a

---

<sup>2</sup> A ideia de que o subproletariado se orientaria ideologicamente com base na fórmula “mudança dentro da ordem” foi proposta por Singer a partir de um conjunto de diversas pesquisas de opinião. Cf. Singer (2000).

divisão da população em faixas de renda "A", "B", "C", "D" e "E"<sup>3</sup> e o deslocamento em massa de pessoas da faixa D para a C, – ou mesmo de uma "nova classe média" (Neri, 2008; Lamounier e Souza, 2010) –, porém, tal ideia logo foi alvo de críticas, entre as quais se destacam as realizadas pelos sociólogos Souza (2010) e Braga (2012, 2015), os quais procuraram caracterizar esses setores das classes populares brasileiras de forma crítica, utilizando os conceitos de "batalhadores" e "preariado", respectivamente.

Para Jessé de Souza, os batalhadores seriam entusiastas das políticas de transferência de renda dos governos petistas e estariam dispostos a se submeter "a praticamente todo o tipo de superexploração da mão de obra" para ascenderem socialmente. Possuidores de uma economia emocional baseada em disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que os diferenciaria de outros segmentos das classes populares, os batalhadores teriam conseguido acesso a novos patamares de consumo ao custo de "extraordinário esforço e sacrifício pessoal" (Souza, 2010, p. 327). Ruy Braga, porém, enxerga o entusiasmo com as políticas do governo Lula por parte dessa população, a qual denomina como "preariado", com maior reserva. Para Braga, a precariedade seria uma condição estruturante da classe operária de países, como o Brasil, que se industrializaram sob o fordismo periférico, daí a denominação de "preariado" proposta pelo autor para caracterizar os trabalhadores precarizados no país<sup>4</sup>, os quais, a despeito de passarem a desfrutar de um nível de consumo mais alto, continuam enfrentando "altas taxas de rotatividade, flexibilização, terceirização e acidentes de trabalho" e a pressão da exploração econômica e da ameaça de exclusão social (Braga, 2015, p. 92). Tal situação provoca o que Braga denomina de "inquietação operária", de modo que a avaliação positiva de certas políticas do lulismo seria fruto de um consentimento passivo e instável por parte dessa população, tendo em vista os sentimentos permanentes de frustração e insatisfação que a permeiam historicamente e que não teriam sido alterados de forma importante pelo processo de ascensão social.

Nesse ponto, a análise de Braga sobre o lulismo e a dinâmica das classes sociais se diferencia da realizada por André Singer, o qual defende que o aumento da formalização da inserção ocupacional ocorrido durante os governos petistas poderia apontar para uma passagem de parte do subproletariado para o proletariado, afinal, a posse de carteira assinada e o acesso a sindicatos representariam uma característica fundamental do proletariado em oposição ao subproletariado e garantiriam um patamar mínimo a partir do

<sup>3</sup> O Critério de Classificação Econômica do Brasil (CCEB), elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (Abep), busca estimar o poder de compra das pessoas com base em seus níveis de renda familiares, considerando uma família de quatro pessoas. Assim, no ano de 2013, integrariam os segmentos "E" e "D" as famílias com renda média mensal de R\$ 776,00, o "C" aquelas com renda entre R\$ 1.147,00 e R\$ 1.685,00; e os segmentos "B" e "A" as famílias que somavam, respectivamente, uma renda de R\$ 2.654,00 e de R\$ 9.263,00.

<sup>4</sup> É importante frisar que, ao contrário de Standing (2013), que, a partir de uma análise da dinâmica de classes de países europeus, propõe que o preariado seria uma nova classe diferente da classe trabalhadora tradicional, Braga defende que no Brasil, assim como em outros países do sul global, o preariado seria intrínseco às classes trabalhadoras há muito tempo, tendo em vista a precariedade histórica das condições de vida e trabalho desses países.

qual os trabalhadores poderiam se organizar. Desse modo, para o cientista político, a inquietação operária teria passado a se expressar de forma mais contundente por causa da ascensão social do subproletariado para o proletariado desencadeada pelo lulismo, e não por conta da inserção precarizada dessa população em si, como afirma Braga.

Durante minha pesquisa de campo, realizada entre 2011 e 2013, foi possível constatar a validade do diagnóstico feito por Braga no que diz respeito aos sentimentos permanentes de inquietação e frustração, presentes antes e depois do processo de ascensão social e relacionados à inserção ocupacional precária, e ao consentimento passivo e instável em relação ao lulismo apontado pelo sociólogo, daí minha opção em utilizar o conceito de precariado para qualificar a população investigada<sup>5</sup>. Ao longo de dois anos e meio conduzi duas rodadas de entrevistas em profundidade com 17 moradores<sup>6</sup> do bairro de Brasilândia, localizado na Zona Noroeste da cidade de São Paulo, sobre sua história de vida, experiências cotidianas e percepções políticas. A primeira rodada ocorreu no segundo semestre de 2011 e a outra após as eleições municipais, entre o final de 2012 e o início de 2013. Todos os entrevistados eram maiores de 18 anos, trabalhavam principalmente na construção civil e no setor de serviços (comércio, limpeza e serviço doméstico), haviam passado a fazer parte da faixa “C” de rendimentos a partir de 2006 e votavam no município de São Paulo. Além disso, como meu objetivo era entrevistar eleitores comuns, nenhum dos 17 entrevistados era filiado a partidos ou participava de outras organizações e movimentos políticos.

Foi possível entrevistar pessoas cujo perfil correspondesse ao dos moradores do bairro, de maioria católica e negra, de acordo com a pesquisa DNA Paulistano realizada pelo Instituto Datafolha em 2008, e fosse variado em termos de idade. Contudo, o número de mulheres entrevistadas acabou sendo maior que o de homens, pois a maior parte destes trabalhava em mais de um emprego e, muitas vezes, durante os finais de semana, justamente o período em que a pesquisa era realizada.

Minha escolha em conduzir a investigação na Brasilândia em detrimento de outras localidades com perfil similar ocorreu em virtude da existência de dois informantes de pesquisa que poderiam me ajudar a acessar o bairro e seus moradores. Contudo, no início da pesquisa, as dificuldades em conversar com as pessoas e realizar entrevistas fizeram com que um dos meus informantes iniciais resolvesse me apresentar a alguém que poderia me ajudar mais com a pesquisa porque conhecia muitas pessoas do bairro. Foi assim que conheci Vânia<sup>7</sup>, uma ex-militante de base do PT que passou a frequentar a Comunidade de

---

<sup>5</sup> Para além disso, as pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo se encaixavam de forma mais adequada ao conceito de precariado do que aos conceitos de batalhadores e subproletariado, tendo em vista as características estruturais propostas por Braga. Para mais detalhes sobre as diferenças existentes entre as três categorias cf. Braga (2012, p. 28).

<sup>6</sup> A quantidade de entrevistados foi determinada em função da própria dinâmica da pesquisa, isto é, à medida que as falas dos entrevistados foram se tornando cada vez mais parecidas e que diferentes perfis foram cobertos, percebi que não havia necessidade de continuar a entrevistar mais pessoas.

<sup>7</sup> Os nomes de todos aqueles que foram entrevistados para a pesquisa, com exceção de Juçara Zottis, figura pública da Associação Cantareira, foram modificados para proteger suas identidades. Cada trecho de entrevista aqui exposto é seguido do nome, idade e ano em que a entrevista foi coletada.

Base do seu bairro nos anos 1980 e que, por conta de seu ativismo, conhecia muito bem sua vizinhança e me acompanhou em praticamente todas as entrevistas, o que reduziu significativamente os potenciais efeitos negativos da distância social que existia entre mim e os entrevistados.

À medida que o trabalho de campo avançava, percebi que cerca de um terço dos entrevistados havia tido algum contato com a cultura política do petismo nos anos 1980 ou 1990, e que esse contato foi importante para uma identificação inicial com o partido e suas lideranças. Desse modo, resolvi pesquisar de forma mais detida a história do petismo no bairro. Para tanto realizei uma pesquisa documental que reuniu dezenas de publicações sobre a região, cedidas por duas ONGs, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e a Associação Cantareira, localizada na Brasilândia e liderada por uma ex-militante do PT e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Juçara Zottis. Além disso, também entrevistei Juçara Zottis e Cecília, que foi companheira de militância de Vânia nos anos 1980 e 1990 e ainda continuava na ativa, bem como a própria Vânia, que por vezes também dialogava com alguns dos moradores durante as entrevistas. A partir desse material, especialmente daquele levantado para a seção “De olho na história”, do *Jornal Cantareira*, foi possível verificar como os próprios moradores e militantes da Brasilândia compreendiam a história política do bairro, a qual, a partir dos anos 1970 e 1980, passou a ficar entrelaçada com a história do petismo no local<sup>8</sup>.

### **O declínio do petismo: do refluxo das mobilizações à decepção com a corrupção**

O “petismo” é compreendido aqui como uma cultura política específica ligada ao Partido dos Trabalhadores. Assim, diferentemente do que propõe o cientista político Samuels (2004), aqui a adesão a tal cultura não se limita a possuir preferência pelo PT e votar consistentemente no partido, mas fazer, pensar e viver a política tendo em vista a valorização da mobilização popular, a transparência e ética; e a implementação de políticas voltadas para as classes populares. Nesse sentido específico, nem todo militante ou eleitor fiel do PT necessariamente partilharia do petismo, uma vez que essa não é a única cultura política que existe no partido, ainda que sua existência tenha sido bastante relevante em seus primeiros anos de fundação.

Inicialmente o petismo ganhou um maior número de simpatizantes entre as classes médias intelectualizadas e progressistas e entre grupos de trabalhadores que moravam em bairros próximos às cidades do ABC, região onde ocorreram as famosas greves do final dos anos 1970 (Frizzo, 2013). Com o tempo, tal cultura espalhou-se pouco a pouco para outros bairros de periferia por meio de padres e freiras que atuavam nas Comunidades

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que a análise das entrevistas realizada aqui é de conteúdo e não de discurso.

Eclesiais de Base (CEBs) (Macedo, 1986) e de militantes de movimentos sociais e/ou do próprio partido, como ocorreu na Brasilândia.

Durante a década de 1970, em plena ditadura militar, começaram a surgir na região diversos movimentos de moradores para reivindicar melhorias, muitos dos quais estavam ligados à Igreja Católica. A Igreja se expandiu na região por meio da fundação de diversas CEBs: a primeira, Santa Isabel, foi fundada ainda no fim da década de 1960, depois vieram a CEB Sant'Ana em 1983, a CEB São Renato Batista em 1986, a CEB Sagrado Coração de Jesus em 1991, entre outras. De acordo com os depoimentos de militantes dos movimentos de moradores coletados pelo *Jornal Cantareira*, edição de fevereiro/março de 2003, seção "De olho na história: Vila Brasilândia, meio século de contradições", essa época foi politicamente marcante para a região:

Eram grupos heterogêneos oriundos da Igreja, da Frente Nacional do Trabalho, do movimento estudantil, que envolvia também professores, militantes políticos, líderes de movimentos, padres, irmãos e agentes da pastoral que iniciam uma luta de resistência e enfrentamento aos grupos de direita que comandavam a região. Foi uma década muito importante no processo de formação política da Brasilândia. Nesse momento a Igreja Católica estava em comunhão com o sofrimento do povo. Era o início da Teologia da Libertação, o começo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da organização das pastorais sociais (Luiz Zimmerman).

A luta pela água foi um dos principais motivos que desencadeou o movimento de resistência na região. Problemas como canalização de esgoto, luz, transporte público, regularização dos terrenos, a falta de equipamentos públicos (posto de saúde, escolas, creches, centros culturais) tomou um contexto amplo que envolveu quase todos os bairros do subdistrito Brasilândia. A organização dos diversos bairros ganhou força e a Brasilândia era vista como um caroço na garganta dos governantes. As lideranças e o povo não davam trégua enquanto não fossem atendidas as reivindicações. Esse ciclo durou aproximadamente 15 anos. A luta foi longa, mas de uma em uma o povo conquistou todas as reivindicações (Teresa Lajolo).

Para alguns moradores que frequentavam a Igreja, as CEBs acabavam servindo, por vezes, como porta de entrada para o mundo da política partidária, tendo em vista os laços existentes entre várias lideranças religiosas que atuavam nessas Comunidades e no Partido dos Trabalhadores:

A comunidade acolhe, a comunidade tem lugar para as pessoas sentarem, tem banheiro, tem água para as crianças. Quando as pessoas chegavam, sem teto, o que o padre Guilherme fazia? Doava um pedacinho do terreno para as pessoas, as pessoas construíam, moravam, quando estavam estabilizadas,

vendiam ali e iam para outro lugar melhor. O padre Guilherme também gostava de alguma política... (Célia, 49 anos, 2011).

Dulce: eu só voto nesse povo do PT, já te disse, só não sei explicar por quê...

Vânia: Tem gente que foi muito influenciada pela irmã Natalvina...

Dulce: Acho que sim...

Vânia: Acho que isso fez com que a gente despertasse interesse pelo PT. O padre Guilherme e a irmã Natalvina sempre apoiaram o PT. Eu fui filiada porque a irmã convenceu a gente de que o PT era melhor, e aí tem aquela influência também de que é o Partido dos Trabalhadores, e o que nós somos? Trabalhadores (Vânia, 47 anos, Dulce, 52 anos, 2011).

Maria Ferreira era a mulher que tocava violão na (CEB) Santo Eugênio. Faz muito tempo, vai fazer uns 6 ou 7 anos que ela faleceu. Uma pessoa maravilhosa, ela dava crisma, catequese e ela tocava violão também. Ela trabalhava com as freiras na creche, era diretora da creche. Mas parecia até uma freira mesmo, porque era uma pessoa tão bondosa, ensinava a gente, dava um incentivo, era uma mulher muito inteligente, fez pós, fez tudo, tanto que ela ia se candidatar para ser vereadora do bairro, eu acho que era pelo PT (Eliana, 30 anos, 2011).

Porém, já no final dos anos 1980, mas principalmente durante a década de 1990, os movimentos de bairro e as CEBs foram perdendo força. Os motivos para que isso tenha ocorrido são vários, entre os quais é possível apontar a mudança da atuação da própria Igreja Católica nos bairros de periferia, tendo em vista a perda de espaço da teologia da libertação e o avanço do movimento carismático (Sofiat, 2009). Porém, o fator principal por trás do declínio dos movimentos, e do próprio petismo, foram os cortes promovidos na indústria durante o período, o que resultou em altas taxas de desemprego e na dificuldade de organização dos trabalhadores (Feltran, 2011).

É possível dizer que, entre os trabalhadores moradores de bairros de periferia, o "petismo" andava de mãos dadas com o que o sociólogo Feltran (2011) chamou de "projeto do trabalhador", um projeto de ascensão social via participação em movimentos sociais, autoconstrução da moradia e trabalho fabril. A adesão a esse projeto por vários moradores de bairros de periferia de grandes cidades, vindos em sua maior parte de regiões empobrecidas do país, foi possível durante as décadas de 1970 e 1980 por conta de uma conjuntura política e econômica específica, que combinava abertura política, e portanto maiores possibilidades de organização sindical e protesto social, e uma oferta razoável de empregos na indústria que garantia as condições materiais para que muitos homens pudessem sustentar sozinhos suas famílias, como pude constatar em minha

pesquisa.

No entanto, a adoção de políticas voltadas para a abertura do mercado brasileiro a partir do início da década de 1990 prejudicou vários setores da indústria nacional, resultando em altas taxas de desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas (Diniz e Boschi, 2004):

Eu trabalhei uns 20 anos em metalúrgica. Em São Paulo eu peguei firma boa, convênio médico, restaurante bom... depois deu uma caída. [O governo FHC] foi péssimo também, não gostei não, foi uma época que foi péssimo pra emprego. Foi nessa época que eu fiquei desempregado... entrava em todas as firmas e não estavam pegando ninguém, não tinha emprego nenhum. Eu encontrava colegas na rua tremendo de raiva, eu falava "calma rapaz, vai pra casa né? Amanhã é outro dia, não é não?". As firmas avisavam: "não há vaga", "não tem emprego" (Raimundo, 53 anos, 2011).

Eu trabalhei em várias firmas, porque antes era muito fácil a gente arrumar emprego. Você trabalhava numa indústria e não gostava do serviço você já arrumava outro, era muito fácil, trabalhava um ano em uma firma, dois anos em outra... A última firma em que eu trabalhei, eu trabalhei dez anos, eu saí de lá em 1996, teve esse corte em que eles mandaram muita gente embora, aí depois disso eu não consegui mais. Eu fiz teste em outra firma, também de costura, mas aí eu não passei. É... então aí foi complicando, não consegui mais e deu no que deu... (Ana Maria, 52 anos, 2011).

Desempregados ou trabalhando em condições extremamente precárias, os moradores de bairros de periferia passaram a buscar a resolução de seus problemas de forma estritamente individual por meio de diversas saídas de emergência, recorrendo, por exemplo, aos laços familiares e à ajuda de igrejas evangélicas, e não mais à organização coletiva, como ocorria no período anterior (Cabanes et al., 2011). Essa situação, agravada por fatores como o crescimento do tráfico de drogas e da criminalidade nas periferias das grandes cidades, fomentou um refluxo dos movimentos populares e da militância política de base do PT, o que fez com que a adesão ao projeto do trabalhador fosse ficando cada vez mais insustentável, até se tornar praticamente residual (Feltran, 2011).

O abandono do "projeto do trabalhador" se refletiu no início do declínio progressivo do petismo entre as classes trabalhadoras a partir da metade da década de 1990 em diante. Tal declínio foi paulatinamente sendo reforçado pelas mudanças internas do PT relacionadas à profissionalização dos quadros partidários e à diminuição do espaço para a militância de base, as quais contribuíram para que o partido passasse a se voltar mais para seus objetivos eleitorais imediatos (Secco, 2011), moderando progressivamente seu discurso e apoiando-se cada vez mais em máquinas eleitorais, financiamentos de grandes empresas e alianças com partidos mais conservadores, em detrimento de seus vínculos, cada vez mais fracos, com militantes políticos ligados aos movimentos populares.

A perda de uma das bandeiras do petismo, a mobilização popular, foi um golpe duro para muitos militantes. Porém, quando o partido finalmente conseguiu emplacar Lula como presidente do país, logo vieram à tona as denúncias de corrupção do partido veiculadas pela mídia como o “escândalo do Mensalão”. A dimensão alcançada pelo escândalo fez com que o petismo, ao ter outra de suas principais bandeiras maculada, a da ética e transparência, se tornasse vazio de sentido, impactando de forma negativa vários militantes e simpatizantes mais antigos do PT, que acabaram se afastando do partido em maior ou menor grau:

Eu sempre fui militante do Partido dos Trabalhadores, uma época muito forte, partidária mesmo, ia para as reuniões de diretório... Ultimamente, de uns oito a dez anos para cá, senti muitos desencantamentos com o Partido dos Trabalhadores. Eu ainda acredito que dentro do partido tem coisas boas que ainda valem a pena preservar, então eu tento me ligar a alguns parlamentares ou pessoas (com as quais) eu tenho mais afinidade nas questões éticas e que ainda não tem no vale-tudo como jeito de se ganhar uma eleição, então eu sou (do partido) ainda nesse sentido. Eu vejo assim o nível dos debates políticos muito frágil, essa é uma das coisas que me levou a não ser mais aquela militante assídua de reuniões do partido, é porque eu não aguento mais esse tipo de papo, você vai lá e é aquela mesma... você vê que a coisa não avança. Você vai numa reunião dessas é mais para você entender por que o fulano está com o ciclano, por que que o ciclano agora está com o beltrano, entender esses conchavos políticos que não faz o meu jeito. Você vê lá, às vezes, o pessoal brigando por coisas muito pequenas, enquanto esquecem que tem uma região que precisa de um projeto político, de uma intervenção mais séria (Juçara Zottis, militante política e fundadora da Associação Cantareira, 2011).

Todo trabalhador acredita que o PT é por ele, quando na realidade a gente sabe que não tem nada a ver, né? Eles usam disso porque sabem que as pessoas, quando fala assim, quando se trata de trabalhador, todo mundo acredita que: “ele está falando de trabalhador, então ele está falando comigo, então é nele que eu vou”. Só que a gente não tem aquele raciocínio lógico de que “quem vai sair beneficiado com isso vão ser eles e não a gente” (Vânia, 47 anos, 2011).

Olha, eu votei no PT um tempão bom, depois eu mudei, mas eu votei no PT um tempão, depois eu saí. Às vezes a gente vota muitos anos num partido, depois acha que... vê que... né? Votei no Lula por muitos anos (risos), muitos anos viu? Agora mesmo quando o Kassab entrou eu votei no Kassab, votei no Serra também, o Geraldo Alckmin eu acho competente... *Mas por que que o*

*senhor resolveu mudar assim?*<sup>9</sup> (pausa) É... umas coisas assim... a razão... a gente estava assistindo... foi muita corrupção, foi muita corrupção... Mensalão, teve Mensalão de todo o tipo né? *Então foi na época do Mensalão que o senhor decidiu mudar, é isso?* Foi, foi (Raimundo, 53 anos, 2011).

Assim, a única coisa que passou a diferenciar o PT dos demais partidos foi a implementação de políticas voltadas para as classes populares, de modo que as pessoas que continuavam afirmando preferir o PT sempre o faziam com ressalvas, de forma mais pragmática e desencantada em comparação com o auge do petismo:

Eu voto no PT, para dizer pra você, não porque eu acho que eles são melhores, é assim, desde que comecei a votar, eu sempre votei no PT. Então, independente de quem está lá, eu estou votando no PT, porque eu ainda acho que, apesar dos pesares, é um partido do povo, então eu voto, mas não acreditando totalmente que ele vai melhorar minha vida, entendeu? (Dulce, 52 anos, 2011).

*Então você diria que você é petista?* Sim, diria sim, diria com toda firmeza, com tudo que há... alguns fatos não ajudam, alguns fatos que explodem aí, errados, apesar de algumas coisas erradas, é o partido que te dá segurança, não é muito burguês, entendeu? Não é um partido totalmente burguês, é um partido mais povo, que olha mais a classe trabalhadora. Mas é assim, sempre que a pessoa parte para um ideal diferente, sempre há alguma coisa que acontece e que faz voltar tudo de novo (Silvana, 38 anos, 2011).

## **Decifrando o lulismo: insatisfação na periferia e redenção no Nordeste**

Se o declínio da cultura política encampada pelo Partido dos Trabalhadores durante os anos 1980, o petismo, poderia ser previsto pelas diferentes teorias existentes a respeito da moderação ideológica de partidos políticos à medida que estes se tornam mais competitivos (Kirchheimer, 1966; Katz e Mair, 1995; Panebianco, 2005), o surgimento do lulismo foi completamente inesperado. A reeleição de Lula em 2006, no segundo turno, com uma boa margem de folga em relação ao candidato da oposição, Geraldo Alckmin do PSDB, apenas um ano após a veiculação pela mídia do escândalo do Mensalão, surpreendeu muitos jornalistas e analistas políticos. Contribuiu para tal desfecho a imensa quantidade de votos vinda dos setores mais empobrecidos da sociedade, os quais demonstraram sua lealdade a Lula em 2010 com a vitória de sua sucessora, Dilma Rousseff (Kerbauy, 2011), um quadro técnico do PT praticamente desconhecido da população e que nunca havia disputado uma eleição.

Grande parte dos eleitores que passaram a votar em Lula em 2006 habita regiões empobrecidas do país, sobretudo o Nordeste brasileiro, em que o petismo teve pouca

<sup>9</sup> As falas em itálico são minhas.

penetração em comparação com outros locais, principalmente com São Paulo, onde nasceu o partido (Terron e Soares, 2010). Em muitos desses lugares, por vezes chamados de “grotões do país”, existem currais eleitorais de políticos conservadores que costumam atuar em partidos de direita (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000), por meio de políticas clientelistas ou por vezes até mesmo semelhantes ao antigo coronelismo, como indica o depoimento de Maria Conceição, sergipana que migrou para a periferia de São Paulo na década de 1990:

*Por que você votou no Collor e não no Lula em 1989? Porque naquela época eu morava em Sergipe, então eu dependia de... eu não falei para você que lá em Sergipe precisa de boiada, tem os seus bois lá? Como assim de boiada? Boiada é assim: tem dois políticos, aí, dependendo se você deve favor para um, você vai votar naquele. Então você votou no Collor por causa disso? É... mas vou falar um negócio para você, lá é mais negócio de partido<sup>10</sup>, aqui em São Paulo não tem negócio de partido da população, você vai lá e vota. Lá em Sergipe eu votava lá assim, é mais de partido, então não é que nem aqui, que você quer votar, vota em um lá, mas você pode votar em outro, entendeu? Não depende de política assim, e lá eu dependia de política. Aqui, por exemplo, esse ano eu votei na Dilma, mas eu não devo a cabeça para a Dilma e nem devo a cabeça para o Serra. Eu não devo a obrigação, eu fui lá e votei, está vendo. Lá em Sergipe, não, lá em Sergipe você deve uma obrigação. Lá em Sergipe não se falava muito no PT, lembra? Naquela época o PT não era falado como hoje, naquela época o PT era um partido pequeno, não tinha muito PT lá (Maria da Conceição, 43 anos, 2011).*

Assim, se é possível considerar que o voto no PT nesses locais parece estar mais relacionado com o impacto material e simbólico do lulismo do que com a atuação da agremiação<sup>11</sup>, nas periferias de São Paulo o fenômeno do lulismo se manifesta de modo mais nebuloso.

Por um lado, todos os 17 moradores entrevistados no bairro da Brasilândia, ainda que não tenham participado de programas de transferência de renda entre 2011 e 2013, de modo análogo aos setores mais empobrecidos da população, também foram beneficiados pelas políticas do governo federal. Todos relataram melhoras expressivas em seus níveis de renda e potencial de consumo em comparação com o período anterior aos governos Lula, estavam empregados ou conseguiram se empregar durante o período da

<sup>10</sup> Aqui, quando a entrevistada fala em “partidos”, quer dizer “clãs” ou grupos políticos locais aos quais se deve lealdade, e não a partidos no sentido moderno do termo.

<sup>11</sup> A identificação com Lula por parte dos segmentos mais empobrecidos da população, concentrados no Nordeste do país, possui alguma relação com os programas de transferência de renda promovidos pelos governos petistas (Hunter e Power, 2007; Zucco, 2013; Rego e Pinzani, 2013). No entanto, isso talvez não seja a única explicação (Simoni Jr., 2016), e talvez nem mesmo a principal, tendo em vista a forte identificação simbólica de muitos nordestinos pobres com Lula (Cohn, 2012).

pesquisa, possuíam carteira assinada, reconheceram que o bairro que moram vem passando por melhoras expressivas no que tange a maior oferta de serviços (agências bancárias, comércio) e urbanização (canalização de córregos, pavimentação de ruas e construção de moradias populares), e cerca de um terço dos entrevistados havia passado a habitar recentemente em apartamentos construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em conjunto com a prefeitura.

Por outro lado, a despeito de terem experimentado uma mobilidade social razoável, praticamente nenhuma das pessoas que entrevistei relacionava a melhora em seus padrões materiais com políticas do governo federal, nem mesmo aqueles que habitavam apartamentos do PAC. Na verdade, tais melhoras eram sentidas como um pequeno alívio em um cotidiano permeado por graves adversidades. Problemas que já existiam nas décadas de 1980 e 1990 permaneceram ou até mesmo pioraram, como a violência decorrente da proximidade com o crime organizado, as condições precárias de trabalho (alta rotatividade, terceirização e rotinas exaustivas), a falta de opções de lazer, a precariedade de serviços e equipamentos públicos, as dificuldades com a locomoção urbana, o aumento do custo de vida, o aumento do endividamento e a crescente especulação imobiliária que dificulta a locação e a compra de bons imóveis.

Desse modo, a despeito das melhoras materiais, os entrevistados continuavam a se sentir desprotegidos, isto é, continuavam a ser perpassados por uma insegurança estrutural que afeta de modo geral aqueles que fazem parte das classes trabalhadoras precarizadas (Savage, 2004). Tal insegurança se materializa de formas diversas, mas pode-se dizer que as principais, no caso dos entrevistados, se relacionavam principalmente com as dinâmicas de espoliação urbana (Kowarick, 2000; Harvey, 2014) e com as condições precárias de inserção no mercado de trabalho (Braga, 2012, 2015):

Fizem aquele negócio do Minha Casa, Minha Vida e eu fui uma das pessoas que me iludi muito. Eu fui na Caixa pra tentar o Minha Casa, Minha Vida, só que como que eu vou comprar uma casa se eu tenho que pagar mais do que o que eu ganho? Se eu não tenho como comprovar uma renda? Então é muito bonitinho você chegar na televisão e dizer "fiz o programa Minha Casa, Minha Vida", mas por que todo mundo está aqui na favela, não é? Não veio ninguém aqui perguntar pra mim. Não dão oportunidade, entendeu? Eles tratam o pobre como bicho. Quando eles arrumam uma oportunidade, arrumam um negocinho lá no meio da mata, lá em Poá<sup>12</sup>, e como você vai vir trabalhar aqui? (Tatiana, 30 anos, 2011).

Que nem o exemplo da crise, a crise financeira afetou o país, vamos mandar não sei quantas pessoas embora, o que eles ganharam com isso? O país mais parado, poucas pessoas trabalhando. Muitas pessoas nas comunidades pararam, começaram a pegar latinha na rua, pegar plástico, umas pessoas

<sup>12</sup> Poá é um município que faz divisa com o extremo da Zona Leste de São Paulo.

ainda acabavam se envolvendo em droga, bebida, jogados na rua... O governo tem dinheiro, querendo ou não eles têm dinheiro, então eles tinham que segurar. Esse negócio da crise aí foi uma furada com as pessoas. Eu fiquei desempregado, correndo atrás de serviço, não arrumei nada, fiquei na rua, dependendo de bico, até pegar latinha eu acabei pegando (Jadson, 21 anos, 2011).

Nesse sentido, o conceito de "precarizado" (Braga, 2012) acabou se mostrando muito mais acertado do que a ideia de "nova classe C". Mesmo entre aqueles que conseguiram acesso a salários melhores e escolaridade mais alta durante os governos Lula, a quem o sociólogo Jessé de Souza (2010) chamou de "batalhadores", a sensação era de que, a despeito de todo esforço, sangue, suor e lágrimas que poderiam ser mobilizados para ascender socialmente, parecia ser impossível avançar um centímetro em direção a um padrão de classe média real. Esse era o caso de Eliana, que havia se graduado em comércio exterior, mas ganhava por mês menos que sua mãe que trabalhava como empregada doméstica, e de Neide, uma professora não concursada de escola pública que precisava trabalhar em duas escolas para ganhar cerca de dois salários mínimos mensais e ainda assim precisou se mudar para o município de Franco da Rocha pois não conseguiu juntar dinheiro suficiente para sair da invasão em que morava e comprar uma casa na Brasilândia. Assim, ainda que houvesse uma melhora nos padrões de vida das pessoas, as desigualdades sociais pareciam apenas continuar a ser repostas:

O nosso país não nasceu com a igualdade. Vai melhorar a qualidade de vida, mas a igualdade nunca (risos). Querendo ou não o governo pode estar roubando mas ele tá dando melhora de vida, tá dando oportunidade, entendeu? Que nem hoje, para eu ir no Shopping Alphaville, tá fácil, o ônibus passa na porta da minha casa, porque o governo tá dando essa ampla expansão de eu chegar até lá, então eu não dependo de um carro pra ir até lá, eu posso ir de ônibus, só que construíram outro shopping (risos), e nesse eu não vou. As pessoas estão ficando consumistas, estão tendo carros, acesso a shoppings, lojas, só que elas compram em 60 vezes, então tem pessoas que devem a vida duas vezes. Na verdade, o pobre não está tendo nada, quem está ganhando são os empresários. As lojas te dão a liberdade de ter, mas você pode manter? Eu conheci um moleque que o pai dele tem dinheiro, ele também. Pra comprar um tênis de 600 reais ele espera o ano inteiro, eu tenho dois. Ele tem uma renda de quinze mil, mas eu vejo no pé dele e falo: "Ah! Se você pode, eu também posso", vou lá e compro. A gente se repara com ele assim: ele é rico, eu sou pobre, mas eu tenho uma coisa da mesma forma que ele. Tudo meu é parcelado. Você tá vendo a diferença? (Leandro, 24 anos, 2011).

Essa nova classe média<sup>13</sup> que o governo fala nada mais são do que consumidores, não é uma classe média que tem condições, ela tem porque o governo facilita, a própria sociedade facilita. Mas, se você olhar a conta dela, é tudo endividado, no futuro vai ser só endividados, no futuro não vai ter gente que tenha. Porque todo mundo tem que ter, eu concordo, só que a forma que eles fazem engana, porque você paga num produto três vezes mais (Silene, 38 anos, 2011).

Todos os entrevistados, a despeito de suas diferenças, estavam em um estado de permanente insatisfação e tensão, a inquietação operária apontada por Ruy Braga, que não encontrava canais políticos institucionais de expressão, tendo em vista a perda da centralidade das associações e movimentos populares nas periferias que se organizavam em torno do petismo em décadas anteriores (Feltran, 2011). As escolhas eleitorais, ao contrário do que existia nos anos 1980, auge do petismo, eram realizadas em um cenário político percebido como distópico. Os políticos, os partidos e o sistema político de modo geral eram vistos como sendo essencialmente corrompidos, de modo que, ainda que existisse algum candidato que parecesse ter boas intenções, pouco poderia ser feito para gerar uma mudança que impactasse de forma importante a vida das classes trabalhadoras:

Eu voto porque é uma obrigação, mas não que você espera nada de ninguém, porque nunca muda nada. Aumenta o salário, aumenta também a condução, aumenta o gás, aumenta a gasolina, aumenta tudo. Não adianta, né. Pelo menos assim, se eles melhorassem ônibus, essas coisas. Nossa, meu pai do céu! Nunca melhora nada. Então a gente vota porque é obrigado. Você vê o tanto que o salário da gente sobe, o quanto o salário deles sobe? Então a gente sabe, qualquer um que você colocar lá dentro eles vão fazer o mesmo... (Aparecida, 41, anos, 2013).

Mudar não vai mudar mesmo. Porque, você veja bem, quando a pessoa entra lá, tem que fazer praticamente o que os outros já falaram, né, tudo combinado. Se não fez... um sozinho não pode. É que nem um passarinho quando ele tem o ninho dele, né? Um não deixa o outro fazer um ninho onde ele está, se os outros não concordarem, aquele passarinho não faz. É bem por aí (Cleuza, 58 anos, 2013).

Contudo, a despeito do declínio do petismo e do estreitamento de horizontes das classes trabalhadoras que habitam a periferia de São Paulo, os votos angariados pelo PT nos bairros de periferia da cidade ao longo do tempo aumentaram em vez de diminuir. Mesmo após o episódio do chamado Mensalão, o qual provocou uma queda momentânea na taxa de identificação partidária do PT (Venturi, 2010), os moradores da cidade de São

---

<sup>13</sup> É interessante chamar a atenção para o fato de que nenhum dos entrevistados, a despeito da ascensão social, se autocalificava como "classe C", "nova classe C", "classe média" ou "nova classe média", mas sim como "pobres", "povo" e "trabalhadores".

Paulo com os menores níveis de renda e escolaridade continuaram votando de forma sistemática no partido (Limongi e Mesquita, 2008), aparentemente até 2012, quando o petista Fernando Haddad foi eleito prefeito da cidade. Mas, tendo em vista o cenário de distopia e insatisfação permeado pelo declínio do petismo, por que então as pessoas continuariam a votar no PT em eleições majoritárias, especialmente para a presidência?

Eu prefiro o PT, por mais coisa errada que eles façam, eles pensam um pouquinho nos pobres. Tudo bem que quando eles pensam nos pobres, eles pensam "o voto vai primeiro", porque pobre tem mais filho, tem mais gente pra votar. Mas eu gosto do PT não é só por isso não, é que eu brinco muito, mas é por causa da minha cidade lá no Nordeste, o PT fez muito lá. Então, muita gente pode dizer assim "ah, o PT fez uma esmola no Nordeste", mas se você for para o Nordeste, como eu passei 15 dias quando eu fui buscar minhas filhas, você vai dizer "o PT é um deus grego". Por isso que eu tiro o chapéu pro povo do Nordeste, o povo do Nordeste idolatra o PT. Porque o que eu tenho aqui pro povo do Nordeste é como se eu fosse milionária, e eu passo o maior sufoco. (...) *E por que você acha que eles fizeram e os outros não?* Eu acho que foi mais pelo presidente Lula, pela condição de vida que ele teve, eu acho que foi por isso que ele fez. O povo, todo mundo gostava dele. Eu gosto, eu gosto porque ele fez alguma coisa pelo meu povo, não foi nem por mim, mas foi pelo meu povo (Tatiana, 30 anos, 2011).

Por que eu votei no Lula? Porque eu vi que ele realmente... o Nordeste coitado do Nordeste, o Nordeste não comia, gente, era aquela pobreza danada, e aí eu votei no Lula por essa questão... comeu-se direito, pelo menos o pobre estava conseguindo comer. E eu votei no Lula nos dois mandatos dele. No Nordeste o Lula é considerado como um Deus, eu fui ao Nordeste no ano retrasado, e, assim, você não pode falar mal do Lula, você arruma briga, eles enfrentam mesmo, uma pessoa lá me falou assim: "aqui a gente glorifica o Lula, o Lula aqui para a gente é um Deus" (Eliana, 30 anos, 2011).

O Lula trabalha mais para a população mais pobre, é uma pessoa humilde, é uma pessoa que ganhou, mas você não viu assim empolgado de tudo. Eu acho que ele não mudou em nada depois, se fosse outra pessoa pobre, nossa, não ia nem ligar. Ele não, ficou a mesma pessoa, no meio do povão não usou segurança, não mudou, continua popular. Ele inventou muita coisa para a população pobre, em São Paulo não, mas lá para o Nordeste ele fez bastante coisa. Há uns dois anos atrás eu fui pra lá, muita coisa melhorou lá por causa dele, então eu acho ótimo. Aquelas pessoas às vezes não tinham nem o que comer... aquele negócio de renda mínima, eu não tenho, não me ajudou, mas ajudou muita gente lá que é pobre e depende desse dinheiro (Lourdes, 43

anos, 2011).

Eu votei no Lula porque ele passou uma situação bacana. Eu cheguei a ir nos comícios dele, nossa... fomos eu e a minha tia lá da Freguesia do Ó<sup>14</sup>: “Vamos lá no comício do Lula? Vamos!”. Eu cheguei a ir em vários comícios dele e ele passava uma popularidade que encantava! Até hoje né? E aí eu votei nele por isso. Ele passava uma segurança... Eu achava que ele gostava de nós pobres, ele gosta de pobre. Pela simplicidade dele, pelo jeito dele falar, pela forma que ele tratava, podia estar enganada, mas eu acho que ele foi bom, bom negociador, tem muita lábia, né, ele vai lá e resolve, entendeu? O que tiver que fazer ele vai lá, domina e faz. O que é incrível é isso, né, que ele tem lábia. Ele tem segurança naquilo que ele quer. E isso ele passou, foi muito importante. Muita gente o criticou, mas eu acreditei muito, sempre votei no Lula (Silvana, 38 anos, 2011).

Quando foi a eleição daquele Collor, nossa, logo de cara eu já falei: “nele eu não voto nunca”. No Lula eu, nossa, votei nele várias vezes. *Você gosta do Lula?* Gosto, porque ele é uma pessoa pobre, uma pessoa que batalhou, passou pela pobreza, então, a pessoa para saber o que é um pobre, ele tem que ter sido pobre. Ele sabe se colocar na pele dos outros. *E por que você não gosta do Collor?* Porque ele era muito riquinho, muito bobinho. *Então você sempre gostou do Lula desde 89?* Sempre mesmo, desde as histórias que a gente via que ele era metalúrgico, essas coisas, sempre pensava assim “ele deve ser uma boa pessoa, nordestino, sofreu muito, deve saber mais ou menos o que os outros passam” (Nilza, 41 anos, 2011).

Ainda que os cientistas políticos Peixoto e Rennó (2011) tenham apontado uma correlação positiva entre mobilidade social e voto em Dilma Rousseff em 2010, nenhum dos entrevistados afirmou ter votado na ex-presidente por esse motivo. As medidas implementadas pelo governo federal que beneficiaram o precariado das periferias das grandes cidades, como os aumentos do salário mínimo, a criação de empregos ou mesmo a construção de moradias populares, não foram citadas por nenhum dos entrevistados como explicação para a preferência por Lula e/ou pelo PT, apesar de todos terem relatado uma melhora de seus níveis de renda e consumo. As razões que cerca de dois terços dos entrevistados alegaram para justificar sua adesão a Lula e ao PT, como bem ilustram as falas acima, referiam-se ao aspecto simbólico presente no lulismo. Lula representaria *de verdade* as pessoas mais pobres, as quais habitavam as regiões mais empobrecidas do país, especialmente no Nordeste, de modo que os moradores da Brasilândia acabavam por se sentir parte de uma mesma coletividade, “os pobres”, à qual também pertenceriam os nordestinos e o próprio Lula, o que por si só explicaria a confiança e a lealdade depositadas no ex-sindicalista e, em boa medida, a preferência pelo PT.

---

<sup>14</sup> Bairro vizinho da Brasilândia.

Essa vinculação simbólica dos trabalhadores que moram nas periferias de São Paulo e a população pobre do Nordeste ocorre, em grande medida, em função do passado dos primeiros, os quais, como Lula, vieram do Nordeste para trabalhar em São Paulo, como é o caso de 10 dos 17 entrevistados. Inclusive, nesse sentido, é particularmente interessante o caso de Raimundo, metalúrgico de origem baiana, que após o Mensalão perdeu completamente a fé no Partido dos Trabalhadores e passou a votar sistematicamente na oposição ao partido, mas afirmou que votaria novamente em Lula para um terceiro mandato pelo que ele teria feito pelo povo nordestino. No entanto, mesmo alguns entrevistados que não tinham vindo de estados nordestinos, mas de regiões empobrecidas de Minas Gerais, possuíam uma identificação similar pois tiveram trajetórias análogas.

### **O futuro do lulismo: caminhando sobre gelo fino**

A despeito da crise política iniciada em 2013 e que se agravou com o impedimento de Dilma Rousseff, o lulismo continua vivo, como foi apontado anteriormente. Assim, é possível pensar que a lealdade dos mais pobres, especialmente daqueles que habitam o Nordeste, se mantém razoavelmente inabalada, considerando o impacto do lulismo na região e a identificação simbólica direta com Lula. No entanto, tendo em vista que os votos oriundos da população nordestina e/ou mais pobre do país não são suficientes para eleger um presidente, muito provavelmente o futuro do lulismo recaia nos votos das classes populares que habitam as grandes cidades. Mas quão fortes seriam afinal os vínculos do lulismo nas periferias? Ainda que pesquisas qualitativas sejam de difícil generalização, acredito que, ao menos no que tange à cidade de São Paulo, é possível esboçar algumas hipóteses. À primeira vista, a partir da exposição dos dados realizada aqui, seria possível imaginar que o lulismo teria conquistado uma adesão razoável entre os moradores da periferia, contudo, acredito que essa adesão é volúvel, e, nesse sentido, concordo com o diagnóstico realizado por Ruy Braga no que tange à existência de um consentimento passivo do precariado em relação ao lulismo, que, no caso dos moradores da periferia de São Paulo, se basearia principalmente nos aspectos simbólicos referidos acima, mas que seria instável e possuiria fragilidades importantes.

A primeira fragilidade do lulismo na periferia residiria na ausência da percepção do impacto positivo causado pelas políticas do governo federal em suas vidas durante os governos Lula. Assim, se a população nordestina reconhece os benefícios das políticas realizadas pelo governo federal, os moradores de bairros de periferia de São Paulo nem sequer relacionaram as políticas que os beneficiaram com a melhora de seus níveis de renda e consumo. Dessa forma, se as possibilidades de mudança dentro da ordem que foram oferecidas pelo lulismo na época talvez sejam suficientes para que os setores mais empobrecidos da população, principalmente aqueles que residem no Nordeste, continuem aderindo ao lulismo por mais tempo por conta de uma combinação de fatores materiais e

simbólicos, é mais difícil dizer o mesmo no que tange ao precariado que habita a periferia de São Paulo. Afinal, é difícil que a identificação simbólica que constatei na pesquisa, que foi iniciada no auge do lulismo e finalizada pouco depois das manifestações de junho de 2013, tenha permanecido da mesma forma tendo em vista o recrudescimento das crises política e econômica a partir de então, como parece apontar uma pesquisa realizada pelo Vox Populi em 2014:

O Bolsa Família envelheceu, não pode mais ser usado como o grande carro-chefe das campanhas petistas. E as críticas não são apenas da classe média conservadora, mas estão vindo especialmente da chamada nova classe C, justamente aquela que ascendeu na gestão do PT. *Esses cidadãos alegam que pagam seus impostos, enquanto outros recebem as benesses do governo, por isso não querem mais ser identificados com os que ainda dependem do programa para sobreviver* (Marcos Coimbra, Vox Populi, Estado de S. Paulo, fevereiro de 2014, grifos meus)<sup>15</sup>.

Outra fragilidade recairia no comportamento político dos moradores mais jovens da periferia, que nasceram nos anos 1990. Esses jovens tiveram pouco ou nenhum contato com o petismo e, ao contrário dos moradores mais velhos, já nasceram em São Paulo, portanto não possuem vínculos mais fortes com o Nordeste ou as regiões miseráveis do Brasil e não partilham da trajetória específica de Lula (Costa, 2015; Pavez, 2015; Patta, 2017). Assim, a força simbólica do lulismo acaba tendo pouco impacto nesse segmento em comparação com as gerações mais velhas, tendo em vista que nenhum dos entrevistados que possuíam menos de 25 anos era particularmente entusiasmado com Lula e/ou com o PT.

Por fim, a contraditória política de alianças do PT, unida à decepção com as denúncias de corrupção, tende a enfraquecer o impacto do lulismo na periferia de São Paulo no que diz respeito ao voto em candidatos que sejam do PT. Durante as eleições municipais de 2012, a aliança realizada entre o Partido dos Trabalhadores e seu adversário político histórico, Paulo Maluf (PP), fez com que Eliana, petista e fã da gestão de Erundina na prefeitura, ficasse desapontada com Lula e com o partido:

Na época da Erundina o ensino era muito bom também, as coisas eram mais firmes. Uma vez ela visitou a escola, eu era novinha, eu acho que eu tinha uns 9, 10 anos... pra mim a Erundina foi a melhor. Aí depois passou muito tempo veio aquele Pitta lá, que acabou morrendo, ladrão também, que foi coisa do Maluf, não é? Se fosse a Erundina a vice do Haddad, ele teria o meu voto, porque aí, se ele saísse, ficava a nossa vice Erundina. *Mas ela não*

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsa-familia-pode-deixar-de-ser-trunfo-diz-analista,1135856>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

*aceitou...*<sup>16</sup>. Por causa da aliança com o Maluf, não é? Eu acho que ela está certíssima. Porque o Lula devia tomar vergonha na cara dele, tomar vergonha e não ter feito aquilo, porque ele viu o que o Maluf fez. Então eu achei a atitude dela muito boa. Mulher de opinião, pra mim, está certíssima. O Lula não, mesmo assim ele quis, porque o Maluf também, lógico, o que ele está querendo é aliança com alguém, ele está correndo daqui, está correndo de lá, vamos dizer que é como se fosse um Collor, entendeu? Eu acho que ela fez certo. Esses dias mesmo a minha mãe estava falando, “ah, se bobear, esse Russomano acho que vai ganhar”. Porque a gente fica tão frustrada algumas vezes, igual agora com o Lula, a gente fica frustrada. Então isso vai te deixando... o povo vai ficando triste, essa é a verdade. O povo vai começar a anular, não vota, vota em branco (Eliana, 30 anos, 2012).

Celso Russomano, apesar de ter conquistado muitos votos na periferia de São Paulo, não conseguiu ir para o segundo turno das eleições, porém, isso se deveu menos ao mérito do PT e mais ao amorismo de sua candidatura. Ao final do período de campanha, o ex-malufista propôs que a tarifa de ônibus fosse proporcional à distância percorrida, o que obviamente prejudicaria a população mais pobre que precisa percorrer grandes distâncias de ônibus para chegar ao trabalho, o que fez com que suas intenções de voto despencassem rapidamente. Assim, ainda que a previsão da mãe de Eliana não tenha se concretizado, Russomano, cujo partido, é importante frisar, fazia parte na época da coalizão do governo federal, contou com uma votação não desprezível de 1.324.021 votos, somando 21,6% das preferências dos eleitores de São Paulo<sup>17</sup>. Nesse sentido, é interessante apontar a facilidade com que os entrevistados, mesmo aqueles que gostam de Lula e declaram preferência pelo PT, como Tatiana, possuem em votar em candidatos que se apresentam como “novos”, independentemente do partido de origem:

*Em 2004, a Marta disputou a reeleição no segundo turno com o Serra, você lembra em quem você votou? Eu votei na Marta. Em 2008, que foi a última eleição, no segundo turno, foi a Marta contra o Kassab, você lembra quem você votou? Kassab, porque eu achei que ele ia trazer melhorias né, mas eu fiquei meio decepcionada com ele. Na época eu votei nele porque eu pensei: “não, vamos mudar, vamos ver se ele vai fazer melhorias mesmo”. Porque ele fez uma propaganda até muito bonita, né? Mas eu acho que ele deixou a desejar, eu fiquei meio revoltada assim, com essa situação das casas terem inundado, e o descaso, acho assim que é um descaso demorar com esse auxílio aluguel, demorar com lugar pra pôr a pessoa (Tatiana, 30 anos, 2013).*

---

<sup>16</sup> Luíza Erundina recusou ser candidata a vice-prefeita na candidatura de Fernando Haddad do PT alegando discordância com a aliança realizada entre o PT e o Partido Progressista, partido do adversário histórico do petismo em São Paulo, Paulo Maluf.

<sup>17</sup> Ver <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2012/1turno>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Tatiana, apesar de ter declarado preferência pelo PT e por Lula, deixou de votar em Marta Suplicy, candidata do PT, para a eleição municipal em 2008, em favor de Gilberto Kassab, então filiado ao Democratas. Tal comportamento foi seguido por vários moradores de periferia naquele ano, o que acabou fazendo com que Kassab ganhasse a eleição na época, porque foi capaz de fazer uma “propaganda muito bonita”, como confirmou a análise do cientista político Jairo Pimentel Jr., especialista em impacto emocional das campanhas no voto<sup>18</sup>. Inclusive, o pressentimento de Eliana de que o povo ficaria cada vez mais decepcionado e começaria a anular o voto se refletiu na escolha de Tatiana nas eleições municipais de 2012, quando afirmou ter votado em branco para todos os cargos como forma de protesto:

Eu votei tudo em branco, porque eu estou muito indignada com todo mundo. Eu ia votar no Tiririca, mas ele não foi candidato de novo pra deputado federal. Mas se tivesse Tiririca, eu ia votar no Tiririca, porque o Tiririca ganhou com milhões de votos e eu acho que as autoridades não entenderam ainda por quê. Não é porque ele sabia tudo de política, é tipo um protesto votar no Tiririca. Ia votar nele de novo, protestar, né? (Tatiana, 30 anos, 2013).

O afã de protestar contra os políticos de modo geral esboçado por Tatiana no final de 2012 acabou se espraiando para outros segmentos da população e se materializando nos anos seguintes nas manifestações de junho de 2013. Inclusive, é bom lembrar que Dilma perdeu para Aécio no bairro da Brasilândia em 2014 e dois anos depois, em 2016, os votos vindos das periferias ajudaram a eleger João Dória para a prefeitura da capital, candidato do PSDB que nunca havia disputado uma eleição e que conseguiu uma inédita vitória no 1º turno. Assim, a despeito da existência de fortes vínculos simbólicos entre Lula e boa parte dos moradores da periferia de São Paulo, o lulismo parece caminhar sobre gelo fino.

*Camila Rocha* – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política.  
E-mail: <camilarocha44@gmail.com>.

### Referências bibliográficas

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, R. *A pulsão plebeia*. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

CABANES, R., et al. (orgs.). *Saídas de emergência*. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

<sup>18</sup> Ver em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL803847-5601,00-PROPAGANDA+DE+KASSAB+EMOCIONOU+ELEITOR+DIZ+CIENTISTA.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

- COHN, A. *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. São Paulo: Azougue, 2012.
- COSTA, H. "Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo". Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado*. Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- FELTRAN, G. S. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FRIZZO, D. "Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)". Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2013.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.
- KATZ, R.; MAIR, P. "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, vol. 1, nº 1, p. 5-28, 1995.
- KERBAUY, M. T. "Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 477-492, 2011.
- KIRCHHEIMER, O. "The transformation of the Western European party systems". *Political Parties and Political Development*, p. 177-200, 1966.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Elsevier, 2010.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. "Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004". *Novos Estudos Cebrap*, nº 81, p. 49-67, 2008.
- MACEDO, C. C. *Tempo de gênese: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- NERI, M. (coord.). *A nova classe C*. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2008.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PATTA, C. "Contestando a ordem: um estudo de caso com secundaristas da Zona Leste paulistana". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, FFLCH-USP, São Paulo, 2017.
- PAVEZ, T. "Crime, trabalho e política: um estudo de caso entre jovens da periferia de São Paulo". Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.

POCHMANN, M. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POWER, T. *Political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park: Penn State Press, 1997.

REGO, W.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, vol. 10, nº 2, p. 221-241, 2004.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C.; SILVA, F.; FORTES, A. (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SECCO, L. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SIMONI JR., S. "Competição eleitoral e política distributiva no Brasil: (re)avaliando o efeito dos programas de transferência de renda". *Anais Eletrônicos do 10º Encontro da ABCP*, 2016.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOFIATI, F. M. "Tendências católicas: perspectivas do cristianismo da libertação". *Estudos de Sociologia*, vol. 14, nº 26, 2009.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANDING, G. *O precariado*. A nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica Editora, 2013.

TERRON, S.; SOARES, G. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, p. 310-337, 2010.

VENTURI, G. "PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária". *Perseu*, vol. 5, nº 200, p. 196-214, 2010.

ZUCCO, C. "When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002-2010". *American Journal of Political Science*, vol. 57, nº 4, p. 810-822, 2013.

### Fontes consultadas

*Jornal Cantareira*, edição de fevereiro/março de 2003, seção "De olho na história: vila Brasilândia: meio século de contradições".

*Jornal Cantareira*, edição de julho de 2003, seção "De olho na história: Terezinha, vila marcada por sofrimentos e alegrias".

*Jornal Cantareira*, edição de maio de 2003, seção "De olho na história: Jardim Guarani, coragem e esperança".

Relatório do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Centro de Referência e Memória) referente ao "Projeto Brasilândia", realizado entre 1999 e 2000.

## **Resumo**

### *Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa*

O objetivo do presente artigo é analisar as percepções políticas e as escolhas eleitorais de eleitores da periferia de São Paulo que ascenderam socialmente durante os governos Lula, tendo em vista o declínio do petismo e o surgimento do lulismo. Eles teriam relacionado sua ascensão social com as políticas governamentais dos governos Lula? Seriam lulistas? Caso fossem, o que isso significaria e qual impacto teria em suas percepções acerca do Partido dos Trabalhadores? De acordo com os dados levantados a partir de uma série de entrevistas em profundidade realizadas junto a moradores do bairro da Brasilândia entre 2011 e 2013, as motivações da preferência pelo PT e/ou por Lula não foram de ordem material, mas sim de ordem simbólica, tendo em vista os benefícios recebidos pela população mais pobre que habita o Nordeste brasileiro. Contudo, a despeito de tal identificação, a adesão ao PT e ao lulismo na periferia possui fragilidades importantes.

*Palavras-chave:* lulismo; petismo; São Paulo; cultura política

## **Abstract**

### *Petismo and lulismo in a poor neighborhood of São Paulo: a qualitative approach*

The aim of this article is to analyze the political perceptions and the electoral choices of the residents of a poor neighborhood of São Paulo called Brasilândia based on a series of in-depth interviews conducted between 2011 and 2013. Would these individuals relate their social ascent to the public policies implemented during the Lula Era? Would they be *lulistas*? If so, what would this mean, and what impact would it have on their perceptions of the Workers' Party (PT)? According to the data collected, the motivations for having preferences for the PT and/or Lula were not of a material nature, but rather of a symbolic one, since interviewees demonstrated a strong identification with the poor population that lives in the Brazilian Northeast. However, in spite of such identification, adherence to the PT and to *lulismo* in São Paulo's poor neighborhoods has important fragilities.

*Keywords:* *lulismo*; *petismo*; São Paulo; political culture

## **Resumen**

### *Petismo y lulismo en la periferia de São Paulo: un enfoque cualitativo*

El objetivo del presente artículo es, a partir de una serie de entrevistas a profundidad realizadas en el barrio de Brasilândia entre 2011 y 2013, analizar las percepciones políticas y las elecciones electorales de los habitantes de la periferia de São Paulo que ascendieron socialmente durante los gobiernos de Lula. ¿Habrían relacionado su ascenso social con las políticas gubernamentales de los gobiernos de Lula? ¿Sería lulista? Si fueran, ¿qué significaría y qué impacto tendría en sus percepciones acerca del Partido de los Trabajadores? De acuerdo con los datos levantados, las motivaciones por la preferencia por el PT y / o por Lula dadas por los entrevistados no fueron de orden material, sino de orden simbólico, teniendo en cuenta los beneficios recibidos por la población más pobre que habita el Nordeste brasileño. Sin embargo, a pesar de dicha identificación, la adhesión al PT y al *lulismo* en la periferia tiene fragilidades importantes.

*Palabras clave:* *lulismo*; *petismo*; São Paulo; cultura política

### **Résumé**

*Petismo et lulismo dans les quartiers pauvres de São Paulo: une approche qualitative*

Le but de cet article est d'analyser les perceptions politiques et les choix électoraux des résidents d'un quartier pauvre de São Paulo appelé Brasilândia basé sur une série d'entrevues réalisés entre 2011 et 2013. Ont-ils lié leur ascension sociale aux politiques publiques mises en œuvre pendant l'ère Lula? Seraient-ils des *lulistas*? Dans l'affirmative, qu'est-ce que cela voudrait dire et quel impact aurait-il sur leurs perceptions concernant le Parti des Travailleurs? Selon les données recueillies, les motivations pour avoir des préférences pour le PT et/ou Lula données par les personnes interrogées n'étaient pas de nature matérielle, mais plutôt d'ordre symbolique, puisqu'elles ont démontré une forte identification avec la population pauvre qui vit dans le nord-est Brésilien. Cependant, malgré cette identification, l'adhésion au PT et au *lulismo* dans les quartiers pauvres de São Paulo présente d'importantes fragilités.

*Mots clés:* *lulismo; petismo; São Paulo; culture politique*

Artigo submetido à publicação em 11 de maio de 2017.

Versão final aprovada em 20 de fevereiro de 2018.

# Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras

---

André Borges

Robert Vidigal

---

## Introdução<sup>1</sup>

O debate recente sobre identificação partidária e voto no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência. Desde 1994, tais partidos constituem os dois polos da disputa, alternando-se à frente do Poder Executivo. Várias pesquisas recentes sugerem que a disputa presidencial contribui para estruturar e conferir inteligibilidade ao sistema partidário, uma vez que todos os demais partidos, com poucas exceções, tendem a gravitar em torno dos projetos presidenciais capitaneados por PT e PSDB (Braga e Pimentel Jr., 2011; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012).

Os argumentos e evidências presentes na literatura nacional tendem a convergir com a literatura sobre o desenvolvimento do sistema partidário nos EUA, a qual aponta para a importância da disputa presidencial e das macropolíticas econômicas e sociais implementadas pelos presidentes para a construção de partidos genuinamente nacionais, capazes de dividir as preferências do eleitorado (Key, 1955; Milkis e Rhodes, 2007; Schattschneider, 1960; Sundquist, 2011). De fato, alguns estudos sobre identificação partidária no Brasil demonstram que uma parcela pequena, embora não desprezível, dos eleitores consegue se posicionar de forma razoavelmente consistente perante os dois principais partidos na disputa presidencial (Braga e Pimentel Jr., 2011; Samuels e Zucco, 2014).

Nos últimos anos, desenvolveu-se uma ampla gama de pesquisas com o intuito de investigar os determinantes da decisão do voto nas eleições presidenciais (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, 2016; Batista, 2014; Speck e Balbachevsky, 2016). As evidências empíricas demonstram que a identificação partidária é fator de peso nas escolhas dos

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Mathieu Turgeon, Wladimir Gramacho e Maria do Socorro Braga por seus comentários e sugestões à versão anterior do artigo apresentada no 10º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política em setembro de 2016. Também somos gratos aos três pareceristas anônimos da revista *Opinião Pública*, cujas revisões rigorosas e detalhadas contribuíram em muito para a revisão do manuscrito. Quaisquer erros ou omissões remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

eleitores, embora ainda não haja consenso sobre a forma mais adequada de mensuração do vínculo entre eleitores e partidos (Braga e Pimentel Jr., 2011; Cabello e Rennó, 2010; Carreirão e Barbeta, 2004; Peixoto e Rennó, 2011; Rennó, 2007).

Neste artigo, procura-se contribuir com a literatura de polarização colocando em questionamento alguns diagnósticos relativos à consolidação do sistema partidário presidencial. Em particular, apontamos para a fragilidade metodológica e teórica de análises que enxergam a polarização PT-PSDB como reflexo de uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados. Para tal, propomos uma nova medida com o intuito de estimar a força ou a intensidade dos sentimentos partidários ante o PT e o PSDB.

Pretende-se responder a três questões centrais. Em primeiro lugar, verificamos se e em que medida os eleitores brasileiros se encontram separados segundo a divisão bipolar predominante na disputa presidencial e se essa divisão se mantém ou se altera ao longo do tempo. Em particular, buscamos avaliar empiricamente a hipótese que vem sendo levantada na literatura no que diz respeito ao fortalecimento dos sentimentos partidários em relação ao PT e ao PSDB. Em segundo lugar, avaliamos em que medida é possível dizer que teria ocorrido ao longo dos últimos anos um processo de polarização partidária vinculado à competição presidencial entre PT e PSDB, conforme sugerido por Couto (2014) e Reis (2014). E em terceiro lugar, analisamos o impacto das simpatias partidárias sobre o voto presidencial nas eleições de 2002 a 2014. Nessa análise buscamos entender o comportamento não apenas dos eleitores que se posicionam claramente perante os principais partidos presidenciais, como em pesquisas anteriores (Carreirão, 2007; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016), mas também daqueles que demonstram indiferença ante a bipolaridade da disputa.

O artigo procura responder a essas questões recorrendo aos *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) realizados nos anos de 2002 a 2014. Para verificar em que medida teria havido um aumento das simpatias partidárias em relação ao PT e ao PSDB, desenvolvemos uma escala de partidarismo através de uma questão do Eseb que permite ao eleitor atribuir a intensidade da sua simpatia ou antipatia por esses dois partidos. Consideramos não apenas os sentimentos dos eleitores com respeito ao partido da sua preferência, mas também em relação ao seu principal partido adversário na eleição presidencial. Ao explorar a questão do partidarismo de massa e a polarização partidária entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Brasil contemporâneo, este artigo baseia-se nas pesquisas existentes e contribui para debates em andamento.

Propomos uma medida de polarização a partir dos sentimentos partidários ("gostar" ou "não gostar"). De acordo com a teoria de grupos, uma medida mais apropriada de polarização deve considerar os sentimentos negativos e positivos dos eleitores pelos supostos partidos "polarizadores", portanto, as identidades partidárias devem ser tomadas

como relacionais. Porém, as pesquisas sobre o caso brasileiro têm utilizado os sentimentos partidários negativos ou positivos em relação aos dois principais partidos (PT e PSDB) de forma isolada e não relacional. Exemplos recentes incluem o estudo de Braga e Pimentel Jr. (2011), que analisa o efeito dos sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB sobre o voto presidencial, e Paiva, Krause e Lameirão (2016), cuja pesquisa enfoca os sentimentos partidários negativos, especialmente com respeito ao PT.

O presente artigo representa um avanço ante contribuições anteriores na medida em que trata os sentimentos partidários de maneira relacional, combinando sentimentos positivos e negativos a partir das teorias de relações intergrupais. Além disso, o artigo também se diferencia das (poucas) pesquisas que buscaram entender a identificação partidária de forma relacional, a exemplo de Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), Carreirão (2007) e Samuels e Zucco (2018), uma vez que o foco não é a identificação partidária negativa, mas sim a polarização de massa. De fato, o tema da polarização ainda não foi objeto de estudos mais sistemáticos na ciência política brasileira; o nosso artigo se propõe exatamente a preencher essa lacuna.

Do ponto de vista metodológico, a medida que desenvolvemos para avaliar a tese da polarização dos eleitores brasileiros contribui para gerar melhorias na operacionalização de um conceito-chave no comportamento eleitoral. O Brasil é foco, não por causa do interesse na política desse país em si, mas porque oferece um contexto desafiador para pensar como se deve implementar o conceito de polarização. E, nesse caso, ainda se considera a necessidade de analisar os eleitores que não se posicionam em relação a nenhum dos dois grandes partidos.

A partir das categorias construídas por meio dessa escala, verificamos, de um lado, o grau de vinculação entre o posicionamento partidário e, de outro, as opiniões dos eleitores sobre temas políticos e posicionamento ideológico. Dessa forma, buscamos avaliar empiricamente a hipótese da polarização. Por fim, recorreremos a uma série de modelos multinomiais *logit* para a escolha dos eleitores no primeiro turno das eleições presidenciais, com o intuito de mensurar a importância relativa dos sentimentos partidários como fator explicativo do voto.

Os resultados empíricos demonstram que, não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequena monta e, também, nota-se ao longo do tempo crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado. Além disso, os eleitores indiferentes que não distinguem claramente o PT e o PSDB constituem o segmento numericamente mais importante do eleitorado e, portanto, de maior relevo para as estratégias partidárias, situação essa que se manteve inalterada no período em análise.

## Identificação partidária, polarização e escolhas eleitorais

A natureza e as origens da identificação partidária têm sido debatidas por décadas. Tradicionalmente, as pesquisas sobre a natureza dessa identificação têm se baseado em duas escolas principais de pensamento. De acordo com uma primeira perspectiva, a identificação partidária seria a conexão psicológica a um partido político devido a processos de socialização na infância (Campbell et al., 1960). Seu núcleo é a ideia de que a identificação partidária é definida como um sentimento de apego pessoal, afetivo, a um partido político baseado em sentimentos de proximidade com os grupos sociais vinculados às partes (Campbell et al., 1960; Green, Palmquist e Schickler, 2002).

Para uma segunda perspectiva, a identificação partidária é determinada por avaliações sobre temas políticos importantes (*issues*), eventos e personalidades atuais. Essa perspectiva está enraizada no modelo de Downs (1957) de identificação partidária como uma heurística que captura eficientemente a correspondência entre as plataformas do partido e as preferências políticas do indivíduo. À medida que as pessoas adquirem informações adicionais e formam novas atitudes políticas, a identificação partidária se desloca em um processo de atualização bayesiana (Achen, 1992).

Nas novas democracias, como o Brasil, entretanto, os partidos políticos são um fenômeno relativamente novo, e, como tal, o partidarismo teve menos tempo para se desenvolver e consolidar posições políticas, fornecendo informações consistentes aos eleitores (Fiorina, 1981). Isso quer dizer que muitos cidadãos só podem aprender sobre os partidos políticos e desenvolver simpatias partidárias a partir do comportamento dos políticos e dos acontecimentos políticos (Samuels e Zucco, 2014).

### *Grupos, identificação e competição intergrupos*

O comportamento social e político está diretamente relacionado ao comportamento de grupos. A tendência de se juntarem com outros é talvez a característica mais importante dos seres humanos (Brewer, 2010). Teorias de relações intergrupais fornecem uma poderosa ferramenta para estudar a identificação partidária. Com base nos critérios mais triviais para a diferenciação (por exemplo, jogar uma moeda), as pessoas formam fortes predisposições intragrupo (Nicholson, 2012). O desejo de diferenciar-se de um grupo externo pode até mesmo motivar os indivíduos a alterar os traços de personalidade (*self-stereotyping*) na direção oposta à do exogrupo (Nicholson, 2012).

A percepção de "identificação de grupo" é a tendência dos indivíduos a perceber a si mesmos e seus grupos como entrelaçados, compartilhando qualidades e falhas comuns, sucessos e fracassos, e destinos comuns (Tajfel, 1981). A identificação do grupo é a percepção cognitiva de unidade e laços afetivos significantes com o grupo (Tajfel, 1974). Assim, para alcançar o estágio de "identificação de grupo", são necessários dois

componentes. Primeiro, um componente cognitivo, no sentido de consciência da adesão (percepção de pertencimento); e segundo, um componente afetivo avaliador (positivo ou negativo) (Brewer, 2010; Huddy, 2001).

O grau de identificação depende crucialmente da ideia de “ajuste comparativo” (*comparative fit*), o conceito sugere que os indivíduos se classificam em grupos não apenas quando eles acham que se assemelham, ou se ajustam, àquele grupo, mas também quando eles acreditam que seu grupo difere de outros (Lupu, 2013). Quanto mais a participação no grupo maximiza as semelhanças entre os indivíduos membros do grupo, bem como as diferenças com os membros de fora, maior é a probabilidade de um indivíduo se identificar com o endogrupo (Lupu, 2013).

As identidades sociais são construídas não apenas pela afinidade do endogrupo, mas também sobre as diferenças dos exogrupos (Lupu, 2013). E com partidos políticos não é diferente. Ambos os vieses intergrupais de endo e exogrupos estão enraizados no comportamento humano e ajudam a delinear e manter os limites entre as bases de apoio dos partidos (Lupu, 2013; Nicholson, 2012; Rose e Mishler, 1998; Medeiros e Noèl, 2014).

#### *Partidarismo e polarização de massa*

Identificação partidária é claramente um tipo de identidade social, uma vez que as pessoas facilmente categorizam-se em grupos a partir da mais trivial das diferenças. A força dos sentimentos partidários, por sua vez, pode estar relacionada à existência ou não de divisões ideológicas relevantes tanto no nível das elites quanto no das massas.

A identificação partidária é uma parcela pequena da autoconcepção individual típica. A raça, o sexo, a religião, a região ou a classe social chegam imediatamente à mente dos indivíduos como identidades sociais fundamentais; os partidos políticos não (Green, Palmquist e Schickler, 2002). Na América Latina, Lupu (2014) identificou em diversos casos o enfraquecimento das clivagens partidárias, isto é, diluição das identidades partidárias quando os principais partidos convergem nas suas posições ou adotam políticas inconsistentes com as suas agendas tradicionais. O resultado disso é que os eleitores perdem a capacidade de diferenciar os partidos, o que, por sua vez, leva a uma redução na intensidade e na amplitude da identificação partidária no eleitorado. Por outro lado, na presença de candidatos ideologicamente extremos os eleitores têm maiores incentivos não apenas para concordar com seu próprio grupo, mas também para discordar do grupo adversário (Nicholson, 2012).

O que se pode concluir é que a estrutura da competição política afeta a força e a estabilidade das preferências partidárias. Quando a competição é polarizada e os partidos defendem posições claramente distintas entre si, aumenta a probabilidade de os eleitores conseguirem se identificar, se posicionar e desenvolver preferências claras em relação às agremiações políticas.

Nesse sentido, há boas razões teóricas para operacionalizar a identificação partidária como uma medida composta que inclui não apenas os sentimentos partidários positivos (identificação com o endogrupo), mas também os sentimentos partidários negativos (rejeição ao exogrupo). Como notam Rose e Mishler (1998), os eleitores com identidades partidárias mais intensas são aqueles que adotam uma postura do tipo “nós contra eles”, apresentando uma identificação positiva com a legenda de sua preferência, e uma identificação negativa com uma ou mais legendas adversárias. Na mesma linha, Samuels e Zucco (2018) distinguem entre os partidários fortes (*hard-core partisans*) e os partidários positivos, que apresentam simpatia por um partido, mas, no entanto, não rejeitam claramente nenhuma outra legenda.

A polarização do eleitorado (polarização de massas) é um fenômeno que tende a estar associado a identidades partidárias intensas, do tipo “nós contra eles”, e também a grandes diferenças de opinião e ideologia entre os eleitores identificados com cada um dos partidos. Em particular, a polarização está associada a sentimentos partidários negativos, uma vez que eleitores de direita (esquerda) acabam por rejeitar claramente as legendas de esquerda (direita) (Medeiros e Noël, 2014). Medir a polarização é claramente um desafio, pois diferentes formas são usadas para medir o conceito, o que, muitas vezes, resulta em conclusões divergentes (Fiorina, 1981). Na literatura de opinião pública, diversas estratégias de mensuração já foram empregadas: exame das correlações entre a identificação partidária e a ideologia; exame da diferença de médias entre os grupos ou comparação da proporção total de respondentes que pertencem a cada categoria de uma escala; análise do desvio-padrão das pontuações combinadas de escalas de ideologia; etc.

Mas o que vem a ser exatamente polarização de massa? As definições e medidas empíricas de polarização do público de massa variam, mas a maioria das definições está relacionada a dois conceitos (Hill e Tausanovitch, 2015). Primeiro, a polarização é divergência quanto a ideologia política entre os membros do público. Por exemplo, se mais membros do público estão nas extremidades ou se menos membros do público ocupam o meio de distribuição, o público está mais polarizado<sup>2</sup>. Segundo, a polarização aumenta a separação de grupos claramente definidos, por exemplo, nos EUA os democratas tornam-se mais liberais e os republicanos, mais conservadores (Hill e Tausanovitch, 2015). Em um eleitorado polarizado, a população está concentrada em torno de alguns pontos da distribuição, especialmente nos dois extremos desta (Fiorina e Abrams, 2008).

Em suma, (i) a polarização é uma questão de grupos que envolve dois ou mais grupos; (ii) a polarização aumenta quando a “dispersão dentro do grupo” é reduzida; e (iii) a polarização aumenta quando a distância entre os grupos cresce (Fiorina e Abrams, 2008). Ainda que identificação partidária e polarização do eleitorado sejam fenômenos distintos, em determinadas condições o aumento da polarização tende a favorecer o

---

<sup>2</sup> Distribuições dispersas de opinião não significam necessariamente polarização.

fortalecimento das identidades partidárias. Em especial, quando o processo de polarização partidária aumenta a diferenciação dos partidos no eleitorado, devemos obter como resultado preferências partidárias mais intensas do público. Um conceito unidimensional de identificação partidária como o de Downs (1957)<sup>3</sup> não reflete com precisão as atitudes partidárias subjacentes do eleitorado (Alvarez, 1990). Os processos intergrupais de polarização não são unidirecionais; em vez disso, quando entidades (indivíduos, equipes, nações) respondem umas às outras, essas respostas são recíprocas. Assim, a mensuração da identificação partidária deve levar em conta sentimentos partidários tanto positivos quanto negativos.

### **Identificação partidária, eleições presidenciais e voto no Brasil**

Desde a primeira eleição presidencial realizada em 1989, as taxas agregadas de identificação partidária no Brasil vêm oscilando em torno de 40%-50%. Porém, a partir de 2014 nota-se uma queda substancial do percentual de eleitores que se identificam com algum partido para cerca de 30% do total<sup>4</sup>. Quando se analisa a evolução da identificação partidária para as maiores legendas, o Partido dos Trabalhadores experimentou o maior crescimento, saltando de cerca de 8% das preferências em 1989 para 19% em 2002, e chegando a um pico de 25% em 2012.

Muito embora as taxas de identificação partidária verificadas no Brasil em meados dos anos 2000 fossem semelhantes ou um pouco superiores àquelas observadas em outras democracias jovens da América Latina e do Leste Europeu (Braga e Pimentel Jr., 2011), o único partido com taxas superiores a 10% do eleitorado era o PT. Em boa medida, o bem-sucedido esforço realizado por essa legenda na construção de uma organização de massa, dotada de ideologia e programa coerente, é fator explicativo relevante da manutenção das taxas agregadas de preferência partidária não obstante a queda, ou ausência de crescimento, das taxas de preferências dos demais partidos (Carreirão e Kinzo, 2004; Samuels, 2008). Não por acaso, a pronunciada redução da identificação partidária agregada a partir de 2014 está diretamente relacionada à queda no número de eleitores identificados com o PT (Samuels e Zucco, 2018).

Estudo de Kinzo (2005, p. 76) sobre os determinantes da identificação partidária no Brasil demonstrou que eleitores com alta escolaridade e alto nível de conhecimento político têm maior probabilidade de expressar preferência por um partido. A razão para isso estaria na complexidade e na baixa inteligibilidade do jogo eleitoral no Brasil. A elevada fragmentação e a falta de nitidez do sistema partidário em razão da formação de coalizões

---

<sup>3</sup> Anthony Downs (1957) introduziu um dos primeiros conceitos de polarização através de uma modelagem espacial de sistemas partidários, em que os partidos políticos (e os eleitores) estão alinhados ao longo de um *continuum* entre esquerda e direita.

<sup>4</sup> Utilizamos aqui a série temporal de médias anuais de identificação partidária construída por Samuels e Zucco (2018) a partir das pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha.

pré e pós-eleitorais tornam mais difícil a diferenciação dos partidos, exigindo uma predisposição para obter informação política, que está ausente na maioria do eleitorado (Kinzo, 2005).

Não obstante os efeitos deletérios do sistema eleitoral de lista aberta e das coligações proporcionais sobre a inteligibilidade do processo político-partidário, há razoável consenso na literatura de que a eleição presidencial vem funcionando como âncora do sistema, conferindo estrutura e estabilidade ao sistema de partidos (Braga e Pimentel Jr., 2011; Limongi e Cortez, 2010; Limongi e Guarnieri, 2014; Melo e Câmara, 2012; Samuels e Zucco, 2014). O fato de que todas as eleições presidenciais desde 1994 vêm sendo polarizadas pelos mesmos partidos – PT e PSDB – aponta no sentido da simplificação e da racionalização do quadro partidário (Limongi e Cortez, 2010). Por outro lado, a disputa presidencial não foi capaz de conferir estabilidade e previsibilidade ao processo de formação de coligações eleitorais e coalizões de governo, o que se reflete na frequente incongruência entre as alianças eleitorais nacionais e estaduais e a alta heterogeneidade ideológica das coalizões governativas (Borges e Lloyd, 2016; Carreirão, 2014).

Samuels e Zucco (2014) demonstram que, apesar de os níveis agregados de identificação partidária serem comparativamente baixos, o partidarismo tem efeitos relevantes, ao menos para o PT e o PSDB. Usando métodos experimentais, os autores demonstram que a exposição à informação sobre as posições dos dois partidos afeta as atitudes de petistas e tucanos. Isso quer dizer que a competição partidária entre PT e PSDB é suficientemente estruturada para permitir que os eleitores partidários consigam se posicionar adequadamente ante os *issues* e as políticas públicas relevantes (Samuels e Zucco, 2014, p. 11).

Além da estabilidade da competição pela presidência, outra dimensão abordada na literatura sobre eleições presidenciais e identificação partidária diz respeito à vinculação entre as macropolíticas econômicas e sociais implantadas pelos partidos à frente do poder nacional e seus impactos diferenciais sobre os distintos estratos sociais e, em consequência, sobre as preferências políticas. Essa vertente analítica parece se inspirar nos estudos sobre eleições críticas e realinhamentos eleitorais nos EUA (Schattschneider, 1960; Sundquist, 2011).

A aplicação dessa teoria, ainda que nem sempre de forma explícita ou metodologicamente rigorosa, está presente nos trabalhos de Singer (2009, 2012) sobre a emergência do “lulismo”. O ponto de partida de Singer é a decisão do PT, na eleição de 2002, de se mover rumo ao centro do espectro político, abraçando a ortodoxia econômica e deixando de lado a coerência ideológica em favor de alianças pragmáticas com partidos mais conservadores. Ao longo dos dois mandatos presidenciais de Lula (2003-2010), os governos do PT teriam construído um novo consenso social, combinando políticas econômicas ortodoxas e redistribuição de renda. Esse “redistributivismo conservador” seria o substrato da identificação do eleitorado pobre com a figura de Lula, permitindo a este

angariar o apoio de uma base social muito mais ampla e heterogênea do que aquela tradicionalmente associada ao PT.

A formulação original de Singer foi objeto de muitas críticas, especialmente no que concerne à ausência de evidências em favor da tese do descolamento entre “lulismo” e “petismo”. Ao contrário, os estudos empíricos mostram que a liderança de Lula ajudou a fortalecer a identificação com o PT entre os novos eleitores do partido. Além disso, a avaliação pessoal de Lula está fortemente vinculada à identificação partidária, ou seja, quanto mais um eleitor gosta de Lula, maior a probabilidade de ele também se identificar com o PT e vice-versa (Baker et al., 2016; Cabello e Rennó, 2010). Apesar dessas limitações, entretanto, a tese do “lulismo” encontra respaldo parcial em diversos outros estudos que identificam na eleição de 2006 um processo de realinhamento eleitoral. Naquele ano, pela primeira vez desde 1989, a votação de Lula na eleição presidencial apareceu negativamente associada a variáveis como renda, escolaridade, urbanização e desenvolvimento humano. Para muitos analistas, políticas sociais como o Bolsa Família teriam permitido ao presidente Lula adicionar à base social original do PT – setores organizados do mundo do trabalho, funcionalismo público, movimentos sociais e intelectualidade – estratos sociais marginalizados que até então não apresentavam identidade com o partido (Holzhacker e Balbachevsky, 2007; Hunter e Power, 2007; Samuels, 2008; Zucco, 2008).

Diversas pesquisas sobre geografia do voto mostraram essa transformação em termos da rápida e crescente interiorização do apoio eleitoral ao PT. Nas regiões Norte e Nordeste, onde o partido concentrava suas votações nas capitais e grandes cidades até 2002 (Limongi e Guarnieri, 2014), o processo de interiorização veio acompanhado de desempenhos acima da média dos candidatos presidenciais do partido em todas as eleições realizadas entre 2006 e 2014. Por sua vez, o PSDB perdeu espaço no Nordeste, passando a obter suas maiores votações nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Nicolau, 2014; Soares e Terron, 2008; Vale, 2015).

Para Reis (2014), as transformações dos padrões de votação do PT e do PSDB seriam evidência de uma crescente polarização partidária no eleitorado. Para ele, as estratégias agressivas de campanha adotadas por PT e PSDB em 2014, bem como a disputa extremamente apertada no 2º turno, com vitória da candidata governista por pequena margem de votos, seriam nada mais do que a coroação de um paulatino processo de estruturação da competição à presidência em torno de clivagens de classe. Na mesma linha de análise, alguns pesquisadores enxergam o surgimento de um ativismo político de direita. Para Couto (2014), a redistribuição realizada pelos governos do PT em favor dos mais pobres teria gerado, a um só tempo, maior identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, e uma perda de apoio entre as classes médias. Para este último autor, o antipetismo estaria associado ao ressurgimento de uma direita autoritária e extremista, revelada nas manifestações de junho de 2013.

De modo geral, a literatura recente sobre identificação partidária e eleições presidenciais no Brasil parece apontar para duas tendências convergentes do ponto de vista da organização dos partidos no eleitorado. De um lado, um fortalecimento dos sentimentos partidários associados aos dois principais partidos que competem pela presidência. Esse processo se caracterizaria, em alguma medida, pela "internalização" da bipolaridade PT-PSDB pelos eleitores. Por outro lado, a literatura aponta para um processo de polarização partidária do eleitorado, motivado em parte por uma reação dos setores médios da sociedade contra as políticas públicas redistributivas levadas a cabo pelo PT. Ou seja, cada vez mais as divisões partidárias estariam associadas às divisões sociais, de modo que os eleitores identificados com o PT (ou o PSDB) seriam cada vez mais semelhantes entre si, e cada vez mais diferentes daqueles identificados com o PSDB (ou o PT).

A partir dessa discussão, podemos extrair duas hipóteses da literatura:

H1: Ao longo do tempo, devemos observar um incremento do escopo e da intensidade dos sentimentos partidários em relação aos principais partidos presidenciais. Em especial, esperamos que haja um crescimento da proporção de eleitores que diferenciam claramente o PT e o PSDB, manifestando sentimentos positivos com respeito ao partido da sua preferência e negativos com respeito ao partido adversário.

H2: Também esperamos que tenha havido um aumento do grau de diferenciação das atitudes dos eleitores que simpatizam mais fortemente com PT e PSDB entre 2002 e 2014. Ou seja, devemos observar um crescimento da polarização partidária do eleitorado no período.

Se H1 e H2 forem corretas, devemos esperar também um maior impacto dos sentimentos partidários sobre o voto. De forma similar ao observado pela literatura norte-americana nas últimas décadas (Bartels, 2000), a crescente diferenciação dos partidos entre o eleitorado se associaria inevitavelmente à maior força do partidarismo, com a redução do peso dos eleitores independentes ou indiferentes em relação aos partidos.

No caso brasileiro, em que o sistema de eleição em dois turnos favorece a entrada de terceiros candidatos na disputa presidencial, a redução do peso dos eleitores indiferentes poderia ter como resultado o paulatino esvaziamento da viabilidade eleitoral de forças alternativas ao PT e ao PSDB. Se for verdade que se ampliou o número de eleitores que simpatizam com um desses dois partidos, então restaria às demais forças políticas disputar o voto de um segmento decrescente e altamente volátil de eleitores não partidários. Em termos mais específicos, esse raciocínio nos leva a crer que o aumento da intensidade dos sentimentos partidários pelo PT e pelo PSDB, conforme a hipótese 1, deve estar associado a uma crescente diferenciação do comportamento de petistas e peessedebistas ante os eleitores não identificados e/ou indiferentes aos partidos. Isto é, a probabilidade do voto em terceiros candidatos deve ser muito mais alta entre os

indiferentes *vis-à-vis* os identificados. A partir dessa discussão, podemos extrair a nossa terceira e última hipótese:

H3: Esperamos observar ao longo do período 2002-2014 um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB em relação aos eleitores não identificados.

### **Uma proposta de classificação dos eleitores: partidários, moderados e indiferentes**

Uma vez que nenhuma das teorias clássicas pode explicar a questão da identificação partidária nas novas democracias (Samuels e Zucco, 2014), nossa medida é baseada na discussão da teoria de grupos da psicologia social e nas definições de polarização e partidarismo aqui adotadas. Empregamos uma medida de identificação partidária que incorpora no grupo tanto as percepções de endogrupo como as de exogrupo. Essa operacionalização capta não só as diferenças intergrupo (ou distâncias), mas também a coesão intragrupo. Assim, a intensidade dos sentimentos partidários é uma função da distância dos sentimentos intergrupo, da homogeneidade do grupo e do tamanho dos grupos. Utilizamos nessa operacionalização a questão do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) que solicita ao respondente que se posicione numa escala de simpatia pelo partido, sendo a posição “Não gosta nem um pouco” igual a 0 e a posição “Gosta muito” igual a 10. A mesma questão está presente em todos os Esebs realizados entre 2002 e 2014, o que permite a comparação intertemporal.

Para construir a escala de sentimentos partidários, calculamos a diferença entre os escores atribuídos ao PT e ao PSDB pelo eleitor. A escala consegue, assim, o seu valor máximo quando a distância entre PT e PSDB está nos extremos, com o indivíduo gostando muito de um partido e não gostando do outro, o que chamamos de eleitor “petista puro” ou “tucano puro”. Classificamos como partidários puros todos os casos em que a distância foi maior que 6 para os petistas e menor que -6 para os tucanos. Cumpre observar que essa operacionalização garante que o eleitor tenha atribuído o escore máximo de 3 ao partido adversário àquele de sua preferência (sendo 10 o escore do partido preferido) e mínimo de 7 para o seu partido de preferência (sendo zero o escore do outro partido). Ou seja, a diferença mínima estabelecida para os escores permite separar claramente eleitores que posicionam PT e PSDB em pontos distantes do meio da escala e distantes entre si.

Os eleitores ditos “moderados” atingem valor 1 se as diferenças de gosto entre os partidos são mais modestas, em torno do meio da escala, e valores absolutos entre 4 e 6. Conforme essa operacionalização, o eleitor que atribuiu valor 0 a um dos partidos terá que ter atribuído ao menos valor 4 ao outro. Caso o respondente tenha atribuído valor 10 ao seu partido preferido, o escore do partido adversário deverá ser no máximo 6 e no mínimo 4. Dessa forma, incluímos casos que combinam alta rejeição ao PT (ou PSDB) e gosto

apenas moderado pelo PSDB (PT). Ou, alternativamente, forte simpatia pelo PT (ou PSDB) e gosto ou rejeição moderada, próximo ao meio da escala, pelo PSDB (ou PT).

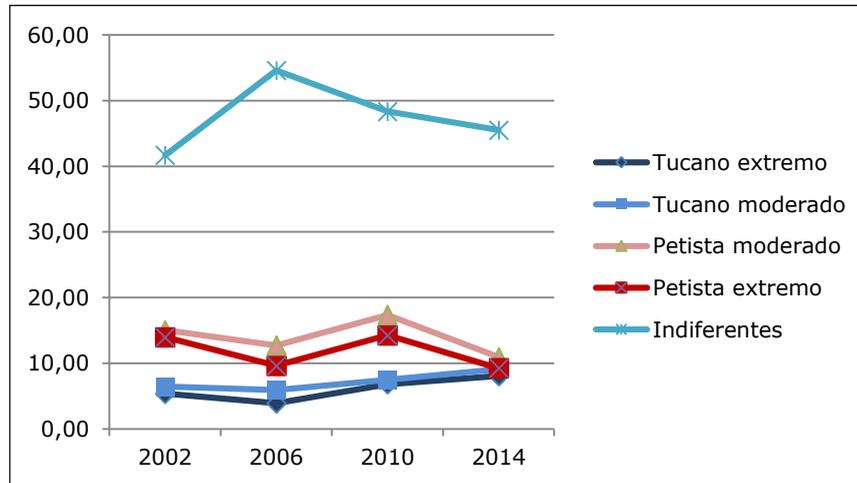
Os demais eleitores foram classificados como indiferentes. Cabe notar, porém, que respostas como “Não sabe”, “Não respondeu”, “Não conhece” foram codificadas como *missing*, ou seja, decidimos não codificar os eleitores desinformados ou os que não sabem se posicionar como indiferentes. Felizmente, o percentual de eleitores que conseguem se posicionar ante os dois partidos é elevado em todas as eleições analisadas, ultrapassando sempre 80% do total.

Uma vez calculados os escores para cada respondente em 2002, 2006, 2010 e 2014, atribuímos os valores +2 para o “petista puro” e -2 para o “tucano puro”, +1 para “petista moderado” e -1 para o “tucano moderado” e 0 para o eleitor dito “indiferente”. Essa transformação é basicamente a escala anterior padrão de dez pontos, dobrada no meio, para formar uma escala de polarização partidária entre PT e PSDB, variando de 0 (indiferença) a 2 (partidário forte), limitando a força partidária a dois níveis (forte, não muito forte).

A estratégia de operacionalização que adotamos é similar àquela proposta por Samuels e Zucco (2018), que estabelece uma diferença entre os chamados partidários fortes e os partidários positivos. Enquanto os primeiros combinam identificação com o endogrupo e rejeição ao exogrupo, a segunda categoria inclui os eleitores que apresentam apenas sentimentos positivos em relação ao partido de sua preferência. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Carreirão (2007) também desenvolveram escalas relacionais para os principais partidos na disputa presidencial, embora não discutam as teorias das relações intergrupais que embasam a operacionalização que adotamos. Ademais, apesar das similaridades com respeito aos indicadores já existentes, nossa escala inova ao introduzir a categoria de “partidários moderados”, estabelecendo uma conexão direta entre os sentimentos partidários positivos e negativos e a intensidade da identificação partidária. Por fim, e não menos importante, a escala serve como instrumento auxiliar para medir a polarização dos partidos no eleitorado, dimensão essa que está ausente nos trabalhos citados.

A Figura 1 apresenta a evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2006, 2010 e 2014, diferenciando partidários do PT e do PSDB. Os resultados mostram que o percentual de eleitores que simpatizam com o PSDB cresceu no período, embora não tenha conseguido superar o PT em nenhum dos anos analisados. O PT teve uma queda considerável ao longo dos anos, passando de 28% (2002) para 19% (2014) os entrevistados classificados como partidários extremos e moderados.

**Figura 1**  
**Evolução da identificação partidária ao longo dos anos 2002, 2006, 2010 e 2014: indiferentes e partidários extremos e moderados do PT e do PSDB (%)**

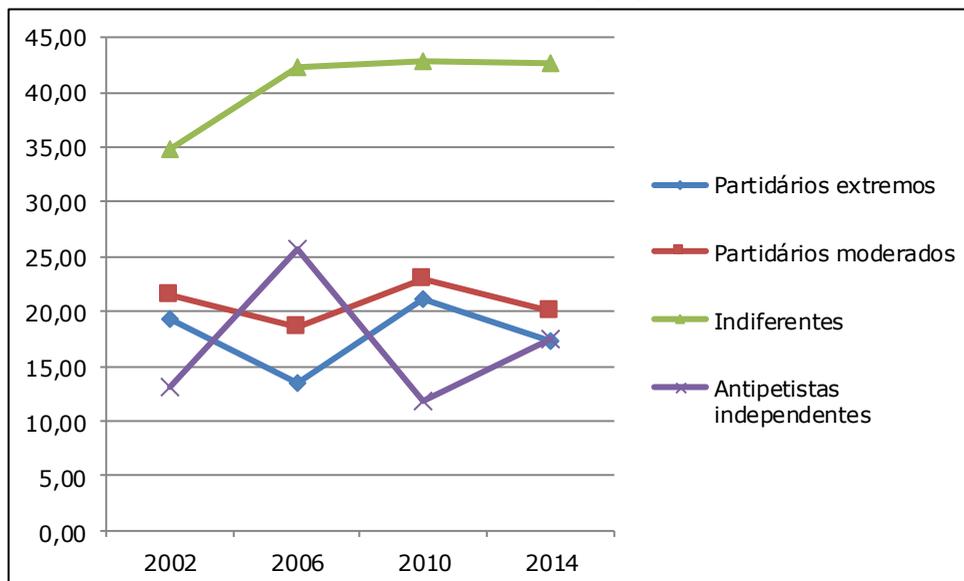


Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Em paralelo à queda no percentual de petistas, observamos uma ampliação da proporção de eleitores que rejeitam o PT entre 2002 e 2014. O percentual de respondentes que afirmam não gostar do partido (valores de 0 a 3 na escala do Eseb) cresceu de 16% em 2002 para 34% em 2014. Parte desse grupo apresenta simpatia partidária pelo PSDB, o que certamente explica o crescimento da legenda nas preferências do eleitorado. Entretanto, a soma dos eleitores classificados como tucanos moderados e extremos em 2014 chegava a apenas 16,4% do total. Isso quer dizer que a outra metade do eleitorado antipetista não simpatiza com PSDB ou simplesmente não conhece ou não possui informação suficiente para avaliar o principal adversário do PT.

Considerando a relevância desse último grupo, que denominamos de "antipetistas independentes", fizemos uma alteração na nossa escala de sentimentos partidários para abarcar todos os eleitores antipetistas, incluindo aqueles que não souberam avaliar o PSDB. Nessa segunda operacionalização, os casos de "Não sabe"/"Não conhece" não incorporados na categoria "antipetista" foram colocados na categoria residual "indiferentes".

**Figura 2**  
**Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários por PT e PSDB (incluindo antipetistas independentes), 2002, 2006, 2010 e 2014 (%)**



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Como se vê na Figura 2, o número de antipetistas independentes apresentou crescimento em 2006 e 2014, e queda em 2010, se tomarmos por base o ano de 2002. Em 2006, esse grupo chegou a representar 25% da amostra, percentual superior ao total de partidários extremos, em torno de 13,5% do total. Muito provavelmente, como já demonstrado por Baker et al. (2016), as flutuações no grau de simpatia/antipatia do eleitorado em relação ao PT respondem a avaliações conjunturais de eventos políticos – a exemplo do escândalo do Mensalão, que maculou a imagem do partido em 2005 – e do desempenho dos governos. Não parece ser coincidência que o crescimento do percentual de simpatizantes do PT em 2010 tenha se seguido a um período de relativa bonança econômica com Lula à frente do governo, ao passo que, em 2014, a conjunção entre o escândalo do Petrolão e a piora da economia brasileira tenha levado a um aumento do antipetismo.

Vale notar, porém, que em três das quatro eleições analisadas (2002, 2010 e 2014) o percentual de independentes dentro do grupo de eleitores que não gostam do PT oscilou entre 50% e 55% do total; apenas em 2006 o total de independentes ultrapassou 70% do total de eleitores antipetistas. Em resumo, os dados sugerem que o PSDB consegue mobilizar, em média, pouco menos da metade do eleitorado antipetista, o que explica por

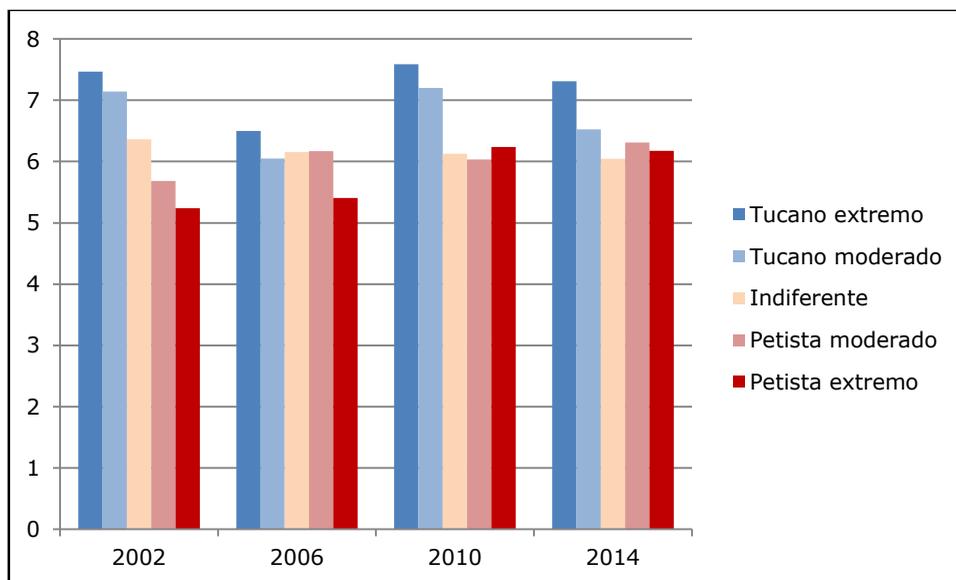
que a queda do PT em termos das preferências do eleitorado não resultou em crescimento análogo do maior e mais importante partido de oposição.

As evidências empíricas apresentadas até aqui não corroboram a hipótese 1 (H1), qual seja, que teria havido, ao longo do período em análise, um aumento do escopo e da intensidade dos sentimentos partidários com respeito ao PT e ao PSDB. Independentemente da operacionalização escolhida para as nossas medidas de simpatia partidária – excluindo ou incluindo os eleitores que não responderam às questões do Eseb, ou disseram não conhecer o PT ou o PSDB (ou ambos) –, o grupo dos eleitores indiferentes é o mais expressivo de todos, representando em torno de 40%-50% do total da amostra.

Não houve, no período, crescimento expressivo dos eleitores classificados como partidários, tendo ocorrido algumas pequenas oscilações entre os anos. Dentro do grupo de eleitores partidários, além disso, não houve aumento significativo do conjunto de eleitores com preferências mais intensas (tucanos e petistas extremos). O total de eleitores partidários extremos variou de um mínimo de 17% em 2014 a 21% em 2010. A seguir, realizamos uma série de análises descritivas e testes de diferença de médias para testar a hipótese 2 (H2). Novamente, essa hipótese afirma que teria ocorrido nos últimos anos um aumento da polarização partidária entre o eleitorado, atrelado à polarização da disputa presidencial.

Iniciamos a verificação empírica dessa assertiva checando em que medida as simpatias partidárias se correlacionam com as posições ideológicas dos eleitores. Para fins de comparação do posicionamento ideológico de cada um dos grupos presentes na nossa escala de partidarismo, calculamos as médias de autoposicionamento ideológico na escala do Eseb (0 para esquerda, 10 para direita) para os anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. A Figura 3 mostra a evolução das médias ao longo do tempo:

**Figura 3**  
**Evolução das médias de autoposicionamento ideológico na escala dos Esebs de 2002, 2006, 2010 e 2014 (0 para esquerda e 10 para direita)**



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

A Figura 3 mostra que as diferenças ideológicas entre petistas e tucanos extremos se reduziram ao longo do tempo, uma vez que o primeiro grupo se posicionou mais à direita, possivelmente em razão da maior moderação ideológica do PT após a chegada à presidência. Em 2002, a relação entre a escala de partidarismo e a de ideologia é quase linear, com as médias decrescendo sistematicamente à medida que passamos do tucano extremo para o petista extremo. Em 2014, essa relação já não é mais tão clara, o que mostra maior convergência ideológica entre os grupos.

É preciso notar, porém, que as médias de posicionamento ideológico são uma medida pouco confiável por conta da elevada taxa de não resposta. Um percentual muito elevado de respondentes, entre 40% e 60%, não soube se posicionar na escala ideológica. Para lidar com esse problema, utilizamos também as respostas a diversas questões sobre atitudes políticas presentes no Eseb sobre intervenção do Estado na economia, redistribuição de renda, gasto público e impostos, que permitem verificar em que medida os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB se diferenciam entre si em relação a *issues* políticos<sup>5</sup>. A vantagem de utilizar esse tipo de questão é que a taxa de não resposta é muito mais baixa e, presumivelmente, a capacidade dos respondentes de entender e responder de forma correta é maior relativamente à pergunta sobre posicionamento ideológico.

<sup>5</sup> A análise cobre os anos de 2002, 2010 e 2014, uma vez que o Eseb 2006 não incluiu esse tipo de questão.

Infelizmente, as questões presentes nos Esebs realizados em 2002, 2010 e 2014 não são as mesmas, com poucas exceções, o que prejudica a comparação. Para ter uma ideia da evolução das posições do eleitorado, utilizamos uma questão que foi repetida em 2010 e 2014, sobre redução de impostos e gastos públicos. Além disso, comparamos as respostas dadas a perguntas sobre intervenção do Estado na economia em 2002 e 2014. Em 2002 foram apresentadas várias questões sobre propriedade estatal em diversas áreas como telecomunicações e energia elétrica. Já em 2014 foi feita uma questão única. Para fins de comparação, calculamos a média das respostas às questões do Eseb 2002 (as escalas são as mesmas). Os resultados são apresentados na Tabela 1:

**Tabela 1**  
**Média e desvio-padrão das respostas dos eleitores a questões do Eseb sobre participação privada/estatal na economia e redução de gastos e impostos (1 - concorda muito / 5 - discorda muito), 2002, 2010 e 2014**

	Deve haver menos participação estatal na economia		O governo deve reduzir gastos e impostos	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
2002	4.11	0.65	-	-
2010	-	-	3.47	1.55
2014	3.31	1.34	2.55	1.26

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nos dados do Eseb.

A variação nas médias ao longo do tempo mostra que os eleitores se tornaram mais favoráveis a uma redução da propriedade estatal na economia e mais favoráveis à redução de gastos públicos e impostos. Entretanto, uma vez que as escalas variam de 1 a 5, sendo 1 o grau máximo de concordância e 3 o meio da escala, pode-se inferir que o eleitor médio adota posições moderadas, de centro-direita ou centro-esquerda.

A seguir, apresentamos um teste simples de diferença de médias das respostas às questões apresentadas na Tabela 1 e mais um conjunto adicional de perguntas realizadas em apenas um ou outro ano para os extremos da escala de partidatismo (tucano extremo x petista extremo). Incluímos perguntas sobre cotas raciais nas universidades, privatizações e redistribuição de renda. Infelizmente, as perguntas sobre redistribuição realizadas em 2010 e 2014 são muito diferentes entre si, o que exige certa cautela na comparação.

**Tabela 2**  
**Diferença de médias entre tucanos extremos e petistas extremos**

	2002	2010	2014
Contra/a favor das cotas	-	-	***-0.43
Contra/a favor da redistribuição de renda	-	-0.15	-0.20
A favor/contra menos participação estatal na economia	***-0.18	-	-0.11
A favor/contra menos impostos e menos gastos	-	0.17	-0.18
A favor/contra privatizações	-	***-0.59	-

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.  
Significância: \*\*\*  $p < 0.01$ ; \*\*  $p < 0.05$ ; \*  $p < 0.10$ .

Congruentes com os resultados relativos ao posicionamento ideológico dos eleitores tucanos e petistas, os testes de diferenças de médias sugerem que não há polarização entre esses dois grupos sobre *issues* políticos. Na maior parte dos casos, as diferenças são pequenas e não apresentam significância estatística. Os únicos *issues* que parecem diferenciar petistas e tucanos são as cotas raciais nas universidades e a privatização. Mas, mesmo nesses casos, as diferenças entre as médias são de pequena magnitude.

E quanto aos eleitores antipetistas independentes? Não seria o seu crescimento em relação ao total do eleitorado evidência de maior polarização? Para testar essa hipótese, comparamos as médias de posicionamento ideológico dos independentes em relação aos tucanos moderados e extremos. Curiosamente, em todos os anos, as médias dos antipetistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais à esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB. As diferenças entre independentes e tucanos extremos são estatisticamente significativas em todos os anos.

**Tabela 3**  
**Posicionamento ideológico médio para tucanos extremos, moderados e antipetistas independentes**

	2002	2006	2010	2014
Tucano extremo	7.47	6.50	7.59	7.31
Tucano moderado	7.26	6.05	7.27	6.38
Antipetista independente	6.20	5.99	5.80	5.60

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Vale notar ainda que, ao longo do tempo, os antipetistas independentes se aproximam do centro da escala de posicionamento ideológico, movendo-se em direção à esquerda. Os dados de 2014 mostram que a maioria dos eleitores desse grupo, em torno de 30% do total, se posiciona exatamente no meio da escala ideológica. Os percentuais equivalentes são 18.7% e 11.9% para os petistas e tucanos extremos, respectivamente.

Realizamos testes adicionais comparando as respostas às perguntas presentes na Tabela 2 dadas por petistas extremos e antipetistas independentes e não encontramos significância estatística em nenhum dos casos, exceto no grau de apoio à privatização, que é um pouco maior no segundo grupo. As diferenças entre petistas e antipetistas independentes são ainda menos significativas do que aquelas observadas entre os petistas e os tucanos extremos. Mesmo em questões que dividem tucanos e petistas, a exemplo das cotas raciais, não é possível encontrar diferenças expressivas entre os antipetistas e os eleitores mais fortemente identificados com o PT<sup>6</sup>.

De modo geral, os resultados apresentados nesta seção refutam cabalmente a hipótese 2 (H2). Ou seja, não há evidências concretas relativas a um suposto aumento da polarização partidária nos últimos anos. Pelo contrário, as diferenças atitudinais entre petistas e tucanos são de pequena monta, e a distância ideológica entre os extremos da escala de partidarismo se reduziu ao longo do tempo. Além disso, não há evidências em favor da tese de que o crescimento do antipetismo estaria associado ao fortalecimento de uma suposta direita extremista. Cabe notar, ademais, que esses resultados são consistentes com as conclusões de Samuels e Zucco (2018) a partir de um conjunto mais amplo de fontes, que inclui, além das ondas do Eseb, pesquisas do Ibope e da Fundação Perseu Abramo. A análise dos autores demonstra que as diferenças de posicionamento ideológico entre petistas e antipetistas são mínimas. Além disso, o *status* socioeconômico e o nível educacional não distinguem claramente os dois grupos, o que também vai contra a hipótese de uma polarização baseada em diferenças de classe.

### Modelos multivariados

Esta seção desenvolve uma série de modelos multivariados para estimação dos determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais. A variável dependente foi dividida em quatro categorias, sendo a categoria-base o voto em candidatos não filiados ao PT ou ao PSDB. As demais categorias são: voto branco/nulo (1); voto no PSDB (2); voto no PT (3). Estimamos modelos multinomiais *logit* para as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014, tendo como principais variáveis independentes as medidas de simpatia partidária pelo PT e pelo PSDB. Cada modelo tem duas variáveis ordinais – *partidário extremo* e *partidário moderado* – que dividem o eleitorado em três categorias: 0 para indiferente; -1 para tucano moderado/extremo; e +1 para petista moderado/extremo.

Para controlar possíveis efeitos do voto retrospectivo incluímos em todas as equações uma medida de avaliação dos últimos quatro anos de governo. A nossa expectativa é de que os candidatos governistas se beneficiem de uma boa avaliação, sendo

---

<sup>6</sup> Por razões de espaço, não apresentamos nem discutimos em maior detalhe aqui esses resultados. As tabelas com as diferenças de médias das respostas dos eleitores petistas extremos e antipetistas independentes podem ser obtidas com os autores.

o oposto verdadeiro para candidatos de oposição. Conforme a hipótese 3 (H3), esperamos observar ao longo do tempo uma menor probabilidade de voto em terceiros candidatos entre os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB. Entretanto, uma vez que a eleição direta do chefe do Executivo favorece o voto pessoal, um dos fatores explicativos da força eleitoral de terceiros candidatos é o quanto estes são bem avaliados pelos eleitores. Assim, introduzimos como controle uma medida de avaliação dos candidatos com a terceira maior votação no 1º turno (*avaliação 3º candidato*). Em 2002, essa variável mede a avaliação de Anthony Garotinho e, em 2006, de Heloísa Helena; nos outros anos, a avaliação de Marina Silva.

Por fim, introduzimos vários controles para as características pessoais dos eleitores. Considerando que os evangélicos têm apresentado comportamento eleitoral distinto ante os demais eleitores e, além disso, tanto Garotinho quanto Marina Silva tiveram boa votação nesse segmento, incluímos uma *dummy* que assume valor 1 para os eleitores dessa orientação religiosa e valor 0 em todos os demais casos. Os controles restantes são os mesmos utilizados em larga medida em estudos de comportamento eleitoral: *dummy* para raça (branco=1; outros=0), escolaridade (escala ordinal retirada do Eseb), idade (variável escalar) e gênero (masculino=1; feminino=0).

A seguir apresentamos os resultados dos modelos multinomiais. Para facilitar a leitura das tabelas, incluímos apenas as equações estimadas para o voto nos candidatos do PT e do PSDB. As equações para a categoria voto nulo/branco podem ser consultadas no Anexo 2.

**Tabela 4**  
**Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB (base: voto em outros candidatos) no 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014**

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.487 (0.314)	***3.512 (0.000)	***5.798 (0.000)	***2.535 (0.032)	***4.516 (0.000)	***2.974 (0.000)	***2.202 (0.000)	***1.996 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.168 (0.000)	***-0.134 (0.000)	***-0.409 (0.000)	***-0.353 (0.000)	***-0.406 (0.000)	***-0.423 (0.000)	***-0.249 (0.000)	***-0.284 (0.000)
Avaliação do governo	***0.324 (0.000)	-0.020 (0.634)	*-0.450 (0.080)	***1.448 (0.000)	-0.012 (0.935)	***0.943 (0.000)	-0.050 (0.513)	***0.678 (0.000)
Partidário extremo	***-0.237 (0.231)	***1.387 (0.000)	** -1.441 (0.024)	0.915 (0.146)	***-1.320 (0.000)	***1.183 (0.000)	***-1.361 (0.000)	***0.932 (0.000)
Partidário moderado	***-0.325 (0.051)	***0.790 (0.000)	** -1.070 (0.015)	0.636 (0.121)	***-1.267 (0.000)	***0.762 (0.000)	***-0.962 (0.000)	***0.591 (0.000)
Homem	-0.154 (0.345)	0.086 (0.345)	-0.179 (0.626)	0.256 (0.626)	-0.147 (0.366)	-0.078 (0.366)	**0.352 (0.015)	**0.297 (0.015)
Idade	0.002 (0.668)	***-0.015 (0.001)	*-0.027 (0.054)	***-0.036 (0.006)	0.002 (0.715)	0.007 (0.210)	0.005 (0.350)	0.004 (0.476)
Escolaridade	** -0.210 (0.013)	***-0.327 (0.000)	-0.119 (0.213)	***-0.329 (0.000)	***-0.252 (0.000)	***-0.253 (0.000)	** -0.076 (0.049)	***-0.168 (0.000)
Branco	*0.307 (0.070)	**0.280 (0.045)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	*0.310 (0.059)	-0.110 (0.477)	**0.293 (0.048)	0.011 (0.938)
Evangélico	***-1.632 (0.000)	***-1.332 (0.000)	0.053 (0.910)	-0.386 (0.396)	***-0.586 (0.001)	***-0.882 (0.000)	***-0.770 (0.000)	***-0.783 (0.000)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3286,55		1249,22		3001,81		4087,74	

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.  
 Significância: \*\*\* p<0.01; \*\* p<0.05; \* p<0.10.

Conforme o esperado, as variáveis que medem a intensidade dos sentimentos partidários possuem um efeito forte e estatisticamente significativo em todos os anos. Vale lembrar que os eleitores simpatizantes do PSDB recebem valor -1 na escala, enquanto simpatizantes do PT recebem valor +1. Com isso, os coeficientes positivos para as variáveis "partidário extremo" e "partidário moderado" nas equações do PT significam que os eleitores petistas possuem maior probabilidade de votar no candidato do partido. De forma análoga, os coeficientes negativos na equação do PSDB significam que, quando as variáveis assumem valor -1, o sinal dos coeficientes se inverte e, portanto, aumenta a probabilidade de voto nos candidatos do partido.

No caso das demais variáveis, cabe a interpretação convencional em modelos multinomiais. Coeficientes negativos indicam associação com a categoria-base. Por exemplo, os valores negativos para a medida de "escolaridade" indicam que, em todos os anos, eleitores com mais tempo de estudo apresentaram maior probabilidade de votar em candidatos outros que não são filiados ao PT e ao PSDB. Há duas interpretações não

excludentes para esse resultado. Uma primeira interpretação é que eleitores mais escolarizados possuem mais informação política, o que os tornaria mais propensos a adotar um voto estratégico em relação aos eleitores de menor escolaridade. Uma segunda interpretação é que alguns dos candidatos que concorreram contra o PT e o PSDB nos anos de 2002, 2010 e 2014 tiveram maior apelo entre os eleitores mais escolarizados. Esse parece ser o caso de Marina Silva em 2010 e 2014.

Considerando que a interpretação dos coeficientes de modelos com variáveis categóricas é bastante complexa, realizamos algumas simulações simples com o objetivo de determinar os impactos de mudanças na escala de partidarismo sobre a probabilidade de voto nos candidatos do PT e do PSDB. A Tabela 5 mostra o efeito de aumento na probabilidade de voto no candidato do PT quando nos movemos de um extremo ao outro das escalas de partidarismo extremo e moderado:

**Tabela 5**  
**Aumento na probabilidade de voto no candidato presidencial do PT para diferentes valores da escala de partidarismo, eleições de 2002, 2010 e 2014**

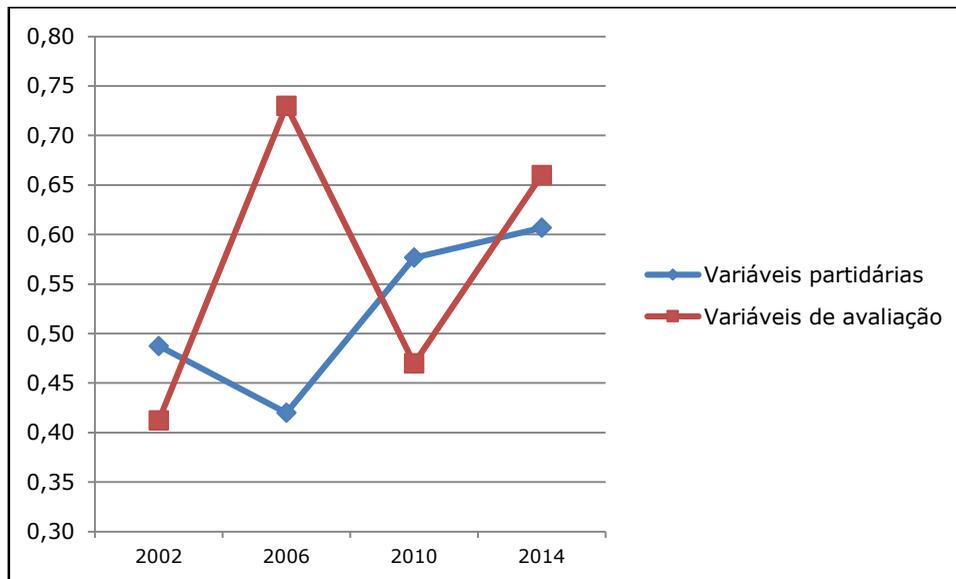
	2002	2010	2014
Tucano extremo => Petista extremo	0.62	0.76	0.68
Tucano moderado => Petista moderado	0.42	0.64	0.52

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.

Como se vê na Tabela 5, em todos os anos os eleitores petistas apresentaram maior probabilidade de voto em candidatos presidenciais do partido do que os tucanos. Como esperado, as maiores diferenças são aquelas calculadas para as probabilidades de voto para petistas e tucanos extremos. Em 2014, um eleitor petista extremo tinha uma probabilidade 68% maior de votar em Dilma Rousseff do que um eleitor tucano extremo. Já a diferença entre petistas e tucanos moderados era um pouco inferior, em torno de 52%.

Conforme a nossa terceira hipótese (H3), esperamos observar um aumento da capacidade explicativa das simpatias partidárias ao longo do tempo, em detrimento da capacidade explicativa de dimensões de curto prazo (variáveis de avaliação de governo e candidatos). Para testar essa hipótese, estimamos dois modelos adicionais. Um incluindo apenas as variáveis partidárias e outro incluindo apenas as medidas de avaliação. Em seguida, aplicamos o teste da razão de verossimilhança para determinar a melhoria no ajuste de cada um desses modelos em relação ao modelo nulo. Por fim, comparamos a redução na estatística -2LL obtida pelos modelos reduzidos em relação à redução obtida pelo modelo completo. Quanto mais alto o percentual obtido, maior é o poder explicativo das dimensões partidária e avaliativa isoladamente. A Figura 4 mostra a evolução da contribuição de cada uma dessas dimensões para o ajuste dos modelos:

**Figura 4**  
**Evolução da estatística de razão de verossimilhança (-2LL) das dimensões partidária e avaliativa para o ajuste dos modelos multivariados**



Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

A Figura 4 mostra que o poder explicativo da nossa escala de sentimentos partidários cresce ao longo do tempo, porém o mesmo é verdade para as medidas de avaliação, cujo poder explicativo atinge o valor máximo em 2006. Ou seja, se, por um lado, é verdade que os sentimentos partidários ampliaram a sua capacidade de explicar o voto ao longo do tempo, por outro lado, isso não resultou em menor efeito dos fatores de curto prazo. A rigor, o que os resultados estatísticos mostram é que os efeitos das variáveis que mensuram características do eleitorado, incluindo escolaridade, raça, idade e gênero, se tornam menos relevantes ao longo do tempo, enquanto cresce o impacto das medidas de avaliação e de sentimentos partidários.

Para verificar em que medida o voto antipetista independente contribui para estruturar a competição pela presidência no primeiro turno, testamos uma série de modelos adicionais. Uma vez que os resultados obtidos para as variáveis de características do eleitorado são virtualmente idênticos àqueles já observados na Tabela 4, reportamos apenas os coeficientes para as dimensões partidárias e de avaliação. A Tabela 6 apresenta os resultados das equações para voto no PT e no PSDB. Os resultados para a categoria votos brancos/nulos podem ser consultados no Anexo 2.

**Tabela 6**  
**Modelos de regressão multinomial para voto no PT/PSDB incluindo a categoria antipetistas independentes (base: voto em outros candidatos) – 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014**

	2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
Constante	0.493 (0.318)	***3.903 (0.000)	***5.289 (0.000)	*2.740 (0.022)	***4.817 (0.000)	***3.475 (0.000)	***2.350 (0.000)	***2.327 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.167 (0.000)	***-0.158 (0.000)	***-0.397 (0.000)	***-0.363 (0.000)	***-0.420 (0.000)	***-0.451 (0.000)	***-0.254 (0.000)	***-0.299 (0.000)
Avaliação do governo	***0.326 (0.000)	-0.024 (0.567)	-0.353 (0.176)	***1.382 (0.000)	-0.051 (0.729)	***0.864 (0.000)	-0.062 (0.422)	***0.644 (0.000)
Partidário extremo	-0.282 (0.171)	***1.311 (0.000)	** -1.596 (0.012)	0.834 (0.177)	***-1.275 (0.000)	***1.114 (0.000)	***-1.303 (0.000)	***0.885 (0.000)
Partidário moderado	** -0.365 (0.035)	***0.719 (0.000)	***-1.192 (0.007)	0.561 (0.162)	***-1.266 (0.000)	***0.666 (0.000)	***-0.933 (0.000)	***0.561 (0.001)
Antipetista independente	-0.035 (0.861)	***-1.140 (0.861)	0.561 (0.626)	-0.137 (0.626)	***-0.759 (0.001)	***-1.217 (0.001)	-0.272 (0.120)	***-0.557 (0.120)
N	1891		705		1813		2370	
-2LL	3171,93		829,22		3001,81		4050,15	

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Eseb.  
 Significância: \*\*\* p<0.01; \*\* p<0.05; \* p<0.10.

Conforme o esperado, os antipetistas apresentam menor probabilidade de voto nos candidatos do PT em relação a voto em outros candidatos. Porém, é interessante notar que esse segmento não apresenta maior propensão a votar nos candidatos do PSDB. No único ano em que o coeficiente para a equação do PSDB obteve significância estatística (2010), o sinal é negativo. Isso quer dizer que naquele ano os antipetistas independentes rejeitaram tanto os candidatos do PSDB quanto os do PT, votando em outros candidatos.

A Tabela 7 mostra as diferenças de probabilidade de voto entre antipetistas independentes e indiferentes para todas as categorias da variável dependente (voto no PT/PSDB/outros/branco ou nulo). Os resultados mostram que os independentes apresentam maior probabilidade de votar branco ou nulo ou de escolher um terceiro candidato não filiado ao PT ou ao PSDB:

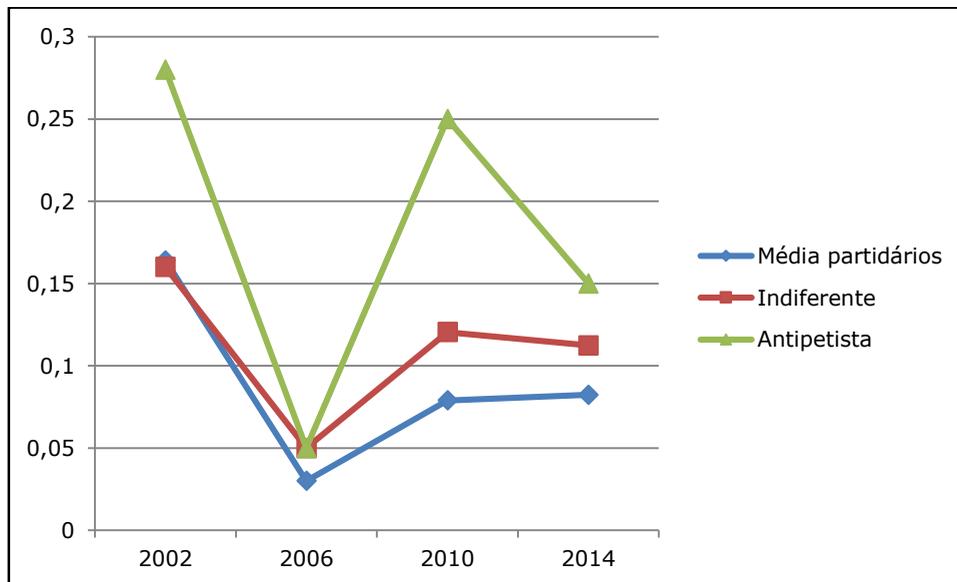
**Tabela 7**  
**Probabilidade prevista de voto no PT/PSDB/outros candidatos/branco ou nulo, antipetistas independentes x indiferentes, 1º turno eleições presidenciais, 2002-2014**

	2002	2006	2010	2014
PT	***-0.12	***-0.14	***-0.19	***-0.11
PSDB	0.01	***0.11	0	0.01
outros	***0.06	***0.03	***0.13	**0.04
Voto branco ou nulo	**0.04	0.00	***0.05	***0.06

**Fonte:** Elaboração própria dos autores com base nas ondas do Esebs.  
 Significância: \*\*\*  $p < 0.01$ ; \*\*  $p < 0.05$ ; \*  $p < 0.10$ .

Para testar a nossa terceira hipótese (H3), de que haveria ao longo do tempo um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos entre simpatizantes do PT e do PSDB, apresentamos um gráfico que mostra a evolução das médias de probabilidade de voto para eleitores partidários, indiferentes e antipetistas independentes:

**Figura 5**  
**Médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos entre partidários do PT e PSDB, indiferentes e antipetistas independentes**



**Fonte:** Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

De fato, ao longo do tempo os eleitores tucanos e petistas apresentam, na média, menor probabilidade de votar em candidatos outros que não os filiados aos partidos de sua preferência. Vale ressaltar, porém, que essa redução se deve basicamente ao comportamento dos eleitores tucanos. Em 2002, a probabilidade de um tucano extremo

ou moderado votar em um terceiro candidato era de cerca de 30%; esse percentual caiu para 11% na eleição seguinte. Já os eleitores petistas apresentam essa probabilidade muito baixa em todas as eleições, nunca ultrapassando 12%.

Curiosamente, a curva dos eleitores indiferentes acompanha em alguma medida as médias de probabilidade dos eleitores partidários. Uma possível explicação para isso é o fato de que, em todas as eleições, sem exceção, o grupo dos indiferentes se dividiu entre os candidatos do PT, do PSDB e do terceiro partido mais votado, conferindo vantagem sempre aos postulantes do PT. Em todas as eleições analisadas, os candidatos petistas obtiveram a maioria relativa dos votos dentro desse grupo, dividindo o restante das suas preferências entre o PSDB e o representante ou representantes da "terceira via". Aparentemente, o eleitor indiferente parece recompensar candidatos de governos bem avaliados, a exemplo de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, e punir aqueles que representam governos não tão bem avaliados assim (e.g., José Serra em 2002), fragmentando seus votos entre as alternativas disponíveis de candidatos de oposição.

Já os eleitores antipetistas independentes apresentam as maiores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, o que significa que esses eleitores não só rejeitam o Partido dos Trabalhadores como também não encontram o PSDB como uma alternativa ao PT (com a única exceção de 2006) e, assim, tendem a votar na terceira opção disponível no pleito eleitoral, sobretudo em 2010 e 2014, em que as diferenças de probabilidades entre os dois grupos são maiores (ver Tabela 7). Cabe ressaltar que em praticamente todos os anos analisados os candidatos eleitoralmente relevantes não filiados ao PT ou ao PSDB tinham perfil de esquerda ou centro-esquerda, a exemplo de Ciro Gomes e Garotinho em 2002, e Marina Silva em 2010 e 2014. Em resumo, o apoio dos antipetistas independentes a candidaturas de centro-esquerda é mais uma evidência que contraria as teses que associam o antipetismo ao crescimento da direita.

Como esperado, os eleitores partidários sempre apresentam as menores médias de probabilidade de voto em terceiros candidatos, isto é, são os eleitores que mais votam na dualidade PT-PSDB de acordo com seu partidarismo. Portanto, confirmamos a terceira e última hipótese (H3): no período em análise houve um decréscimo da probabilidade de voto em terceiros candidatos no 1º turno entre os eleitores tucanos e petistas, relativamente aos eleitores não identificados com esses dois partidos.

## Conclusão

Com base em evidências observacionais e pesquisas recentes na política brasileira, submetemos ao teste empírico hipóteses presentes na literatura que apontam para um crescimento da polarização partidária do eleitorado, alimentada pela estrutura da competição presidencial. Demonstramos a fragilidade empírica dessas hipóteses, especialmente no que diz respeito a um suposto crescimento da direita entre o eleitorado.

Além disso, ao contrário do que se supõe, a maioria dos indivíduos está do mesmo lado sobre temas políticos.

A polarização partidária entre as elites pode influenciar a saliência de temas políticos no público de massa, o que, por sua vez, influencia a importância dos temas políticos e do partidarismo nos sistemas de crença dos cidadãos ordinários. Porém, esse não é certamente o caso do Brasil, uma vez que a distância ideológica entre as bancadas dos partidos no Congresso se reduziu ao longo do tempo (Zucco, 2012). Ademais, a polarização no Brasil está limitada a um subconjunto do público, em grande parte constituído por partidários fortes que estão cientes das diferenças entre PT e PSDB.

A evolução do posicionamento ideológico dos eleitores petistas, tucanos e antipetistas independentes demonstra, em primeiro lugar, uma crescente convergência ideológica do eleitorado, provavelmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político. Em segundo lugar, e contrariamente à hipótese de uma associação entre o antipetismo e o crescimento da direita, observamos que o eleitorado antipetista é bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro. Em particular, o grupo de antipetistas independentes se diferencia ainda menos dos petistas do que os eleitores que apresentam simpatias mais intensas pelo PSDB. Em outras palavras, o crescimento do antipetismo parece estar mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT – o que, por sua vez, impacta diretamente a reputação do partido – do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista, como suposto por Couto (2014).

Como último ponto, cabe ressaltar que, se, por um lado, as evidências apresentadas neste artigo comprovam que as simpatias partidárias são fator explicativo importante do comportamento eleitoral (como encontram Braga e Pimentel Jr., 2011; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, 2016), por outro lado, não cabe falar em consolidação do sistema partidário presidencial no eleitorado. O crescimento do grupo de eleitores antipetistas independentes ao mesmo tempo em que se manteve em patamares elevados no período em análise o percentual de votantes indiferentes sugere, ao contrário, que parte expressiva dos eleitores brasileiros não apresenta disposição em apoiar de forma consistente nenhum dos dois principais partidos na arena presidencial. De fato, os antipetistas independentes são o segmento com maior tendência a apoiar terceiros candidatos no 1º turno, buscando alternativas ao PT fora do campo peessedebista. Além disso, dada a relevância numérica do grupo de indiferentes, que nas últimas eleições se dividiu entre o PT, o PSDB e a “terceira via” (porém com clara vantagem para os petistas), é evidente que nenhum candidato presidencial pode pensar seriamente em vitória sem conseguir o apoio desse segmento do eleitorado. Nesse sentido, conforme já notado por vários outros autores (Borges, 2015; Borges e Lloyd, 2016; Cortez, 2009; Limongi e Guarnieri, 2014), a predominância do PT e do PSDB na arena presidencial resulta

provavelmente menos do enraizamento desses partidos no eleitorado e mais da capacidade dessas organizações de coordenar de forma eficiente alianças nacionais e subnacionais.

Os céticos poderão argumentar que nossa análise não permite entender o fenômeno Bolsonaro, candidato de extrema-direita que aparece agora (dezembro de 2017) com cerca de 15% nas pesquisas de intenção de voto para presidente em 2018. Sobre isso, cabe notar que pesquisas realizadas com tanta antecedência têm capacidade preditiva limitada. Não há como saber se a votação de Bolsonaro reflete, de fato, um crescimento do eleitorado conservador ou se se trata apenas de resultado conjuntural da fragmentação da centro-direita e da ausência de um candidato tucano sólido. Por fim, só se pode falar em polarização quando se verifica crescimento dos eleitores posicionados em ambos os extremos do espectro ideológico e redução concomitante da viabilidade eleitoral de candidaturas centristas. Essa hipótese nos parece extremamente improvável e, certamente, não pode ser corroborada a partir das pesquisas eleitorais lançadas no momento em que escrevemos este artigo.

As evidências que apresentamos demonstram, de fato, que o segmento majoritário de eleitores indiferentes não apresenta perfil ideológico claramente diferenciado, o que cria incentivos para que os candidatos à presidência busquem evitar a adoção de posições extremas ou controversas, construindo amplas e heterogêneas alianças eleitorais que resultam na diluição dos apelos ideológicos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao grupo de eleitores antipetistas independentes: ainda que rejeitem o PT, esse grupo não se diferencia significativamente dos simpatizantes do partido. Em resumo, em combinação com o sistema de dois turnos, que induz fortemente os partidos a mobilizar o eleitor mediano, desfavorecendo candidaturas extremistas, a distribuição das preferências do eleitorado brasileiro torna improvável um cenário de aumento da polarização partidária nos próximos anos, não obstante os diagnósticos (equivocados) a respeito do crescimento do eleitorado de extrema-direita no Brasil.

*André Borges* – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política.  
E-mail: <andrebc@unb.br>.

*Robert Vidigal* – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política.  
E-mail: <robertlehc@gmail.com>.

### Referências bibliográficas

ACHEN, C. H. "Social psychology, demographic variables, and linear regression: breaking the iron triangle in voting research". *Political Behavior*, vol. 14, p. 195-211, 1992.

ALVAREZ, M. R. "The puzzle of party identification – dimensionality of an important concept". *American Politics Quarterly*, vol. 18, p. 476-474, 1990.

BAKER, A., et al. "The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil". *The Journal of Politics*, vol. 78, nº 1, 2016.

BATISTA, F. "Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, nº 50, 2014.

BARTELS, L. M. "Partisanship and voting behavior, 1952-1996". *American Journal of Political Science*, vol. 44, p. 35-50, 2000.

BORGES, A. "Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão". *Dados*, vol. 58, nº 3, p. 239-274, 2015.

BORGES, A.; LLOYD, R. "Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: comparative lessons from Brazil". *Electoral Studies*, vol. 46, 2016.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

BREWER, M. B. Intergroup relations. In: BAUMEISTER, R. F.; FINKEL, E. J. (eds.). *Advanced social psychology*. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 535-551, 2010.

CABELLO, A.; RENNÓ, L. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, 2010.

CAMPBELL, A., et al. *The American voter*. New York: John Wiley, 1960.

CARMINES, E.; STIMSON, J. *Issue evolution: race and the transformation of American politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.

CARREIRÃO, Y. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial em 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

\_\_\_\_\_. "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 14, p. 255-275, 2014.

CARREIRÃO, Y.; BARBETTA, P. A. "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 56, p. 75-93, 2004.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. A. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol. 47, nº 1, p. 131-168, 2004.

CORTEZ, R. "Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro". Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2009.

COUTO, C. G. "Novas eleições críticas?". *Em Debate*, vol. 6, p. 17-24, 2014.

DOWNES, A. D. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002-2014 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais.

FIORINA, M. P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. "Political polarization in the American public". *Annual Review of Political Science*, vol. 11, p. 563-588, 2008.

GREEN, D. P.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. *Partisan hearts and minds: political parties and the social identities of voters*. New Haven: Yale University Press, 2002.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. "A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization". *The Journal of Politics*, vol. 77, nº 4, p. 1.058-1.075, 2015.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 283-306, 2007.

HUDDY, L. "From social to political identity: a critical examination of social identity theory". *Political Psychology*, vol. 22, nº 1, p. 127-156, 2001.

HUDDY, L.; MASON, L.; AARØE, L. "Expressive partisanship: campaign involvement, political emotion, and partisan identity". *American Political Science Review*, vol. 109, p. 1-17, 2015.

HUNTER, W.; POWER, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.

KEY, V. O. "A theory of critical elections". *The Journal of Politics*, vol. 17, nº 1, p. 3-18, 1955.

KINZO, M. D. A. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005.

LAYMAN, G. *The great divide: religious and cultural conflict in American party politics*. New York: Columbia University Press, 2001.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. "A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 99, p. 5-24, 2014.

LUPU, N. "Party brands and partisanship: theory with evidence from a survey experiment in Argentina". *American Journal of Political Science*, vol. 57, nº 1, p. 49-64, 2013.

\_\_\_\_\_. "Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America". *World Politics*, vol. 66, nº 4, p. 561-602, 2014.

MEDEIROS, M.; NOËL, A. "The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies". *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. "Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil". *Dados*, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

MILKIS, S. M.; RHODES, J. H. "George W. Bush, the Republican Party, and the 'new' American party system". *Perspectives on Politics*, vol. 5, nº 3, p. 461-488, 2007.

NICHOLSON, S. P. "Polarizing cues". *American Journal of Political Science*, vol. 56, nº 1, p. 52-66, 2012.

- NICOLAU, J. "Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)". *Anais do IX Encontro da ABCP*. Brasília, DF, 2014.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, dez. 2015.
- PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. "O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.
- REIS, F. W. "Eleição de 2014: 'país dividido' e questão social". *Em Debate*, vol. 6, p. 8-1, 2014.
- RENNÓ, L. R. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 260-282, 2007.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, 2011.
- \_\_\_\_\_. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, 2016.
- ROSE, R.; MISHLER, W. "Negative and positive party identification in post-communist countries". *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, p. 217-234, 1998.
- SAMUELS, D. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. "The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments". *American Journal of Political Science*, vol. 58, nº 1, p. 212-225, 2014.
- \_\_\_\_\_. Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil. In: AMES, B. (ed.). *Handbook of Brazilian Politics*. New York/London: Routledge, 2018 (no prelo).
- SCHATTSCHEIDER, E. *The semisovereign people*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1960.
- SINGER, A. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 85, p. 83-102, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.
- SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. "Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e pessedebistas". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, dez. 2016.
- SPECK, B.; BRAGA, M. S.; COSTA, V. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, 2015.
- SUNDQUIST, J. L. *Dynamics of the party system: alignment and realignment of political parties in the United States*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2011.

TAJFEL, H. "Social identity and intergroup behaviour". *Social Science Information*, vol. 13, p. 65-93, 1974.

\_\_\_\_\_. *Human groups and social categories: studies in social psychology*. CUP Archive, 1981.

VALE, H. F. "Territorial polarization in Brazil's 2014 presidential elections". *Regional & Federal Studies*, vol. 25, nº 3, p. 297-311, 2015.

ZUCCO, C. "The president's 'new' Constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, p. 29-49, 2008.

\_\_\_\_\_. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO, C. (eds.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

## Anexo 1

### Eseb

O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é um *survey* pós-eleitoral que se iniciou em 2002; as demais ondas foram realizadas em 2006, 2010 e a mais recente em 2014. O Eseb integra o consórcio internacional Comparative Studies of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan, contendo em todas as edições um módulo comum aos integrantes do projeto bem como um conjunto de questões definidas e elaboradas por pesquisadores brasileiros. O Eseb é coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas.

Em 2002, a amostra nacional de dados foi coletada entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. Em 2006, as entrevistas foram realizadas entre 17 e 27 de dezembro de 2006. Em 2010, os dados foram coletados entre 4 e 20 de novembro de 2010. Em 2014, o trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre 1º e 19 de novembro de 2014.

### Operacionalização da variável de identidade partidária

Foram usadas as respostas às seguintes questões dos Esebs 2002, 2006, 2010 e 2014, para construir a nossa variável de identificação partidária.

Identificação PT (v53)  
Identificação PSDB (v57)

Calcula-se a diferença absoluta entre as duas identificações (diffPTPSDB)  
eseb\$diffPTPSDB <- abs(eseb\$PTID - eseb\$PSDBID).

Então classificam-se os eleitores:

(i) Partidários  
eseb\$partidario <- ifelse(eseb2010\$diffPTPSDB > 6, 1, 0)  
eseb\$partidario2 <- ifelse(eseb\$PSDBID > eseb2010\$PTID, -1 \* eseb\$partidario, eseb\$partidario)

(ii) Moderados

```
eoseb$moderado<-as.numeric(eoseb$diffPTPSDB==4 |
                          eoseb$diffPTPSDB==5 |
                          eoseb$diffPTPSDB==6)
eoseb$moderado2 <- ifelse(eoseb$PSDBID>eoseb$PTID,-1*eoseb$moderado,eoseb$moderado)
```

(iii) Indiferentes

```
eoseb$indiferente<-ifelse(eoseb$partidario+eoseb$moderado==0,1,0)
```

Cria-se a variável final de identificação partidária

```
eoseb$idpart<-eoseb$partidario2*2+eoseb$moderado2*1+eoseb$indiferente*0
```

### Perguntas utilizadas – Tabela 1

Eseb 2002

Para comparação com a questão dos anos seguintes (intervenção governamental na economia) foi calculada uma média das respostas a essas 5 perguntas.

Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular.

Opinião sobre quem deve administrar os bancos.

Opinião sobre quem deve administrar a fabricação de carros.

Eseb 2010

O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos.

Eseb 2014

Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio

Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos.

### Perguntas utilizadas – Tabela 2

Eseb 2002

Para comparação com a questão dos anos seguintes (intervenção governamental na economia) foi calculada uma média das respostas a essas 5 perguntas.

Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo.

Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular.

Opinião sobre quem deve administrar os bancos.

Opinião sobre quem deve administrar a fabricação de carros.

Eseb 2010

(i) Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres.

(ii) O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos.

(iii) A privatização das empresas estatais foi boa para o país.

Eseb 2014

(i) As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência.

(ii) A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária.

(iii) Deveria haver maior participação do governo na indústria e no comércio.

(iv) Para reduzir os impostos o governo deve limitar os gastos com serviços públicos.

## Anexo 2

**Tabela A1**  
**Regressão multinomial para voto branco/nulo (base: voto em outros candidatos) no**  
**1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014 (continuação da Tabela 4)**

	2002	2006	2010	2014
Constante	1.381 (0.109)	2.535 (0.032)	**2.342 (0.016)	***2.663 (0.000)
Avaliação 3º candidato	***-0.324 (0.000)	***-0.353 (0.000)	***-0.509 (0.000)	***-0.425 (0.000)
Avaliação do governo	*-0.202 (0.054)	***1.448 (0.000)	-0.116 (0.660)	***-0.483 (0.000)
Partidário extremo	0.214 (0.579)	0.915 (0.146)	-0.001 (0.998)	**0.696 (0.035)
Partidário moderado	0.113 (0.742)	0.636 (0.121)	0.233 (0.481)	0.299 (0.236)
Homem	-0.380 (0.861)	0.256 (0.861)	-0.395 (0.861)	0.270 (0.861)
Idade	-0.011 (0.313)	***-0.036 (0.006)	0.009 (0.398)	0.001 (0.931)
Escolaridade	** -0.297 (0.076)	***-0.329 (0.000)	*-0.133 (0.080)	** -0.117 (0.044)
Branco	**0.641 (0.066)	-	0.263 (0.398)	-0.067 (0.772)
Evangélico	** -1.359 (0.013)	-0.386 (0.396)	-0.336 (0.328)	***-0.700 (0.006)
N	1891	705	1813	2370
-2LL	3286,55	1249,22	3001,81	4087,74

Fonte: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014.

Significância: \*\*\* p<0.01; \*\* p<0.05; \* p<0.10

**Tabela A2**  
**Regressão multinomial para voto branco/nulo incluindo a categoria antipetistas independentes (base: voto em outros candidatos) – 1º turno das eleições presidenciais, 2002-2014 (continuação da tabela 6)**

	2002	2006	2010	2014
Constante	1.188 (0.186)	2.443 (0.182)	1.882 (0.065)	1.971 (2.350)
Avaliação 3º candidato	***-0.304 (0.000)	***-0.401 (0.000)	***-0.470 (0.000)	-0.379 (-0.254)
Avaliação do governo	*-0.188 (0.074)	-0.435 (0.306)	-0.036 (0.892)	*-0.393 (-0.062)
Partidário extremo	0.286 (0.517)	0.056 (0.971)	0.055 (0.907)	0.821 (-1.303)
Partidário moderado	0.173 (0.658)	-0.928 (0.345)	0.390 (0.290)	0.323 (-0.933)
Antipetista independente	0.451 (0.861)	**1.595 (0.626)	0.330 (0.626)	0.721 (0.626)
N	1891	705	1813	2370
-2LL	3171,93	829,22	3001,81	4050,15

Fonte: Eseb 2002-2014.

Significância: \*\*\* p<0.01; \*\* p<0.05; \* p<0.10.

## Resumo

### *Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras*

O debate recente sobre identificação partidária e comportamento eleitoral no Brasil vem apontando para a crescente importância do posicionamento dos eleitores com respeito aos principais partidos presidenciais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência. Neste artigo, procura-se contribuir para a literatura colocando em questionamento diagnósticos recentes com respeito à polarização do sistema partidário presidencial. De acordo com a hipótese da polarização, a competição eleitoral entre PT e PSDB levou a uma crescente divisão do eleitorado em dois blocos claramente diferenciados e polarizados. Argumentamos que esta hipótese se apoia em bases teóricas e empíricas frágeis. Não obstante a crescente importância dos sentimentos partidários na determinação do comportamento dos eleitores no pleito presidencial, os resultados das análises descritivas e modelos estatísticos multivariados com base nos *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) realizados nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 demonstram que não há evidências de que tal movimento estaria associado a um aumento da polarização partidária de massa. Pelo contrário, observamos que as diferenças ideológicas e de opinião entre petistas e tucanos são de pequena monta e, além disso, encontramos evidências de uma crescente convergência ideológica entre os vários segmentos do eleitorado ao longo do tempo.

*Palavras-chave:* polarização; identificação partidária; comportamento eleitoral; comportamento político; antipetismo

**Abstract**

*From lulismo to antipetismo? Polarization, partisanship, and electoral behavior in Brazilian presidential elections*

Current debates on partisanship and electoral behavior in Brazil have pointed to the growing effect of voters' party feelings toward the two major presidential parties—PT and PSDB—on presidential vote choice. This article contributes to the literature by casting doubt on recent analyses of party polarization in presidential elections. According to the polarization hypothesis, electoral competition between the PT and the PSDB has led to a growing differentiation among the electorate into two clearly separated and polarized blocs. Nevertheless, we claim that this hypothesis lies on fragile theoretical and empirical foundations. Despite the growing importance of partisan feelings in the explanation of voting behavior in presidential elections, our descriptive and multivariate analyses utilizing the 2002, 2006, 2010, and 2014 ESEB surveys demonstrate that these trends are clearly not associated with an increase in mass polarization. We observe, instead, that ideological differences between *tucanos* and *petistas* are rather minimal. Finally, we also find that ideological convergence between the various subgroups of the electorate has grown over time.

**Keywords:** polarization; party identification; electoral behavior; political behavior; *antipetismo*

**Resumen**

*¿Del lulismo al antipetismo? Polarización, partidismo y comportamiento electoral en las elecciones presidenciales brasileñas*

Los debates actuales sobre el partidismo y el comportamiento electoral en Brasil han señalado el creciente efecto de los sentimientos del partido de los votantes en los dos principales partidos presidenciales, el PT y el PSDB, en las elecciones presidenciales. Este artículo contribuye a la literatura poniendo en duda los análisis recientes de la polarización partidista en las elecciones presidenciales. De acuerdo con la hipótesis de la polarización, la competición electoral entre el PT y el PSDB ha llevado a una creciente diferenciación del electorado en dos bloques claramente separados y polarizados. Sin embargo, afirmamos que esta hipótesis se basa en fundamentos teóricos y empíricos frágiles. A pesar de la creciente importancia de los sentimientos partidistas en la explicación del comportamiento electoral en las elecciones presidenciales, nuestros análisis descriptivos y multivariados que utilizan las encuestas ESEB de 2002, 2006, 2010 y 2014 demuestran que estas tendencias claramente no están asociadas con un aumento de la polarización masiva. Observamos, en cambio, que las diferencias ideológicas entre *tucanos* y *petistas* son en realidad pequeñas. Finalmente, también encontramos que la convergencia ideológica entre los diversos subgrupos del electorado ha crecido con el tiempo.

**Palabras clave:** polarización; identificación partidista; comportamiento electoral; comportamiento político; *antipetismo*

**Résumé**

*Du lulismo à l'antipetismo? Polarisation, esprit de parti et comportement électoral lors des élections présidentielles brésiliennes*

Les débats actuels sur l'esprit de parti et le comportement électoral au Brésil ont montré l'effet croissant du sentiment de parti des électeurs pour les deux principaux partis présidentiels - PT et PSDB - sur le choix du vote présidentiel. Cet article vient en appui à la littérature en questionnant les analyses récentes de la polarisation des partis lors des élections présidentielles. Selon l'hypothèse de polarisation, la concurrence électorale entre le PT et le PSDB a conduit à une différenciation croissante de l'électorat en deux blocs nettement séparés et polarisés. Néanmoins, nous prétendons que cette hypothèse repose sur des fondements théoriques et empiriques fragiles. Malgré l'importance

croissante des sentiments partisans dans l'explication du comportement électoral lors des élections présidentielles, nos analyses descriptives et multivariées utilisant les enquêtes ESEB 2002, 2006, 2010 et 2014 démontrent que ces tendances ne sont pas associées à une augmentation de la polarisation de masse. Nous observons plutôt que les différences idéologiques entre les *tucanos* et les *petistas* sont assez minimales. Enfin, nous constatons également que la convergence idéologique entre les différents sous-groupes de l'électorat a augmenté au fil du temps.

*Mots-clés:* polarisation; esprit de parti; comportement électoral; comportement politique; *antipetismo*

Artigo submetido à publicação em 19 de abril de 2017.

Versão final aprovada em 2 de fevereiro de 2018.

# Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal

---

Pedro Santos Mundim

Wladimir Gramacho

André Jácomo de Paula Pinto

---

## Introdução

Estudos sobre o impacto da economia no comportamento político são abundantes na ciência política, especialmente em pesquisas sobre a aprovação governamental<sup>1</sup>. Nenhuma outra área de atuação dos governos, como saúde, educação e segurança, recebeu até aqui tanta atenção dos pesquisadores, especialmente porque as variáveis econômicas quase sempre têm em geral boa capacidade de explicação em modelos multivariados. Outra constatação sobre os estudos que medem a influência do contexto econômico sobre o comportamento político é a concentração das análises nos efeitos dos indicadores econômicos objetivos (Hibbs, 1987; Kinder, 1981; Lewis-Beck, Martini e Kiewiet, 2013) e das percepções cognitivas da opinião pública sobre a situação econômica do país e seu impacto na avaliação dos governos e no voto (Feldman, 1982; Kiewiet, 1981, 1983; Nadeau, Lewis-Beck e Bélanger, 2012).

Contudo, foram poucos os trabalhos que discutiram como a aprovação governamental pode ser explicada pelos sentimentos dos consumidores (Clarke e Stewart, 1994; Erikson, MacKuen e Stimson, 2000; MacKuen, Erikson e Stimson, 1992), e menos ainda os que se ocuparam dos efeitos das reações emocionais em relação à economia (Conover e Feldman, 1986). O objetivo deste artigo, portanto, é contribuir para a compreensão da influência que as emoções em relação ao estado da economia podem ter sobre a avaliação governamental, comparando-as aos efeitos das percepções cognitivas. Até onde soubemos, este é o primeiro trabalho que explora essa relação analisando dados do contexto brasileiro.

Pode-se supor que a avaliação cognitiva sobre a variação dos principais indicadores econômicos ocorra frequentemente de maneira subjetiva e algumas vezes pareça tão idiossincrática que seja difícil explicar sua origem (Veiga e Ross, 2016). Uma hipótese alternativa é que essa percepção sobre a situação econômica do país esteja mediada pelas nossas avaliações afetivas, nossas emoções ou nossos sentimentos em relação à

---

<sup>1</sup> Para revisões de literatura, veja Nannestad e Paldam (1994) e, mais recentemente, Lewis-Beck e Stegmaier (2013) e Berlemann e Enkelmann (2014).

economia<sup>2</sup>. Trabalhos como o de Marcus, Neuman e MacKuen (2000), por exemplo, mostraram a importância das emoções na formação das nossas avaliações políticas. Se, como dizem os autores, pensamos em política quando nossas emoções nos dizem para fazê-lo, esse gatilho pode ser acionado também por conta de questões econômicas, que provavelmente afetam nossas percepções cognitivas sobre a atuação do governo nessa área.

Até recentemente, as emoções eram vistas como fonte de irracionalidade (Elster, 1994, 1996). Novos estudos, porém, mostraram que elas, na verdade, auxiliam na tomada de decisão racional, formando uma “inteligência afetiva” (MacKuen et al., 2007; Marcus, 2002; Marcus, Neuman e MacKuen, 2000). Neste artigo, portanto, buscamos estabelecer uma conexão entre a abordagem racionalista-cognitiva e a emocional-afetiva para explicar a avaliação do governo federal, num modelo causal mais abrangente.

Nosso referencial empírico são dois *surveys* realizados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR) na transição entre o primeiro e o segundo mandatos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Mais especificamente, em novembro de 2014 e abril de 2015. Cada um deles foi aplicado em contextos econômicos e políticos muito distintos. Em 2014, logo após a disputa que reelegeu a ex-presidente, a avaliação positiva do governo federal<sup>3</sup> era de 42%. Cinco meses depois, esse juízo somava meros 13%. Nesse mesmo período, a avaliação positiva sobre o estado da economia<sup>4</sup> caiu de 20% para 8%, enquanto a avaliação negativa<sup>5</sup> subiu de 26% para 63%. Ou seja: o contexto dos *surveys* permite analisar a influência das avaliações cognitivas e emocionais tanto em situações econômicas e políticas moderadamente positivas como naquelas claramente negativas.

No geral, os resultados encontrados estão em consonância com o trabalho de Conover e Feldman (1986) e sugerem que tanto nossas percepções cognitivas quanto nossos sentimentos influenciam as avaliações que os cidadãos têm da atuação do governo federal. Os resultados também apoiam a teoria da inteligência afetiva, sugerindo que certas mudanças no estado da opinião pública talvez não possam ser compreendidas corretamente sem que as emoções e os processos que as envolvem sejam levados em consideração. Finalmente, os resultados também sugerem que as emoções têm maior influência sobre a avaliação do governo federal em momentos de deterioração das condições econômicas<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Neste artigo o termo “percepções afetivas”, ou qualquer um dos seus sinônimos, será utilizado da mesma forma que em Conover e Feldman (1986, p. 51): “um termo genérico abrangendo sentimentos, humores e emoções (...). Em comparação, cognição é ‘conhecimento’; este envolve a representação do conhecimento e o processo envolvido na aquisição de tais informações”.

<sup>3</sup> Soma de respostas “ótimo” e “bom” a respeito do desempenho do governo federal, numa escala formada também pelas opções “regular”, “ruim” e “péssimo”.

<sup>4</sup> Soma de respostas “ótimo” e “bom” a respeito do estado da economia.

<sup>5</sup> Soma de respostas “ruim” e “péssimo”.

<sup>6</sup> Downs (1999, p. 29) argumenta que, por conta da incerteza, o “homem político” do seu modelo teórico “não parecerá ser tanto um personagem de cérebro de máquina de calcular quanto o homem econômico dos utilitaristas”. Uma leitura contemporânea de sua obra sugeriria que esse “homem político” downsiano não só

Além dessa contribuição à ampliação dos modelos teóricos que explicam a popularidade governamental, os resultados aqui encontrados também lançam luz sobre um importante componente dos acontecimentos políticos recentes no Brasil que levaram ao *impeachment* da ex-presidente. As análises sobre a sua destituição não devem ficar restritas às articulações das elites políticas, sejam elas os políticos, os partidos ou a imprensa. Passam, também, pela investigação e a compreensão sobre como ela perdeu o esteio da opinião pública entre 2014 e 2015<sup>7</sup>. Uma das razões pelas quais houve uma perda substantiva da base de apoio ao governo federal encontra-se, como é apresentado a seguir, nos sentimentos negativos que afloraram durante esse período, principalmente entre as pessoas que mudaram de opinião e passaram a reprovar o seu mandato por conta da deterioração do quadro econômico do país.

### **Avaliação de governo e inteligência afetiva**

Desde os estudos pioneiros de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948) sabemos que apenas uma pequena parcela dos cidadãos se interessa e se informa sobre política. A consequência prática desse achado é, como afirmou Popkin (1993, p. 17), a presença disseminada da incerteza na hora em que as pessoas precisam pensar sobre as políticas governamentais e avaliá-las. Esse problema, contudo, é minimizado logo antes ou depois da realização de eleições, quando a atenção dos votantes é aguçada pela necessidade de tomada de decisão e pelas campanhas políticas (Bartels, 1993; Lodge, Steenbergen e Brau, 1995; Marcus e MacKuen, 1993), contexto dos *surveys* analisados neste artigo.

Popkin (1991, 1993) salientou, corretamente, que uma boa quantidade de informação política relevante está disponível de forma gratuita como um subproduto das nossas atividades diárias. Mas falta a essa leitura um mecanismo explicativo mais claro. Afinal, por que as pessoas deixam sua condição de baixa atenção política e passam a buscar informação para formar suas preferências e avaliações? Para Marcus, Neuman e MacKuen (2000, p. 1), essa mudança de comportamento se dá “quando nossas emoções nos dizem para fazê-lo”.

Segundo a teoria da inteligência afetiva, usamos nossas emoções para monitorar os ambientes político e econômico, e fazemos isso através de dois estados mentais formados por fontes distintas – emoção e razão –, que operam em um equilíbrio dinâmico “delicado, interativo e altamente funcional” (Marcus, Neuman e MacKuen, 2000, p. 8)<sup>8</sup>. No âmbito emocional, nosso cérebro comporta dois sistemas independentes e pré-conscientes, cada um com suas funções específicas e “mutuamente engajados em

---

tem avaliações cognitivas e racionais como também tem avaliações de origem emocional e que seu comportamento político é afetado por ambas as avaliações.

<sup>7</sup> A razão desse argumento vem da influência exercida pela leitura da obra do historiador Darnton (1995), que mostra como os efeitos da literatura de libelo – uma das formas de imprensa da época – sobre a opinião pública ajudam a entender a perda de legitimidade da monarquia francesa no final do século 18.

<sup>8</sup> Autores da área de psicologia, como Kahneman (2011), usam os termos sistema 1 e sistema 2 para referir-se, respectivamente, às nossas reações instintivas e emocionais e às nossas ações racionais e refletidas.

governar nossos pensamentos e comportamentos” (p. 9). O primeiro é o *sistema de predisposição*, moldado para lidar com questões habituais e que se manifesta nos sentimentos de entusiasmo. O segundo é o *sistema de vigilância*, moldado para lidar com situações inesperadas e que se manifesta nos sentimentos de ansiedade<sup>9</sup>.

Em momentos de normalidade política ou econômica, as pessoas tendem a manifestar baixo nível de atenção às questões políticas, oferecendo menos espaço para mudanças de humor da opinião pública. Por sua vez, em momentos de crise, um “sistema de alarme emocional” (Marcus, Neuman e MacKuen, 2000, p. 81) é acionado, sinalizando a necessidade de elevar o nível de atenção. Os sentimentos de ansiedade são uma resposta a situações de ameaça, que tiram as pessoas das suas rotinas, fazem-nas mais atentas e alteram seus incentivos para orientar-se (Brader, 2005; MacKuen et al., 2007). Quando afloram, estimulam as pessoas a (i) buscar informação e (ii) conectar resultados das políticas públicas com as ações governamentais, estabelecendo uma relação de responsabilidade.

Por exemplo, ao punirem ou recompensarem os governantes pelas condições da economia do país, as pessoas normalmente são guiadas por suas percepções objetivas. No entanto, tais considerações cognitivas são formadas simultaneamente, se não posteriormente, às reações emocionais, principalmente as derivadas do sistema de vigilância, que as levam tanto “a adquirirem mais informação e informação mais acurada” quanto “a usar essa informação de maneira mais decisiva” (Marcus, Neuman e MacKuen, 2000, p. 113). Esses autores mostraram que, em um período de baixo crescimento econômico, os “apoiadores partidários” são os que se sentem mais ansiosos em relação à figura do presidente, pois a má performance na condução do país ameaça suas convicções partidárias habituais, deixando-os em uma posição desconfortável. Eleitores partidários ansiosos também têm mais chances de abandonar suas predisposições políticas e votar no candidato do “outro partido”, pois as “emoções negativas estão associadas com maiores deserções” (p. 112).

Esses elementos nos sugerem que: (i) as avaliações de governo e as decisões políticas podem ser afetadas tanto por dimensões emocionais quanto cognitivas (Ottati e Wyer Jr., 1993); (ii) as reações emocionais geralmente ocorrem primeiro; (iii) esses dois sistemas de avaliação interagem de maneira significativa (Zajonc, 1980), embora sejam distintos e independentes. Como salientaram Conover e Feldman (1986, p. 53), “no grau em que o afeto precede a cognição”, e “na medida em que emoções e cognições interagem”, as “emoções desempenham um papel-chave na estruturação das percepções das condições econômicas”. Portanto, dizem esses autores, modelos de avaliação política ou de performance presidencial que incluem variáveis cognitivas, mas não afetivas, ou vice-versa, estarão mal especificados.

---

<sup>9</sup> Essa discussão é, certamente, mais complexa do que a retratada aqui, como mostram os capítulos 3 e 4 de Marcus, Neuman e MacKuen (2000), mas entendemos ser desnecessário para os objetivos deste artigo detalhar pormenores da teoria da inteligência afetiva, já discutida com propriedade, por exemplo, por Lavareda (2009) e Pimentel Júnior (2010).

Importante observar, por fim, que “reações afetivas podem se formar rapidamente com base numa exposição mínima a um estímulo econômico; avaliações cognitivas, por outro lado, podem se desenvolver mais lentamente e apenas após atenção considerável à informação econômica” (Conover e Feldman, 1986, p. 64). Diante dessa expectativa, seria esperável que variações abruptas no contexto econômico ativassem mais rapidamente as variáveis afetivas que as cognitivas.

Com base na discussão anterior, formulamos cinco hipóteses de trabalho:

H1: o efeito das emoções derivadas do estado da economia brasileira sobre a aprovação do governo federal terá intensidade semelhante quando comparado ao efeito dos juízos cognitivos sobre o contexto econômico nacional, sugerindo um equilíbrio entre as duas dimensões;

H2: o efeito das emoções derivadas do estado das finanças pessoais do entrevistado sobre a aprovação do governo federal terá intensidade semelhante quando comparado ao efeito dos juízos cognitivos sobre o contexto de suas finanças pessoais, sugerindo aqui também um equilíbrio entre as duas dimensões;

H3: a aprovação do governo federal será mais bem explicada pelo conjunto de variáveis sociotrópicas do que pelo conjunto de variáveis egocêntricas, dado o caráter muitas vezes idiossincrático e particular do comportamento das finanças pessoais de cada entrevistado;

H4: diante de um contexto de crise econômica, as variáveis emocionais terão efeito mais forte, conforme a expectativa de que as reações afetivas precedem as cognitivas (Conover e Feldman, 1986);

H5: a mudança de opinião sobre o governo federal será mais bem explicada por reações emocionais ao estado da economia do que por juízos cognitivos.

### **Contexto dos surveys e descrição dos dados**

A eleição presidencial de 2014 representou um divisor de águas após três mandatos petistas no Palácio do Planalto. Dilma Rousseff foi reeleita numa votação apertada, com 51,6% dos votos válidos, contra 48,4% do seu concorrente, Aécio Neves (PSDB). Em grande medida, os debates eleitorais estiveram centrados sobre os escândalos de corrupção envolvendo o partido da ex-presidente e a situação da economia, que começava a dar sinais negativos<sup>10</sup>. Ao final daquele ano, a expectativa era de que, passada a disputa pelo voto, duras medidas seriam tomadas para enfrentar problemas como o aumento da inflação, o baixo crescimento econômico e a fragilidade das finanças públicas, ações com grande potencial de piora do humor da opinião pública em relação ao governo federal. Num contexto que nem de longe se assemelhava ao otimismo e à satisfação

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo: “Dilma nega crise econômica e garante inflação dentro da meta em 2014”, *Folha de S. Paulo*, 28 jul. 2014; “Crise econômica e corrupção marcarão a nova presidência”, *El País*, 26 out. 2014.

produzidos pelo crescimento econômico em 2010, ao final do governo Lula, e registrados no recorde histórico de aprovação presidencial na Nova República<sup>11</sup>.

Ainda que os indicadores econômicos já inspirassem preocupação, as percepções da opinião pública em relação ao estado da economia do país permaneceram estáveis durante a campanha eleitoral. Pesquisas encomendadas pela Secom/PR à empresa Ibope Inteligência mostraram que 20% dos brasileiros consideravam a situação econômica do país como “ótima” ou “boa” em novembro de 2014, ao passo que esse percentual era de 25% em julho; e que 25% classificaram a economia como “ruim” ou “péssima”, exatamente na mesma proporção que cinco meses antes<sup>12</sup>. Esses números, contudo, não expressavam o que estaria por vir, como a sucessão de fatos a partir de janeiro de 2015 revelou.

### *Variáveis afetivas e cognitivas*

As pesquisas da Secom/PR de novembro de 2014 e abril de 2015<sup>13</sup> trouxeram uma bateria de perguntas que buscavam captar as avaliações afetivas dos brasileiros em relação à situação econômica do país (também chamada de versão sociotrópica) e à situação econômica pessoal do entrevistado (também conhecida como versão egocêntrica). A elaboração das questões utilizou desenho semelhante ao adotado por Marcus, Neuman e MacKuen (2000) – reproduzido anteriormente no Brasil por Pimentel Júnior (2007, 2010) – e Conover e Feldman (1986).

Os dois *surveys* analisados neste artigo contemplam a seguinte pergunta aos brasileiros: “Agora eu gostaria de saber sobre seus sentimentos com relação à economia do país/sua situação econômica pessoal. Não existe resposta certa ou errada, eu quero saber a sua primeira impressão. Nos últimos 12 meses, a economia do país/sua situação econômica pessoal lhe fez sentir...”. Eram lidos, então, oito sentimentos, sendo quatro positivos (confiança, esperança, empolgação e felicidade) e quatro negativos (preocupação, medo, ansiedade e decepção). O questionário alternou um sentimento negativo a cada sentimento positivo lido. Os respondentes poderiam registrar quantas emoções tivessem sentido. Para os que respondessem “sim” a algum dos oito sentimentos,

<sup>11</sup> A avaliação positiva do governo Lula (soma de respostas “ótimo” e “bom”) chegou a 83% em novembro de 2010, segundo o instituto Datafolha.

<sup>12</sup> Ambas as pesquisas foram aplicadas face a face e contaram com 2002 brasileiros entrevistados em todo o país, de 16 anos ou mais. A seleção de amostra foi probabilística nos dois primeiros estágios, e por cotas de sexo, idade, escolaridade e ramo de atividade no último estágio. A margem de erro é de  $\pm 2\%$ , com nível de confiança de 95%. O trabalho de campo das pesquisas foi realizado, respectivamente, entre os dias 1º e 5 de julho, e 22 e 28 de novembro de 2014. Os relatórios das pesquisas encontram-se na página da Secom/PR: <<http://www.secom.gov.br/>> e também: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

<sup>13</sup> As informações metodológicas da pesquisa de abril de 2015 são as mesmas das pesquisas de julho e novembro de 2014, com exceção do período de trabalho de campo, que ocorreu entre os dias 11 e 18 de abril.

era feita uma segunda pergunta, que buscava medir sua intensidade a partir de escala ordinal de três pontos: “muito(a), algum(a) ou pouco(a)”<sup>14</sup>.

A formulação das perguntas seguiu o pressuposto teórico de que a estrutura afetiva possui duas dimensões, uma positiva e outra negativa, e que elas são relativamente independentes (Abelson et al., 1982; Pimentel Junior, 2007). Por isso, antes de realizar quaisquer testes com os dados, os estudos sobre o papel das emoções nas decisões políticas buscam confirmar essa proposição (Conover e Feldman, 1986; Marcus, Neuman e MacKuen, 2000; Pimentel Júnior, 2007, 2010). Essa validação pode ser feita com análises fatoriais e testes de correlação. Espera-se que haja o carregamento de dois fatores independentes, um para cada dimensão afetiva, e que a correlação entre os índices afetivos criados seja fraca ou nula.

Seguimos esses procedimentos e implementamos quatro testes de análises fatoriais confirmatórias com os dados dos *surveys* de novembro de 2014 e abril de 2015, sendo um para os sentimentos em relação à economia do país e outro para os sentimentos em relação à situação econômica pessoal. Os resultados obtidos mostram que, em cada um dos quatro testes, foram carregados dois fatores independentes, um para cada dimensão afetiva, com correlação fraca entre eles. É importante enfatizar que os resultados da pesquisa de 2015 foram melhores do que os de 2014. Contudo, essas diferenças não foram suficientes para excluirmos a base de dados de 2014 do artigo, ou para impedir o prosseguimento das análises<sup>15</sup>.

Após essa análise confirmatória, foram criados “índices afetivos” a partir do somatório das respostas dos entrevistados para cada tipo de sentimento<sup>16</sup>. Um índice de emoções positivas e outro de emoções negativas sobre o estado da economia nacional. Versões egocêntricas desses índices também foram construídas, nesse caso sobre o estado das finanças pessoais do entrevistado. Originalmente, cada um desses índices obteve valor mínimo de 4 e máximo de 16.

Ainda que a literatura prescreva a operacionalização dos sentimentos sobre o estado da economia nacional (ou das finanças pessoais) em duas dimensões – uma negativa e outra positiva –, incluímos também neste artigo os efeitos de um único índice emocional (em suas versões sociotrópica e egocêntrica) que contemplasse ao mesmo tempo os polos positivo e negativo, o que facilitaria sua comparação com o efeito das respectivas variáveis cognitivas. Por esse motivo, serão apresentadas as duas versões de mensuração das emoções, tanto na versão sociotrópica como na egocêntrica: (i) com dois

---

<sup>14</sup> A resposta era única para cada sentimento. Houve rodízio entre os itens. Infelizmente, por razões orçamentárias não foi possível estender a lista de sentimentos, já que o questionário continha outros módulos sobre avaliação de políticas públicas, além de outras demandas. De todo modo, a inclusão dos oito sentimentos ocorreu em função das indicações da literatura especializada (Marcus, Neuman e MacKuen, 2000) e dos resultados dos pré-testes, que confirmaram as expectativas teóricas.

<sup>15</sup> Os resultados e gráficos desses testes podem ser solicitados ao primeiro autor do artigo no e-mail <psmundim@ufg.br>.

<sup>16</sup> A confiabilidade média (alfa de Cronbach) dos índices na pesquisa de novembro de 2014 foi 0.85 (DP = 0.02) e a dos índices da pesquisa de abril de 2015 foi 0.77 (DP = 0.04).

índices – um negativo e um positivo – e (ii) com um único índice (unidimensional). A variável com um único índice foi construída a partir da soma de cada uma das emoções reportadas, sendo que as emoções positivas entraram na equação com valores positivos e as emoções negativas com o respectivo signo. Portanto, o índice único de emoções variava originalmente de -16 a +16. Aqui apresentam-se os valores normalizados, para facilitar a comparação dos coeficientes.

A Tabela 1 traz os dados descritivos dessas variáveis. Eles estão organizados em duas dimensões, uma sociotrópica (que dá conta da avaliação e das emoções sobre o estado da economia do país) e outra egocêntrica (que reporta a avaliação e as emoções sobre o estado da economia pessoal dos entrevistados). A piora do humor da opinião pública sobre as condições econômicas é notável entre os dois *surveys*. A maior variação, contudo, se dá na demonstração de emoções positivas sobre o estado da economia brasileira (-0,30) e das finanças pessoais (-0,26). As emoções associadas ao pessimismo ou à insatisfação não oscilaram com a mesma intensidade, o que sugere que a maior clareza sobre a crise econômica no início de 2015 tenha diminuído o otimismo e a satisfação dos brasileiros, mas não alterado de forma considerável os sentimentos negativos já presentes na sociedade brasileira em 2014. Importante notar também que os juízos cognitivos também mostraram piora na avaliação da economia do país (-0,20) e das finanças pessoais (-0,10).

**Tabela 1**  
**Médias das variáveis normalizadas cognitivas e afetivas sobre a economia do país e a economia pessoal nos surveys de 2014 e 2015 (desvios-padrão entre parênteses)**

	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif. médias
<i>1. Dimensão sociotrópica (economia do país)</i>			
<i>1.1 Variável cognitiva</i>			
1.1.1 EcoPaísCognitiva	0,47 (0,22)	0,27 (0,26)	-0,20
<i>1.2 Variável afetiva</i>			
<i>1.2.1 Versão com dois índices</i>			
1.2.1.1 EcoPaísEmoçõesPositivas	0,43 (0,29)	0,13 (0,21)	-0,30
1.2.1.2 EcoPaísEmoçõesNegativas	0,51 (0,30)	0,61 (0,31)	0,10
<i>1.2.2 Versão com um índice</i>			
1.2.2.1 EcoPaísEmoções (unidimensional)	0,46 (0,16)	0,25 (0,20)	-0,21
<i>2. Dimensão egocêntrica (economia pessoal)</i>			
<i>2.1 Variável cognitiva</i>			
2.1.1 EcoPessoalCognitiva	0,57 (0,21)	0,47 (0,26)	-0,10
<i>2.2 Variável afetiva</i>			
<i>2.2.1 Versão com dois índices</i>			
2.2.1.1 EcoPessoalEmoçõesPositivas	0,55 (0,30)	0,29 (0,31)	-0,26
2.2.1.2 EcoPessoalEmoçõesNegativas	0,47 (0,29)	0,50 (0,35)	0,03
<i>2.2.2 Versão com um índice</i>			
2.2.2.1 EcoPessoalEmoções (unidimensional)	0,54 (0,16)	0,40 (0,26)	-0,14

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em surveys da Secom/PR (2014, 2015).

**Obs.:** Todas as variáveis nesta tabela foram normalizadas, portanto variam entre 0 e 1.

### *Variáveis dependentes*

A principal variável dependente neste artigo é a aprovação do governo, que foi medida por meio da seguinte questão, simples e direta: "O(A) Sr(a). aprova ou desaprova o desempenho atual do governo federal?"<sup>17</sup>. A deterioração do apoio explícito ao desempenho governamental foi nítida, com queda de 35 pontos, diferença entre uma taxa de aprovação de 59% em 2014 e outra de 23% em 2015. O survey de abril de 2015 também contemplou uma questão a respeito da mudança de opinião sobre o governo, cuja redação era: "Nos últimos seis meses, o(a) Sr(a). mudou ou não mudou de opinião em relação ao desempenho do governo federal?". Entre os entrevistados, 29% responderam "sim" a essa pergunta. Os que haviam mudado de opinião respondiam a uma segunda

<sup>17</sup> As pesquisas da Secom/PR são institucionais, e não pessoais ou partidárias. Por isso, é vedada a menção a quaisquer figuras políticas – inclusive a presidente da República – ou partidos. Daí sempre utilizarem o termo "governo federal". Essa proibição também limitava o escopo de temas que poderiam ser explorados nos questionários, que deveriam se cingir a questões ligadas às ações de comunicação da administração pública (Gramacho, 2014). Ainda que a questão utilizada não mencionasse o nome de Dilma Rousseff, acreditamos que o contexto pós-eleitoral e o fato de que Dilma estivesse iniciando seu segundo mandato deixavam poucas dúvidas aos entrevistados sobre de que governo se tratava.

indagação: “O(A) Sr(a). diria que aprovava e passou a desaprovar ou que desaprovava e passou a aprovar o desempenho do governo federal?”. Sem surpresas, 84% dos que haviam mudado de opinião disseram que tinham passado a desaprová-lo. A Tabela 2 traz as respostas dos entrevistados nos dois *surveys* a essas questões:

**Tabela 2**  
**Aprovação e mudança de opinião em relação ao governo federal (%)**

	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.
Aprova o governo federal	59	23	-35
Mudou de opinião sobre o governo federal	ND	29	ND
Passou a desaprovar o governo federal	ND	87*	ND

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em *surveys* da Secom/PR (2014, 2015).

\* Percentual calculado sobre os 29% que disseram haver mudado de opinião sobre o governo federal.

ND: Não disponível.

### *Variáveis de controle*

Os modelos contemplam dois grupos de variáveis de controle. O primeiro deles descreve as características sociodemográficas dos entrevistados e seu estado de ânimo no momento do início da aplicação do questionário. Foram consideradas variáveis sobre gênero, idade, escolaridade, raça, renda familiar mensal, porte do município (em número de habitantes) e condição do município (capital, periferia ou interior) do entrevistado. O estado de ânimo no início da entrevista foi mensurado por meio da questão: “Como o(a) Sr(a). diria que se sente com relação à vida que vem levando hoje? O(A) Sr(a). está: muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito?”.

Já o segundo grupo busca controlar os efeitos de razões instrumentais para a formação da opinião sobre o governo federal. A primeira delas indica simplesmente se o entrevistado era beneficiário do Programa Bolsa Família: 9% e 12% dos entrevistados, respectivamente, responderam positivamente a essa pergunta em novembro de 2014 e abril de 2015. A segunda razão considera a nota dada pelos entrevistados para quatro quesitos de desempenho do governo: (i) os serviços públicos, (ii) a saúde pública, (iii) a educação pública e (iv) a segurança pública no Brasil. Utilizou-se uma escala de 0 a 10, em que 0 significava “totalmente insatisfeito” e 10, “totalmente satisfeito”<sup>18</sup>.

Pode-se esperar uma taxa de aprovação maior entre cidadãos que eram beneficiários do programa Bolsa Família ou que avaliavam de forma mais positiva serviços públicos e áreas de atuação do governo como saúde, educação e segurança. Sabe-se que a oferta de serviços públicos é heterogênea no país e que, portanto, diferentes cidadãos

<sup>18</sup> Estamos cientes da importância da identificação partidária e da ideologia na avaliação presidencial. Contudo, por conta do seu objetivo institucional, as pesquisas da Secom/PR não podem incluir menções a partidos políticos nos seus questionários, mesmo relacionadas à ex-presidente da República, nem perguntas sobre ideologia política. É por esse simples motivo que essas duas variáveis não foram incluídas nos modelos apresentados no artigo.

podem usufruir de serviços públicos com qualidades distintas. Essas variáveis pretendem controlar essa satisfação heterogênea em relação a alguns dos mais relevantes serviços públicos, que com frequência lideram a lista dos principais problemas enfrentados pelos cidadãos no país<sup>19</sup>. A Tabela 3 traz os dados descritivos das variáveis de controle. A variação mais importante entre as duas pesquisas deu-se no desânimo dos entrevistados com a vida que vinham levando e na piora das notas para os serviços públicos em geral, a saúde, a segurança e a educação públicas.

**Tabela 3**  
**Dados descritivos sobre as variáveis de controle**

	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.
<b>Características dos entrevistados</b>			
Gênero: mulher (%)	52	52	0
Idade (média)	33	34	1
Escolaridade: até ensino médio incompleto ou menor (%)*	58	57	-1
Raça: pretos e pardos (%)	54	58	+4
Renda familiar: até 5 salários mínimos (%)	82	90	+8
Porte do município: até 100 mil habitantes (%)	43	44	+1
Condição do município: capital (%)	29	29	0
Ânimo do entrevistado: "muito insatisfeito" + "insatisfeito" (%)	18	34	+16
<b>Razões instrumentais para aprovar o governo federal</b>			
Beneficiário do programa Bolsa Família (%)	9	12	+3
Avaliação dos serviços públicos (média)	5,3	4,0	-1,3
Avaliação da saúde pública (média)	4,4	3,1	-1,3
Avaliação da educação pública (média)	5,8	4,9	-0,9
Avaliação da segurança pública (média)	4,3	3,6	-0,7

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em *surveys* da Secom/PR (2014, 2015).

\*Por simplicidade, apresenta-se aqui apenas uma categoria da variável. Toda a informação pode ser solicitada por e-mail do primeiro autor deste artigo.

### A relação entre medidas afetivas e cognitivas

A análise dos dados seguiu os passos do artigo de Conover e Feldman (1986). A primeira ação foi estimar as correlações entre as medidas afetivas e cognitivas, com o objetivo de testar a premissa de que essas duas formas de avaliação da economia seriam independentes, como argumentou Zajonc (1980). Os resultados de correlações bivariadas entre as variáveis cognitivas e os índices de emoção (nas versões bidimensional e unidimensional) podem ser vistos na Tabela 4:

<sup>19</sup> No *survey* de 2014, os problemas mais citados foram relacionados a saúde (18%), corrupção (17%), drogas (13%), segurança (8%), administração pública (8%) e educação (7%). No de 2015, os principais problemas se referiram a saúde (25%), corrupção (12%), impostos (8%), segurança (7%) e administração pública (7%). "Educação" havia caído para o oitavo posto, com 4% das citações.

**Tabela 4**  
**Relação entre reações afetivas e cognitivas ao estado da economia**

Avaliação emocional da...		Avaliação cognitiva da situação...	
		econômica do país	econômica pessoal
<b>Nov. 2014</b>			
economia do país	Emoções positivas	0,23*	0,19*
	Emoções negativas	-0,21*	-0,09*
	Emoções (unidimensional)	0,40*	0,25*
economia pessoal	Emoções positivas	0,10*	0,21*
	Emoções negativas	-0,16*	-0,18*
	Emoções (unidimensional)	0,24*	0,37*
<b>Abr. 2015</b>			
economia do país	Emoções positivas	0,29*	0,18*
	Emoções negativas	-0,37*	-0,25*
	Emoções (unidimensional)	0,44*	0,29*
economia pessoal	Emoções positivas	0,19*	0,32*
	Emoções negativas	-0,25*	-0,39*
	Emoções (unidimensional)	0,29*	0,45*

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em *surveys* da Secom/PR (2014, 2015).

Todas as entradas são *r* de Pearson.

**Obs.:** Por simplicidade, usaremos apenas \*  $p < 0.05$ , deixando de informar significância estatística para outros níveis.

Todas as correlações estão na direção esperada: reações emocionais (positivas/negativas) estão associadas com percepções cognitivas (positivas/negativas) sobre a economia, resultado idêntico ao encontrado por Conover e Feldman (1986). Além disso, todas as correlações são fracas ou moderadas, o que mostra que as dimensões afetivas e cognitivas não estão "intimamente ligadas". Um terceiro ponto a se destacar é o aumento, ainda que pequeno, da correlação entre indicadores afetivos e cognitivos de 2014 para 2015. Apesar de a economia ter sido um tema recorrente durante a campanha, em 2014 ainda não havia uma clara percepção da opinião pública sobre a gravidade da crise econômica no país. Foi a partir do início de 2015 que esse juízo se difundiu na sociedade brasileira, seja pela piora substantiva dos indicadores econômicos, seja pelas medidas de ajuste fiscal adotadas no início daquele novo mandato.

### Medidas afetivas, cognitivas e aprovação do governo federal

Esta seção apresenta e discute os resultados de modelos *logit* que procuram explicar a aprovação do governo federal. Os resultados encontram-se na Tabela 5. Os bancos de dados dos dois *surveys* foram consolidados num só e a análise contemplou interações que mediram possíveis mudanças de intensidade dos efeitos das variáveis independentes nos dois contextos. Como mencionado anteriormente, para facilitar a

comparação entre os coeficientes, todas as variáveis incluídas nos modelos foram redimensionadas para a escala 0-1.

**Tabela 5**  
**Coefficientes de regressão *logit* de modelos que explicam a aprovação do governo federal (2014 e 2015)**

	Modelos			
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Dimensão sociotrópica (economia do país)</b>				
EcoPaísCognitiva	2,52* (0,22)	2,99* (0,33)	2,52* (0,22)	2,97* (0,33)
EcoPaísCognitiva × Survey2015		-1,11* (0,45)		-1,09* (0,45)
EcoPaísEmoçõesPositivas	2,11* (0,22)	1,86* (0,32)	-	-
EcoPaísEmoçõesPositivas × Survey2015	-	-0,07 (0,47)	-	-
EcoPaísEmoçõesNegativas	-1,79* (0,21)	-2,01* (0,33)	-	-
EcoPaísEmoçõesNegativas × Survey2015	-	0,60 (0,43)	-	-
EcoPaísEmoções (unidimensional)	-	-	3,87* (0,30)	3,82* (0,49)
EcoPaísEmoções (unidimensional) × Survey2015	-	-	-	-0,69 (0,64)
<b>Dimensão egocêntrica (economia pessoal)</b>	-	-	-	-
EcoPessoalCognitiva	0,55* (0,24)	0,85* (0,34)	0,56* (0,24)	0,85* (0,34)
EcoPessoalCognitiva × Survey2015		-0,56 0,46		-0,56 (0,46)
EcoPessoalEmoçõesPositivas	0,33 (0,19)	0,64* (0,30)	-	-
EcoPessoalEmoçõesPositivas × Survey2015	-	-0,52 (0,40)	-	-
EcoPessoalEmoçõesNegativas	-0,15 (0,21)	-0,23 (0,33)	-	-
EcoPessoalEmoçõesNegativas × Survey2015	-	-0,06 (0,43)	-	-
EcoPessoalEmoções (unidimensional)	-	-	0,49 (0,28)	0,92* (0,47)
EcoPessoalEmoções (unidimensional) × Survey2015	-	-	-	-0,53 (0,58)



	Modelos			
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>Controles</b>				
Mulher	0,06 (0,09)	0,03 (0,10)	0,07 (0,09)	0,03 (0,10)
Idade	-0,34 (0,25)	-0,30 (0,25)	-0,30 (0,24)	-0,28 (0,25)
Escolaridade	-0,57* (0,22)	-0,57* (0,22)	-0,57* (0,22)	-0,57* (0,22)
Raça: pretos e pardos (referência: outras)	0,18 (0,10)	0,18* (0,10)	0,17 (0,09)	0,18* (0,10)
Renda familiar mensal	-0,45 (0,26)	-0,58* (0,27)	-0,46 (0,26)	-0,59* (0,27)
Porte do município	-0,05 (0,23)	-0,03 (0,23)	-0,03 (0,23)	-0,03 (0,23)
Condição do município: capital (referência: interior)	0,07 (0,15)	0,05 (0,15)	0,05 (0,14)	0,04 (0,15)
Condição do município: periferia (referência: interior)	0,19 (0,13)	0,11 (0,14)	0,22 <sup>a</sup> (0,13)	0,12 (0,14)
Recebe Bolsa Família	0,09 (0,15)	0,14 (0,16)	0,10 (0,15)	0,15 (0,16)
Avaliação dos serviços públicos	0,69* (0,26)	0,71* (0,26)	0,72* (0,26)	0,70* (0,26)
Avaliação da saúde pública	0,54* (0,23)	0,47* (0,23)	0,55* (0,23)	0,46* (0,23)
Avaliação da educação pública	1,08* (0,24)	1,07* (0,24)	1,10* (0,24)	1,07* (0,24)
Avaliação da segurança pública	-0,70* (0,21)	-0,59* (0,21)	-0,71* (0,21)	-0,59* (0,21)
Estado de ânimo do entrevistado	1,45* (0,26)	1,43* (0,27)	1,49* (0,26)	1,44* (0,27)
Constante	-2,70* (0,34)	-2,80* (0,40)	-4,75* (0,33)	-5,04* (0,42)
Survey2015	- (0,36)	0,28 (0,36)	- (0,36)	0,80* (0,37)
N	3207	3207	3207	3207
Nagelkerke R-sq	0,47	0,48	0,47	0,48
Classificados corretamente (%)	78,5	79,2	78,3	79,3
-2 Log-likelihood	2969,51	2934,93	2975,86	2937,12

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em *surveys* da Secom/PR (2014, 2015).

**Obs.:** Por simplicidade, usaremos apenas \*  $p < 0,05$ , deixando de informar significância estatística para outros níveis.

Os resultados dos quatro modelos apresentados na Tabela 5 apoiam o sentido geral das hipóteses elaboradas. Todos os coeficientes das variáveis afetivas têm o sinal esperado. As estimativas dos sentimentos positivos em relação à economia (do país e pessoal) têm sinais positivos, ou seja, aumentaram a probabilidade de aprovação do governo, enquanto as estimativas dos sentimentos negativos têm sinais negativos, ou seja, diminuiriam essa chance. Além disso, os coeficientes têm grandezas próximas aos das variáveis cognitivas, tanto quando comparados na dimensão sociotrópica, que trata da economia do país (H1), quanto em sua dimensão egocêntrica, orientada à economia pessoal do entrevistado (H2).

Os resultados mostram também que a dimensão sociotrópica é muito mais importante que a egocêntrica quando se trata de predizer as chances de aprovação do governo federal pelos cidadãos, reforçando nossa expectativa (H3). Essa é mais uma indicação de que os cidadãos, por mais que sejam indivíduos autointeressados, tendem a dar maior peso à dimensão sociotrópica nas suas avaliações dos governos (Edlin, Gelman e Kaplan, 2007; Fiorina, 1981; Kiewiet, 1983). Além disso, o achado está em consonância não apenas com a literatura como também suporta expectativas mais razoáveis de que o exercício do *accountability* vertical se dê pelo desempenho dos governos no âmbito público e coletivo, e menos pelo efeito particular que diferentes políticas públicas possam ter sobre os cidadãos.

Enquanto os modelos 1 e 3 mediram efeitos médios dessas variáveis cognitivas e emocionais nos dois *surveys*, os modelos 2 e 4 exploraram a influência da crise aflorada em 2015 sobre esses efeitos. Nossa expectativa (H4) era de que a crise econômica aumentaria o efeito das variáveis emocionais, devido ao fato de as reações afetivas precederem as cognitivas (Conover e Feldman, 1986). O resultado, contudo, não mostrou variação estatisticamente significativa nos coeficientes das variáveis afetivas de 2014 para 2015, nem na dimensão sociotrópica, nem na egocêntrica. O que os modelos revelaram foi uma diminuição significativa, em termos estatísticos e substantivos, dos coeficientes da variável cognitiva sociotrópica, sugerindo menor racionalidade na imputação de responsabilidades pelo estado da economia nacional em abril de 2015 e maior importância das emoções depois que o governo inaugurou um ajuste fiscal e os preços começaram a subir e o desemprego passou a crescer.

A partir dos coeficientes do modelo 2, simulamos os efeitos da interação significativa entre a avaliação cognitiva da economia e a mudança de contexto econômico. Em 2014, os que consideravam que o estado da economia brasileira era “péssimo” ( $EcoPaísCognitiva=0$ ) tinham 17% de probabilidade de aprovar o governo, mantendo todos os demais valores das variáveis independentes em suas médias. Contudo, se esse juízo fosse “ótimo” ( $EcoPaísCognitiva=1$ ), a probabilidade subia a 80%, uma diferença de expressivos 63 pontos. Já em 2015, a mesma simulação produziu, respectivamente, probabilidades de 7% e 58%. O efeito máximo dessa variável, portanto, passou a ser de 51 pontos. Ou seja, as emoções ganharam importância relativa não porque sua influência tenha aumentado, mas porque se manteve semelhante enquanto o efeito da variável sociotrópica cognitiva diminuiu.

Quanto às variáveis de controle, vale mencionar que a aprovação do governo não diferiu entre gêneros, idades, porte ou condição do município, e sequer entre os beneficiários e não beneficiários do programa Bolsa Família. Entretanto, aprovavam mais o governo federal os brasileiros com menor escolaridade e renda familiar (em dois dos quatro modelos) e os pretos e pardos, sugerindo que os anos de políticas públicas dirigidas a ambos os segmentos sociais possam ter resultado em maior boa vontade com o governo entre esses cidadãos. Sem surpresas, também aprovavam mais o governo federal os que

avaliavam positivamente os serviços públicos, a saúde pública e a educação pública. Curiosamente, entrevistados que avaliam positivamente a segurança pública tinham menor probabilidade de aprovar o governo federal, possivelmente porque o apoio ao sistema público de segurança é maior entre cidadãos mais conservadores, que tinham menor afinidade programática com o governo Dilma Rousseff. Finalmente, o governo foi mais aprovado entre aqueles entrevistados que se disseram, antes da entrevista, “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com a vida que vinham levando. Um resultado que reforça a importância em compreender o estado emocional (geral ou associado a âmbitos específicos, como a economia) dos cidadãos ao analisar seu comportamento político.

### **Medidas afetivas, cognitivas e a mudança de opinião sobre o governo federal**

Os modelos que buscaram explicar a aprovação do governo federal com base em variáveis afetivas e cognitivas sobre a economia do país e a pessoal trouxeram evidências a favor das nossas hipóteses e sugerem a coexistência de mecanismos racionais e emocionais de imputação de responsabilidades sobre resultados econômicos. Mas ainda resta distinguir os papéis das emoções e da cognição na decisão de passar a reprovar um governo. Com base na literatura, podemos esperar que as reações afetivas ao novo contexto de 2015 podem ter sido muito mais relevantes que os juízos cognitivos na transformação do estado da opinião pública com relação à administração de Rousseff (H5).

Conforme mencionado anteriormente, o *survey* de abril de 2015 incluiu duas perguntas explícitas sobre a mudança de opinião a respeito do governo “nos últimos seis meses”: 29% dos entrevistados declararam haver mudado de opinião e 87% destes afirmaram que tinham passado a reprovar o governo federal. Ou seja, extrapolando esses percentuais para o conjunto da população, um em cada quatro brasileiros declarava que havia passado a reprovar a gestão do governo federal.

Pesquisas qualitativas deram pistas importantes sobre as possíveis razões para que a reprovação ao governo federal tivesse crescido de forma tão importante em pouco tempo. Participantes de grupos de discussão contratados pela Secom/PR e realizados antes do *survey* de abril de 2015 disseram-se enganados pela retórica eleitoral da então presidente, que havia negado a existência de uma crise econômica e a necessidade de ajustes. Eram apontadas falhas na comunicação do governo, que, na opinião dos participantes, não esclarecia as razões para um aumento tão repentino no preço da gasolina e nas contas de luz. Além disso, era comum a visão de que o governo não conseguia se defender das acusações de corrupção na Petrobras, que envolviam políticos e auxiliares próximos à presidente e aos principais partidos que integravam sua coalizão eleitoral. De fato, o *survey* de 2015 confirmava a importância desses argumentos. Entre os que passaram a reprovar o governo federal, as principais razões de mudança de opinião foram “a má administração”, “o aumento da inflação”, “o descumprimento de promessas”, “os escândalos de corrupção” e “o aumento de impostos”. Juntas, essas justificativas

somavam 62% das razões citadas em primeiro lugar pelos entrevistados como razões para a mudança de opinião<sup>20</sup>.

Como num contexto de ameaça e perigo os cidadãos têm mais estímulos para buscar informação (Marcus, Neuman e MacKuen, 2000), os brasileiros provavelmente aumentaram seu nível de exposição ao conteúdo midiático, então dominado pela cobertura da operação Lava Jato e da crise econômica, dois temas em que o enquadramento predominante seria naturalmente negativo à imagem do governo. Além disso, se escândalos de corrupção em contextos de crescimento econômico podem ser menos prejudiciais à popularidade dos governantes (Carlin, Love e Martínez-Gallardo, 2014), em momentos de penúria financeira são gatilhos naturais para estimular sentimentos negativos<sup>21</sup>.

A Tabela 6 apresenta os resultados de modelos de regressão *logit* que pretendem identificar as variáveis mais importantes dessa mudança de opinião. A variável dependente tem valor "1" para todos os que passaram a desaprovar o governo federal e valor "0" para os demais casos. Um modelo utilizou a versão bidimensional das emoções e o outro, a versão unidimensional.

**Tabela 6**  
**Coeficientes de regressão *logit* de modelos que explicam a decisão de passar a desaprovar o governo federal (2015)**

	Modelos	
	(1)	(2)
<b>Dimensão sociotrópica (economia do país)</b>		
EcoPaísCognitiva	-0,46 (0,27)	-0,46 (0,27)
EcoPaísEmoçõesPositivas	-0,28 (0,34)	- -
EcoPaísEmoçõesNegativas	0,92* (0,26)	- -
EcoPaísEmoções (unidimensional)	- -	-1,41* (0,38)
<b>Dimensão egocêntrica (economia pessoal)</b>		
EcoPessoalCognitiva	-0,62* (0,26)	-0,62* (0,26)
EcoPessoalEmoçõesPositivas	0,15 (0,22)	- -
EcoPessoalEmoçõesNegativas	-0,27 (0,22)	- -
EcoPessoalEmoções (unidimensional)	- -	0,42 (0,27)

<sup>20</sup> Os itens escolhidos como opções de resposta foram definidos a partir das análises de 24 grupos focais, realizados em quatro capitais do país – Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Recife –, pela pesquisa qualitativa da Secom/PR sobre o "ajuste econômico". A aplicação dessa bateria no questionário permitiu inferir, nacionalmente, as percepções obtidas a partir da rodada de pesquisa qualitativa.

<sup>21</sup> Em modelos de regressão que incluíram as oito emoções isoladamente, o sentimento de decepção com o estado da economia do país foi o preditor mais forte da reprovação ao governo, seguido pela preocupação e pela ansiedade. Infelizmente, a bateria de sentimentos não contemplou a raiva, que merece ser considerada em pesquisas futuras.

	<b>Modelos</b>	<b>Modelos</b>
	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
<b>Controles</b>		
Mulher	0,12 (0,12)	0,13 (0,12)
Idade	0,24 (0,32)	0,32 (0,31)
Escolaridade	0,57* (0,28)	0,58* (0,28)
Raça: pretos e pardos (referência: outras)	0,17 (0,12)	0,17 (0,12)
Renda familiar mensal	0,52 (0,33)	0,51 (0,33)
Porte do município	-0,50 (0,30)	-0,50 (0,30)
Condição do município: capital (referência: interior)	0,10 (0,19)	0,09 (0,19)
Condição do município: periferia (referência: interior)	-0,11 (0,20)	-0,11 (0,20)
Recebe Bolsa Família	0,04 (0,18)	0,06 (0,18)
Avaliação dos serviços públicos	0,00 (0,28)	0,01 (0,28)
Avaliação da saúde pública	0,18 (0,28)	0,16 (0,28)
Avaliação da educação pública	0,40 (0,26)	0,43 (0,26)
Avaliação da segurança pública	-0,20 (0,25)	-0,18 (0,25)
Estado de ânimo do entrevistado	-0,19 (0,26)	-0,20 (0,26)
Constante	-1,58* (0,41)	-0,98* (0,37)
N	1693	1693
Nagelkerke R-sq	0.05	0.05
Classificados corretamente (%)	73,4	73,5
-2 Log-likelihood	1894,51	1894,51

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em *surveys* da Secom/PR (2014, 2015).

**Obs.:** Por simplicidade, usaremos apenas \*  $p < 0.05$ , deixando de informar significância estatística a outros níveis.

Nesta tabela, coeficientes com sinal positivo indicam aumento da chance de passar a reprovar o governo federal.

Em que pese o baixo poder explicativo dos modelos, em parte decorrente do fato de que a literatura nessa área tenha avançado mais na explicação sobre determinantes de aprovação dos governos que na compreensão sobre a mudança de opinião sobre eles, os resultados substantivos da análise indicam que os brasileiros que passaram a desaprovar o governo federal entre a eleição de 2014 e a pesquisa de abril de 2015 haviam sido movidos essencialmente por reações emocionais ao estado da economia nacional<sup>22</sup>. É

<sup>22</sup> Entendemos a preocupação de alguns leitores com os baixos valores do  $R^2$  da Tabela 6. Contudo, acreditamos que os resultados são consistentes com a interpretação apresentada. Os modelos são teoricamente coerentes, principalmente com as variáveis disponíveis nos bancos de dados. Além disso, como

notável que a variável cognitiva sobre a economia nacional não seja estatisticamente significativa. Aparentemente, a mudança de opinião não correspondeu a um juízo racional sobre o novo contexto econômico, mas a uma reação emocional. Foram as emoções negativas sobre a situação econômica do país as que tiveram maior efeito explicativo, indicando que a mudança de humor da opinião pública no Brasil foi mais estimulada pela preocupação, pelo medo, pela ansiedade e pela decepção causados nos primeiros meses do segundo mandato da presidente. A mudança nas opiniões sobre o governo federal, portanto, seguiu antes um padrão de “inteligência afetiva” que de mera “racionalidade”. Curioso observar também que a percepção cognitiva sobre as finanças pessoais dos entrevistados também teve um papel importante, ainda que com efeito menor. Entrevistados que consideravam o estado das suas economias pessoais como “ruim” ou “péssimo” tinham mais chance de passar a desaprovar a gestão. Entre as variáveis de controle, apenas a escolaridade apresentou resultado estatisticamente significativo, sugerindo que os mais escolarizados passaram a reprovar em maior medida o governo do que os brasileiros com menor grau de escolaridade.

## Conclusão

Entre 2014 e 2015, o país passou de um contexto de estabilidade das percepções sobre a economia, em que não havia uma clara percepção da crise, para outro, em que os seus sinais negativos começavam a ser sentidos de maneira mais evidente. Do ponto de vista afetivo, o novo momento era propício à emergência de sentimentos como medo, ansiedade e decepção, sobretudo depois de um período tão longo de crescimento sustentado e de melhoria das condições de vida da população.

Os resultados apresentados neste artigo mostram que as emoções, em especial as negativas, sobre a situação econômica do país e, em menor medida, sobre a situação econômica pessoal dos cidadãos desempenham um papel importante na aprovação do governo federal e na mudança de opinião sobre ele. Em consonância com os achados de Conover e Feldman (1986), mesmo incluídos preditores de tipo cognitivo nos modelos, as emoções têm efeitos consideráveis e consistentes. Além disso, no caso de agravamento das condições econômicas, as reações emocionais têm ainda maior importância, sugerindo que a “inteligência afetiva” responda mais rapidamente ao novo contexto que os juízos racionais.

Em suma, as análises de ambas as variáveis dependentes deste artigo reforçam nosso entendimento de que – também no Brasil – a formação da opinião pública sobre o desempenho dos governos responde a fatores tanto emocionais quanto cognitivos, e que os primeiros precedem os segundos. Do ponto de vista teórico, esses resultados melhoram a nossa capacidade explicativa da avaliação dos governantes e reforçam outros estudos

---

mostrou King (1986), um  $R^2$  baixo está longe de comprometer a consistência estatística dos modelos de regressão.

que defendem a integração de variáveis afetivas e cognitivas à análise do comportamento político dos cidadãos. Conforme lembram Conover e Feldman (1986, p.64), “medidas cognitivas podem não conseguir detectar a maior parte do impacto político das condições econômicas”. Em outras palavras, ignorar o efeito de reações emocionais ao estado da economia pode produzir modelos subespecificados.

Parece recomendável, portanto, que pesquisas de avaliação de governo contemplem indicadores tanto afetivos quanto cognitivos em seus questionários e na análise de modelos multivariados. Segundo os resultados deste artigo, em períodos de crise, o sistema de vigilância e os sentimentos negativos tornam-se protagonistas. Cidadãos têm aversão à perda (Kahneman e Tversky, 1979; Tversky e Kahneman, 1974). Isso os faz punir duramente os incumbentes em períodos de desaceleração econômica, levando a uma forte queda nos índices de popularidade; mas a recompensá-los apenas de maneira suave nos períodos de recuperação (Fiorina e Shepsle, 1989; Lau, 1982).

Entre o final de 2014 e o primeiro semestre de 2015, o Brasil passou por uma grande mudança no cenário econômico, com enormes impactos políticos. Nesse sentido, tão importante quanto evidenciar a relevância de variáveis afetivas sobre a economia na avaliação do governo federal, é vislumbrar como elas nos ajudam a dar sentido à narrativa da nossa história política. Uma das razões pelas quais houve uma perda substantiva da base de apoio ao governo federal encontra-se justamente nos sentimentos negativos que afloraram durante esse período, provavelmente em maior medida entre eleitores que votaram pela reeleição de Dilma Rousseff, mas que deixaram de apoiá-la logo no início de seu segundo mandato.

Estudos futuros sobre o papel das emoções na formação da opinião sobre o desempenho dos governos deveriam discriminar melhor a influência de cada um desses sentimentos (Isbell, Ottati e Burns, 2006), o que é uma limitação do presente artigo. Em especial, em diferentes contextos econômicos – de forte crescimento, de normalidade ou de crise – seria esperável que distintas emoções guiassem a formação da opinião dos cidadãos sobre o desempenho governamental. Por exemplo, a bonança poderia estimular uma associação maior entre o sentimento de confiança e a aprovação do governo, assim como a recessão poderia vincular a decepção às opiniões sobre os governantes. Além disso, crises econômicas acompanhadas de casos de corrupção poderiam ir além e incentivar o surgimento de raiva na sociedade. A instabilidade da economia brasileira é, infelizmente, campo fértil para pesquisas futuras nessa área.

*Pedro Santos Mundim* – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais.  
E-mail: <psmundim@ufg.br>.

*Wladimir Gramacho* – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Departamento de Jornalismo. E-mail: <wggramacho@gmail.com>.

*André Jácomo de Paula Pinto* – Centro Universitário UDF, Faculdade de Ciência Política, Brasília, DF. E-mail: <jacomo.andre@gmail.com>.

## Referências bibliográficas

- ABELSON, R. P., et al. "Affective and semantic components in political person perception". *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 42, nº 4, p. 619-630, 1982.
- BARTELS, L. M. "Messages received: the political impact of media exposure". *American Political Science Review*, vol. 87, nº 2, p. 267-285, 1993.
- BERLEMANN, M.; ENKELMANN, S. "The economic determinants of U.S. presidential approval: a survey". *European Journal of Political Economy*, vol. 36, p. 41-54, 2014.
- BRADER, T. "Striking a responsive chord: how political ads motivate and persuade voters by appealing to emotions". *American Journal of Political Science*, vol. 49, nº 2, p. 388-405, 2005.
- CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. "Cushioning the fall: scandals, economic conditions, and executive approval". *Political Behavior*, vol. 37, p. 109-130, 2014.
- CLARKE, H. D.; STEWART, M. C. "Prospections, retrospections, and rationality: the "bankers" model of presidential approval". *American Journal of Political Science*, vol. 38, nº 4, p. 1.104-1.123, 1994.
- CONOVER, P. J.; FELDMAN, S. "Emotional reactions to the economy: I'm mad as hell and I'm not going to take it anymore". *American Journal of Political Science*, vol. 30, nº 1, p. 50-78, 1986.
- DARNTON, R. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DOWNES, A. *Uma teoria econômica de democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- EDLIN, A.; GELMAN, A.; KAPLAN, N. "Voting as a rational choice: why and how people vote to improve the well-being of others". *Rationality and Society*, vol. 19, nº 3, p. 293-314, 2007.
- ELSTER, J. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Rationality and the emotions". *The Economic Journal*, vol. 106, nº 438, p. 1.386-1.397, 1996.
- ERIKSON, R. S.; MACKUEN, M.; STIMSON, J. A. "Bankers or peasants revisited: economic expectations and presidential approval". *Electoral Studies*, vol. 19, nº 2-3, p. 295-312, 2000.
- FELDMAN, S. "Economic self-interest and political behavior". *American Journal of Political Science*, vol. 26, nº 3, p. 446-466, 1982.
- FIORINA, M. P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven; London: Yale University Press, 1981.
- FIORINA, M. P.; SHEPSLE, K. A. "Is negative voting an artifact?". *American Journal of Political Science*, vol. 33, nº 2, p. 423-443, 1989.
- GRAMACHO, W. "A pesquisa governamental de opinião pública: razões, limites e a experiência recente no Brasil". *Revista do Serviço Público*, vol. 65, nº 1, p. 49-64, 2014.
- HIBBS, D. A. *The American political economy*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- ISBELL, L. M.; OTTATI, V. C.; BURNS, K. C. Affect and politics: effects on judgment, processing, and information seeking. In: REDLAWSK, D. P. (org.). *Feeling politics: emotion in political information processing*. New York: Palgrave Macmillan, p. 57-86, 2006.
- KAHNEMAN, D. *Thinking, fast and slow*. New York: FSG Books, 2011.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. "Prospect theory: an analysis of decision under risk". *Econometrica*, vol. 47, nº 2, p. 263-292, 1979.

KIEWIET, D. R. "Policy-oriented voting in response to economic issues". *American Political Science Review*, vol. 75, nº 2, p. 448-459, 1981.

KIEWIET, D. R. *Macroeconomics and micropolitics: the electoral effects of economic issues*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1983.

KINDER, D. R. "Presidents, prosperity, and public opinion". *Public Opinion Quarterly*, vol. 45, p. 1-21, 1981.

KING, G. "How not to lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science". *American Journal of Political Science*, vol. 30, p. 666-687, 1986.

LAU, R. R. "Negativity in political perception". *Political Behavior*, vol. 4, nº 4, p. 353-377, 1982.

LAVAREDA, A. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. São Paulo: Objetiva, 2009.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential election*. 6ª ed. New York: Columbia University Press, 1948.

LEWIS-BECK, M. S.; MARTINI, N. F.; KIEWIET, D. R. "The nature of economic perceptions in mass publics". *Electoral Studies*, vol. 32, nº 3, p. 524-528, 2013.

LEWIS-BECK, M. S.; STEGMAIER, M. "The VP-function revisited: a survey of the literature on vote and popularity functions after over 40 years". *Public Choice*, vol. 157, nº 3, p. 367-385, 2013.

LODGE, M.; STEENBERGEN, M. R.; BRAU, S. "The responsive voter: campaign information and the dynamics of candidate evaluation". *American Political Science Review*, vol. 89, nº 2, p. 309-236, jun. 1995.

MACKUEN, M.; ERIKSON, R. S.; STIMSON, J. A. "Peasants or Bankers? The American electorate and the U.S. economy". *The American Political Science Review*, vol. 86, nº 3, p. 597-611, 1992.

MACKUEN, M., et al. The third way: the theory of affective intelligence and American democracy. In: NEUMAN, W. R., et al. (orgs.). *The affect effect: dynamics of emotion in political thinking and behavior*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 124-151, 2007.

MARCUS, G. E. *The sentimental citizen: emotion in democratic politics*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.

MARCUS, G. E., et al. The measure and mismeasure of emotion. In: REDLAWSK, D. P. (org.). *Feeling politics: emotion in political information processing*. New York: Palgrave Macmillan, p. 31-45, 2006.

MARCUS, G. E.; MACKUEN, M. "Anxiety, enthusiasm, and the vote: the emotional underpinnings of learning and involvement during presidential campaigns". *American Political Science Review*, vol. 87, nº 3, p. 672-685, 1993.

MARCUS, G. E.; NEUMAN, W. R.; MACKUEN, M. *Affect intelligence and political judgment*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

NADEAU, R.; LEWIS-BECK, M. S.; BÉLANGER, E. "Economics and elections revisited". *Comparative Political Studies*, vol. 46, nº 5, p. 551-573, 2012.

NANNESTAD, P.; PALDAM, M. "The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years". *Public Choice*, vol. 79, nº 3-4, p. 213-245, 1994.

OTTATI, V. C.; WYER JR., R. S. Affect and political judgement. In: IYENGAR, S.; MCGUIRE, W. J. (orgs.). *Explorations in political psychology*. Durham and London: Duke University Press, p. 297-315, 1993.

PIMENTEL JÚNIOR, J. "Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006". Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. "Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 16, nº 2, p. 516-541, 2010.

POPKIN, S. L. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential elections*. 2ª ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Information shortcuts and the reasoning voter. In: GROFMAN, B. (org.). *Information, participation and choice: an economic theory of democracy in perspective*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 17-35, 1993.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. "Judgment under uncertainty: heuristics and biases". *Science*, vol. 185, nº 4.157, p. 1.124-1.131, 1974.

VEIGA, L.; ROSS, S. D. "Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, p. 524-549, 2016.

ZAJONC, R. "Feeling and thinking: preferences need no inferences". *The American Psychologist*, vol. 35, nº 2, p. 151-175, 1980.

## Resumo

### *Razão e emoção: reações ao estado da economia e aprovação do governo federal*

O artigo analisa os efeitos dos juízos cognitivos e das reações emocionais ao estado da economia brasileira e das finanças pessoais de entrevistados em dois *surveys* sobre a aprovação do governo federal. Com base na teoria da inteligência afetiva, o artigo mensura e compara a influência dessas duas perspectivas sobre a opinião pública brasileira em dois contextos distintos. Em novembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff havia sido recém-reeleita e a percepção predominante sobre o estado da economia era satisfatória. Já em abril de 2015, o governo havia anunciado duras medidas de ajuste fiscal e aumento de preços públicos, alterando de modo relevante a opinião da sociedade brasileira sobre o contexto econômico. Nossos resultados confirmam a expectativa de que razão e emoção atuam de modo complementar na formação da opinião sobre o governo federal e que, em tempos de crise, a influência relativa das emoções é maior.

*Palavras-chave:* emoções; inteligência afetiva; avaliação de governo; crise econômica; Dilma Rousseff

## Abstract

### *Reason and emotion: reactions to the state of the economy and federal government approval*

The article analyzes the effects of cognitive judgments and emotional reactions to the state of the economy and the personal finances of respondents in two surveys on the approval of the Brazilian federal government. Based on the theory of affective intelligence, the work measures and compares the influence of these two perspectives on Brazilian public opinion in two different contexts. In November 2014, President Dilma Rousseff had recently been re-elected and the prevailing perception of the state of the economy was quite good. As early as April 2015, the government announced harsh measures of fiscal adjustment and increased public prices, completely reshaping the opinion of Brazilians on the economy. Our results confirm the expectation that reason and emotion act in a complementary way in forming public opinion about the federal government and that, in times of crisis, the relative influence of emotions is greater.

*Keywords:* emotions; affective intelligence; government assessment; economic crisis; Dilma Rousseff

## **Resumen**

*Razón y emoción: reacciones al estado de la economía y aprobación del gobierno federal*

El artículo analiza los efectos de los juicios cognitivos y de las reacciones emocionales al estado de la economía brasileña y de las finanzas personales de entrevistados en dos encuestas sobre la aprobación del gobierno federal. A partir de la teoría de la inteligencia afectiva, el trabajo mensura y compara la influencia de esas dos perspectivas sobre la opinión pública brasileña en dos contextos distintos. En noviembre de 2014, la presidenta Dilma Rousseff había sido recién reelegida y la percepción predominante sobre el estado de la economía era satisfactoria. En abril de 2015, sin embargo, el gobierno había anunciado duras medidas de ajuste fiscal y aumento de precios públicos, lo que produjo un cambio bastante relevante en la opinión de la sociedad brasileña sobre el contexto económico. Nuestros resultados confirman la expectativa de que la razón y la emoción actúan de manera complementaria en la formación de la opinión sobre el gobierno federal y que, en tiempos de crisis, la influencia relativa de las emociones es mayor.

*Palabras clave:* emociones; inteligencia afectiva; evaluación de gobierno; crisis económica; Dilma Rousseff

## **Résumé**

*Raison et émotion: réactions à l'état de l'économie et approbation du gouvernement fédéral*

Cet article analyse les effets des jugements cognitifs et des réactions émotionnelles à l'état de l'économie brésilienne et des finances personnelles des personnes interrogées dans deux enquêtes sur l'approbation du gouvernement fédéral. Sur la base de la théorie de l'intelligence affective, l'article mesure et compare l'influence de ces deux points de vue sur le public brésilien dans deux contextes différents. En Novembre 2014, la présidente Dilma Rousseff avait été récemment réélue et la perception qui prévalait sur l'état de l'économie était satisfaisante. En avril 2015, toutefois, le gouvernement avait annoncé de sévères mesures d'ajustement budgétaire et l'augmentation des prix publics, ce qui avait beaucoup fait changer l'opinion de la société brésilienne sur le contexte économique. Les résultats confirment l'espoir que la raison et l'émotion agissent de manière complémentaire dans la formation de l'opinion sur le gouvernement fédéral et que, en temps de crise, l'influence relative des émotions est plus grande.

*Mots-clés:* émotions; intelligence affective; évaluation du gouvernement; crise économique; Dilma Rousseff

Artigo submetido à publicação em 31 de julho de 2017.

Versão final aprovada em 8 de fevereiro de 2018.

# Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals

---

Mads Damgaard

---

## Introduction

Since 2014, a mudslide of corruption allegations and scandals has caught the attention of Brazilian media with the corruption probe code-named Lava Jato (Operation Car Wash), but remarkably few politicians suffered the consequences of being involved in corruption in the state company Petrobras. In the first half of 2016, the mainstream media disregarded many elements of the ongoing scandal, choosing instead to cover the impeachment proceedings against President Dilma Rousseff intensely. Rousseff and the other leader of the Workers' Party (PT), her mentor Luiz Inácio Lula da Silva, were both under public scrutiny for commanding the corruption scheme in the state oil company Petrobras, and other government coalition parties, most notably the PMDB and PP, were also investigated in the Lava Jato case. However, the investigations that documented the coalition partner parties' graft and bribe-taking gradually vanished from the limelight of the media while the impeachment process gained momentum; paradoxically in the very same period that these parties prepared to grab the reins of the Presidency.

Why was news on the corruption of these political actors so underexposed in the mainstream Brazilian media, and how could the media fail to hold the politicians coming into power accountable? Answering these questions exposes information processes in the mediatized public sphere of Brazil that are detrimental to both democracy and the combat against corruption.

This article explores the coverage of corruption and impeachment in the mainstream media of Brazil, through a content analysis of *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, and *O Globo* in the sample period of the six months leading up to the impeachment of Dilma Rousseff. In this period, more than a hundred different political corruption cases were the topic of news items, but only a select few received sustained coverage. Based on the findings of this content analysis of the national newspapers, I study the recycling of particular signals of political transgression and corruption as a kind of information cascade. Finally, I discuss how these signals, amplified by the media's overexposure and simultaneous disregard for other corruption cases, could be interpreted as a deliberate intra-elite strategy (Peruzzotti, 2006; Balán, 2011) aiming to eclipse questions of political accountability.

Information cascades may tempt individuals—voters as well as decisionmakers—to make their choices based on the public sequence of information rather than the quality

of this information. Such sequences might influence the choices of an electorate or a group of decision-makers a great deal. Snowballing media phenomena similar to cascades have been theorized from various perspectives and under various names: scandals, media storms, moral panics, and media hypes are separate concepts scattered in media studies, although they have a lot in common (Boydston, 2013; Thompson, 2000; Tumber and Waisbord, 2004; Welch, Price and Ynakey, 2002; Wien and Elmelund-Præstekær, 2009). These disparate concepts all have theoretical affinities with the general media theory called agenda-setting (McCombs and Shaw, 1972; McCombs, 2009), but conceptualizing such media phenomena in a broader social context has only recently been attempted through the notion of information cascades (Hansen, Hendricks and Rendsvig, 2013; Hendricks and Hansen, 2014).

The consequences of a cascade of information can explain bias of overall media attention, such as the anti-government bias documented in Brazilian media (Feres Júnior and Sassara 2016a, 2016b; Lima, 2006), but investigating cascades goes beyond that: by using this conceptualization, rather than ad hoc theories defined by characteristics specific to certain media topics, media theory gains a valuable tool in grasping the general social mechanisms involved in the chain reactions of media, public actors, and public opinion. These dynamic mechanisms might drive public opinion and policymaker attention (Boydston, 2013), but also create pluralistic ignorance of the true state of events (Wiewiura and Hendricks, 2017).

### **The concept of cascades**

Informational cascades form the basis of what has been termed *infostorms*. Hendricks and Hansen (2014 following Bikhchandani, Hirshleifer and Welch, 1998) point out how informational cascades might be harmful to democratic societies, when decision-making is based on social proof gleaned from publicly available signals rather than verified knowledge. The social proof of massive media coverage, polls, and street protests, however, does not amount to true information about the state of politics.

Conceptually, informational cascades consist in rationally acting actors, sequentially passing along information through their public actions. The actors cannot derive private knowledge possessed by other actors, but nonetheless, all observing actors take the actions to be significant down the sequence stream. When making their respective choices, these actors might then base their actions on false assumptions about the private knowledge of others, adding to the weight of the social proof. Cascades emerge when all actors make the same assumptions, reproduce the action, and pass on the same signal—even when the signal might be untrue. This mechanism might occur both in physically co-present publics, in online publics, or even between collective actors such as media organizations.

In this article, the cascade mechanism emerging from the media's coverage of the

Lava Jato scandal is under scrutiny. In the context of media, the mechanism consists in disclosed information about corruption, reaching the public via news agencies, front pages, political news media, or news broadcasts. When various media outlets repeat the same signal over and over, an information cascade might form. The cascade is anchored in the practical task of the individual journalist, who, in order “to flesh out any one supposed fact (...) amasses a host of supposed facts that, when taken together, present themselves as both individually and collectively self-validating” (Tuchman, 1978, p. 86). Thus, in the everyday practice of making sense of events and transforming them into news, journalists reproduce a certain truth regime (Foucault, 1980). A hegemonic interpretation of national politics, for example, could be reproduced over and over again by journalists, because this will present the shortest route to validate and interpret new information culled from sources. Shoemaker and Vos (2009, p. 52) observed that editors and other gatekeepers of news will also be prone to groupthink and generally assess the importance of news in the same way across the board of a media system. The self-validation is repeated at the institutional level, where

[m]edia institutional actors rely extensively on each other not only as sources of reference but also as sources of institutionalized legitimacy, even though they lack first-hand access to the event. This reflects the general tendency in contemporary journalism of including the perspectives of media institutions, commentators, correspondents and other media professionals in the news coverage as opposed to involving sources outside the media institutional realm (Kristensen and Mortensen, 2015, p. 360).

Thus, when media professionals and media outlets rely on other outlets and professionals for information, news priorities, and mutually legitimating truth regimes, a feedback-loop emerges that reproduces the same signal many times over. This might then build up into a cascade. The cascade only triggers when there is “a preponderance of evidence [that] supports one action or the other by just enough to outweigh one individual’s private signal” (Bikhchandani, Hirshleifer and Welch, 1998). Once an actor decides to act upon that information, this constitutes another piece of evidence for others to see, as his or her action is also a signal. A cascade of signals might build up into a political scandal between journalists, editors, and newsrooms mimicking each other through pack journalism, producing explosive amounts of coverage (Boydston, 2013, p. 47; Walgrave and Vliegenthart, 2010), as described above. This is then repeated in communication amongst audience members: in corruption scandals, when more and more people start to call for the resignation of a given politician, that call seems to be justified for an increasing number of people, and joining the bandwagon, this call for action reinforces itself, resulting in a feedback-loop (Hendricks and Hansen, 2014, p. 91ff).

To empirically detect an information cascade, the research design needs to account

for the signals of the media in some form of content analysis<sup>1</sup>. Content analysis is also traditionally used for agenda-setting research designs. Agenda-setting theory originally identified the relation between media coverage and the media audiences' perception of salience of issues (McCombs, 2009), and it is theoretically possible to predict the immediate result of a cascade between media actors using agenda-setting theory: An information cascade in the media would likely produce an agenda-setting effect, and an agenda-setting research design could thus be used to analyze the skewed salience transfer effect of a information cascade in media – potentially in the form of explosive surges of coverage, common to scandals. The Lava Jato scandal's salience transfer effects has already been studied from this angle: Baptista has demonstrated that during the Lava Jato scandal, the approval ratings of the Rousseff administration and trust in federal government were significantly correlated to the media coverage of scandals (Baptista, 2017). As predicted by agenda-setting theory, the extensive coverage made problems of governmental corruption very salient to a Brazilian audience already tuned in to the anti-corruption agenda.

The agenda-setting effect of a cascade is not surprising; neither is it surprising that the media emphasized the impeachment proceedings in their coverage of the political crisis. It is urgent to ask, however, what caused or motivated the lack of attention to other corruption cases, especially those that implicated political parties and decision-makers coming into power. In other words, how did the crisis lead to Rousseff's downfall, rather than that of all the government parties? The well-known salience transfer effect of scandals (which translates into lower political support and regime legitimacy, e.g. Maier, 2011; Seligson, 2002) is not as interesting as the de-selection of information that gradually emerged along with the cascade: how could the very active media disregard some parts of the Lava Jato scandal while reproducing the signal of crisis and calling for the ousting of the President Rousseff, only to put a corrupt Vice President in her place? Before tackling this question, I will present the research design and sampling strategy.

### **Operationalization and sampling strategy**

In the following, I undertake a content analysis of the news items that deal with corruption. The content analysis does not compare the amount of news on corruption to news dealing with other topics, but examines the distribution of news items reporting or commenting on the plethora of corruption cases in the Brazilian political system. The goal

---

<sup>1</sup> Other researchers have addressed similar phenomena with the same approach: Boydstun (2013, p. 82) (constructing a study around the term "media storm" and patterns of media attention) sampled news items of front pages and coded the news items for issues. Russell and Waisbord (2017), analyzing so-called "news flashpoints", or bursts of coverage, likewise analyzed frequencies of news items (but only items related to the Snowden leaks). Both studies dealt with the *New York Times*, and both worked with a content analysis methodology (Russell and Waisbord, 2017, p. 860). Brazilian researchers such as Feres Júnior and Sassara (2016b) and Baptista (2017) have also recently used variations of content analysis in comparable research designs.

is, first, to map out the dynamic evolution of media attention devoted to national political scandals. Second, this content analysis might detect feedback patterns in the coverage of particular cases, where coverage heaps up, drawing away resources and attention to other cases.

Earlier studies of Brazilian media scandals have examined the prestigious newspapers that feed information to a range of associated media outlets (e.g. Feres Júnior and Sassara, 2016a; Biroli and Mantovani, 2014; Miguel and Coutinho, 2007). The Brazilian media system is concentrated into a few conglomerates (Biroli and Miguel, 2013; Cabral, 2015; Matos, 2012), and despite new entrepreneur journalists and grass-roots news platforms (such as *MidiaNINJA*, *JornalGGN*, *Tijolaço*, and *O Antagonista*), there is a high level of vertical integration in the production on national political news: To a large degree, the regional and metropolitan newspapers and broadcasts get their national political news mainly from the newsrooms and agencies of three conglomerates—either the two São Paulo-based newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, or the network of Globo news media (the newspaper *O Globo*, the newscasts *Jornal Nacional* and *GloboNews*, the website *G1*, and the weekly magazine *Época*). Abramo found that the news recycling is determined by the media organization structure:

Not only the penetration of [Rio- and São Paulo-based] newspapers is much higher than the press from other regions, but they also tend to dominate what the other newspapers publish. Upon analyzing the credited sources of stories published by the newspapers (about 14% of stories are credited to news agencies), it is found that the news agencies associated with two newspapers (*Folha* and *Estado*) are responsible for 90% of all agency-credited news published by the newspapers (...) Adding the Globo agency, the percentage is 95%. This does not count news items that are simply appropriated by a newspaper without credit, a very common phenomenon (Abramo, 2007, p. 99).

Therefore, in order to detect the frequency of coverage of different corruption cases and the impeachment process, three central media outlets are sampled here as a proxy for the entire mediascape<sup>2</sup>. Although the printed versions of Brazilian newspapers do not reach large shares of the population, relative to other countries (Albuquerque, 2011, p. 78; Lattman-Weltman and Chagas, 2016, p. 337), their newsrooms are usually first to report on disclosure of corruption, and they are thus the first potential instances in an information cascade. News from *Folha*, *Estado*, and *O Globo* filter down to newscasts, radio,

<sup>2</sup> As noted by Biroli and Miguel, researchers should be wary of two assumptions here, namely that a) the mainstream media conglomerates are *completely* centralized, unidirectional in their coverage and hegemonic in Brazilian news discourse, and b) that the electorate and the public opinion are tied strictly to that hegemonic discourse (Biroli and Miguel, 2013, p. 79). However, for the purpose of detecting informational cascades amongst audiences, the largest media outlets and their discourses are undeniably the logical place to start, all the while bearing in mind that production of news and consumption of news are two decoupled stages of meaning production, two separate, but determinate moments (Hall, 1980).

and the regional and metropolitan press. *Folha's* and *Globo's* sites are furthermore the most visited Brazilian news sites, miles ahead of the entrepreneur political news blogs and online news platforms mentioned above (Newman et al., 2017, p. 107).

In the sampling, I leave out broadcast and weeklies, not because they do not matter, but because their particular formats filter the coverage of political matters much tighter than do the newspaper format. TV newscasts, for instance, are limited to specific time slots, and will balance political news with other topics, thus giving incomplete pictures of national politics on days where other issues congest the media agenda—sports, international terrorism, natural disasters, etc.

In sum, in order to assess how informational cascades propagate throughout a totality of media texts, I sample all front pages from *Folha*, *Estado*, and *O Globo*—the three main national papers of Brazil—and, furthermore, sample all printed and web-published articles in *Folha* and *Estado* dealing with news on national corruption and the impeachment proceedings (this leaves out stories on corruption abroad, e.g. the Panama Papers, as well as corruption in the international soccer association FIFA). The sample period contains the six months of front-page items up until the Lower House of Congress voted on the impeachment (on April 17, 2016), while the article sample comprised the period October 2015 to May 12, 2016, when the Senate ratified the vote of the Lower House. The total sample includes 8,800 news items, and more than 1,300 front page items, all dealing with news on political transgression and corruption.

Content analysis of front-page material provides an index of how salient each issue or story was on the national media agenda because the front pages of the three national newspapers signal importance and drive the Brazilian media agenda in general, as discussed above. The article count, meanwhile, provides an index of how attention to all cases of corruption was allocated, including the cases that did not make it to the front pages. The content analysis of articles samples news items and political commentary (but not editorials) in *Estado* and *Folha*, leaving out *O Globo* in order to avoid excess data redundancy<sup>3</sup>. Both data sets reflect the distribution of media attention and the editorial and journalistic selection processes, which are instrumental in setting up an information cascade in public spheres.

### Framing and coding

As shown by Iyengar (1990), the framing of news influences audience members' assignment of responsibility. Therefore, the articles and the headlines were coded by associating each news item with the object of the investigation, that is, the individual or party framed as responsible. Not surprisingly, most articles and headlines about corruption

---

<sup>3</sup> After an initial sampling period where 500 news items were collected from *Folha*, *O Globo* and *Estado*, the corpus was determined to be more than sufficiently saturated (Glaser and Strauss, 1967), and *O Globo* was left out of the article count in the rest of the sampling period to reduce redundancy.

point to the transgressions of specific politicians, while a group of news items deals with the Petrobras corruption probe *en bloc* without explicitly attributing responsibility to a specific actor. Some news items mention multiple cases, but this was deliberately reduced in the coding process in order to avoid a qualitative weighting of each news item in the corpus (which would render the large sample unwieldy). Thus, despite overlaps in a fraction of the sample, the news items were coded as pertaining to only one case each<sup>4</sup>.

The coding of items does not go to the level of detail in framing analysis proposed by authors such as Entman (1993), nor does it include the many variations of organizing discursive principles through which occurrences are constructed and organized as meaningful events in news items (Tuchman, 1978, p. 193ff). Although the competing framings of the impeachment and the Lava Jato case are highly interesting (see Rizotto, Prudencio and Sampaio, 2017; Fontes, Ferracioli and Sampaio, 2016), I will argue that the framing of single news items are unlikely to be of interest to research. Normally, frame analysis aims at detecting whether and how audiences are swayed by exposure to alternate, competing frames concerning a political issue. However, such a conceptualization of audiences assumes that audience members have not already formed strong opinions about the issue, and the assumption is really researchers' artificial sequestering of the audience (Sniderman and Theriault, 2004, p. 141).

Competing frames were clearly present in the public debate; e.g. frames claiming a coup d'état *versus* a constitutionally legitimate impeachment, or frames projecting a strong Judiciary as protagonists competing with frames where the Lava Jato prosecutors and judges were cast as ideologically driven and vindictive crusaders or *justiceiros*. Given the extreme exposure of the case, it is very likely that audiences have met a large range of news on various platforms, and this would mean at least some exposure to heterogeneous framings. Although it would be possible to study the relative weight of frames in the sample texts, as long as "artificial sequestering" of the audience is impossible, we cannot gauge the effect of the different frames found in the sample. Ultimately, in the case of the Lava Jato probe and the impeachment process, it is highly unlikely that any one journalistic framing would produce any effect at all, since the case is

---

<sup>4</sup> Some actors had a range of different scandal cases or political transgressions covered by the media—Lula and Rousseff in particular, as well as Renan Calheiros. Because of this, some news items and columns mention several cases, but the coding of each item was then defined solely by the case highlighted in the headline or the lead, which usually refers to the most recent and actual event (such as a testimony, a leak, or investigation process). This means that, in principle, some cases appear more frequently in the material than the figures reported here suggest at first glance; the best example of this is the many items covering the impeachment that also mention the corruption of Petrobras, although this element was legally outside of the impeachment proceedings. The number of news items connecting Rousseff to the corruption in Petrobras is therefore even higher than the figures reported here suggest, and the same goes for Cunha, whose trial was often mentioned in news items dealing with other political actors. This research design opted for a strict coding with one case (or frame) per item in order to avoid having to equilibrate the weight of thousands of news articles—a task that would move towards a qualitative analysis rather than a quantitative one and would only exacerbate the finding of skew in the media attention to cases.

so central to the contemporary public debate of Brazil, and audience members would be likely to have formed opinions before encountering specific texts.

### **Historical context of the infostorm of impeachment**

Two historical precedents must be mentioned in order to explain the context of the impeachment and the corruption cases embroiling national politics in Brazil. The first precedent is the Mensalão case of 2005, which revealed a kickback scheme supporting the coalition management of the Lula government. The case attracted sustained media attention and was hailed as a milestone in Brazilian accountability and combat against corruption, but it also became a fix-point of ongoing negative framings of PT (Biroli and Mantovani, 2014; Feres Júnior and Sassara, 2016b; Michener and Pereira, 2016). In the decade following this scandal, mainstream media (such as *Veja*, Globo's various outlets, and *Estado*) exhibited increasing hostility toward the PT governments (e.g. Albuquerque, 2013, p. 5-15; Araújo, Costa and Fittipaldi, 2016, p. 105; Miguel and Coutinho, 2007, p. 103; Porto, 2012, p. 172). The Mensalão case went to trial in the Supreme Court seven years after being revealed, its crowning moment being the declaration of the verdicts, when a number of PT leaders, bankers, money launderers, and Congressmen from the government coalition were sentenced. This was lauded as an exception to the rule of impunity prevailing for the political elite in corruption scandals (Damgaard, 2015b; Pereira, Rennó and Samuels, 2011).

President Dilma Rousseff had started her first mandate in 2011 with a tough-on-corruption stance, firing many ministers involved in scandals (Araujo, Costa e Fittipaldi, 2016). Perhaps aided by this stance, Rousseff had weathered the storm of the Mensalão trial in 2012, albeit not without losing some public support (Avritzer, 2016, p. 44). However, six months after the sentencing of the Mensalão trial, a series of street protests occurred in the state capitals of Brazil. Initial protests against the price of bus fare in São Paulo picked up steam and erupted into national protests during June 2013, with millions in the streets—numbers unseen since the 1980s and early 1990s. The protesters were not united under any single banner, as the multitude in the streets branched off from the topic of public transportation fares (Saad-Filho, 2013). However, the mainstream media interpreted the street protests and online representations of these protests as being focused on corruption, inadequate public services, and governmental overspending (especially on the World Cup prestige construction projects) (Avritzer, 2016, p. 77).

The topic of corruption kept re-appearing at inconvenient moments for Rousseff's PT-led government. Five months before the presidential campaign kicked off, in March 2014, a money-laundering scheme was uncovered by police agents in Curitiba. The scheme had ties to the very top of the state oil company Petrobras, with one Petrobras director, Paulo Roberto Costa, caught red-handed destroying evidence. Costa opted for a plea bargain in order to reduce his eventual sentence, revealing a cartel of companies that

colluded in tenders to share overpriced subcontracts in exchange for kickbacks to political actors. In November 2014, CEOs and presidents of seven of these companies were arrested, based on the information provided by a chain of testimonies initiated by Costa.

The press treated the testimonies of the Petrobras case as evidence that could swing the elections, and the scandal, therefore, had a dominating position in the election coverage, especially in the weekly press. In a historically close race, Rousseff won the second turn over Aécio Neves, but the former immediately faced calls for impeachment due to her perceived involvement in the Petrobras case, as former head of the company's Administrative Board. The losing candidate's party, PSDB, filed a number of petitions proposing to annul the elections, also based on exposés of the Petrobras case. After her re-election, the opposition lacked "the smoking gun" pointing to the President's involvement in the disclosed corruption at Petrobras, but several leaks from the investigations cast suspicions of corruption upon Rousseff's party, the PT.

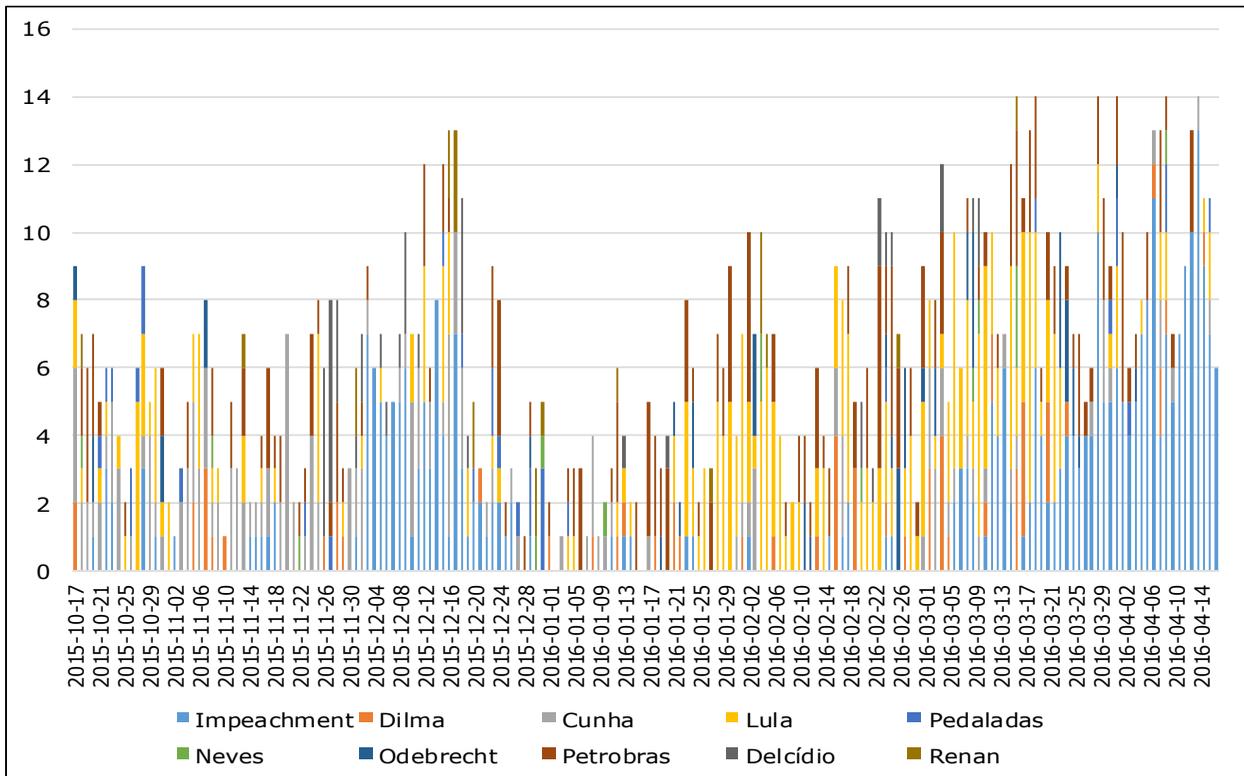
Following the inauguration of Rousseff in January, the PT lost control of the important position of President of the Lower House of Congress. The evangelical leader Eduardo Cunha of PMDB assumed this position, and he soon became the target of leaks alleging his involvement in the Petrobras graft. As the year 2015 progressed, more investigations followed, and evidence and testimonies were continuously made public by the task-force of the Lava Jato case and the federal courts handling the case. This information was put to good use by journalists in the mainstream media—to a large extent, as shown in the following section, homing in on the President's party, although all of the most important parties from opposition and government alike seemed to have had stakes in the kickback scheme.

## Findings

In the six-month period of the sample, 1176 front page items of the three major Brazilian newspapers were identified, all dealing with the corruption of the main political actors, the Petrobras scandal, or the impeachment. In the same period, 150 other items dealt with corruption allegations or probes against other actors (governors, senators, and mayors foremost among these) as well as six headlines alleging corruption of the then Vice President, Michel Temer. The company most frequently denounced for corruption in the headlines was Odebrecht, but this was nowhere near as frequent as news items on the corruption of politicians (despite being logically connected).

At the beginning of the sample period, in October 2015, the front pages and articles treated a diverse range of corruption subjects: Lula, Eduardo Cunha, the parliamentary investigation of Petrobras, as well as the fiscal delays that made the Congressional audit body TCU reject the accounts of the state. However, the diversity was gradually reduced, as the attention of the sampled media outlets gravitated towards a few select cases.

**Graphic 1**  
**Frequency of news items on corruption cases on the front pages of *Folha*, *Estado*, and *O Globo*, October 2015 till April 2016**



**Source:** Author's database of front pages.

As discussed in the theoretical section of this article, the information flows leading to cascades must be understood as dynamic phenomena. This means that when signals are amplified, other signals may be attenuated and eventually lost in the din, as this graph of the most covered corruption cases demonstrates: The attention to Lula and Cunha continued into November, with a spike of attention as the PT senator Delcídio de Amaral was arrested in the Lava Jato probe, followed by peaks of media interest in the first half of December, when Cunha signaled the start of the impeachment process. The various signals about corruption surging in October and November were drowned out in early 2016 as the newspapers dedicated their attention to cases related to Lula. The Zika virus scare attracted attention in February, which meant that the front pages had a brief lull of attention to corruption. The graph demonstrates that on March 4, 2016, the moment that Lula was taken to testify in São Paulo airport, following the arrest of PT's marketing expert, the intensity of media attention to corruption increased and, shortly thereafter, decisively shifted its focus towards the question of impeachment.

The pivotal point of this graph is the days following the leak of recorded

conversations with Lula, on March 16, where Lula's cases (yellow bars) began to be overtaken by headlines dealing with the impeachment (in blue bars). From that point on, impeachment news gathered speed and grew tremendously, dwarfing and eventually in April completely suppressing other news about politics or the corruption of the political actors assuming the mantle of the Presidency.

By comparing the relative frequency of headlines and news items about impeachment and corruption in the President's party, PT, to the coverage on other investigated politicians, it is clear that the mainstream media to a large degree reproduced and amplified the framing of the political game set in motion by the political actors rooting for impeachment. In the table below, the frequency of front-page items for each of the main actors' corruption cases is summed for the sample period. Outside of the PT, the most frequent corruption cases in the headlines dealt with Congress Presidents Cunha and Calheiros (both belonging to the PMDB), opposition leader and presidential runner-up in 2014 Aécio Neves, and the main subcontractor Odebrecht (from the cartel organizing the kickback scheme). The issues of impeachment and fiscal delays (the so-called *pedaladas*, described below) are separated from the news items concerning Dilma Rousseff's alleged corruption:

**Table 1**  
**Summed frequency of front-page news items concerning corruption cases in**  
***Folha, Estado, and O Globo, October 2015 till April 2016***

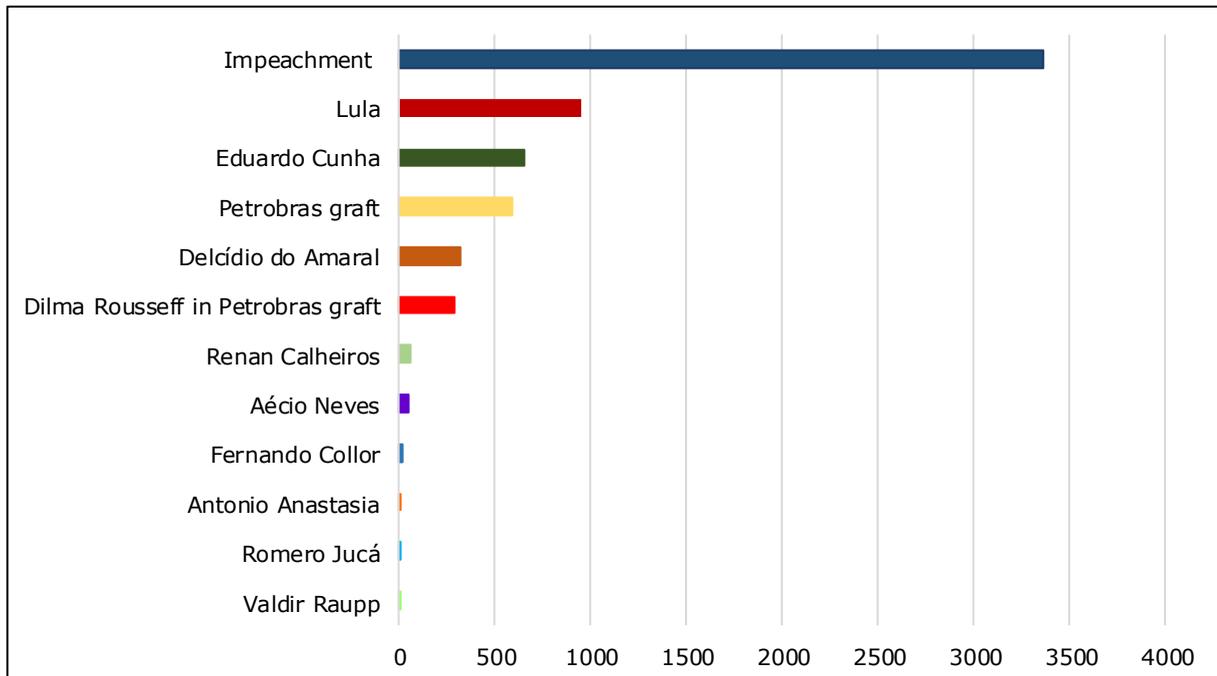
Impeachment	Dilma	Pedaladas	Lula	Petrobras	Cunha	Odebrecht	Delcídio	Calheiros	Neves
327	61	33	261	206	160	48	43	22	15

**Source:** Author's database of front pages.

Only Eduardo Cunha had visibility in the headlines close to the President's, though he escaped the limelight while gradually steering the impeachment proceedings in the Congress. While news attention to Cunha remained mostly steady during the period (a total of 160 headlines distributed across the six months), news about Lula (total 261) and then about the Petrobras investigations (206 headlines total) eventually eclipsed news about Cunha's corruption cases, starting at the turn of the year.

Turning to the findings of the second data set, the sample of articles in *Estado* and *Folha*, we see the same pattern. Despite a range of involved actors, impeachment and corruption in the PT dominated news in the period. Most notably among these were Dilma Rousseff's mentor, ex-president Lula (950 news items in total), and the government spokesman senator Delcídio do Amaral (280 total).

**Graphic 2**  
**Frequency of news items in *Folha* and *Estado* (web and print total) for key actors related to corruption and impeachment**



**Source:** Author's database of news items on corruption and impeachment.

The only story to rival those about the PT was the composite news narrative consisting in 600 items dealing with Eduardo Cunha. News on corruption in Petrobras in general, most frequently mentioning PT and/or PMDB with no specific politicians associated, reached 595 during the sample period. Items concerning Dilma Rousseff's involvement in the Petrobras graft and laundered money from the Petrobras scheme feeding her 2014 campaign reached more than 290 items in total, while impeachment news items numbered more than ten times that figure (3369) in the two news outlets.

This intense focus on these four persons dwarfs by a considerable margin the rest of the investigated politicians in the political elite. At the top of the second tier, Renan Calheiros was the focus of over 60 news items, just ahead of Aécio Neves. While Neves was only subjected to an investigation later in the Petrobras probe, Calheiros accumulated investigations in 12 cases of corruption. Other key politicians investigated for corruption (senators Raupp and Jucá of PMDB, and Anastasia of PSDB, for instance) did not appear half as often as Renan and Aécio in the news. Like the once-impeached President, now senator, Fernando Collor de Mello of PTB, these third-tier politicians were the objects of less than a total of 20 news items each across the two news outlets.

In comparison, the sons of the ex-president Lula (Luís Cláudio and Fábio Luís) had

more (negative) traction with media, despite never running for public office: Allegations and investigations targeting the ex-president's sons were the topic of 73 and 36 articles in the corpus, respectively. In relative terms, attention to the impeachment of Dilma Rousseff is greater than all news topics concerning corruption. The ratio between the attention paid to the four most prominent scandals (Dilma, Lula, Cunha, and Delcídio) is thus 9:3:2:1. While the ratio between news on Dilma's and Aécio Neves' scandals was 50:1, the ratio between news on Lula and Neves was 19:1, and Cunha relative to Neves 12:1. The senators Romero Jucá and Valdir Raupp were almost lost, 500:1 in relation to impeachment news, and about 250:1 in relation to news on Lula.

The former Vice President Michel Temer, who in May 2016 ascended to the Presidency, rarely made the headlines for his relations to corruption cases during 2015 and 2016, though many testimonies in the corruption probe mentioned him. The same was true of the rest of the PMDB politicians, again despite being mentioned in testimonies for benefitting from the Petrobras graft. Media attention only shifted towards them as they took cabinet positions with Temer's ascendancy. That attention had effects, however: within 34 days of Temer seizing power, three ministers had stepped down. Most prominently, the minister of Planning and Budgets, Romero Jucá, had to take his leave after twelve days as minister, because recordings were leaked in which he discussed how to stop the corruption probe from reaching himself and his allies. The very same Jucá, however, maintained his seat in the Senate, and participated in the Senate's verdict against Rousseff. At the top of the second tier, Renan Calheiros was the focus of over 60 news items, just ahead of Aécio Neves.

### **Information value in scandals**

Having shown that a bias in the distribution of attention to the range of political corruption scandals was evident in the mainstream media, it is pertinent to ask: What reason might the media outlets have for such a biased coverage? Why was information on impeachment and PT corruption valued so highly by media actors, and how could the bubble of information developing around the impeachment proceedings grow so huge? The mechanism of information cascades is one piece of a puzzle to which I now add the concept of *informational value*. By doing so, the analysis of the specific information cascade structure is supplemented by the theoretical question of how information in such cascades emerges as important and valuable for media actors. In the following, I will consider disclosed information in corruption scandals as assets, that is, elements which hold value to media actors and political actors alike. Based on observations of the contemporary Brazilian media system (Albuquerque, 2011; Lattman-Weltman and Chagas, 2016), I also discuss how this information value is modified by systemic and commercial factors.

Scandalous revelations and media exposés contain information that can potentially be part of horizontal accountability processes such as impeachment, court trials, or judicial

actions in electoral courts. Corruption scandals also involve the dimension of vertical, electoral accountability (Mainwaring, 2003) to the extent that voters remember scandals and punish involved candidates by denying them votes. However, this dimension is notoriously weak in Brazil (Rennó, 2011; Winters and Shapiro-Weitz, 2013), and so disclosure of corruption is more likely to have a political effect through horizontal accountability.

The processes of horizontal accountability institutions are not merely legal, but also deeply political in nature, and their consequences are furthermore both reflected and shaped by the media trajectory of the scandal (Thompson, 2000): sustained coverage across all media outlets is in principle more likely to generate consequences than disclosure in fits and starts, because the sustained attention is more likely to push institutions and civil society into action. When an intra-media cascade of recycled coverage creates such a sustained media storm (Walgrave et al., 2017, p. 9), it is theoretically more likely that the scandal triggers accountability processes.

The potential of disclosed information on corruption to wreak political havoc or trigger trials in courts or accountability institutions is neither necessarily nor sufficiently determined by its belonging to categories of disinformation (which is intentionally false) or misinformation (unintentionally false), though the likelihood of falsification certainly might influence the value. Even information that can never be verified might have political consequences. In fact, information cannot even be defined as "well-formed, meaningful and truthful data" (Floridi, 2011, p. 80) because contextual factors such as imparting processes, intentionality and semantic layers have to be taken into account (Fallis, 2011). The front page of the weekly magazine *Veja* in October 2014, "revealing" the PT presidents' knowledge of the Petrobras corruption, is a prime example of this, because private knowledge is hardly verifiable, but the pseudo-disclosure of Lula and Rousseff's knowledge ultimately had political, rather than epistemological, intentions. The exposé was based on one of many testimonies made by the original money launderer in the Petrobras case, although his knowledge of their supposed awareness was in turn based on signals from the Petrobras CEO.

By removing the predicate "well-formed" from the definition of information in Floridi's "truthful and meaningful" category, information as a concept is thrust towards the notion of framing, discussed above (Entman, 1993; Sniderman and Theriault, 2004). The money launderer's information about Lula and Rousseff was framed as scandalous, although lacking in hard evidence.

Thus, information about political transgression can be framed through journalistic and editorial production as highly corrupt, though the political action in question might not be verifiable or even criminal in the technical sense. Through certain framing devices, information can even be formed and then imparted exactly and truthfully, but partially, in a way to create states of potential misinformation with the audiences. A range of leaks in the Lava Jato case, stemming from the prosecutors and investigative authorities, has been

criticized for creating such states of misinformation, because the leaks were framed as truthful by the media, no matter the vested interests of the whistle-blowers and the individuals leaking the information (Guimarães et al., 2016).

The information value of scandal also implies the anticipation of value, and the *a priori* realization of this value. Realizing value *a priori* means journalistically narrating the consequences of, say, a scandal, before those consequences manifest. This was quite visible in the coverage of Lula's alleged ownership of a ranch and a beachfront apartment during January and February 2016: Seven months before the Federal Police even indicted Lula, on August 27, the possible political consequences were all the rage of the mainstream media (as seen in Graphic 1), because the information about these estates and their ownership was potentially lethal to Lula's plan about running for Presidency in 2018. Anticipating the value of information is part and parcel of how news media operate during scandals, because any information element in a scandal is only as interesting as its potential value. The potential value of information is thus tied to perceptions of whether allegations will stick, and expectations about whether a scandal will generate effective accountability processes.

In other words, information value derives from what could be termed the disruptive potential of that information. The disruptive potential depends on the relevance of disclosed information to institutional processes (what can be included, what will count as evidence, etc.), and the eventual trajectory of the processes triggered by disclosure (what is the ultimate outcome, e.g. how much political damage can the disclosed information inflict). Those questions are also relevant in the editorial processes and the social media's re-dissemination after publication (what disclosed information merits a follow-up story, what will be re-tweeted, liked, and shared, etc.).

This anticipated potential of information is tied to another aspect of information value: information about the perceived center of political agency, such as the Presidency, is valued higher than information about more marginal actors. The proximity to perceived centers of power goes a long way in determining what information will be transmitted in the mainstream medias' information flow. Albuquerque (2011, p. 91) has observed that presidentialism seems to be an important, but under-researched parameter when studying media-politics relations. With the concepts of information value and perceived disruptive potential, I suggest one (non-exhaustive) explanation for understanding the peculiar importance of presidents in this kind of media system: within a presidential system, editors and media organizations want to pay special attention to cases that might disrupt the president, because such information presents far greater and more exceptional consequences than in parliamentary democracies, where government turnover is part of the regular institutional set-up. A case of an unstable president demands attention in virtue of the institutional exceptionality and will provide raw and juicy material for scandal coverage. Such coverage reinforces the notion of the presidency as the locus of political agency. Regardless of which other political forces actually dominate, this draws away

attention from party politics and towards the person of the president.

The predilection for presidential affairs may be a strategy to obscure the real party allegiances of the media organizations reporting on politics, but it could also be the result of a conscious marketing strategy: as noted above, the prestigious newspapers of Brazil have taken critical stances towards PT presidents for a decade, and this re-emergence of party/press parallelism (or *repartidarização*) could be a way of bolstering a brand and keeping politically engaged readers interested in the newspaper as a product (Lattman-Weltman and Chagas, 2016). This trend creates a commercial pressure for a certain kind of political news, in the form of exposés that tarnish the PT, given that elite newspapers are more likely to sell actual copies to the metropolitan business and political elite which traditionally supports center-right ideologies.

There are more commercial dimensions to scandals: a scandal, to editors, represents an attention-grabbing pool of different stories that can be mined continuously with a certain amount of recycled information. Therefore, a scandal is a cheap investment compared to the amount of stories it can yield (Beale, 2006, p. 401). In terms of audience, the newspaper with a scandalous headline is assumed to sell more, meaning more advertising revenue. Furthermore, as scandals usually beg the question "did somebody else know this?" it is easy to escalate the scandal to other actors or to the national level, meaning a greater potential audience. If advertising is a centerpiece of the newspaper or networks business model, then scandals will be especially in demand in situations of stagnant or dropping audiences—a situation that applies to roughly all of the traditional media after the advent of the Internet.

In sum, disclosure of scandals holds value both for political actors and in the commercial strategies of elite newspapers. Even with a varied palette of scandals, information that could disrupt a presidential term would be of special interest to this part of the media system. In the analysis of the content study, I have shown that only a few of the many corruption cases of national interest were covered extensively by the three newspapers and the online news platforms of *Folha* and *Estado* because Lula and the impeachment drew all the attention. The cascade of news items dealing with these topics gradually eclipsed all other news about corruption on the media agenda, and this section has considered why these two storylines were all the rage from the perspective of the Brazilian media. Given that the political actors of Brazil are aware of these dynamics, this begs the question of how disclosed information is used for political gain. In the next section, I will analyze how the information cascade could be interpreted as a part of a deliberate intra-elite strategy specifically aiming to eclipse questions of political accountability.

### **Triggering scandals to create cascades and coalition reconfiguration**

As argued by Balán (2011), denunciations of corruption provide political actors with a tool for changing sides in a political race. Scandals, in the analysis of Balán, are triggered

by the competition between government actors for power and resources. Identifying a significant pattern of correlation between scandal frequency and high intra-government competition in Chilean and Argentinian politics in recent decades, Balán's model also applies to the Brazilian case (as shown by Araújo, Costa and Fittipaldi, 2016): scandals are a means to an end—and that end is not cleaner politics, but re-distributing political influence and resources<sup>5</sup>. Balán's results echoed Peruzzotti, who considered media exposés "an instrument of the "politics by other means" that ultimately feed political cynicism and apathy" (Peruzzotti, 2006, p. 256), and Waisbord's analysis of Latin American watchdog media: where media provide channels for politics by other means, scandals in reality express the vested interests of elites rather than the ideals of watchdog journalism (Waisbord, 2000, p. 233). In the Brazilian context, Porto underscored the same problem and also called to attention the problem of "[c]ollusion between journalists and officials [that] frequently prevents watchdogs from barking even when evidence of wrongdoing is available" (Porto, 2011, p. 111).

In the following, I stipulate that Brazil's political actors (in Congress as well as in courts and accountability institutions) are aware that media scandals can bring about an infostorm. Given this, it makes sense to consider the complex interplay of investigations, denunciations, leaks and scandal as a cascade of signals that were deliberately emitted to create the particular political ambience that led to the ousting of Dilma Rousseff. The point of this is to show how identifiable actors that strategically stoked media interest fueled the cascade of corruption information, and how this information transformed from rumor and anticipated information (in the sense described above) to hard financial and political facts.

Employing this perspective, the intertwined narratives of the impeachment and the Lava Jato scandal may be unpacked in the following manner: A group within the political elite of the Brazilian Congress, centered in PMDB, aired the idea of impeaching President Rousseff after the 2014 elections, and the idea rapidly caught on in the media. How exactly to delimit this group is not possible at this point, but we may surmise 1) that said group of politicians believed it to be possible to remove the President through judicial means (either in the Supreme Electoral Court or through impeachment); 2) that the group eventually deemed it advantageous and even necessary to wrench power from Rousseff because winning the presidency could potentially stop corruption probes and investigations against themselves; and 3) that several members of the group of politicians held key positions in Congress, allowing them to control impeachment proceedings against the President.

By combining the Petrobras denunciations against the President's party with critique of her fiscal policy, a splinter group of PMDB (PT's main coalition partner) prepared

---

<sup>5</sup> In this case, the outcome of scandals predicted in Araújo, Costa and Fittipaldi (2016) was actually inverted: The re-distribution of cabinet positions, initiated by the jump-ship strategy that became viable with the Petrobras scandal, benefitted, at the time of writing, the parties *most distant ideologically* to the Executive, because the Executive as a whole was replaced.

to jump ship (in the strategical sense of Balán, 2011, p. 462) and declare themselves as opposition. The first PMDB politician to make that move was the President of the Lower House, Eduardo Cunha, on July 17, 2015. This had, not coincidentally, the effect of displacing the media spotlight, because Cunha's case in the corruption probe had advanced the most in the Supreme Court, and the court handling the Lava Jato case had published the testimony of a CEO confirming paying bribes to Cunha the day before his break with government. Furthermore, Cunha's move followed the primary hypothesis proposed by Balán (2011), because it forced the President to concede more space to PMDB in cabinet, in hope of stabilizing and maintaining the government alliance.

Cunha then began to harass the Rousseff government by signaling the viability of the impeachment petitions he had received as President of the Lower House of Congress. Through his position, he was vested with the power to deny or proceed with the impeachment process, but only actions pertaining to Rousseff's current mandate could constitute a legal ground for impeachment. The fiscal delays called *pedaladas fiscais* turned out to provide a ground for impeachment. During 2014, the Finance Ministry had expanded a practice of delaying transfers of funds between the National Treasury and public banks. Temporarily shifting the burden of the programs onto other public actors, the delays somewhat masked the fact that the state accounts were in bad shape after years of plummeting oil prices and the great slow-down of the Chinese economy, the most important export market of Brazil. Denounced in *Estado* as an illegal budget maneuver, the government, however, stopped that practice in 2014, but in October 2015, the Congressional audit body TCU (Tribunal de Contas da União) rejected the government accounts of 2014 because of the delays.

The TCU auditors argued that the delays and credit maneuvers transgressed the Law of Fiscal Responsibility (Villaverde, 2016, p. 179ff, 223), and this fed a new wave of impeachment petitions. A trio of lawyers elaborated the argument that other situations (in 2015) in which the government had obtained credit without prior ratification by Congress could be considered criminal, as could other maneuvers shifting the burden of state credit. Thus, the negative evaluation of Rousseff's fiscal policies and management of state accounts was chosen as the argument for the eventually successful impeachment petition, in the absence of any investigations targeting her specifically in the ongoing corruption probe. The President herself was allegedly responsible for the practice, according to the petition, and both this claim and the legal grounds became hotly contested. The practice of delaying payments is wide-spread at both the federal and state levels in Brazil, and the President's hand in cooking the books through quite specific fiscal transactions was debatable.

Having used the petition for leveraging support from PT parliamentarians in November 2015, Cunha faced his own disciplinary trial in a Congressional committee—a trial that would eventually annul his mandate. PT members of the committee voted against Cunha, which started a Congressional trial; in retaliation, he opened impeachment

proceedings on December 2, 2015. At that moment, 32 different impeachment petitions had been produced by various actors. Most of them alluded to the Petrobras graft, as did the petition that Cunha allowed to proceed. So, despite the dearth of hard evidence in 2015 that could topple Rousseff, and despite the clause that restricts impeachment to acts of the current term, the Petrobras case still became entangled with impeachment proceedings, through the following sequence of public signals:

### Sequence of signals in 2015

1. (January onwards) Continued investigations of Petrobras → Media focus on PT and Rousseff
2. (March 8 and March 15) Protests call for the impeachment of Rousseff, eclipsing the investigations opened into 47 politicians, the majority belonging to the PP
3. (June) Cunha is cited as involved in the Petrobras case in a plea bargain → Cunha declares himself in opposition to government and, thus, signals “jump ship” to his party →
4. (July-August) Cunha signals that impeachment petitions are being considered
5. (August-October) Cunha and several other politicians are denounced in the Petrobras probe → The opposition signals support for impeachment and starts obstructing economic reform bills proposed by the government
6. (October) TCU rejects the government’s 2014 accounts because of the fiscal delays → the eventually-accepted impeachment petition is handed in to Cunha, arguing for impeachment on the grounds of those delays
7. (December) A disciplinary process against Cunha is initiated in the Ethics Council of Congress → Cunha announces that impeachment proceedings will be opened

As parts of PMDB and other center parties of the government coalition followed Cunha’s jump-ship strategy, the government lost support for any economic reform that could diminish a state budget deficit in 2015. Later, Rousseff’s inability to pass bills then became the pretense for these coalition parties for abandoning the PT and supporting the Vice President’s bid for power. Three processes unfolded simultaneously: the Lava Jato scandal, the looming budget deficit, and the impeachment. The processes tied together different bits of information in the political game set afoot by Cunha and the lawyers behind the petition, merging together the narrative that the state accounts were in bad shape, that Rousseff was responsible, and that her party, through corruption, had bankrupted the state oil company Petrobras, once the largest company in all of South America. Studies and opinion polls of the time show a correlation between the population’s approval of government, the perception of negative news, and the Petrobras scandal (Baptista, 2017;

Datafolha, 2016; Indicadores CNI, 2015a, 2015b)<sup>6</sup>.

The polls do not necessarily show that the Brazilian audiences confounded the facts of the nation's fiscal situation and the rumors of Rousseff's involvement in the Petrobras corruption, but it is clear from political discourse in the same period that large blocks of Congressmen from both opposition and former government coalition partners rallied around that narrative constellation. The public signal, sent by Cunha by accepting the petition for impeachment, was thus multiplied and disseminated by a growing group within the political elite. While these parliamentarians, predominantly from the center and right-wing parties, added their weight to the beginning cascade, they disregarded the accumulation of evidence in the Petrobras investigations against Cunha and PMDB leadership.

### Sequence of signals in 2016

1. (February) Dilma Rousseff's marketing strategist is taken into custody in the Petrobras case
2. (February) Investigations into Petrobras corruption target Lula and PTs marketing expert →
3. (March) PMDB breaks from government, signaling "jump ship" to the rest of the center parties → the rest of the government coalition partners leaves government
4. (April) 367 Chamber of Federal Representatives vote for opening impeachment proceedings

The suspicion that the group within the political elite of Brazil was interested in removing President Rousseff with the intention of saving their own hides was confirmed in May. The proof became breaking news soon after the new coalition coalescing in Congress, united under the name "O Centrão" and, led by Eduardo Cunha, replaced Rousseff with Vice President Michel Temer of the PMDB. That became evident with recent leaked recordings published by *Folha* on May 23, 2016.

The secret recordings were taped before the impeachment was executed, and featured a key witness in the Petrobras case discussing the removal of Rousseff with major political actors of the PMDB, such as Renan Calheiros and ex-president José Sarney. In the conversations, the politicians agree that it is necessary to end the corruption probes into the political establishment, which threatened to "put an end to the political class". Another

---

<sup>6</sup> Public opinion polls in the period from the 2014 elections to the end of 2015 showed that 32% of the respondents noticed negative news coverage around the elections, which increased to 45% in late 2014 and then reached 72% in March 2015, an apogee that was maintained for the rest of the year. During the same period, President Rousseff's approval ratings in polls fell from around 50% during the 2014 elections, 40% around Christmas 2014, to 12-13% (Indicadores CNI, 2016; Datafolha, 2016) in March 2015, to 8-10% in July-August 2015 (Datafolha showing the lower figure, surveyed in early August 2015; Datafolha, 2016, p. 14).

key actor, the PMDB Senator (and later minister) Romero Jucá, stated on the recordings that it was necessary to “stop the bleeding” of the political class by changing government and ending the Prosecutor General’s project of cleaning politics (Valente, 2016). With the leaks, it became apparent that the public signals about political crisis and the stated reasons for the impeachment, available to all Brazilians through the media, had an insidious subtext only known to elites, who aimed at ending the corruption probes by ousting the PT administration. Dilma Rousseff showed no sign of wanting to stop or curtail the probe while in office, not even as it targeted her party. From the leaked recordings of May 2016, we can conclude that the support for impeachment was not only a grab for power by the center-right parties of the governing coalition, but also an attempt at stopping the corruption probe from eventually reaching parties other than the PT.

It is noticeable in the abstracted signal sequence above that every time the PT, Dilma Rousseff, or her predecessor Lula were targeted by the Petrobras investigations, the momentum of impeachment grew, even though the eventually effective ousting could not be based in the Petrobras case. The mainstream media only amplified the apparent message of political crisis and instability, prioritizing news from the front stage concerning the President, rather than the backstage reasoning of the political elite for removing her. The crisis of the political scene supplanted itself unto the financial markets of Brazil, providing yet more arguments underpinning the impeachment. This dynamic, where intra-media information cascades pushed by intra-elite power games become a manifest force on stock markets, is discussed in the following section.

### **Information and flows of the Brazilian financial markets**

The flows of information about a scandal’s political consequences, and the anticipation of those consequences, are shared between media and the political system, broadly speaking, but these flows are also reflected in the speculation and bubbles of stock markets. Market reactions to different social proofs were readily visible during the process of impeaching Rousseff. Events on the political scene deemed important in the media triggered immediate reactions from actors on the financial markets, visible in aggregated financial indicators such as stock markets and exchange rates. In this section, I will provide two examples of this behavior of the Brazilian markets. During the impeachment process, traders and shareholders reacted to the publicly available signals with a view to the perceived negative economic conditions during the deadlock of the Rousseff administration. When news indicated impeachment of Rousseff as likely, Brazilian stocks increased in value, and inversely decreased in periods without news on the impeachment, because the Rousseff administration was depicted as unable to implement economic reforms.

The first example is the spike in Brazilian stock value the day after the impeachment petition was accepted (December 3, 2015). The São Paulo stock market Bovespa rapidly reacted to the news, breaking a steady decline of the preceding period,

rising 3.29% on average within the day, with Petrobras preferred stock rising 6.12% and the Banco do Brazil leading with an 8.4% rise. As the Supreme Court intervened in the impeachment process shortly thereafter, and it became clear that the initiation of proceedings would only take place after the Carnival, the stock markets again declined (and the dollar-real exchange rate climbed). Later news, in February and March, heralding the impeachment of Rousseff (e.g. the imprisonment of Rousseff's marketing strategist João Santana on February 23, new plea bargains alleging corruption in Rousseff's campaign on March 4, and Lula's testimony the following day) likewise had the effect of breaking the trend in the declining stock market:

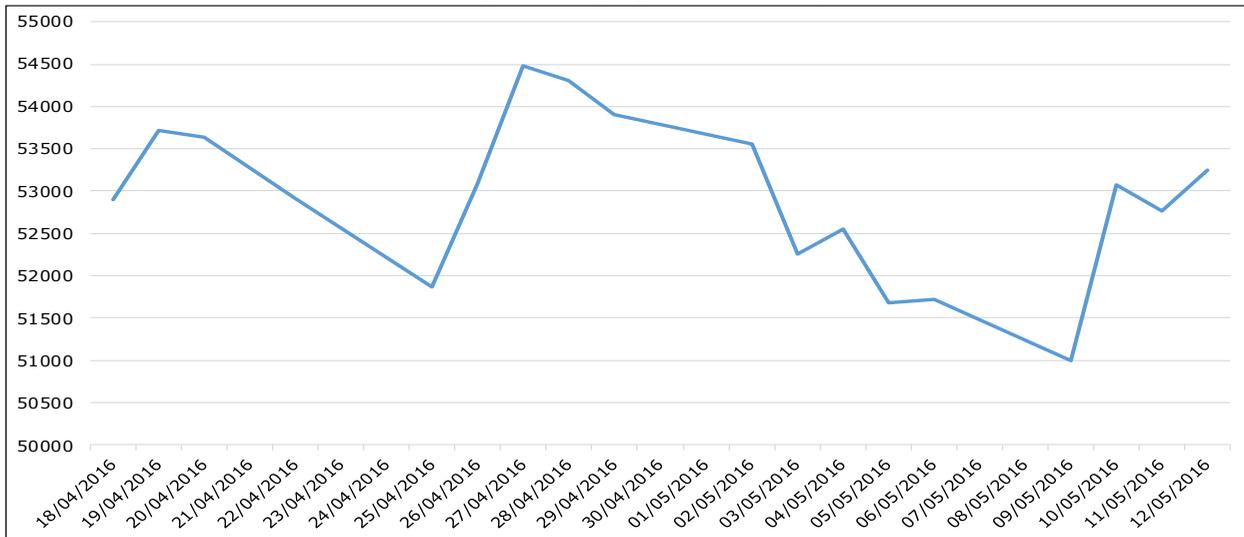
**Graphic 4**  
**Bovespa index, November 2015 till March 2016**



**Source:** BM&F-Bovespa (Cotações).

Zooming in on the last days of Dilma Rousseff's presidency, the graph below gives a second example of the Bovespa index from the day of the vote for impeachment in the Lower House of Congress to the day of the corresponding vote in the Senate. In response to the Lower House's ratification, the Bovespa index rose again (with a 5-day interruption) until April 27, continuing the trend of March and April. On the 28<sup>th</sup>, the Central Bank chose to maintain the interest rate at 14.25% and the market cooled off for a fortnight, to rise sharply during the 2-day debate in the Senate preceding the removal of Rousseff on May 12:

**Graphic 5**  
**Bovespa index, April 18 till May 12**



Source: BM&F-Bovespa (Cotações).

Similarly, the exchange rate between the Brazilian *real* and the dollar mirrors the market activity and the possibility of impeachment: as the stock markets went down, the *real* steadily lost value vis-à-vis the dollar throughout the second half of 2015, and only recuperated this with, along with a string of negative news for Rousseff that started in February and exploded in March (UOL Economia, 2016).

The cascade mechanism is still based on the social proof gathered from media: traders perceive investment instability caused by scandal; then, other traders and algorithms pick up on these market tendencies, media report on those movements, and the market goes down *en bloc*, along with the currency. Not surprisingly, the actors of the stock market react on possibilities—in this case, on the possibility of impeachment, trying to buy stocks cheap before other actors realize that their value may increase after the impeachment. This explains the rapid spikes, rather than prolonged value increases, of the market: Short bursts of speculative activity and no real changes in the economic realities of Brazil, because the Congress stalled economic reform during the whole period while waiting for the impeachment. The traders' perception of scandal is of course modulated by media attention, and it is even amplified (through positive feedback) when journalists of financial beats publish news items connecting the market indicators to the political events of a scandal.

Although theoretically, the sudden concerted moves of shareholders scattered across the world could be mere correlation, I will argue that the events that gradually brought about the ousting of Dilma Rousseff were in fact the cause for these fluctuations, because they were internationally visible and of obvious consequence to the economic

policies of Brazil. This could be interpreted as a second stage of the information cascade. The biased selection of news issues is not only closely correlated to the stock market and the exchange rate, but may actually have caused shorter bursts of financial activity in reaction to the impeachment news. The brokers, like the editors, were more agitated when the impeachment seemed more likely: the value of (scandal) information on the stock market, just like the media market, is anticipated, or potential, value.

## Conclusion

This article has shown how Brazil's dominant media outlets in the period preceding the ousting effectively eclipsed questions of accountability by over-exposing the impeachment and the Petrobras investigations against PT politicians. As information about these issues cascaded between the media actors and on to the stock markets, other political actors went under the radar of the media, as did the urgent democratic problem of handing the government over to other elite actors also investigated in the Lava Jato probe. By disregarding information on these actors to the grave extent documented in this article, the media outlets amplified the cascade initiated by that very same group within the political elite, and made politics a matter of impeaching the President rather than holding all of the political spectrum accountable.

Thus, on April 17, 2016, 73% of the Chamber of Federal Representatives voted in favor of the petition for impeaching Dilma Rousseff. Of the 511 representatives voting, virtually none cited the explicit justification of the petition—the delays of transfers from the Treasury to the public banks. However, scores of representatives stated that by voting for the impeachment, they voted against corruption, implicitly or explicitly reproducing the narrative that first emerged from the 2014 disclosure of corruption in the state oil company Petrobras. This narrative of the President's personal responsibility in either the corruption case or the delayed transfers was a recurring theme, although the allegations still lack substantial evidence. In fact, between the vote in the Chamber and the vote in the Senate, a technical report of the Senate's lawyers demonstrated that no internal document corroborated the theory of Rousseff's involvement nor any intentions in the Finance ministry or the National Treasury of masking budget deficits through the maneuver. Despite the report, on May 12, the Vice President Michel Temer took the mantle temporarily from Dilma Rousseff, ultimately riding the information cascade to the Presidency on August 31 with the final ratification of the Senate.

To sum up the present case study of the information cascade of the intertwined impeachment process and corruption scandals, the article has attempted to show that the concept of information cascades is fruitful for analyzing political scandals and that, moreover, the cascade phenomenon challenges preconceptions of the relations between media, political actors, accountability institutions, and publics. Accountability was hampered by the media, and the public opinion seemed not to matter much in this case,

because the cascading of information from a subgroup within the political elite through media and into the financial markets accumulated and made it alluringly easy to disregard other information. Public signals sent by political actors and reproduced by media and financial institutions might really be part of an entirely different set of signals only known (or acknowledged) internally in the political field. By stacking such signals, political issues may be confounded and conflated in such a way that the media's anticipation and overvalorization of political disruption obscures both possible consequences and intentions behind the process leading to such disruption. Similarly, the inflated value of information about the perceived center of power will depreciate the value of news on other powerful political actors, diminishing accountability and transparency for the electorate.

What we see, then, is not the media informing Brazilian audiences about the combat on corruption, but rather a strong public with decision-making power (the Brazilian Congress) deliberating internally, through the media, about the solutions to the threatening corruption probes. Spinning off of the political reactions to the information sequences, the media attention was modulated by the perceived value of that information by media actors, and the information was then disseminated along cultural and political fault lines that shaped this information and excluded other relevant information in a systematic although not sufficiently acknowledged way.

In the extant literature analyzing scandals and media exposés, media hypes and storms, researchers have pointed out how such media phenomena are potentially harmful, because a topic can be blown out of proportion, leading to suboptimal political and social solutions. With the notion of information cascades, that is, an aggregate phenomenon that emerges from the range of signals emitted by political, economic, and media actors and institutions, it becomes clear that stakes are even higher. Information cascades may have damaging consequences that can impinge upon the equilibrium and survival of a representative democracy.

*Mads Damgaard* – University of Copenhagen, Faculty of Humanities, Department of English, Germanic and Romance Studies, Portuguese and Brazilian Section.  
E-mail: <mads.damgaard@hum.ku.dk>.

### **Bibliographic references**

ABRAMO, C. "Brazil: A portrait of disparities". *Brazilian Journalism Research*, vol. 3, n° 1, p. 93-107, 2007.

ALBUQUERQUE, A. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In: HALLIN, D.; MANCINI, P. (eds.). *Comparing media systems beyond the Western world*. New York: Cambridge University Press, 2011.

ALBUQUERQUE, A. "On behalf of the public: journalism and politics in *Jornal Nacional* interviews with presidential candidates". *E-compós*, Brasília, vol. 16, nº 2, 2013.

ARAÚJO, C. M.; COSTA, S.; FITTIPALDI, I. "Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 1, p. 93-117, 2016.

AVRITZER, L. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BALÁN, M. "Competition by denunciation: the political dynamics of corruption scandals in Argentina and Chile". *Comparative Politics*, vol. 43, nº 4, p. 459-478, 2011.

BAPTISTA, E. A. "Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff". Belo Horizonte. Master's Thesis. Fafich, PUC-MG, 2017.

BEALE, S. "The news media's influence on criminal justice policy: how market-driven news promotes punitiveness". *William and Mary Law Review*, vol. 48, nº 2, p. 397-481, 2006.

BIKHCHANDANI, S.; HIRSHLEIFER, D.; WELCH, I. "Learning from the behavior of others: conformity, fads, and informational cascades". *Journal of Economic Perspectives*, vol. 2, nº 3, p. 151-170, 1998.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. "A parte que me cabe nesse julgamento: A *Folha de S. Paulo* na cobertura ao processo do Mensalão". *Opinião Pública*, vol. 20, nº 2, p. 204-218, 2014.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. "Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 81, p. 77-95, 2013.

BOYDSTUN, A. *Making the news*. Politics, the media, and agenda setting. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

CABRAL, E. D. T. "Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações". *Revista Eptic*, vol. 17, nº 3, p. 16-28, 2015.

COTAÇÕES. BM&F-Bovespa. (Online). Available at: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/servicos/market-data/cotacoes/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/cotacoes/)>. Access on: January 5, 2018.

DAMGAARD, M. "Multiple margins and mediatized transgression". *Ephemera – Theory and Politics in Organization*, vol. 15, nº 2, p. 411-434, 2015a.

\_\_\_\_\_. "Narrating the Mensalão trial: configurations of corruption". *Brasiliana*, vol. 3, nº 2, p. 197-234, 2015b.

DATAFOLHA. *Avaliação da presidente Dilma Rousseff – abril de 2016*, PO813859. São Paulo: Datafolha, 2016.

ENTMAN, R. "Framing: toward clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, vol. 43, nº 4, p. 51-58, 1993.

FALLIS, D. "Floridi on disinformation". *Etica & Política / Ethics & Politics*, vol. 13, nº 2, p. 201-214, 2011.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. "Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 35, nº 2, p. 205-225, 2016a.

\_\_\_\_\_. "O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998". *Revista Compólitica*, vol. 6, nº 1, 2016b.

- FLORIDI, L. *The philosophy of information*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FONTES, G.; FERRACIOLI, P.; SAMPAIO, R. "Petrolão na mídia: o enquadramento de 18 meses da Operação Lava Jato nas revistas impressas". *Agenda Política*, vol. 4, nº 3, p. 238-266, 2016.
- FOUCAULT, M. *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. New York: Pantheon, 1980.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.
- GUIMARÃES, J., et al. (eds.). *Risco e futuro da democracia brasileira: direito e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- HALL, S. Encoding/decoding. In: HALL, S., et al. (eds.). *Culture, media, language*. London: Hutchinson, 1980.
- HANSEN, P. G.; HENDRICKS, V. F.; RENDSVIG, R. K. "Infostorms". *Metaphilosophy*, vol. 44, nº 3, p. 301-326, 2013.
- HENDRICKS, V; HANSEN, P. G. *Infostorms. How to take information punches and save democracy*. London: Springer/Copernicus Books, 2014.
- INDICADORES CNI. *CNI/Ibope Avaliação do governo, setembro 2015*. São Paulo: Confederação Nacional da Indústria, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *CNI/Ibope Avaliação do governo, dezembro 2015*. São Paulo: Confederação Nacional da Indústria, 2015b.
- \_\_\_\_\_. *CNI/Ibope Avaliação do governo, março 2016*. São Paulo: Confederação Nacional da Indústria, 2016.
- IYENGAR, S. "Framing responsibility for political issues: the case of poverty". *Political Behavior*, vol. 12, nº 1, p. 19-40, 1990.
- KRISTENSEN, N.; MORTENSEN, M. "Amateur sources breaking the news, metasources authorizing the news of Gaddafi's death: New patterns of journalistic information gathering and dissemination in the digital age". *Digital Journalism*, vol. 1, nº 3, p. 352-367, 2015.
- LATTMAN-WELTMAN, F.; CHAGAS V. "Mercado futuro: a economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil". *Dados*, vol. 59, nº 2, p. 323-356, 2016.
- LIEBES, T.; BLUM-KALKA, S. "It takes two to blow the whistle". *American Behavioral Scientist*, vol. 47, nº 9, p. 1.153-1.170, 2004.
- LIMA, V. *Mídia. Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAIER, J. "The impact of political scandals on political support: an experimental test of two theories". *International Political Science*, vol. 32, nº 3, p. 283-302, 2011.
- MAINWARING, S. Introduction: democratic accountability in Latin America. In: MAINWARING, S.; WELNA, C. (eds.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MATOS, C. "Media democratization in Brazil: achievements and future challenges". *Critical Sociology*, vol. 38, nº 6, p. 863-876, 2012.
- MCCOMBS, M. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. "The agenda-setting function of mass media". *Public Opinion Quarterly*,

vol.36, nº 2, p. 176-187, 1972.

MICHENER, G.; PEREIRA, C. "A great leap forward for democracy and the rule of Law? Brazil's Mensalão trial". *Journal for Latin American Studies*, vol. 48, nº 3, p. 477-507, 2016.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. "A crise e suas fronteiras: oito meses de "Mensalão" nos editoriais dos jornais". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 1, p. 97-123, 2007.

NEWMAN, N., et al. (eds.). *Reuters Institute digital news report 2017*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, 2017.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L.; SAMUELS, D. Corruption, campaign finance, and reelection. In: POWER, T.; TAYLOR, M. (eds.). *Corruption and democracy in Brazil*. Indiana: University of Notre Dame Press, p. 80-99, 2011.

PERUZZOTTI, E. Media scandals and social accountability. Assessing the role of scandals in Argentina. In: PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (eds.). *Enforcing the rule of law. Social accountability in the new Latin American democracies*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, p. 249-271, 2006.

PORTO, M. The media and political accountability. In: POWER, T.; TAYLOR, M. (eds.). *Corruption and democracy in Brazil*. Indiana: University of Notre Dame Press, p. 103-126, 2011.

\_\_\_\_\_. *Media power and democratization in Brazil*. TV Globo and the dilemmas of political accountability. London: Routledge, 2012.

RENNÓ, L. Corruption and voting. In: POWER, T.; TAYLOR, M. (eds.). *Corruption and democracy in Brazil: the struggle for accountability*. Indiana: University of Notre Dame Press, p. 56-69, 2011.

RIZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. "Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff". *Comunicação & Sociedade*, vol. 39, nº 3, p. 111-129, 2017.

RUSSELL, A.; WAISBORD, S. "The snowden revelations and the networked fourth estate". *International Journal of Communication*, vol. 11, p. 858-878, 2017.

SAAD-FILHO, A. "Mass protests under 'left neoliberalism': Brazil, June-July 2013". *Critical Sociology*, vol. 39, nº 5, p. 657-669, 2013.

SELIGSON, M. "The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries". *The Journal of Politics*, vol. 64, nº 2, p. 408-433, 2002.

SHOEMAKER, P.; VOS, T. *Gatekeeping theory*. New York: Routledge, 2009.

SNIDERMAN, P.; THERIAULT, S. The structure of political argument and the logic of issue framing. In: SARIS, W. E.; SNIDERMAN, P. M. (eds.). *Studies in public opinion: attitudes, nonattitudes, measurement error, and change*. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 133-165, 2004.

THOMPSON, J. *Political scandal: power and visibility in the media age*. Cambridge: Polity Press, 2000.

TUCHMAN, G. *Making news. A study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

TUMBER, H.; WAISBORD, S. R. "Introduction". *American Behavioral Scientist* (special issue, vol. II: Political scandals and media across democracies), vol. 47, p. 1.143-1.152, 2004.

UOL ECONOMIA. Universo Online, 2016. Available at: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/?historico>>. Access on: January 5, 2018.

VALENTE, R. "Em diálogo, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A4, May 23, 2016.

VASTERMAN, P. "Media-hype. Self-reinforcing news waves, journalistic standards and the construction of social problems". *European Journal of Communication*, vol. 20, nº 4, p. 508-530, 2005.

VILLAVERDE, J. *Perigosas pedaladas*. São Paulo: Geração, 2016.

WAISBORD, S. *Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy*. New York: Columbia University Press, 2000.

WALGRAVE, S.; VLIAGENTHART, R. "Why are policy agendas punctuated? Friction and cascading in parliament and mass media in Belgium". *Journal of European Public Policy*, vol. 17, nº 8, p. 1.147-1.170, 2010.

WALGRAVE, S., et al. "The nonlinear effect of information on political attention: media storms and U.S. congressional hearings". *Political Communication*, vol. 34, nº 4, p. 548-570, 2017.

WELCH, M.; PRICE, E. A.; YNAKEY, N. "Moral panic over youth violence: wilding and the manufacture of menace in the media". *Youth and Society*, vol. 34, nº 3, p. 3-30, 2002.

WIEN, C.; ELMELUND-PRÆSTEKÆR, C. "An anatomy of media hypes: developing a model for the dynamics and structure of intense media coverage of single issues". *European Journal of Communications*, vol. 24, nº 2, p. 183-201, 2009.

WIEWIURA, J.; HENDRICKS, V. "Informational pathologies and interest bubbles: exploring the structural mobilization of knowledge, ignorance, and slack". *New Media and Society*, article first published online: January 10, 2017, DOI: <<https://doi.org/10.1177/1461444816686095>>. Access on: January 5, 2018.

WINTERS, M.; WEITZ-SHAPIRO, R. "Lacking information or condoning corruption: when do voters support corrupt politicians?". *Journal of Comparative Politics*, vol. 45, nº 4, p. 418-436, 2013.

## **Abstract**

### *Cascading corruption news: explaining the bias of media coverage to Brazil's political scandals*

Through a content analysis of 8,800 news items and six months of front pages of three Brazilian newspapers, all dealing with corruption and political transgression, the present article documents the remarkable bias of media coverage toward corruption scandals. Said bias is examined as an informational phenomenon, arising from key systemic and commercial factors of Brazil's news media: an information cascade of news on corruption formed, destabilizing the governing coalition and legitimizing the impeachment process of Dilma Rousseff. As this process gained momentum, questions of accountability were disregarded by the media, with harmful effects for democracy.

**Keywords:** scandals; corruption; impeachment; information cascade; news

### **Resumo**

*Cascatas de notícias sobre corrupção: explicando viés midiático nos escândalos brasileiros*

Fazendo uma análise de conteúdo de seis meses de manchetes em três jornais brasileiros, além de 8.800 notícias sobre corrupção e transgressão política, o artigo estuda o viés da atenção midiática para vários escândalos de corrupção em 2015-2016. Esse viés é examinado como um fenômeno de informação, decorrente de fatores sistêmicos e comerciais no sistema de mídia brasileira: uma cascata de informação sobre corrupção emergiu, desestabilizando a coalizão de governo e legitimando o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Com o ímpeto crescente desse processo, questões de *accountability* foram desconsideradas pela mídia, com efeitos nocivos para a democracia.

*Palavras-chave:* escândalos; corrupção; *impeachment*; cascatas de informações; notícias

### **Resumen**

*Noticias cascada de corrupción: explicando parcialidad en la prensa sobre los escándalos brasileños*

El artículo estudia la parcialidad de la atención de los medios de comunicación para varios escándalos brasileños de corrupción en 2015-16, en un análisis de contenido de seis meses de páginas delanteras en tres periódicos, además de 8.800 noticias sobre corrupción y transgresión política. Esta parcialidad es examinada como un fenómeno de información, derivado de factores sistémicos y comerciales en el sistema de medios brasileños: una cascada de información sobre corrupción emergió, desestabilizando la coalición de gobierno y legitimando el proceso de impugnación de la presidenta Dilma Rousseff. Con el ímpetu creciente de ese proceso, las cuestiones de *accountability* no fueron consideradas por los medios de comunicación, con efectos nocivos para la democracia.

*Palabras clave:* escándalos; corrupción; impugnación; cascadas de información; noticias

### **Résumé**

*Cascades d'information sur la corruption: expliquer la partialité dans la presse lors des scandales du Brésil*

En appliquant le concept de "cascades d'information" pour étudier les scandales de corruption, l'opinion publique et les changements politiques, cet article analysera le phénomène de l'information précédant la destitution de la présidente brésilienne Dilma Rousseff. L'article étudiera comment l'information sur la corruption fut largement répandue et construite dans les sphères publiques du Brésil comme par exemple l'élite politique, la presse et les marchés financiers. Dans cette cascade, la valorisation de l'information sur l'affaire Petrobras a été décisive non seulement pour la destitution de la présidente, mais aussi pour la légitimité du processus de mise en accusation. Ce processus a connu un élan grandissant et les questions d'*accountability* ont été laissées de côté par les médias, ce qui a eu des effets nocifs pour la démocratie.

*Mots-clés:* scandales; corruption; destitution; cascades d'information; nouvelles

Artigo submetido à publicação em 28 de outubro de 2016.  
Versão final aprovada em 2 de fevereiro de 2018.

# Representación visual y simbólica de la militancia en las campañas electorales de Cristina F. de Kirchner (2007 y 2011) y Dilma Rousseff (2010 y 2014)

---

Dolores Rocca Rivarola  
Nicole Marina Moscovich

---

## Introducción<sup>1</sup>

Imágenes de multitudes agitando banderas y ovacionando, y de la candidata saludándolos, de modo colectivo o uno por uno, forman parte central de las campañas electorales en televisión. El contraste con la publicidad electoral audiovisual de las décadas previas es marcado. Luego de años de énfasis en un vínculo directo entre el líder y los votantes, las campañas audiovisuales de Cristina Fernández de Kirchner en 2011 y de Dilma Rousseff en 2014 exhiben y resaltan el papel intermediario de los militantes. ¿De qué modo y con qué tipo de recursos lo hacen? ¿Cómo interpretar esa estrategia de *marketing* electoral en las coyunturas políticas de ambos países? ¿De qué manera difiere de la esbozada en las campañas anteriores de ambas dirigentes (2007 en Argentina y 2010 en Brasil)?

Proponemos en este artículo analizar las cuatro campañas presidenciales de televisión de Cristina Fernández de Kirchner (en adelante CFK) y de Dilma Rousseff (2007 y 2011, y 2010 y 2014, respectivamente) con el objetivo de identificar e interpretar comparativamente el peso y las modalidades de visualización de la militancia oficialista como colectivo movilizado. Ello, en el marco de una investigación más amplia acerca de la transformación del vínculo militante en Argentina y Brasil desde los gobiernos de Néstor Kirchner y Luiz Inácio Lula da Silva<sup>2</sup>.

Investigar el lugar asignado a la militancia como colectivo en las campañas electorales televisivas de ambas líderes es relevante por varias razones. En primer lugar, porque, aun en contextos de volatilidad electoral y fluctuación de la relación entre el electorado y los partidos políticos, la militancia no ha desaparecido (aunque sí se ha transformado). En segundo lugar, porque tanto durante el ciclo de gobiernos del PT en

---

<sup>1</sup> Agradecemos a las evaluadoras o evaluadores de la revista *Opinião Pública* por su cuidada revisión, que enriquecieron el artículo con sus preguntas y sugerencias.

<sup>2</sup> Proyecto UBACyT 20020150200136BA (2016-2017) "La transformación del vínculo militante. Fenómenos de nostalgia, adaptación y militancia desde el Estado en organizaciones oficialistas en Argentina y Brasil desde 2003", dirigido por Dolores Rocca Rivarola, y radicado en el Instituto de Investigaciones Gino Germani, de la Universidad de Buenos Aires.

Brasil como el de gobiernos del kirchnerismo en Argentina, las masas militantes oficialistas (es decir, que apoyaban activamente a estos gobiernos) asumieron una visibilidad y atención significativas. Y, en tercer lugar, porque, si bien ya hay en la literatura existente numerosos estudios sobre el lugar o dimensión que las siglas partidarias ocupan en las campañas electorales televisivas o gráficas en ambos países, el lugar visual de los colectivos militantes en las mismas ha sido un aspecto menos explorado.

El material empírico de este estudio se compone de dos tipos diferentes de piezas audiovisuales. Para Argentina, se recopilaron y analizaron 38 *spots* electorales, es decir, piezas cortas (de entre 50 segundos y tres minutos de duración): once para la campaña de 2007 y 27 para la de 2011 (ver listado en Anexos). Para Brasil, se relevó y examinó la totalidad de los programas electorales o “bloques” del denominado Horario Gratuito de Propaganda Electoral (HGPE) de 2010 y 2014 (para el primero y segundo turno de cada año). Se trata de piezas de mayor duración que los *spots* (un promedio de diez minutos). No existe en la campaña argentina un equivalente a ese tipo de programas<sup>3</sup>.

La decisión metodológica de tomar como material de consulta en Brasil los programas del HGPE y no los *spots* o “inserciones” breves (de entre 30 segundos y dos minutos), que, en apariencia, son similares a los argentinos, se basa en una serie de criterios y factores. En primer lugar, los propios *spots* aparecen incorporados, en muchos casos, como un fragmento o “jingle” dentro del programa del HGPE, con lo cual, al analizar éste último no se les excluye, sino que se amplía el espectro de observación.

En segundo lugar, para las campañas analizadas, el Tribunal Supremo Electoral (TSE) en Brasil era considerablemente restrictivo en cuanto al contenido de los *spots*. Por ejemplo, prohibía que el candidato filmara sus actos de campaña (*comícios*, en portugués) o cualquier otra actividad en la calle para exhibir en la TV (Borba, 2012). Solamente

---

<sup>3</sup> Dado el contraste entre el tamaño de la muestra de propaganda electoral brasilera y la argentina (ver Anexos 1 y 2), cabe formular algunas aclaraciones sobre los criterios y condiciones de acceso a las piezas seleccionadas. Primero, el tamaño de ambos universos también es diferente. Es decir, mientras que la lógica del HGPE era la emisión de programas electorales diferentes y renovados poco menos que diariamente, en el caso argentino, la cantidad total de *spots* que circularon en la televisión durante la campaña fue mucho menor, habiendo más bien una repetición de los mismos *spots* en distintos horarios y emisoras. Por lo tanto, la dimensión menor de la muestra argentina refleja, en realidad, un universo total también menor de piezas publicitarias, al que se asemeja. Segundo, para el caso de las elecciones de 2007 en Argentina, en el que la muestra de *spots* es menor que en 2011, ello responde a dos circunstancias. Por un lado, a una limitación en el acceso, dado que, por entonces, con un desarrollo más incipiente de las redes sociales y la campaña online, menos material de campaña era subido a Internet que en los años posteriores. En 2011 y posteriormente, no sólo se compartió más material en la *web*, sino que, al haber una mayor regulación del espacio gratuito (y desaparecer los anuncios pagos por fuera del mismo), el acervo de *spots* quedó más centralizado luego de la campaña. Por otro lado, también la cantidad total de *spots* emitidos fue menor que en 2011, debido a que la campaña tuvo lugar bajo un marco legal diferente. Para 2011, como veremos, la ley de las PASO regulaba, prolongaba y dividía la campaña electoral televisiva en dos períodos, uno para las elecciones denominadas primarias (de definición de los candidatos para cada fuerza o frente político) y otro para las generales. Ello explica que, para 2011, los *spots* relevados fueran más numerosos, dado que efectivamente hubo una mayor cantidad. De todos modos, como lo exhiben las muestras relevadas, los *spots* compartían una línea temática, narrativa y estética similar a lo largo de toda la campaña (que fue diferente entre 2007 y 2011). Los *spots* fueron recogidos y encontrados en distintos sitios *web*, YouTube, en unos pocos casos, y en el archivo online del Observatorio de Campañas Electorales, creado por la Carrera de Ciencia Política de la UBA.

permitía imágenes grabadas en estudio<sup>4</sup>. Esas limitaciones representan un obstáculo al comparar, entre Argentina y Brasil, el lugar simbólico de la militancia (en tanto colectivo, o miembros individuales, en tanto imagen, o con otros modos posibles de representación) en las campañas televisivas, dado que ya esa dimensión de representación estaría bloqueada de ser transmitida en Brasil. Esas limitaciones sobre los contenidos de los *spots* no existían, en cambio, para los programas del HGPE. Y finalmente, mientras que sólo unos pocos *spots* sueltos estaban disponibles *online* para consulta, fue posible una reconstrucción completa y exhaustiva del HGPE de ambas elecciones<sup>5</sup>.

A partir de una metodología de análisis de contenido cualitativo de la publicidad electoral audiovisual seleccionada (tanto de sus mensajes orales y escritos como de sus imágenes)<sup>6</sup>, este artículo sintetizará a continuación los hallazgos. Las campañas televisivas de Dilma Rousseff y CFK en 2014 y 2011, respectivamente (orientadas a la reelección de ambas dirigentes), asignaron un mayor peso visual a la militancia y la movilización orgánica que las de 2010 y 2007. En ambos casos, lo hicieron a través de la exhibición de más imágenes de manifestaciones callejeras, actos de campaña (escenificados o no para su transmisión) y planos de militantes individuales o en grupos (e incluso, testimonios orales de los mismos). En Brasil, adicionalmente, se introdujo un segundo modo de representación de la militancia a través de una operación simbólica: la exaltación de la trayectoria de Dilma como militante juvenil durante la dictadura militar.

¿Cómo puede comprenderse ese contraste? Sin pretender revelar la estrategia interna exacta de las coordinaciones de campaña, el contexto puede echar algo de luz y sentido a ese despliegue visual del papel de intermediación de los militantes. En Argentina, cabría inscribir esta jerarquización visual de la militancia en la campaña electoral de 2011 en un proceso más general y duradero de asignación de una medular visibilidad a las bases militantes kirchneristas por parte del gobierno de CFK, especialmente a partir de la muerte de Néstor Kirchner en 2010 y del crecimiento sideral de la agrupación La Cámpora (y, en menor medida, de otras organizaciones juveniles). Ese proceso tendrá un clímax en el

---

<sup>4</sup> Específicamente no permite el uso de "grabaciones externas, montajes, trucos, computación gráfica, dibujos animados, efectos especiales, mensajes que ridiculicen o degraden" (Borba, 2012).

<sup>5</sup> Facilitó el acceso a estos materiales la existencia de archivos de programas construidos y subidos a internet por equipos de investigación de Brasil, como el Canal Panke o también el canal del Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), del Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais de la Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Y, asimismo, se complementó ese acceso con un relevamiento propio en YouTube (consulta de programas subidos por el propio PT y demás actores de la coalición de Dilma).

<sup>6</sup> El análisis cualitativo de contenido desarrollado aquí se inscribe en una línea similar a los aportes de varias investigaciones, mencionadas más adelante en este trabajo, que han estudiado la campaña a través del rastreo e interpretación de los mensajes e imágenes del HGPE en Brasil. Para cada pieza examinada, se registró qué tipo de imágenes y en qué momentos hacían alusión de modo directo o indirecto al colectivo militante de sustentación de ambas líderes, o a la militancia en sí misma (como se verá más adelante a través de referencias a la propia trayectoria militancia de Dilma). También nos ha sido de utilidad el enfoque denominado "análisis de video interpretativo" (Knoblauch, Tuma y Schnettler, 2014). En vez de automatizar, codificar y reordenar segmentos de video de acuerdo con un esquema teórico previo de análisis de los datos, ese abordaje asume que las acciones registradas en video están orientadas por significados elaborados por los actores involucrados, que deberán ser considerados para la interpretación.

fenómeno de los denominados "Patios Militantes" (2014-2015)<sup>7</sup>. La campaña de 2011 puede ser entendida, por tanto, como parte de un período en el que el kirchnerismo apeló recurrentemente a movilizar ese colectivo militante y lo ostentó como un logro distintivo de ese espacio político: el haber concitado compromisos leales, vehementes y emocionales<sup>8</sup>.

En Brasil, por su parte, en 2014, ya no era necesario, como sí en 2010, "presentar a Dilma en sociedad", o mostrarla, al igual que a CFK en 2007, como garantía de continuidad de una gestión anterior que gozaba de buena imagen (la de Lula y la de Néstor Kirchner). De igual manera, el escenario político también había cambiado. De modo similar a la muerte de Néstor Kirchner en Argentina, las manifestaciones populares de 2013 en distintas ciudades de Brasil constituyeron un episodio que debe ser tomado en cuenta a la hora de analizar y explicar el énfasis en los apoyos orgánicos de la militancia que se advierte en los programas del HGPE de 2014, tan sólo un año después del conflicto. Las denominadas "manifestaciones de junio" fueron protestas sin una orientación única y con consignas diversas, pero frente a las cuales la militancia del PT, de la CUT y de otras organizaciones oficialistas tuvieron cierta dificultad para participar<sup>9</sup>. En la campaña de 2014, la abundancia de alusiones a la militancia puede ser interpretada como un intento de apelar e identificarse con ese electorado juvenil y movilizado que se había involucrado en las jornadas de 2013, pero al margen del PT y de otras organizaciones oficialistas.

### **Campañas electorales y audiovisuales en Argentina y Brasil desde la transición democrática: recorrido bibliográfico**

A la hora de describir el modelo de campaña política televisiva brasileiro, Albuquerque (2005) propone un término alternativo al típico de *advertising*, utilizado en referencia al sistema estadounidense. Para el autor, la noción de "propaganda" parece más adecuada para dar cuenta de un sistema en el que el acceso a la televisión para la campaña electoral se hace, como veremos más adelante, bajo el patrocinio y la regulación del Estado. Desde la implementación de la Ley Electoral 26.571 en 2009, algo similar podría sostenerse para el caso argentino. Limeira y Maia (2010) se refieren a la propaganda electoral como un tipo de comunicación política de persuasión usada por los partidos que incluye recursos psicológicos e informativos.

<sup>7</sup> Para una reflexión acerca de los Patios Militantes, actos posteriores a las transmisiones de la Cadena Nacional en los que CFK se dirigía a una multitud de activistas reunidos en los patios de la Casa Rosada, y de la ritualidad kirchnerista, ver Rocca Rivarola (2017a).

<sup>8</sup> La exaltación pública por parte del kirchnerismo de sus propias bases militantes ha sido abordada también por otros trabajos. Quirós (2014) afirma, por ejemplo, que el kirchnerismo desde el Estado hizo de la militancia un valor y consigna propio. Vázquez (2013) estudió la construcción kirchnerista de la juventud como causa que generaba adhesiones y participación política. Y en el discurso kirchnerista, Montero (2009) identifica una reivindicación de la militancia juvenil de los años setenta y la configuración de un *ethos* militante transgresor.

<sup>9</sup> Para un análisis comparativo de esas protestas y las de 2015/2016 en Brasil, ver Rocca Rivarola (2016).

Entre las numerosas y amplias discusiones acerca de las campañas y propaganda electoral, la cuestión de la mediatización de la política (Verón, 1998<sup>10</sup>; Sartori, 2003; Ribeiro, 2004 y otros) se vuelve transversal. Se ha argumentado, por otro lado, que la acción política en el espacio público democrático siempre construye un régimen de visibilidad, con o sin la mediatización de la televisión (Cingolani y Fernández, 2010). Es decir, que la puesta en escena política en el escenario público siempre asume una forma de espectáculo, y lo que varía con la irrupción de la televisión sería la escala del mismo (Verón, 2002).

En el marco de esa mediatización, la creciente importancia de los *spots* propagandísticos de televisión ha sido más desarrollada, y también con anterioridad, desde la literatura estadounidense<sup>11</sup> (Kaid et al., 1993; Johnston y Kaid, 2002; Brader, 2005). En Brasil y Argentina, sobresalen, de todos modos, algunos trabajos sobre el uso que se ha hecho de la publicidad electoral televisiva, como Borba (2008 y 2012), Waisbord (1993), y García Beaudoux y D'Adamo (2006), además de otros centrados en campañas electorales específicas, y que serán mencionados más adelante en esta sección.

De igual manera, cada vez más trabajos han puesto atención en las campañas *online*, la creación y difusión de sitios *web* de los candidatos, y la actuación de éstos y de su base militante en las redes sociales (Facebook, Twitter etc.). Marques y Sampaio (2011) consideran, para el caso brasileiro, la transformación de la comunicación política digital (aunque no total, dado que suponen que las dimensiones específicas del juego político son algo refractarias a modificaciones bruscas, incluso al avance tecnológico), especialmente hacia las elecciones de 2010<sup>12</sup>, y la creciente importancia de la campaña *online* (aunque con un menor uso por parte de los candidatos luego más votados<sup>13</sup>). Analizando los sitios *web* de la campaña de 2014, Massuchin y Tavares (2016) afirman que entre 2002 y 2010 hubo un "bajo uso de las potencialidades de la red" (p. 13). Y ambos trabajos mencionados sostienen que Internet fue utilizada durante años también como espacio de transmisión de contenidos que no eran permitidos por el Tribunal Superior Electoral (TSE) en la campaña televisiva (programas del HGPE, *spots* etc.), hasta que la red empezó a ser más monitoreada por ese organismo. Para Argentina, el uso de Twitter por parte de CFK en 2011, y su interacción con la campaña televisiva, ha sido motivo de distintos análisis (Slimovich, 2016; Ventura, 2016), o en torno, por ejemplo, a la creación de un vínculo

---

<sup>10</sup> Para Verón, la mediatización de la política interactúa con la crisis de legitimidad de la política organizada.

<sup>11</sup> La propia historia del *marketing* político en EEUU es más larga que en América Latina, usándose ya *spots* propagandísticos en la década del '50 y debates televisivos entre candidatos en los '60 (Oliveira, 2013).

<sup>12</sup> Un ejemplo de ello se ve en la campaña de Dilma. En su tesis sobre la militancia juvenil del PT, Marques (2016) menciona como un vehículo central de comunicación de las actividades de campaña de la juventud partidaria el portal de Internet "Galera da Dilma" [la gente de Dilma], interactivo, con agendas de actividades, encuestas, descarga y subida de videos por parte del público. Y para esa misma elección, la JPT lanzaría la campaña "seja um petista 2.0", como proyecto de formación de jóvenes militantes online. Es en el HGPE de 2014 cuando se hará más notable la interacción entre el programa de campaña televisivo y las redes sociales, advirtiéndose en casi todos los programas alguna referencia a un link o Facebook o Twitter al que poder ingresar o subir fotos con Dilma.

<sup>13</sup> Bachini (2013) sostiene algo similar para la campaña de 2010.

virtual o imaginario de proximidad o de política directa en sus *tweets* (Annunziata, 2012). De todos modos, sin omitir la importancia creciente de las campañas *online* y de la militancia virtual, este artículo se dedica a analizar el lugar visual y simbólico de la militancia en la campaña televisiva.

Y tanto la centralidad de la televisión como los nuevos usos tecnológicos pueden ser entendidos como elementos de una transformación más general de las campañas electorales. Norris (2001, 2008) define, por ejemplo, las campañas electorales occidentales a través de tres momentos: un primer momento definido como "premoderno", hasta 1950 (con formas más directas de comunicación entre electores y candidatos, en las que los militantes y voluntarios eran responsables por la campaña y por la llegada a los votantes, con una fuerte identificación partidaria); una segunda fase "moderna", de 1950 a 1980, inaugurando un proceso de profesionalización de la campaña (con la llegada de la televisión, con terceros coordinando una estrategia nacional, realización de encuestas de opinión etc.) y una tercera etapa, desde mediados de la década del '90, caracterizada por una profesionalización total, que alcanza a todas las actividades de campaña. La autora advierte allí una segmentación de mensajes, estrategias diferenciadas entre la televisión y las nuevas tecnologías para la interacción partidos-medios-público, y un incremento sustantivo de los gastos de campaña, aumentando la contratación de personal por sobre la utilización de militantes<sup>14</sup>.

Para Brasil, Albuquerque (1999) ha identificado ese proceso de profesionalización recién hacia el final de la década del '80, luego de la redemocratización (1985). Y Ribeiro (2008), para el caso específico del PT, lo describe como un cambio de un modelo de campañas trabajo-intensivo a otro capital-intensivo. Dias (2013) delinea el fenómeno de profesionalización en Brasil como la creciente participación de agentes no partidarios en la formulación y ejecución de la campaña, marginando del proceso a la burocracia partidaria, y privilegiando criterios de *marketing* por encima de los político-partidarios.

Para el caso argentino, Muraro (1990), Waisbord (1993) y Soprano (2003) también advierten una tendencia a partir de la transición democrática hacia la profesionalización de las campañas electorales y la planificación y ejecución de las mismas por parte de especialistas en *marketing* político. Muraro adiciona, por su parte, elementos como la caída del rol de la militancia, la concepción de la publicidad como agente de reclutamiento y de socialización, e incluso la transformación del candidato en un producto de *marketing* político, con campañas sumamente personalizadas.

Ese fenómeno de personalización de las campañas, o hipervalorización de los liderazgos individuales y énfasis en sus atributos personales por sobre sus organizaciones o colectivos de pertenencia, por su parte, ha recibido bastante atención, tanto a nivel

---

<sup>14</sup> Aunque los tiempos de la periodización pueden variar significativamente a la hora de pensar el contexto latinoamericano, los testimonios de entrevistados del PT y otras organizaciones afines describían de modo recurrente y críticamente un proceso de profesionalización de las campañas del PT hacia fines de la década del '90 en Brasil y, sobre todo, desde 2002 (Rocca Rivarola, 2017b).

general (Manin, 1992; Gunther y Diamond, 2003), como en torno a los casos argentino (D'Alessandro, 2004; García Beaudoux y D'Adamo, 2004; Cheresky, 2007) y brasilero (Ângelo, 2012; Telles y Pires, 2013; Nicolau, 2015).

Por otro lado, un considerable número de investigaciones y ensayos han abordado el análisis de las diferentes campañas presidenciales –especialmente en su dimensión televisiva– del período previo al recorte temporal de este artículo en Argentina y Brasil.

A modo de ejemplo, la campaña de 1983 en Argentina ha sido interpretada como un punto de inflexión o bisagra entre la vieja y la nueva era de la política electoral (Pousadela y Cheresky, 2004; Vommaro, 2006), con reafiliaciones masivas a los partidos, multitudinarios actos públicos y ritos partidarios, pero a la vez la consolidación de una nueva incertidumbre político-electoral generada por la aparición masiva de la figura de los votantes “indecisos” e “independientes”, que hacían prever tendencias de volatilidad electoral en los comicios por venir. Las propias actividades de campaña ya experimentarían una mutación hacia las elecciones de 1989, con caravanas y recorridas suplantando a las masivas manifestaciones populares de 1983 (Palermo y Novaro, 1996), y haciendo énfasis en la proximidad y en los atributos individuales carismáticos del candidato (Arias, 1996). La particular campaña presidencial de 2003, celebrada poco más de un año después del estallido de la crisis de 2001 y en un contexto de notable fragmentación al interior de los partidos tradicionales, exhibiría, en el caso de Néstor Kirchner, una estrategia múltiple: asociarlo a dirigentes locales y redes territoriales peronistas del conurbano bonaerense (afines a su patrocinador, Eduardo Duhalde, entonces presidente interino); mostrar en los spots una eventual continuidad con la gestión económica; y lograr un enfrentamiento de lógica binaria contra Carlos Menem (Rocca Rivarola, 2011). Y las distintas campañas televisivas de 2003 fueron modestas, poco sofisticadas y relativamente pobres en recursos de marketing político (García Beaudoux y D'Adamo, 2006).

También en torno al período previo a nuestro recorte temporal, en Brasil algunos trabajos han estudiado, comparativamente para distintas campañas, los modos de construcción de la imagen de Lula, así como las variaciones en la presencia, por ejemplo, de la sigla, logo y referencias partidarias (Carvalho, 2011; Panke, 2011; Dias, 2013). Así, por ejemplo, Carvalho (2011) recorre la estigmatización de la militancia petista en la campaña de 1989, y señala, para la elección de 1994, las restricciones en la regulación legal de las campañas televisivas que impidieron al PT transmitir las grabaciones de las *Caravanas da Cidadania* que habían sido filmadas como parte de los recorridos territoriales de Lula. La medición de la imagen partidaria en los programas electorales del HGPE realizada por Dias (2013) indica una mayor presencia de la misma en la campaña petista respecto de otras, pero, a la vez, un descenso después de 1989, con un piso en 1998, y un nuevo ascenso en 2002, para volver a bajar en 2006 y subir levemente en 2010. La campaña de 2006, en el contexto de los coletazos del escándalo del *Mensalão*, que alcanzó penalmente a una parte de la cúpula del PT, aparece, para ese artículo y también para otros trabajos (Carvalho, 2011; Panke, 2011), como una instancia en la que el sello, la

iconografía y hasta los colores del PT parecían ser ocultados y disociados de la imagen del candidato presidencial.

Albuquerque (1999), por su parte, destaca la inclusión en la propaganda electoral de escenas de la campaña en la calle, con activistas que daban testimonio y aclamaban al candidato, así como con la presentación de la evolución de las encuestas de opinión pública y apelaciones emocionales al involucramiento del elector, denominando ese tipo de mensajes como "metacampaña". Otros trabajos se han referido al uso, ya para 2002, de una batería novedosa de recursos profesionalizados de *marketing* político y una intensa reformulación de la imagen del candidato (Rubim, 2003; Rocca Rivarola, 2011)<sup>15</sup>. Ribeiro (2008) incluso se refiere a la campaña de Lula de 2002 como la más estructurada, hasta entonces, de la historia petista:

Una gran y profesionalizada estructura, con una extensa red de apoyo en los Estados (periodistas, asesores de prensa etc.), programas de televisión sofisticados, centenas de encuestas cualitativas y cuantitativas. Los profesionales tomaron el lugar de la militancia, de la misma forma que el HGPE delegó en los actos de campaña una función accesoria, generar imágenes entusiastas para la televisión. Para atraer más público, fueron transformados en *Showmícios*, con la contratación (por parte del Directorio Nacional del PT) de artistas con fuerte apelación popular, acompañados por una amplia y sofisticada estructura técnica. Fue el ápice del proceso de modernización de las campañas del PT (Ribeiro, 2008, p. 119).

Las cuatro campañas electorales que aborda nuestro propio artículo (2007 y 2011 en Argentina; 2010 y 2014 en Brasil) también han sido foco de estudios previos, sólo que no desde el objetivo de identificar e interpretar de modo comparativo el lugar visualmente asignado en ellas a la militancia oficialista.

En Argentina, Grosman (2012) examina el discurso de campaña en 2007 y 2011 a partir de ejes temáticos, como el "antes y después del modelo kirchnerista", mientras que Vitale y Maizels (2011) atribuyen al discurso de CFK en 2007 dos imágenes, la pedagógica-experta y la de la femineidad. Iazzetta (2012) identifica a la campaña de 2007 como la de menor calor popular en muchos años (traduciéndose luego en niveles récord de ausentismo electoral). Por su parte, la campaña de 2011, como ya vimos, motivó algunos estudios acerca del discurso y estrategias de CFK y otros candidatos en las redes sociales.

Para Brasil, numerosos trabajos han surgido alrededor de la campaña televisiva de 2010 (HGPE y *spots* publicitarios o "inserciones"). Además de los aportes en torno al modo

<sup>15</sup> Se ha argumentado (Rubim, 2003; Rocca Rivarola, 2011) que la campaña de 2002 parecía orientada a desanudar progresivamente la asociación histórica y vigente en la opinión pública entre la figura de Lula y la trayectoria de lucha social y radicalidad política del PT. En ese sentido, era ilustrativa la frase "El sindicalista espanta", pronunciada por Duda Mendonça, publicista encargado de la campaña, en el documental *Entreatos* (Moreira Salles, 2004) en una conversación con Lula sobre qué decir y cómo actuar en uno de los debates presidenciales.

en que fueron organizados los segmentos por parte de los candidatos (Oliveira y Martins, 2013), entre los principales argumentos sobre el perfil y mensajes de esa campaña, aparece el del rol y presencia de Lula en esos programas como patrocinador, patrono o padrino de Dilma, a través de intentos de asociación de ambas figuras y, con ello, lograr una transferencia de popularidad (Carvalho, 2011; Panke, 2011; Aquino y Luques, 2012; Bachini, 2013; Dias, 2013; Telles y Pires, 2013; Martins, 2014). Dentro de esas líneas de investigación, se perfila una discusión acerca del tipo de asociación formulada, ya sea una de tipo personal y emocional (Bachini, 2013) o bien en tanto vinculación de tipo partidario o afirmación de un proyecto político compartido (Dias, 2013). Otros argumentos complementarios han postulado la presentación de Dilma en la campaña televisiva como experta, mano derecha o portadora de capacidad técnica (Panke, 2011; Panke et al., 2011; Silva y Leal, 2011), o incluso como figura maternal o "madre del pueblo" (Panke, 2011; Pires, 2011; Freitas, 2013). Y finalmente, algunos trabajos han examinado la presencia del partido en el HGPE, resaltando una mayor visualidad del sello y los colores respecto de 2006 (Dias, 2013) o, por el contrario, señalando "la desaparición de la palabra PT" en las menciones explícitas dentro de la campaña de TV de 2010 (Telles y Pires, 2013). E incluso se ha señalado un fenómeno de personalización de la política evidenciado en las campañas de Serra y Rousseff en 2010 (Leal y Vieira, 2009; Tavares, 2013). Desde otra perspectiva, Borba (2012) analiza las estrategias de inclusión y ubicación de campaña negativa en los *spots* publicitarios de 2010, en el marco de una legislación considerablemente restrictiva.

Aunque la literatura es un poco más escasa todavía en relación con la campaña de 2014, algunos trabajos han examinado el HGPE de Dilma desde la perspectiva de análisis del discurso (Bartolomeu y Ludovice, 2015; Parzianello, 2016)<sup>16</sup>. Desde otro enfoque, Massuchin y Tavares (2016) continúan con los aportes mencionados anteriormente en el abordaje de los contenidos publicados en los sitios *web* de los candidatos y su retroalimentación con los otros medios de campaña como la TV<sup>17</sup>. Esa "interactividad" entre distintos medios de campaña también es observada por Oliveira, Martins y Leal (2015) al advertir la introducción de recursos de Internet en el formato televisivo (*links* a redes sociales, promoción de la producción de fotos *selfies* etc.), y también por Lima y Panke (2016), que relevan la participación y reacción online de los electores frente a la exposición de los candidatos en sus plataformas *web*. Trevisol y Perin (2014), por su parte, subrayan el esfuerzo del HGPE por incrementar la popularidad de Dilma luego de las protestas de junio de 2013 y por asociar la ideología petista a un enfoque en las clases inferiores, la transformación y la extinción de la corrupción. Asimismo, identifican el uso dado al perfil de Dilma como antigua militante juvenil, elemento que será retomado, indagado e interpretado en nuestro artículo. Otro estudio que ha resultado valioso para nuestro propio

---

<sup>16</sup> Hay también aportes desde esa misma perspectiva en torno a la campaña de Dilma de 2010 (Marques, 2012).

<sup>17</sup> También han emergido análisis de los HGPE de Dilma en conjunto con su comunicación gubernamental por fuera del período de campaña electoral o "campaña permanente" (Fernandes et al., 2016).

análisis es el de Castro (2016), donde se exploran los contenidos del HGPE de cinco candidatos a presidente en 2014, incluida Rousseff, y se concluye que las manifestaciones de 2013 tuvieron poca atención en relación con otros temas de campaña, pero que, a la vez, el HGPE fue utilizado por los candidatos para vehicular sus respectivas posiciones sobre aquellas protestas, enfatizando aspectos diferentes sobre el mismo fenómeno – heterogeneidad de ponderaciones que también ha sido indagada por Moreira y Martins (2016).

Y finalmente, aludiendo a varios de los aspectos ya mencionados para el HGPE de 2010 y 2014, Luchesi (2016) estudia comparativamente ambas campañas resaltando secuencias comunes (como el énfasis en programas sociales o la presencia de Lula) y rupturas (mensaje de continuidad en 2010 versus noción de cambios e “ideas nuevas” en 2014, mayor ataque a adversarios en 2014 etc.).

## **El lugar visual del colectivo militante en las campañas de Cristina F. Kirchner y Dilma Rousseff**

### *Argentina*

#### Legislación y reglas

El Sistema Electoral de la Argentina para las elecciones de presidente y vicepresidente es mayoritario, con elecciones directas y con un sistema de doble vuelta, en caso de que ninguna de las fórmulas presidenciales obtenga más del 45% de los votos, o más del 40% pero con una diferencia del 10% con respecto a los demás candidatos. Estos cargos se eligen cada cuatro años, con posibilidad de una reelección. En la Argentina, a diferencia de Brasil, el voto es emitido en papel y sin digitalización del sistema para ninguna instancia nacional (y con listas cerradas para las elecciones legislativas)<sup>18</sup>. Para las elecciones celebradas en el año 2007, cuyos *spots* para el FPV este artículo analiza, regía la “Ley Orgánica de Los Partidos Políticos” (23.298) sancionada y promulgada en 1985. Según esta norma la nominación de candidatos le correspondía a los partidos políticos para los cargos electivos. Para las elecciones presidenciales de 2007, no existía reglamentación que prohibiera el financiamiento de los partidos por parte de entes privados, aunque sí se establecía, según la Ley 26.215, promulgada ese mismo año, un límite a los recursos privados.

Cabe mencionar que la Ley 26.215 (artículo 43) establecía la asignación de espacios en los medios de comunicación como competencia del Estado: “El Estado otorgará

<sup>18</sup> En 2016, el gobierno de Mauricio Macri impulsó una reforma electoral que incluía entre sus puntos la boleta electrónica (aplicada hasta entonces sólo en las elecciones locales de la ciudad de Buenos Aires y la provincia de Salta). El proyecto fue aprobado, en la Cámara de Diputados, con algunas modificaciones respecto del original. Pero luego, en el Senado, el proyecto naufragó, siendo postergado sin fecha determinada de tratamiento.

a los partidos o alianzas que oficialicen candidaturas, espacios en los medios de radiodifusión, para la transmisión de sus mensajes de campaña". Las 500 horas de radiodifusión televisiva asignadas eran divididas de forma equitativa en un 50% entre las coaliciones o alianzas que oficializaban candidaturas, mientras que el 50% restante de horas se distribuía de forma proporcional a la cantidad de votos obtenidos por cada alianza o coalición en las elecciones de diputados nacionales previas a los comicios presidenciales, y cuyo piso mínimo hubiera sido del 1% del padrón electoral. Sin embargo, ésta y otras reglamentaciones previas no definían límites a la cantidad de tiempo que podía comprarse de modo privado y complementario en la televisión con fines de campaña electoral. Como resultado, los avisos o *spots* pagos fuera de ese tiempo regulado devinieron uno de los más significativos gastos de campaña para los partidos desde la redemocratización (D'Alessandro, 2017).

La campaña de 2011 se celebró, en cambio, bajo otro marco legal. En diciembre de 2009, se sancionó la ley de Partidos Políticos (26.571), llamada "Ley de democratización de la representación política, la transparencia y la equidad electoral". La modificación legal de 2009 implicó un cambio en la forma de presentación a elecciones por parte de los partidos.

Por un lado, estableciendo un piso mínimo de votos (1,5%) en las elecciones "Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias" (PASO) para poder competir luego en las elecciones generales. Es decir, se inauguraba y oficializaba una instancia previa a las elecciones generales, que hasta entonces había quedado supeditada a la voluntad de los partidos de realizar esos comicios y de modo interno. Al menos en teoría según el texto de la ley, se le asignaba a las PASO la función de definir por votación, para cada partido o frente electoral, cuáles serían los candidatos habilitados para presentarse luego, es decir, concibiendo una competencia interna dentro de cada frente en la instancia de las PASO, pero de modo abierto y obligatorio (todos los ciudadanos participaban de un mismo comicio en el que se ofertaban las distintas precandidaturas de cada frente, todas juntas).

Para la campaña electoral, que es el punto directamente relacionado con nuestro propio análisis, la ley habilitaba el inicio de la publicidad electoral audiovisual recién veinte días antes de la fecha de las elecciones primarias, mientras que, luego, para las elecciones generales, la campaña electoral comenzaba 35 días antes de los comicios, debiendo finalizar 48 horas antes.

Los espacios de publicidad electoral en la televisión y las emisoras de radiodifusión eran asignados por sorteo público y la distribución estaría a cargo, exclusivamente, de la Dirección Nacional Electoral del Ministerio del Interior (en porcentajes similares a la ley anteriormente vigente, 50% equitativo y 50% proporcional al voto obtenido en elecciones previas), no pudiendo comprarse más tiempo de exhibición de *spots* más allá de las 600 horas reguladas por la ley y distribuidas desde el Estado. En cuanto al tiempo otorgado a cada partido, la ley obligaba a todas las emisoras a ceder el diez por ciento (10%) del tiempo total de su programación para la transmisión de los *spots* de publicidad electoral.

Y la franja horaria para la distribución de los horarios (entre las 7 AM y la 1 AM), y la ubicación de los *spots* en los distintos medios se definían también por sorteo público, con el fin de un reparto equitativo. La ley garantizaba para todas las agrupaciones que oficializaran listas de candidatos la rotación en todos los horarios y la transmisión de sus *spots* al menos dos veces por semana en horario central en las distintas emisoras. De este modo, se producía cierta igualdad entre los partidos o frentes en las condiciones de acceso al espacio de tiempo de aire en televisión y radio, aunque la disparidad seguía advirtiéndose en la calidad de las piezas, cuya producción estaba a cargo de cada fuerza política (D'Alessandro, 2017).

En cuanto al financiamiento, el 50% del aporte estatal a los partidos políticos para sus campañas electorales se distribuía de modo igualitario. Y se prohibían las donaciones de personas jurídicas y contribuciones anónimas, mientras que los aportes privados tendrían límites en los montos. Al igual que en Brasil, el contenido de la ley no frenaba, en la práctica, la existencia de donaciones no declaradas o incluso la llegada de donaciones de empresas disfrazadas como de individuos (integrantes de los directorios o de su planta de empleados).

#### Análisis de los spots de campaña de Cristina Fernández de Kirchner en 2007 y 2011

El análisis de los *spots* televisivos para las elecciones presidenciales de los años 2007 y 2011 permite reflexionar sobre el modo en que los contextos históricos fueron incidiendo sobre los contenidos y mensajes emitidos durante las campañas que correspondieron a cada año, y específicamente sobre el lugar visual asignado al colectivo militante oficialista en cada una de esas coyunturas, entre las cuales se produjo la implementación de la Ley de las PASO, la muerte de Néstor Kirchner y la aparición pública y crecimiento de la agrupación La Cámpora, y otras organizaciones militantes menores con una marcada composición juvenil.

En comparación, se puede notar un cambio entre los *spots* emitidos en 2007 y los de 2011, en términos del estilo, la estética y el contenido. Frente a la escasa presencia del colectivo militante en 2007, éste se vuelve una constante en los *spots* del Frente para la Victoria (FPV) en 2011. No se advierten, en cambio, diferencias, en 2011, en la importancia del rol de este colectivo en los *spots* emitidos ante las elecciones primarias y, posteriormente, de cara a las elecciones generales.

#### 2007

En el 2007, el Frente para la Victoria (FPV) se presenta a elecciones con una fórmula concertacionista, que combinaba a los dos partidos históricos, el peronismo y el

radicalismo (o, al menos, a una parte de los mismos)<sup>19</sup>: Cristina Fernández de Kirchner como presidente y Julio Cobos como vicepresidente.

En los once *spots* analizados se puede observar que el FPV casi no incorpora visualmente al colectivo militante. Lo que sí aparece es la alusión a un pasado reciente que tiene un antes y un después de 2003 (inicio del mandato de Néstor Kirchner).

A modo de ejemplo, en el *spot* “¿Qué es el FMI?” se resalta la crisis de 2001 y cómo ésta ha quedado en el olvido. En otro *spot* (“Abuelo”), un hombre mayor habla de la importancia de votar, comparando el presente con épocas en las cuales no se podía sufragar, debido a la interrupción del orden democrático. La pieza “Recuperar la dignidad del trabajo” hace referencia, por su parte, a la inclusión laboral y las oportunidades de trabajo generadas por el gobierno de Kirchner. En ninguna de estas publicidades aparece representado visual o simbólicamente, ni siquiera de forma incipiente, el colectivo militante oficialista, sino que, más bien, se apela a mostrar ciudadanos comunes y cómo sus respectivas vidas cambiaron a lo largo del gobierno kirchnerista. En esta línea, se puede observar que tampoco hay menciones partidarias, ya que el *slogan* final es “Cristina, Cobos y vos”, sin presencia ni proyección de algún símbolo o sello, ni del FPV, ni del PJ, ni de la UCR. Y ese *slogan* se complementa con otro, a lo largo de las piezas, que sugiere una línea de continuidad, pero también una imagen de un proyecto inconcluso, aunque sin especificar qué se planifica para completarlo: “Sabemos lo que falta, sabemos cómo hacerlo”.

En el *spot* “La Concertación”, un tanto diferente en términos estéticos a los demás, se hace alusión a la confluencia a partir de que “cada uno ponga lo mejor que tiene”, llamando a la unión de “todos” con imágenes de figuras emblemáticas tanto del radicalismo (Balbín, Frondizi, Illia etc.) como del peronismo (Evita, Perón) –algo que se repite en el *spot* “Imágenes históricas, peronistas/radicales. Cristina, Cobos y vos”– o bien llamando a la concertación entre diferentes sectores (trabajadores, empresarios, campo, industria). En esta pieza, sí se muestran algunas imágenes, a la par de las de los dirigentes históricos mencionados, de multitudes en actos electorales o de gobierno. La intensidad y sistematicidad que cobrarán las mismas para 2011, sin embargo, es notablemente contrastante.

## 2011

A partir de la observación de 27 *spots* emitidos antes y después de las PASO, es posible identificar un patrón generalizado en los mismos: se traza una línea de continuidad entre el gobierno de Néstor Kirchner y el primer mandato de CFK, pero afirmando al

<sup>19</sup> Es importante aclarar que otras fórmulas presidenciales en 2007 también incluían en sus candidaturas –o en su electorado– al peronismo y al radicalismo. Es el caso de E. Carrió, que venía recibiendo votos provenientes del radicalismo, y que había sumado algunas líneas peronistas dentro de su partido, la Coalición Cívica. También, de R. Lavagna, en cuyo frente electoral, Una Nación Avanzada (UNA), coexistían dirigentes y redes peronistas y radicales. Y de A. Rodríguez Saa, que representaba a peronistas opositores al gobierno.

segundo como una fase superadora. Algunos de los *spots* están relacionados con los planes y las políticas públicas de inclusión social impulsados por el gobierno, como el Plan de Primera Vivienda y el Plan Trabajar, y se observa un énfasis en los logros en la educación y la política científica<sup>20</sup>.

Todos los *spots*, asimismo, hacen alusiones a las conquistas, victorias y valores sobre las que la candidata procura apoyarse. Ahora bien, a diferencia de 2007, en 2011 esas victorias o logros se perfilan recurrentemente como personificados en figuras de militantes. Las categorías que la voz en *off* va nombrando –madres, jóvenes etc.– son representadas visualmente por militantes marchando en movilizaciones, caminando hacia un acto político, cantando, agitando sus brazos, llorando emocionados, saludando a CFK, apoyándola activamente. Cada *spot* parece apelar, así, a una identidad, a través de un colectivo determinado y movilizado. Ello puede percibirse, por ejemplo, en el *spot* “La fuerza de los jóvenes”, en la que éstos no son individuos aislados, sino jóvenes movilizados en distintas proyecciones de actos políticos, que agitan banderas, cantan, y que portan una identidad política y militante.

Hay que destacar que, en el análisis del colectivo militante, no se advierte un contraste marcado entre los *spots* emitidos antes de las PASO y después de las PASO, de cara a las elecciones generales. Lo que sí cambia de unos a otros es la leyenda presente en los carteles que pueblan las imágenes: de “Fuerza Cristina” pasan a decir “Fuerza Argentina”. Varios *spots* de 2011, por otro lado, apelan a lo emocional, con valores como el amor (*spot* “La Fuerza del Amor”), o mismo refiriéndose a Néstor Kirchner como una suerte de guardián de la nación, como sucede en el *spot* “La Fuerza de Él”.

Mientras que, en 2007, los *spots* formulaban una comparación con el pasado (recordando la crisis del 2001, la gravitación del FMI sobre la política económica, el desempleo, la imposibilidad de votar durante los gobiernos de facto), en el 2011 no hay tanto una comparación entre períodos sino un discurso emocional de ponderación de lo realizado durante los ocho años de gobiernos kirchneristas. Y, a través de distintos recursos visuales, se sugiere una suerte de inmortalidad simbólica de Kirchner, y el engrandecimiento de CFK. La sucesión de historias particulares que van integrándose en una épica común y la virtual ausencia de menciones a su nuevo compañero de fórmula, Amado Boudou (salvo en los zócalos del final) acaban por volcar el peso visual en la figura de CFK. Pero, esta vez, a diferencia de 2007, el énfasis también está puesto en el vínculo

---

<sup>20</sup> Uno de esos *spots*, “La fuerza de Cecilia”, suscitó polémica después de su emisión. La voz en *off* de la investigadora decía que había tenido que dejar el país en 2002 (en plena crisis económica), cuando consiguió una beca en Alemania. Y se refería a la “fuga de cerebros” que había sufrido el país. Luego, en el 2009, seguía Cecilia, la embajada argentina había convocado a los científicos argentinos que vivían en el exterior, ante lo cual vino “a trabajar a la universidad pública para devolverle a mi gente todo lo que hizo por mí”. Sin embargo, días después de su emisión, algunos medios reprodujeron datos oficiales del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), que mostraban que la investigadora había tenido una beca exclusiva financiada por ese organismo argentino entre 2002 y 2007, realizando estancias de investigación en Alemania durante todo el período. Y que recién se había instalado formalmente en Alemania en 2007, durante los propios gobiernos kirchneristas.

de la candidata con el colectivo militante movilizado. Éste último está representado, entonces, de modo constante en los *spots*, a través de sus acciones típicas: movilizaciones, actos, saludos a la candidata, agite. Incluso en la frase que atraviesa la campaña “La fuerza de un país, de un pueblo, la fuerza de 40 millones de argentinos”: la imagen que acompaña ese mensaje no es la de personas comunes en distintos lugares del país, como en otras propagandas o *spots*, sino la de una multitud militante, que escenifica un acto político.

La representación visual de la militancia en los *spots* de 2011 llega incluso a mostrar explícitamente a organizaciones específicas dentro de ese colectivo de sustentación activa, como La Cámpora, exhibiendo sus banderas y camisetas. En 2011, uno de los *spots* podra ser interpretado como un resumen de toda la campaña televisiva de CFK de ese año. El *spot* “Fuerza Argentina. Cristina Fernández de Kirchner Presidenta 2011” es tal vez el más paradigmático del contraste con la campaña de 2007. La pieza ya comienza con aplausos y ovaciones de un acto implícito, dado que no se muestran imágenes, sino sólo el sonido. Luego, aparece, entre la multitud en la calle, Victoria Montenegro, nieta recuperada por las Abuelas de Plaza de Mayo<sup>21</sup>. Su figura, en colores, y quieta entre personas en blanco y negro, que caminan, comienza a sonreír y mirar a la camara. Y no es la figura de cualquier nieta recuperado, sino la de alguien involucrada en un respaldo activo al gobierno, dado que Montenegro es militante de la corriente Kolina<sup>22</sup>. La voz en *off* de CFK señala: “me gusta ver que los jóvenes se hagan respetar”, mientras la imagen que ilustra estas palabras es la de grupos de jóvenes militantes en la calle, agitando y cantando. Más adelante, las “amas de casa” que la misma voz menciona tampoco son amas de casa comunes en sus hogares, sino que se las ve movilizadas, en un acto o manifestación, aclamando, agitando. Cuando CFK sostiene que mira “a un argentino o argentina a los ojos”, el *spot* muestra a una mujer emocionada, abrigada con una bandera, en un acto político. Y luego, se muestra a un joven vestido con una remera de la Cámpora. En otros términos, los “argentinos”, los “jóvenes” y demás categorías sociales a los que está refiriéndose la candidata aparecen ilustrados, representados o ilustrados por militantes oficialistas. Los últimos segundos del *spot*, en los que cada categoría acaba confluyendo en la frase “la fuerza de un país”, potencian elocuentemente el simbolismo: se trata del país movilizado, de la militancia activa.

Un elemento que da cuenta de la importancia dada en los *spots* de 2011 al colectivo militante kirchnerista es el momento final de cada uno de los *spots*. Tanto en las piezas de cara a las PASO como para las elecciones generales, los segundos finales reflejan imágenes de multitudes agitando banderas y, reflejando con ellas, una identidad clara y consolidada.

---

<sup>21</sup> Abuelas de Plaza de Mayo es una organización creada en 1977 con el fin de localizar y restituir a sus auténticas familias a los nietos desaparecidos (secuestrados o bien nacidos en cautiverio) en la última dictadura militar.

<sup>22</sup> Kolina fue fundada en 2010 y es liderada por Alicia Kirchner, hermana del ex presidente, ministra de Desarrollo Social durante los gobiernos kirchneristas y, desde 2015, gobernadora de la provincia de Santa Cruz. Ha tenido un importante acceso al Estado, especialmente en el Ministerio de Desarrollo Social y en asambleas legislativas.

Si bien cada *spot* cuenta algo diferente, todos cierran con una operación similar de sentido: exhibir la parte representando al todo. Las frases “La Fuerza de un Pueblo” y “La Fuerza de un País” son ilustradas por (y reducidas a) una multitud de militantes movilizada frente a CFK (quien está de espaldas) agitando banderas argentinas.

## Brasil

### Legislación y reglas

Al igual que en Argentina, el sistema electoral brasileño para las elecciones de presidente y vicepresidente era, en 2010 y 2014, mayoritario, con elecciones directas y un sistema de segunda vuelta.

Los cargos también duran cuatro años, con posibilidad de una reelección. La diferencia radica en el sistema de votación, que es digitalizado en Brasil, y en el carácter de las listas para las elecciones legislativas: lista abierta o nominal, mediante la cual el votante puede escoger un candidato específico, a través del marcado de un código en la máquina de votación luego del número correspondiente a la coalición, o bien, puede limitarse a formular un *voto na legenda*, sin definir luego un candidato específico, sino eligiendo a toda la coalición o partido. Tal como afirma Nicolau, las campañas están pobladas comúnmente de conflictos intracoaliciones, una hiperpersonalización y, también, una hiperfragmentación partidaria (Nicolau, 2015), algo que no sólo afecta a las elecciones legislativas sino también a la elección presidencial simultánea.

Otros dos problemas derivados del diseño institucional electoral brasileño que han motivado diferentes propuestas de reforma (Fleischer, 2005) son las muy frecuentes fugas partidarias y de bloque (desafiliación y afiliación a nuevos partidos por parte de la dirigencia política, así como cambios radicales y repentinos entre los bloques partidarios en el Congreso), y la cuestión del financiamiento privado paralelo (oculto en las rendiciones de cuentas) o “*Caixa 2*”, que no ha cesado de crecer en el marco del sistema de financiamiento mixto (público y privado) de campañas.

La propaganda electoral en televisión, por su parte, está regulada por dos leyes, la 9096/1995, o Ley de los Partidos Políticos, y la 9504/1997, o Ley de las Elecciones. La Ley de los Partidos establece el Fondo Partidario, cuya principal fuente de recursos sale del presupuesto nacional, y que es repartido mensualmente a los partidos (5% en partes iguales y 95% según los votos obtenidos en la última elección de diputados nacionales). Luego, son los partidos los que definen cuánto de esos fondos usarán para la campaña o para fines internos y los que, a través de sus directorios nacionales, distribuyen parte de esos recursos a sus órganos estatales y municipales. Mancuso (2015) sostiene que la relevancia del fondo partidario para las campañas electorales es pequeña, representando aproximadamente un 5% de lo que los partidos reciben de empresas, por ejemplo.

La Ley de las Elecciones prohíbe la propaganda paga en la radio y la televisión, y determina la reserva de espacio en ambas para la propaganda gratuita (a cambio de compensaciones fiscales para esas emisoras). Así, como en Argentina a partir de la ley de las PASO, el Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral o HGPE en Brasil garantiza un espacio a todos los partidos para informar sus propuestas. Pero como elemento particular del caso brasileño, Borba (2012) identifica dos fuentes distintas del horario gratuito: la propaganda electoral transmitida en bloques (“programa electoral”, que en el caso del PT en 2010 y 2014 fue aproximadamente de 10 u 11 minutos de duración) y las “inserciones” comerciales o *spots* (piezas de 30 segundos, que podían ser divididas en dos unidades de 15 segundos o sumarse entre sí en una de un minuto)<sup>23</sup>. Tanto el espacio para la propaganda electoral en bloques como para las inserciones se distribuye entre los partidos o coaliciones: 1/3 es dividido en partes iguales entre todos y los 2/3 restantes, de acuerdo al tamaño de las bancadas parlamentarias (Borba, 2012). El Tribunal Superior Electoral (TSE) establece limitaciones de ubicación y de contenido a la propaganda electoral, especialmente para el caso de los *spots*: sortea el día y bloque horario de emisión (hay cuatro por día) –el horario exacto de transmisión dentro de cada bloque es, en cambio, definido autónomamente por las emisoras– y restringe, como ya ha sido mencionado en la introducción de este artículo, su contenido. En adelante, utilizaremos la sigla HGPE para referirnos sólo a los programas en bloque.

Aunque la capacidad de influencia sobre la decisión del voto por parte de la propaganda electoral televisiva regulada es materia de discusión<sup>24</sup>, dos datos dan cuenta de su importancia como fuente de información en la campaña. Por un lado, el altísimo nivel (90%) de acceso de los hogares a la TV, similar a EEUU (Borba, 2008). Y, por otro, los elevados índices de audiencia del HGPE: en 2010, 53% afirmó haberlo visto para el primer turno; y 60%, para el segundo (Dias, 2013).

#### Análisis HGPE de Dilma Rousseff en 2010 y 2014

A diferencia del caso argentino, en Brasil, ambas campañas de televisión, 2010 y 2014, asignan un espacio del HGPE a la proyección de imágenes de los apoyos de la militancia y la movilización orgánica en actos políticos (*comícios*). Sin embargo, es la campaña por la reelección de Dilma, en 2014, la que resalta más ese elemento y le dedica más tiempo. E incluso incorpora un segundo modo de representación de la militancia, a

---

<sup>23</sup> Albuquerque (2005) considera que estos dos formatos diferenciados, los programas en bloque y las inserciones, dan lugar a dos tipos distintos de estrategia de campaña: uno más periodístico, que se renueva diariamente en los programas, y otro más publicitario, que repite puntualmente un mensaje en los *spots*.

<sup>24</sup> Para Telles y Pires (2013), el HGPE es capaz de influir sobre la intención de voto, activando o consolidando disposiciones previas, y opera como principal fuente de información para el elector común. El HGPE consolidaría el voto de los fieles y captaría la atención de indecisos. Veiga (2002), por su parte, sostiene que el HGPE es visto por el electorado como importante fuente de información, pero que sólo le da argumentos al votante para sus conversaciones cotidianas, que es donde se cristalizan las opiniones.

través de la alusión a la trayectoria de Rousseff como militante juvenil en la lucha contra la dictadura (1964-1985).

## 2010

En términos de duración, los segmentos dedicados al colectivo militante son más cortos que lo que se advertirá en 2014, no superando, en general, el 10% de la duración total de cada programa (variando entre siete segundos y un minuto). Con respecto a la frecuencia y ubicación dentro del HGPE, entre la campaña para el primer y segundo turno electoral, se advierte un aumento y mayor disseminación de las imágenes del colectivo militante a lo largo de cada programa<sup>25</sup>. Estos segmentos se caracterizan por una música acelerada e intensa, similar a una samba, y por una voz en *off* que presenta, paralelamente, resultados de encuestas de opinión pública, mostrando el ascenso de la intención de voto de Dilma<sup>26</sup>, mientras que la imagen de fondo está constituida por actos militantes de campaña (con referencias a la ciudad en la que se realizaron)<sup>27</sup>. El sonido agregado (editado) que acompaña el segmento incluye ovaciones.

Tanto en 2010 como en 2014, en este modo de representación visual del colectivo militante predominan imágenes de banderas flameando (blancas y rojas, con la inscripción "Dilma 13", o similares, y en algunos casos, propias de las organizaciones presentes) y vestimenta roja, denotando una presencia aplastante de militancia organizada. La candidata es enfocada de frente o de espaldas mirando al público, y saludando de modo general o acercándose individualmente a militantes parados detrás de vallas. Y se reproducen pequeños fragmentos de discursos, tanto de Dilma como de Lula, en estos actos. En algunos casos, además, sobre todo en el último tramo de la campaña, se apela al recurso de presentar algunos testimonios de esos militantes en los alrededores del acto<sup>28</sup>. No obstante, lo que predomina de modo abrumador en el HGPE de 2010 no son estos testimonios, sino los de personas "comunes", con nombre y apellido, entrevistadas en sus casas o lugar de trabajo, sobre todo beneficiarios de programas sociales o políticas públicas del gobierno de Lula, que van contando cómo sus vidas fueron transformadas.

<sup>25</sup> En menos de un cuarto de los programas del primer turno, los segmentos representativos de la militancia aparecían intercalados en varios momentos del programa. En el segundo turno, ello ya ocurría en la mitad de los programas, exhibiendo entonces una mayor presencia y más recurrente de la imagen del colectivo militante.

<sup>26</sup> Analizando la campaña de 2010 en Brasil, Cervi, Massuchin y Tavares (2012) denominan este tipo de operación como "metacampaña", es decir, mensajes que se constituyen a partir de informaciones sobre la campaña en sí.

<sup>27</sup> Telles y Pires (2013) sostienen que, en algunos casos, como la convención del PT del 13/06/2010 (oficialización de la candidatura de Dilma), es posible que los eventos hayan sido escenificados y preparados ya para la TV.

<sup>28</sup> A modo de ejemplo, en el programa del 15/10/2010, se escuchan voces de testimonios militantes: "Dilma va a ser la gran guerrera", "nadie aquí es bobo, queremos a Dilma, vamos con Dilma", o "Estoy con Dilma y no desisto".

## 2014

Este mismo modo, recién descrito, de aludir a la militancia –a través de filmaciones de actos de campaña (cerrados, en predios abiertos o incluso en la calle), con tomas de multitudes, banderas, cantos y del público militante mismo– está presente en 2014 y con mayor relevancia.

Ese año, no sólo los segmentos dedicados al colectivo militante duran más (en la segunda mitad de la campaña, por ejemplo, representan más de un cuarto del contenido de cada programa, y hacia el final del segundo turno, más de la mitad del mismo), sino que, además, adquieren otro carácter. En vez de funcionar como imagen de fondo para la presentación de encuestas de opinión sobre el ascenso de la candidata en intención de voto (es decir, el énfasis en el potencial apoyo del electorado anónimo), como sucedía en 2010, ahora son el marco del anuncio, por parte de la voz en *off*, de apoyos más orgánicos o colectivos que va acumulando la candidata. Gobernadores, senadores, diputados electos (después del primer turno), centrales sindicales y sindicatos, organizaciones de juventud, organizaciones que impulsan la reforma política, artistas organizados y dirigentes de otros partidos fuera de la coalición electoral van siendo mencionados como adherentes a la candidatura de Dilma<sup>29</sup>. El HGPE de 2014 pone, entonces, un énfasis mayor en ir mostrando la acumulación, a lo largo de la campaña, de apoyos “orgánicos”, y hasta un colectivo adherente al que la voz en *off* del locutor alude reiteradamente como “el Brasil que se moviliza” o “que lucha por más empleos, más salarios, por la reforma política...”, mientras se exhiben actos militantes en la calle o en predios cerrados.

Pero, además, el HGPE de 2014 introduce un modo particular y novedoso, respecto de 2010 y también respecto del caso argentino, de representación visual de la militancia, a través de la alusión a y ponderación de la trayectoria militante de Rousseff en su propia juventud durante la dictadura militar.

Aunque la actuación de Dilma Rousseff como militante juvenil en organizaciones armadas –primero, en la organización *Política Operária* (Polop), y luego en el *Comando de Libertação Nacional* (Colina), redenominado *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares* (VAR-Palmares)– fue motivo de una vasta cobertura en la prensa gráfica y en los canales de TV en 2010, a menudo en formato de denuncia y crítica, el HGPE de Dilma en esa ocasión se hace escaso o nulo eco de aquella controversia, y elude referencias a la misma. En relación con este punto, es notable lo sucedido con la presentación de la biografía de Rousseff en los programas del HGPE de 2010. Un segmento incluido en la gran mayoría (dos tercios) de los programas electorales del primer turno se compone de una suerte de biografía de la candidata, con una sucesión cronológica de fotos en blanco y negro

---

<sup>29</sup> A diferencia de la campaña de 2010, que mostraba frecuentemente resultados de encuestas, el HGPE de 2014 presentó cifras de intención de voto recién hacia el final del primer turno (programa 35°, 27/09/14, a ocho días de la elección) y también del segundo (programa 64°, del 21/10, a menos de una semana de la contienda).

acompañadas del relato de un locutor como voz en *off* y textos, presentando hitos de su vida. Ahora bien, a excepción de los dos programas iniciales del HGPE (1° y 2°<sup>30</sup>, del 17/08/10), que incluyen referencias en esa biografía a su etapa como militante política durante la dictadura y su detención<sup>31</sup>, en el resto de los programas (22), esta biografía quedará acotada a su carrera en la función pública, suprimiéndose toda referencia a su militancia armada, a la dictadura o a su detención<sup>32</sup>. Es decir, aunque durante el período de campaña, la participación juvenil de Dilma en organizaciones armadas será un tema recurrente en la cobertura de los medios (Ângelo, 2012; Fernandes, 2012; Gouvêa, 2014), el HGPE tiende a omitir ese aspecto de la trayectoria de la candidata<sup>33</sup>.

En 2014, en cambio, el HGPE de Dilma toma esa trayectoria militante (e incluso su detención), la despoja de la negatividad que la prensa le dio en 2010 y la reviste de un carácter épico, convirtiendo a Dilma en heroína y protagonista de la resistencia contra la dictadura militar, con un *slogan* que sintetiza esa operación simbólica: "Dilma corazón valiente"<sup>34</sup>.

La ponderación del pasado militante de Dilma durante la dictadura se efectúa en 2014 a través de la utilización de distintos recursos. En primer lugar, con dos fotos representativas de ese período (ver Anexos). Desde el primer programa electoral, y de modo reiterado en gran parte de los siguientes, el *jingle* "Dilma Corazón Valiente", que se vale de imágenes de gente común escuchándolo en su casa, camino al trabajo etc., así como de *selfies* que la candidata se toma con adherentes, y de momentos de actos de campaña, exhibe, al llegar a su fin, dos fotos que retratan crudamente aquella etapa juvenil de Rousseff como militante y como presa política.

<sup>30</sup> En ese segundo programa, también hay una referencia, más breve, a la trayectoria militante de Lula que menciona su detención durante la dictadura y lo describe como fundador del PT.

<sup>31</sup> La referencia se formula a través de frases como "Dilma inicia su lucha contra la dictadura, su lucha por un Brasil mejor" o "Dilma enfrentó la dictadura". Pero las fotos que acompañan esta frase no son de ella sino de movilizaciones, de represión policial y de la prisión Tiradentes, donde permaneció detenida. Es decir, no hay ni una sola foto, en todo el HGPE de 2010, de Dilma como militante juvenil o presa política. En 2014, en cambio, esas imágenes tendrían un rol central.

<sup>32</sup> Recién en el segundo turno, en tres de los programas, volvería a hacerse una alusión a la militancia de Dilma durante la dictadura, pero nunca con fotos de ella misma sino de movilizaciones.

<sup>33</sup> Desde un análisis del discurso de Dilma en el HGPE de 2010, aunque tomando sólo uno de los programas (17/10/10), Jucá y Chaves (2015) afirman, de modo similar, que Dilma procuró deshacer la imagen previa que circulaba, de militante armada, redelineando su postura, tono de voz, gestos y expresiones faciales.

<sup>34</sup> Aunque desde un estudio con otro diseño metodológico, basado en el análisis del discurso, y centrado más bien en el modo de construcción de la imagen positiva de Dilma, Trevisol y Perin (2014) sostienen, de modo similar, que en la campaña de 2014 "el pasado de Dilma Rousseff, que remite al hecho de la militancia política, se constituyó como punto interesante para que el equipo de publicitarios trabajara en la campaña. Esos factores, en vez de ocultados, fueron expuestos a favor de la candidata, colocándola como una mujer con garra, fuerte, que lucha a favor del pueblo brasileiro" (Trevisol y Perin, 2014, p. 11). En contraste, Panke (2011) señala cierto uso de la militancia política de Dilma en el HGPE de 2010, en una operación de articulación de los perfiles disímiles de Lula (de origen humilde) y Dilma (sin ese origen) a través de un eje en común: la militancia política. Cabe discutir este argumento tomando en cuenta que la militancia política de Dilma sólo fue mencionada (brevemente) en los programas 1 y 2 de 2010, mientras que fue suprimida, para el resto del HGPE de esa elección, del segmento biográfico en blanco y negro, que, en adelante, como vimos, se limitó a su carrera en la función pública.

La primera es una fotografía suya en blanco y negro a punto de declarar ante un tribunal militar. Allí Dilma aparece seria, casi de perfil, como lista para enfrentar a los hombres que se están tapando la cara para no aparecer en la imagen. Además de acompañar el cierre del jingle "Corazón valiente" en numerosos HGPE de 2014, esa foto es usada en el programa 24° (y en, por lo menos, otros cinco posteriores), en un segmento sobre un encuentro de Dilma en Brasilia con dirigentes de organizaciones juveniles. Allí, sentados todos en el *living* del Planalto, una de las invitadas, la presidenta de la Unión Nacional de Estudiantes (UNE), interviene en la conversación diciéndole a Dilma: "Su figura inspira a la juventud. Cuando vemos aquella fotografía suya en la que le toman declaración en la dictadura [*el HGPE muestra aquí la fotografía de Dilma ante el tribunal*], aquello es un corazón valiente, aquello es el símbolo y es el corazón con el cual nos identificamos".

La segunda foto es una de Dilma después de ser detenida. Una suerte de foto de prontuario, sosteniendo un cartel con un número, que la muestra joven y de anteojos. Esa imagen fue convertida para la campaña de 2014 en un dibujo con su cara en blanco y negro, y la silueta de su pelo y su ropa rellenas con pequeñas fotos de la dictadura (documentos de su detención, escenas de represión, e incluso la foto de la declaración a la que aludimos antes). Ese retrato asume un lugar medular en la campaña oficial y en la estética del HGPE de 2014. Es reproducido en el jingle "Corazón Valiente" y *spots* que lo incluyen. Aparece, asimismo, como gigantografía en la escenografía de actos de campaña proyectados en los programas. También, como imagen detrás de la cual dirigentes y artistas graban su testimonio de apoyo a Dilma. E incluso, como bandera gigante que el público despliega por encima de sus cabezas<sup>35</sup>.

Otros dos recursos que aparecen en el HGPE de 2014 ponderando directa o indirectamente la trayectoria militante de Dilma durante la dictadura son, por un lado, las alusiones a su detención y tortura en discursos de ella misma y de Lula en actos de campaña proyectados en los programas<sup>36</sup>, y, por otro, el uso reiterado del término "lucha" por parte de la candidata en sus apelaciones en el HGPE. Esa palabra, que había estado virtualmente ausente en 2010, y que constituye una alusión implícita a la militancia política, se vuelve un término insistentemente repetido por la candidata en el HGPE 2014<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> En los *spots* argentinos la referencia a la militancia juvenil de los propios dirigentes es escasa e indirecta, en alusión a Néstor Kirchner. En el spot "La fuerza de él", CFK dice en *off* que recuerda "esa raza de políticos, como era Néstor, que, sin medir costos y consecuencias, se lanzaba a la batalla [...] porque tenía ideas, convicciones".

<sup>36</sup> A modo de ejemplo, en un segmento de un acto de campaña que el HGPE reproduce, luego de imitar burlescamente a Aécio Neves, el candidato opositor, Lula le dice a la multitud, exaltado: "¿Quién es esa Dilma? ¡Esa chica que fue presa a los 20 años porque quería democracia en este país! ¿Dónde estaba Aécio cuando Dilma estaba presa luchando por la democracia?". O también, la voz en *off* de Dilma, con imágenes de ella en actos, afirma: "Luché contra la dictadura, vencí a la tortura, vencí al cáncer [*cáncer linfático sufrido en 2009*]".

<sup>37</sup> Por ejemplo, en el programa 41° (segundo turno, 9/10/14), la voz en *off* de Dilma que acompaña imágenes de actos de campaña dice: "La *lucha* continúa. Invito a todos ustedes a que tengan fe en Brasil, que participen de esta *lucha* con nosotros. Una *lucha* que, sin duda, será una vez más, victoriosa, porque es la *lucha* de la mayoría del pueblo brasileiro, porque es la *lucha* de [y nombra diferentes actores sociales]". En el programa 24°, en el encuentro en el *living* del Planalto con los dirigentes juveniles, Dilma les dice: "Nosotros tenemos que tener la capacidad de *luchar*. Si vos tenés la capacidad de *luchar* por lo que creés, una parte del camino

Incluso, en la cobertura del encuentro ya mencionado con dirigentes juveniles (programa 24°), la referencia de Dilma a su propia militancia en la dictadura explicita algo impensable para la campaña de 2010: su extracción política socialista y revolucionaria durante aquel período. En el encuentro, Dilma les dice a sus invitados:

Hay un nivel de creencia que nosotros tenemos en la juventud, que es una cosa que justifica que uno esté en el mundo [...] yo justifico mi presencia en el mundo por aquello en lo que creo. Yo pensaba que la *revolución socialista* dependía de que yo militara 24 horas por día. Y si paraba de militar 24 horas por día, la revolución socialista no se daba. Vos llegabas, te levantabas a la mañana y decías “yo soy un revolucionario. Mañana está todo resuelto” [*risas de los presentes*]. Yo creo que tienen un poco de eso las manifestaciones de junio. Por eso las encontré tan interesantes (el resaltado es nuestro)<sup>38</sup>.

## Conclusiones

A partir de la propuesta en este trabajo de análisis y observación de las cuatro campañas presidenciales de televisión de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) y de Dilma Rousseff (DR) para 2007 y 2011, y 2010 y 2014, respectivamente, se ha realizado una interpretación comparativa doble –diacrónica y entre ambos casos nacionales– en torno a las modalidades de visualización de la militancia oficialista en las campañas de ambas candidatas. En el marco de una investigación más amplia sobre la transformación del vínculo militante, hemos examinado el peso visual y modalidades de representación simbólica de esas bases de sustentación activa de los gobiernos kirchneristas y del PT.

El análisis del material empírico nos permite afirmar que las campañas televisivas de DR y CFK en 2014 y 2011, respectivamente, asignaron un mayor peso visual a la militancia y la movilización orgánica que las anteriores. Dado ese significativo contraste en términos del lugar audiovisual asignado a la militancia oficialista en las campañas de 2007 (Argentina) y 2010 (Brasil), por un lado, y las campañas de 2011 (Argentina) y 2014 (Brasil), por otro, hemos dedicado una mayor atención y espacio del análisis en el artículo a estas últimas dos, con el objetivo de dar cuenta, de modo detallado, de las características específicas con las que hizo aparición allí ese colectivo militante, y cómo se hizo referencia indirectamente al activismo a través de las menciones a la trayectoria de la propia Dilma Rousseff.

---

está hecho. Dependen de vos, depende de vos [*señalando a cada uno*], depende de cada uno de nosotros cambiar el país”.

<sup>38</sup> Cabe aclarar, sin embargo, que este fragmento sería repetido en el HGPE sólo una vez más (programa 25°). En adelante, la cobertura del encuentro volvería a ser incluida en programas posteriores con numerosas alusiones a la militancia y la movilización, pero sin mencionar ya la “revolución socialista” o el carácter “revolucionario”.

Como balance o síntesis del análisis realizado, para el caso argentino, podemos afirmar que, mientras la campaña de 2007 privilegió, de algún modo, exhibir a ciudadanos comunes y el modo en que sus respectivas vidas habían sido transformadas por las políticas del gobierno kirchnerista –estrategia similarmente esbozada en la primera campaña de Dilma en 2010– en 2011, en cambio, los avances de los gobiernos kirchneristas aparecían personificados o representados a través de figuras militantes. A partir de la consigna “la fuerza de...”, el “país” sería ilustrado a través del colectivo militante escenificando un acto de campaña; los “jóvenes” serían jóvenes activistas aclamando y arengándose mutuamente; y las “amas de casa” aparecen ilustradas por mujeres movilizándose y portando iconografía militante.

Como vimos a lo largo del artículo, en Brasil, la proyección de imágenes de actos organizados y apoyos militantes u orgánicos es un elemento presente tanto en 2010 como en 2014. Sin embargo, el salto cualitativo y cuantitativo de este elemento hacia 2014 es contundente. Se les dedica más tiempo a estos segmentos en el HGPE, se los intercala más a lo largo de cada programa y también, en alguna medida, acaban sustituyendo a otros dos recursos que tenían más presencia en 2010: la exhibición de encuestas de opinión y los testimonios de personas “comunes” (por ejemplo, de beneficiarios de programas sociales). Pero, además, el HGPE de 2014 introduce una modalidad específica de representación visual de la militancia que en 2010 había estado virtualmente ausente, y que, en 2014, en cambio, llega a definir la propia línea estética central de la campaña: la ponderación y reivindicación de la trayectoria de Dilma como militante durante la dictadura militar.

A la hora de interpretar el contraste diacrónico planteado, los contextos o coyunturas políticas pueden contribuir a dilucidar los sentidos expresados en esas campañas que optaron por un despliegue visual de la intermediación militante.

Tanto en el caso de CFK para su segunda candidatura en 2011, como en el caso de DR en 2014 ya no era necesario, por supuesto, hacer una campaña orientada a la presentación o introducción de ambas candidatas, como sí había sucedido (aunque más en el caso brasilero que en Argentina) en las campañas anteriores (2007 y 2010). Tras cuatro años de mandato, ambas contaban ya con suficiente nivel de conocimiento en la ciudadanía para apelar a otro enfoque de campaña con vistas a su reelección. Pero, además, cabría situarnos en dos episodios que marcaron, tal vez, un punto de inflexión en el escenario político de cada país, y podrían, por ello, haber sido influyentes en el carácter de las campañas que tendrían lugar sólo un año después: en Argentina, la muerte de Néstor Kirchner en octubre de 2010; y, en Brasil, las movilizaciones de junio de 2013.

En el caso argentino, la muerte de Néstor Kirchner en 2010, cuya jornada de exequias exhibió multitudes de militantes movilizadas (además de ciudadanos no organizados), contribuyó a acelerar el crecimiento sideral de La Cámpora y, en menor proporción, de otras agrupaciones militantes que venían surgiendo o cobrando visibilidad especialmente desde el conflicto entre el gobierno y las entidades agropecuarias en 2008.

La muerte de Kirchner en 2010 inauguraba, de algún modo –y la campaña por la reelección de CFK en 2011 continuaba– un período en el que el kirchnerismo reposicionó a la militancia oficialista ante la opinión pública, asignándole una considerable visibilidad y referencias en los discursos o apelaciones presidenciales a la militancia que no había tenido en 2007. Y ello se materializó o alcanzó un clímax con los denominados Patios Militantes de 2014 y 2015, actos cerrados en los patios de la Casa de gobierno, en los que, más que el consenso popular, lo que parecía mostrarse (por televisión, luego de la cadena nacional de algún acto de gobierno) y ostentarse como propio era un sustento militante, que, de todos modos, aparecía representado como una expresión potenciada del apoyo popular. Es decir, el apoyo popular no se exponía a través de una mera imagen positiva en las encuestas o incluso un caudal electoral, sino desde la imagen de un apoyo comprometido e intenso, y hasta exhibido como distintivo del kirchnerismo. Esta suerte de operación simbólica de “la parte por el todo” se advertía con claridad en los *spots* electorales de 2011. En este sentido, cada uno de los *spots* analizados finalizaba con frases como “La Fuerza de un Pueblo” o “La Fuerza de un País” que se ilustraban con una imagen de una multitud de militantes frente a CFK agitando banderas, ovacionando, saludando a la presidenta. Ese pueblo parecía ser materializado, en el mensaje audiovisual, en el colectivo militante movilizado. Así, se ponía en escena, con un lugar preponderante, a la militancia como actor de la campaña, pero también como expresión del apoyo popular, y eventualmente electoral.

En Brasil, por su parte, la paralelización de “las calles” y “las encuestas” en la campaña televisiva no era una operación idéntica de superposición de la parte y el todo, pero sí insinuaba cierta equivalencia en la sumatoria de ambos tipos de apoyo, sugiriendo la voz en *off* del HGPE que la movilización militante de apoyo a Dilma se traducía en las encuestas de opinión, y viceversa. Por ejemplo, en la afirmación “¡Lo que las encuestas muestran, las calles lo confirman!” (23/10/10), o también, a la inversa, en “Lo que Datafolha [*consultora de opinión pública*] muestra, está en las calles” (27/09/14). Se colocaba, así, en el mismo plano, al potencial electorado anónimo de la candidata con los adherentes movilizados<sup>39</sup>.

En Brasil, la coyuntura a la que deberíamos atender para reflexionar sobre el considerable peso visual de la militancia en la campaña televisiva de 2014 es la de las movilizaciones masivas de 2013. Las llamadas “jornadas de junio” empezaron con un reclamo local contra el aumento del transporte público y fueron multiplicándose hasta volverse masivas, a la par de diversificarse agudamente sus consignas y composición, y transformarse, también, el tipo de cobertura que les iban dando los medios de comunicación masiva. La militancia oficialista, especialmente el PT y la CUT, enfrentaría algunas dificultades para participar de las mismas y para imprimirles una orientación.

---

<sup>39</sup> De todos modos, éste fue un elemento, como vimos, más característico en 2010, cuando la evolución de la intención de voto de Dilma en las encuestas fue informada más temprano y más insistentemente que en 2014.

En cierta forma, la campaña televisiva de DR en 2014 (los programas diarios del HGPE) revelaba –en ocasiones de modo implícito y otras, explícitamente– las repercusiones de las protestas de 2013 para el propio oficialismo. Ello, aunque, como vimos que argumentaba Castro (2016), la alusión a las manifestaciones de 2013 no haya tenido peso cuantitativo predominante en el HGPE en comparación con otros temas. A modo de ejemplo de esas repercusiones o coletazos, en el primer programa del segundo turno de la campaña, Dilma declaraba “entendí el mensaje de las calles y de las urnas”, y luego expresaba la necesidad de perfeccionar y profundizar sus políticas de gobierno. En otros programas, se aludía tácitamente a las movilizaciones de 2013, con imágenes de las mismas y una voz en *off* diciendo “en los últimos años viste muchas cosas suceder en Brasil”, para luego referirse a otras que “sucedieron sin que las percibieras” (presentando una sucesión de medidas del gobierno y avances sociales). En este tipo de ejemplos, la alusión de la campaña a las manifestaciones de 2013 parecía reconocer, de algún modo, el golpe que habían constituido para el gobierno y para el propio PT, que, luego de décadas de protagonizar la movilización callejera, había quedado expuesto como un destinatario (aunque indirecto aún, a diferencia de las movilizaciones posteriores de 2015 y 2016) del reclamo masivo. Pero, además, el HGPE de 2014, como vimos, incluyó referencias a las protestas de 2013 en lo que pareció una reelaboración posterior del significado de las mismas. Los fragmentos, analizados en este artículo, del encuentro de la presidenta con dirigentes juveniles en el Planalto, repetidos en varios programas, presentaban a las organizaciones presentes como “movimientos de jóvenes que fueron a las calles en las manifestaciones de junio, para defender más avances”. Con ello, se asimilaba a las manifestaciones como un impulso al gobierno para seguir avanzando más que como impugnación de los deficientes servicios públicos (transporte, salud etc.); se procuraba una asociación con las mismas; y hasta se produjo una suerte de resignificación del rol que en ellas había tenido la militancia oficialista, insertándola retroactivamente en un lugar más protagónico.

Las coyunturas mencionadas resultan más que sugerentes para poder pensar por qué y a través de qué modalidades las campañas televisivas de 2011 en Argentina y 2014 en Brasil representaban visualmente de manera recurrente a la militancia y el activismo.

*Dolores Rocca Rivarola* – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Universidad de Buenos Aires (UBA), Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG). E-mail: <doloresrocca@gmail.com>.

*Nicole Marina Moscovich* – Universidad de Buenos Aires Institución (UBA)/Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES). E-mail: <nicolemoscovich@gmail.com>.

### Referencias bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. "Aqui você vê a verdade na tevê: a propaganda política na televisão". Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação II, Niterói, 1999.

\_\_\_\_\_. "Advertising ou propaganda? O audiovisual político brasileiro numa perspectiva comparativa". *Alceu*, vol. 5, nº 10, p. 215-227, 2005.

ÂNGELO, V. A. "Mídia e eleições: notas sobre a cobertura jornalística da campanha presidencial de 2010 no Brasil". *Anais do 8º Encontro da ABCP*, Gramado, RS, 2012.

ANNUNZIATA, R. ¿Hacia un nuevo modelo de lazo representativo? La representación de proximidad en las campañas electorales de 2009 y 2011 en Argentina. In: CHERESKY, I.; ANNUNZIATA, R. (comp.). *Sin programa, sin promesa. Liderazgos y procesos electorales en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, p. 45-87, 2012.

AQUINO, Z. G. O.; LUQUES, S. U. "Propaganda político-eleitoral – Um discurso em busca de legitimidade". *Linha d'Água*, vol. 2, nº 25, p. 131-145, 2012.

ARIAS, M. F. "Liderazgo carismático y el ascenso de Menem a la presidencia de la nación en 1989". *Colección*, vol. 3, p. 31-35, 1996.

BACHINI, N. "As cibercampanhas no Brasil: uma análise dos Twitters de Dilma, Serra e Marina em 2010". *Ponto-e-vírgula*, vol. 12, p. 135-164, 2013.

BARTOLOMEU, T. C.; LUDOVICE, C. A. B. "As relações dialógicas na primeira propaganda eleitoral de Dilma Rousseff em 2014". In: LUDOVICE, C. A. B.; FERREIRA, F. A.; PERAMBUCO, J. (orgs.). *Anais do VI Selinfran, Seminário de pesquisa em linguística da Unifran "Linguística do texto e do discurso: movimentos do sentido"*. São Paulo: Universidade de Franca, 2015.

BORBA, F. "A influência das campanhas nas eleições presidenciais. O papel da mídia". *Civitas*, vol. 2, nº 2, p. 300-322, 2008.

\_\_\_\_\_. "O uso estratégico das inserções nas eleições presidenciais brasileiras". *Revista Compolítica*, vol. 2, nº 2, p. 94-120, 2012.

BRADER, T. "Striking a responsive chord: how political ads motivate and persuade voters by appealing to emotions". *American Journal of Political Science*, vol. 49, nº 2, p. 388-405, 2005.

CARVALHO, L. B. "Construção da imagem e mediatização: estudo das imagens de Lula nas campanhas presidenciais". Trabalho de conclusão de curso. Habilitação em Relações Públicas. Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, F. E. "As manifestações brasileiras de 2013 sob a ótica do HGPE dos candidatos a presidente do Brasil em 2014". Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. "Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010". *Revista Debates*, vol. 6, nº 1, p. 237-261, 2012.

CHERESKY, I. Los desafíos democráticos en América Latina en los albores del siglo XXI. In: CHERESKY, I. (comp.). *Elecciones presidenciales y giro político en América Latina*. Buenos Aires: Manantial, p. 19-49, 2007.

CINGOLANI, G.; FERNÁNDEZ, M. "Televisión y política: espacio público, puestas en escena y regímenes de visibilidad". *Oficios Terrestres*, año XVI, nº 25, p. 37-49, 2010.

D'ALESSANDRO, M. "¿Qué es la personalización de la política? Algunos hallazgos en los medios gráficos, 1983-1995". *Revista Argentina de Ciencia Política*, Buenos Aires, nº 7-8, p. 73-93, 2004.

\_\_\_\_\_. Political advertising in Argentina. In: HOLTZ-BACHA, C.; JUST, M. R. (eds.). *Routledge handbook of political advertising*. New York: Routledge, p. 75-86, 2017.

DIAS, M. R. "Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010)". *Opinião Pública*, vol. 19, nº 1, p. 198-219, 2013.

FERNANDES, C. M. "As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro". *Aurora, Revista de Arte, Mídia e Política*, vol. 5, nº 14, p. 69-85, 2012.

FERNANDES, C. M., et al. "Campanha permanente de Dilma Rousseff: uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais". *Mediações Sociais*, nº 15, p. 81-100, 2016.

FLEISCHER, D. Análise político das perspectivas da reforma política no Brasil, 2005-2006. In: FLEISCHER, D., et al. (orgs.). *Reforma política: agora vai?* Cadernos Adenauer, vol. VI, nº 2, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 13-38, set. 2005. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/9796-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

FREITAS, V. G. "Imagens de mulher e agenda de gênero na reta final da campanha da primeira presidenta do Brasil". *Revista Ártemis*, vol. XVI, nº 1, p. 186-203, 2013.

GARCÍA BEAUDOUX, V.; D'ADAMO, O. "Campañas electorales y sus efectos sobre el voto. Análisis de la campaña electoral presidencial 2003 en Argentina". *Psicología Política*, nº 24, p. 7-25, 2004.

\_\_\_\_\_. "Comunicación política y campañas electorales. Análisis de una herramienta comunicacional: el spot televisivo". *Polis*, vol. 2, nº 2, p. 81-111, 2006.

GOUVÊA, G. N. "Imaginário social, mito e narrativas jornalísticas. As representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff". Tese de mestrado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GROSMAN, J. "El discurso de campaña de Cristina Fernández de Kirchner". Tesis de licenciatura en Comunicación. Departamento de Ciencias Sociales, Universidad de San Andrés, Victoria (provincial de Buenos Aires), 2012.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. "Species of political parties: a new typology". *Party Politics*, vol. 9, nº 2, p. 167-199, 2003.

IAZZETTA, O. Bajo el signo del desequilibrio político. In: CHERESKY, I.; ANNUNZIATA, R. (comp.). *Sin programa, sin promesa. Liderazgos y procesos electorales en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, p. 277-306, 2012.

JOHNSTON, A.; KAID, L. L. "Image ads and issue ads in U.S. presidential advertising: using videostyle to explore stylistic differences in televised political ads from 1952 to 2000". *Journal of Communication*, vol. 52, nº 2, p. 281-300, 2002.

JUCÁ, C. M.; CHAVES, A. S. "A reconstrução do *ethos* discursivo da candidata Dilma Rousseff durante a campanha presidencial de 2010". *Revista Philologus*, año 21, nº 63, p. 284-303, 2015.

- KAID, L. L., et al. "Television news and presidential campaigns. The legitimization of televised political advertising". *Social Science Quarterly*, vol. 74, nº 2, p. 274-285, 1993.
- KNOBLAUCH, H.; TUMA, R.; SCHNETTLER, B. Video analysis and videography. In: FLICK, U. (ed.). *The Sage handbook of qualitative data analysis*. London: Sage, p. 435-449, 2014.
- LEAL, P. R. F.; VIEIRA, M. B. M. H. "O fenômeno da personalização da política: evidências comunicacionais das campanhas de Dilma e Serra em 2010". *Teoria e Cultura*, vol. 4, nº 1-2, p. 41-50, 2009.
- LIMA, A.; PANKE, L. "Imagem e desqualificação: o caso de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais brasileiras de 2014". *Em Debate*, vol. 8, nº 5, p. 8-16, 2016.
- LIMEIRA, T. M. V.; MAIA, T. "Comunicação política e decisão de voto: o que as pesquisas revelam". *Ponto-e-vírgula*, vol. 8, p. 42-55, 2010.
- LUCESI, R. M. "Um estudo das campanhas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 no HGPE da TV". Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- MANCUSO, W. P. A reforma política e o financiamento das campanhas eleitorais. Em: IANONI, M. (org.). *Reforma política democrática*. Temas, atores e desafios. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 83-103, 2015.
- MANIN, B. Metamorfosis de la representación. In: DOS SANTOS, M. R. (coord.). *¿Qué queda de la representación política?* Caracas: Clacso-Nueva Sociedad, p. 9-41, 1992.
- MARQUES, F. P.; SAMPAIO, R. "Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões midiáticos das campanhas políticas *online*". *Revista Galáxia*, São Paulo, nº 2, p. 208-221, 2011.
- MARQUES, J. E. D. C. "Juventude do Partido dos Trabalhadores: institucionalização e militância juvenil". Goiânia. Tese para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2016.
- MARTINS, J. M. L. "Era FHC x Era Lula: a disputa simbólica no horário eleitoral de 2010". *Revista de Discentes de Ciência Política da Ufscar*, vol. 2, nº 1, p. 69-93, 2014.
- MARQUES, L. M. "O papel da memória na produção dos sentidos no HGPE de Dilma Rousseff". *Entrepalavras*, año 2, vol. 2, nº esp., p. 60-82, 2012.
- MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. "Estratégias eleitorais *online*: os padrões de campanha nas páginas dos candidatos durante as eleições de 2014 no Brasil". *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, vol. 25, nº 1, p. 7-42, 2016.
- MONTERO, A. S. "Puesta en escena, destinación y contradestinación en el discurso kirchnerista (Argentina, 2003-2007)". *Discurso & Sociedad*, vol. 3, nº 2, p. 316-347, 2009.
- MOREIRA, T. L.; MARTINS T. F. "Ativismo, comunicação e política: a voz das ruas em 2013 e o discurso político no HGPE em 2014". *Anais do IX Simpósio Nacional ABCiber*, PUC, São Paulo, 2016.
- MOREIRA SALLES, J. *Entreatos*. Documental, Brasil, Vídeo Filmes, 2004.
- MURARO, H. "La publicidad (y la política de la publicidad) en la Argentina". *Diálogos de Comunicación (Felafacs)*, nº 27, 1990.

NICOLAU, J. "Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil". *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, vol. 4, nº 7, p. 219-239, 2015.

NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. "Tuned out voters? Media impact on campaign learning". *Political Communication*, vol. 1, p. 72-100, 2008.

OLIVEIRA, A. "O marketing político como objeto de estudo da ciência política. Teoria, conceito e instrumentos". *Anais 5º Congresso de Compólitica*, Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Curitiba, 8-10 maio, 2013.

OLIVEIRA, L. A.; MARTINS, T. F. "As estratégias retóricas utilizadas por Dilma e Serra no primeiro turno do HGPE de 2010". *Revista Científica da Faminas*, vol. 9, nº 3, p. 94-113, 2013.

OLIVEIRA, L. A.; MARTINS, T. F.; LEAL, P. R. F. "As estratégias midiáticas de Dilma Rousseff (PT) na eleição presidencial de 2014". *E-COM*, vol. 8, p. 1-15, 2015.

PALERMO, V.; NOVARO, M. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Buenos Aires: Norma, 1996.

PANKE, L. "Análise comparativa entre as campanhas eleitorais dos brasileiros D. Rousseff e L. I. Lula da Silva". *ComHumanitas*, año 3, vol. 3, nº 3, p. 39-47, 2011.

PANKE, L., et al. "O que os candidatos à presidência do Brasil falaram nos programas do HGPE nas últimas eleições". *Anais do IV Encontro de Compólitica*, Uerj, 13-15 abril, 2011.

PARZIANELLO, S. R. B. "O discurso da mudança de Aécio Neves e Dilma Rousseff: uma análise da prática retórica entre diferentes, no retorno para o segundo turno às eleições de 2014". *Em Tese*, vol. 13, nº 1, p. 6-18, 2016.

PIRES, T. M. C. C. "A construção da imagem política de Dilma Rousseff como mãe do povo brasileiro". *Revista Debates*, vol. 5, nº 1, p. 139-162, 2011.

POUSADELA, I.; CHERESKY, I. La incertidumbre organizada. Elecciones y competencia política en Argentina (1983-2003). In: CHERESKY, I.; POUSADELA, I. (eds.). *El voto liberado*. Elecciones 2003: perspectiva histórica y estudio de casos. Buenos Aires: Biblos, p. 13-33, 2004.

QUIRÓS, J. Militante. In: VOMMARO, G.; ADELSTEIN, A. (coords.). *Diccionario del léxico corriente de la política argentina*. Palabras en democracia (1983-2013). Polvorines: UNGS, 2014.

RIBEIRO, P. J. F. "Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, p. 25-43, 2004.

\_\_\_\_\_. "Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005". Tese doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROCCA RIVAROLA, M. D. "En torno al líder: relaciones y definiciones de pertenencia dentro de los conjuntos oficialistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006) y Néstor Kirchner (2003-2007)". Tesis de doctorado en Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

\_\_\_\_\_. "De las jornadas de junho al impeachment sem crime: protestas, militancia oficialista y crisis política en Brasil (2013-2016)". VI Jornadas de Estudios Políticos de la Universidad Nacional de General Sarmiento, Polvorines, Provincia de Buenos Aires, 2016.

\_\_\_\_\_. La militancia kirchnerista. Tres momentos del compromiso activo oficialista (2003-2015). In: PUCCIARELLI, A.; CASTELLANI, A. (coords.). *Los años del kirchnerismo*. La disputa hegemónica tras la crisis del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 319-347, 2017a.

\_\_\_\_\_. "Saudade do partido: referencias nostálgicas entre militantes de las bases de sustentación de los gobiernos argentinos y brasileiros (2003-2015)". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, nº 62, p. 37-61, 2017b.

RUBIM, A. A. C. "Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente". *Anais do XII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação* (Compós), Recife-PE, 2003.

SARTORI, G. *Videopolítica*. Medios, información y democracia de sondeo. Madrid: F.C.E., 2003.

SILVA, E. C. S.; LEAL, P. R. F. "Estratégias de comunicação da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff: do anonimato à presidência". *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Recife, 2011.

SLIMOVICH, A. "Política y redes sociales en Argentina. El caso de los candidatos presidenciales de 2011 en Twitter". *Signo y Pensamiento*, vol. 35, nº 68, p. 86-100, 2016.

SOPRANO, G. "El *marketing* político y la dinámica de las facciones de un sublema en una campaña electoral municipal". Terceras Jornadas de Sociología de Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 10-12 de diciembre, 2003.

TAVARES, C. Q. "'Para presidente vote na gente'. As personalidades presentes nos programas do PT e PSDB veiculados no horário eleitoral de 2002, 2006 e 2010". Dissertação de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

TELLES, H. S.; PIRES, T. M. C. C. "Criador e criatura: Petismo e lulismo nas retóricas discursivas do HGPE de Dilma Rousseff". *Anais do 5º Congresso de Compolítica*, Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. Curitiba, 8-10 maio, 2013.

TREVISOL, M. G.; PERIN, C. "Discurso ideológico e persuasão: análise da campanha eleitoral de Dilma Rousseff/2014". *Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Joinville, 4-6 de junho, 2014.

VÁZQUEZ, M. "En torno a la construcción de la juventud como causa pública durante el kirchnerismo: principios de adhesión, participación y reconocimiento". *Revista Argentina de Estudios de Juventud*, vol. 1, nº 7, 2013.

VEIGA, L. F. "Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política". *Contracampo*, vol. 7, nº 0, p. 183-208, 2002.

VENTURA, A. S. "Argumentación y discurso político en Twitter. Análisis de la campaña presidencial argentina 2011". *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, nº 69, p. 39-66, 2016.

VERÓN, E. Mediatización de lo político. Estrategias, actores y construcción de los colectivos. In: GAUTHIER, G.; GOSSELIN, A.; MOUCHON, J. (comp.). *Comunicación y política*. Buenos Aires: Gedisa, p. 220-236, 1998.

\_\_\_\_\_. *Espacios mentales*. Buenos Aires: Gedisa, 2002.

VITALE, M. A.; MAIZELS, A. L. "El discurso electoral de Cristina Fernández de Kirchner (2007). Un caso de *ethos* híbrido no convergente". *Linguagem em (Dis)curso*, vol. 11, n° 2, p. 337-360, 2011.

VOMMARO, G. Cuando el pasado es superado por el presente. Las lecciones presidenciales en 1983 y la construcción de un nuevo tiempo político en la Argentina. In: PUCCIARELLI, A. (coord.). *Los años de Alfonsín ¿El poder de la democracia o la democracia del poder?* Buenos Aires: Siglo XXI, p. 245-288, 2006.

WAISBORD, S. "A sign of the times: television and electoral politics in Argentina, 1983-1989". *Kellogg Working Paper Series*, n° 190, 1993.

## **Anexos - Material empírico utilizado**

### **1- Argentina**

Selección de 38 *spots* televisivos de 2007 y 2011. Piezas de 50 segundos a tres minutos de duración.

#### *Elecciones de 2007*

11 *spots*: "Dolores Argentina", "¿Qué es el FMI?", "Abuelo", "Recuperar la dignidad del trabajo", "Silencio", "Derechos Humanos", "Inflación", "La concertación", "Recursos Naturales", "No a la impunidad", "Imágenes históricas, peronistas/radicales. Cristina, Cobos y vos".

#### *Elecciones de 2011*

##### *Elecciones PASO:*

12 *spots*, emitidos entre julio y agosto de 2011.

Nombres: "La Fuerza de la Vida", "La Fuerza de La Ciencia", "La Fuerza de la Dignidad", "La Fuerza de la Igualdad", "La Fuerza de La Inclusión", "La Fuerza de la Producción", "La Fuerza de La Verdad", "La Fuerza de los Jóvenes", "La Fuerza Del Futuro", "La Fuerza de Él", "La Fuerza del Amor", "Fuerza Argentina. Cristina Kirchner Presidenta".

##### *Elecciones generales:*

15 *spots*, emitidos entre septiembre y octubre de 2011.

Nombres: "La Fuerza de la Educación", "La Fuerza de Cecilia" (Científica), "La Fuerza de Brian (atleta)", "La Fuerza de la Alegría", "La Fuerza de la Empresa", "La Fuerza del Crecimiento", "La Fuerza de Atilio" (Trabajador en Astillero), "La Fuerza de Victoria (Montenegro, nieta recuperada)", "La Fuerza de Ariel", "La Fuerza de los Jóvenes", "La Fuerza de Jérica" (Plan Procrear), "La Fuerza de Federico" (técnico computación), "La Fuerza de Haydeé" (jubilada), "La fuerza de Elena" (TV digital), "La fuerza de la unión".

### **2- Brasil**

La totalidad de los programas del Horario Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) emitidos en 2010 y 2014. Programas de entre 10 y 11:30 minutos de duración cada uno. Emisión diaria (tarde y noche), para la campaña de Dilma Rousseff, primero y segundo turno.

#### *Elecciones de 2010*

*Campaña primer turno electoral:* 17/08/10 al 30/09/10 – 37 programas

*Segundo turno:* 8/10/10 al 29/10/10 – 18 programas

#### *Elecciones de 2014*

*Primer turno:* 19/08/14 al 02/10/14 – 40 programas

*Segundo turno:* 09/10/14 al 24/10/14 – 30 programas

**3- Fotos citadas de la campaña de 2014 (Brasil) y selección de capturas de pantalla de spots de 2011 (Argentina)**

## Resumen

*Representación visual y simbólica de la militancia en las campañas electorales de Cristina F. Kirchner (2007 y 2011) y Dilma Rousseff (2010 y 2014)*

El trabajo se propone interpretar de modo comparativo el lugar visualmente asignado en las campañas electorales de Cristina Fernández de Kirchner (2007 y 2011) y Dilma Rousseff (2010 y 2014) a la militancia oficialista en tanto colectivo movilizado y sustento organizado. Ello, luego de sucesivas campañas que privilegiaron una imagen diferente: la del candidato en un vínculo directo, y sin mediaciones, con la ciudadanía. El material empírico relevado se compone de una selección de spots argentinos y la totalidad de los programas electorales del HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) en Brasil. A partir del análisis cualitativo de contenido de la propaganda electoral, se argumentará una mayor jerarquización visual del colectivo militante en las campañas de 2011 (Argentina) y 2014 (Brasil), respecto de las dos anteriores (2007 y 2010). Y, para el caso brasileño, asimismo, se postula la introducción en la campaña de 2014 de un segundo modo de representación de la militancia, a través de referencias a la trayectoria de Dilma como militante juvenil durante la dictadura militar.

*Palabras clave:* militancia; campaña electoral; Dilma Rousseff; Cristina Kirchner

## Resumo

*Representação visual e simbólica da militância nas campanhas eleitorais de Cristina F. de Kirchner (2007 e 2011) e Dilma Rousseff (2010 e 2014)*

O artigo propõe uma interpretação comparativa sobre o lugar visualmente atribuído nas campanhas eleitorais de Cristina Fernández de Kirchner (2007 e 2011) e Dilma Rousseff (2010 e 2014) à militância pró-governo como um coletivo mobilizado e uma sustentação organizada. Isso, depois de sucessivas campanhas que privilegiaram uma imagem diferente: aquela do candidato em uma ligação direta, e sem mediações, com a cidadania. O levantamento de material empírico consiste em uma seleção de spots na Argentina e de todos os programas eleitorais do HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) no Brasil. A partir da análise de conteúdo qualitativa da propaganda eleitoral, observa-se uma maior hierarquização visual do coletivo militante nas campanhas de 2011 (Argentina) e 2014 (Brasil), em comparação com as duas anteriores (2007 e 2010). E, para o caso brasileiro, o artigo destaca a introdução na campanha de 2014 de um segundo modo de representação da militância, através de referências à trajetória de Dilma como ativista juvenil durante a ditadura militar.

*Palavras-Chave:* militância; campanha eleitoral; Dilma Rousseff; Cristina Kirchner

## Abstract

*Visual and symbolic representation of activism in Cristina F. de Kirchner (2007 and 2011) and Dilma Rousseff's electoral campaigns (2010 and 2014)*

The paper proposes a comparative interpretation of the visual role assigned in the electoral campaigns of Cristina Fernández de Kirchner (2007 and 2011) and Dilma Rousseff (2010 and 2014) to the pro-government activists as a mobilized collective and organized support. This, after years of electoral campaigns that privileged a different image: that of the candidate directly linked with voters, without any mediation. The empirical material gathered and analyzed consists of a selection of Argentine spots and the whole of the electoral programs of the Free Electoral Air-Time (HGPE) (2016–2017) in Brazil. Using qualitative content analysis of the electoral advertising, we argue that the 2011 and 2014 campaigns (in Argentina and Brazil, respectively) display a greater visual hierarchy of the militants in comparison to the previous two campaigns (2007 and 2010). And, for the Brazilian case, we also state that the 2014 campaign introduced a second type of symbolic representation of activism, through references to the trajectory of Dilma as a youth militant during the military dictatorship.

*Keywords:* activism; electoral campaign; Dilma Rousseff; Cristina Kirchner

### **Résumé**

*Représentation visuelle et symbolique du militantisme dans les campagnes électorales de Cristina F. de Kirchner (2007 et 2011) et de Dilma Rousseff (2010 et 2014)*

Cet article a pour but d'interpréter de manière comparative la place visuellement assignée dans les campagnes électorales de Cristina Fernández de Kirchner (2007 et 2011) et de Dilma Rousseff (2010 et 2014) au militantisme pro-gouvernement en tant que collectif mobilisé et soutien organisé. Ceci, après des campagnes successives qui ont privilégié une image différente: celle du candidat dans un lien direct, et sans médiations, avec la citoyenneté. Le matériel empirique que nous avons collecté consiste en une sélection de spots argentins et la totalité des programmes électoraux de l'HGPE (*Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral*) au Brésil. Sur la base de l'analyse qualitative du contenu de la publicité électorale, nous soutenons que le collectif militant apparaît visuellement plus accentué dans les campagnes de 2011 (Argentine) et 2014 (Brésil) que dans les deux précédentes (2007 et 2010). Et, pour le cas du Brésil, nous suggérons aussi que la campagne de 2014 présente un deuxième mode de représentation du militantisme, par des références à la trajectoire de Dilma en tant que jeune militante pendant la dictature militaire.

*Mots-clés:* militantisme; campagne électorale; Dilma Rousseff; Cristina Kirchner

Artigo submetido à publicação em 13 de junho de 2017.

Versão final aprovada em 28 de fevereiro de 2018.

# Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)

---

Celi Regina J. Pinto

Augusta Silveira

---

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sobre um conjunto de deputadas de carreiras políticas longevas, que, ao longo de 64 anos, da legislatura que começa em 1951 e vai até a que se inicia em 2015, foram eleitas três ou mais vezes para os legislativos estaduais e federal, e pelo menos uma vez para o federal. São 62 deputadas que representam 9,5% de todas as mulheres eleitas nas 17 legislaturas do período. Ao longo dessas legislaturas, 653 mulheres se elegeram para as casas legislativas estaduais e para a Câmara dos Deputados; destas, 138 o conseguiram por três vezes (duas reeleições) e apenas 62 delas chegaram à Câmara dos Deputados<sup>1</sup>.

A questão a ser respondida neste artigo é aparentemente simples e está estreitamente relacionada com a peculiar posição do Brasil no *ranking* internacional de participação política das mulheres: quais são os requisitos necessários para as mulheres chegarem a ter carreiras parlamentares exitosas, em um país que está em 151º lugar entre os 187 países analisados quanto à participação de mulheres nos parlamentos em 2017 (IPU, 2017). Ao estudar a trajetória dessas mulheres, é possível entender por que elas são exceções e também quais são os limites para a existência de uma representação mais robusta de mulheres nos parlamentos.

Os dados sobre as deputadas foram coletados a partir de uma ficha comum para as 653 mulheres, dividida em três grandes blocos: (1) dados pessoais e familiares; (2) atividades profissionais e políticas, estas últimas quando distintas das eleições legislativas; (3) produção legislativa em comissões, cargos nas mesas, projetos de lei e leis. A coleta desses dados teve diferentes graus de dificuldade, variando com a distância no tempo do mandato, com a carreira pública da deputada e com o fato de ter sido ou não deputada

---

<sup>1</sup> Estão sendo consideradas apenas as mulheres eleitas quando do resultado do pleito, excetuando-se, portanto, as mulheres que chegaram às casas legislativas como suplentes. Assumimos que, assim procedendo, perdemos um número – que pode ser expressivo – de mulheres deputadas, mas, em termos metodológicos, é praticamente impossível verificar idas e vindas de suplentes por 64 anos em todos os 27 estados brasileiros. Cesar Canato (2011), em seu trabalho sobre carreiras longevas, estabelece, para isso, três reeleições contínuas para a Câmara dos Deputados. Tal exigência, entretanto, aplicada às mulheres, reduziria tanto o número que faria com que perdêssemos carreiras políticas muito significativas.

federal. Para as mulheres que são foco específico deste artigo, a coleta foi facilitada por serem pessoas de carreira pública longa e serem deputadas federais<sup>2</sup>.

O estudo de carreiras políticas no Brasil tem expressivo acúmulo de trabalhos, principalmente a partir dos anos 2000, tanto entre os que focam na política nacional como entre aqueles que tratam de especificidades regionais. Contudo, os artigos mais citados e reconhecidos não incorporam a questão de gênero. É bastante provável que isso aconteça por duas razões: a primeira, e mais óbvia delas, é a presença rarefeita das mulheres no mundo público; a segunda, e mais grave, é a tendência de não se tomar em consideração a questão de gênero nos estudos das instituições políticas e de seus atores no Brasil (Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Borges e Sanches Filho, 2016).

Todavia, nos estudos de gênero, a questão da presença ou ausência das mulheres na política tem sido analisada desde os primeiros trabalhos, ainda na década de 1980, de Tabak (1983, 1989, 2002). Há estudos importantes sobre a presença das mulheres, com foco regional, como os de Costa (1998) para as políticas baianas, de Ferreira (2002) para as pernambucanas e de Orsato (2013) para as gaúchas. Sobre mulheres na elite política brasileira, temos o alentado estudo de Avelar (1996). E mais, Alves, Pinto e Jordão (2012) coordenaram extensa pesquisa sobre as eleições presidenciais de 2010.

Em relação a carreiras propriamente ditas, há os artigos de Araújo (2001, 2009, 2012), inclusive fazendo uma análise comparativa entre Brasil e Argentina (Araújo, 2010), e os de Marques (2010) e de Miguel e Biroli (2010). Também cabe mencionar um importante acúmulo de trabalhos que buscam explicar as dificuldades e mesmo a ausência das mulheres na política; os textos citados de Clara Araújo são exemplos dessa discussão ao tratar dos limites da lei de cotas<sup>3</sup> no Brasil para o incremento da participação das mulheres na política.

Portanto, uma produção muito significativa busca entender a grande dificuldade encontrada pelas mulheres para entrar no campo da política, mormente quando trata da disputa por cargos eletivos nas democracias ocidentais, tanto no norte enriquecido como nos países emergentes do sul. Para discutir as razões desse repetido cenário, uma noção fundamental é a de paridade, desenvolvida por Fraser e Honneth (2003). Para esses

---

<sup>2</sup> A Câmara dos Deputados dispõe em seu *site* de um conjunto importante de dados sobre os deputados ao longo das legislaturas republicanas. Braga e Nicolás, em um interessante artigo sobre o método prosopográfico para os estudos de elites políticas, discutem a centralidade dos dados disponíveis na *web* para esse tipo de trabalho e concluem: "Podemos afirmar ainda que o uso do enfoque prosopográfico a partir dos *websites* dos legislativos estaduais brasileiros apresenta vantagens e desvantagens em comparação com outras fontes e métodos empregados para o estudo das elites e grupos de intervenção política. Dentre as vantagens ou os aspectos positivos, podemos mencionar a possibilidade de estudar a população inteira de cada legislativo de uma determinada legislatura; a possibilidade de articular múltiplas variáveis de pesquisa e de analisar o comportamento político dos deputados a partir das fontes primárias e, também, a maior independência do analista em relação às suas fontes, permitindo ainda maior verificabilidade dos dados coletados por outros pesquisadores e a reprodutibilidade dos resultados obtidos por cada analista" (Braga e Nicolás, 2008, p. 125).

<sup>3</sup> A Lei Eleitoral 9504/1997 estabeleceu que na eleição de 1998 nenhum sexo poderia ocupar mais do que 80% das listas partidárias e que nas eleições seguintes esse percentual passaria para 70%, garantindo dessa forma a presença mínima de 30% de mulheres nas listas partidárias.

autores, só é possível participar da vida social e política de forma justa se houver paridade entre seus membros. Isso está calcado na superação da desigualdade econômica e cultural, seja por redistribuição ou por reconhecimento. No caso do gênero, eles identificam uma condição bidimensional em que a desvantagem econômica – derivada das dificuldades de entrada no mercado de trabalho, dos salários menores em relação aos dos homens ou da divisão sexual do trabalho – combina-se com as desvantagens culturais, expressas em sexismo, racismo ou LGBTfobia, que atribuem qualidades negativas às mulheres, aos negros e à comunidade LGBT. Segundo Fraser e Honneth, há um círculo vicioso em que a má distribuição alimenta o falso reconhecimento e este, a má distribuição. As mulheres são constituídas, no discurso sexista, como menos habilitadas ao trabalho, o que se reflete em suas possibilidades de inserção no mercado nas melhores posições (Fraser e Honneth, 2003). A falta de paridade é central para explicar o espaço das mulheres nas disputas eleitorais, começando pelas posições que ocupam dentro das próprias estruturas partidárias<sup>4</sup>.

A mulher é desencorajada a chegar ao espaço político, não construído como dela. É um espaço masculino, em que o mundo do poder e da política lhe impõe múltiplas barreiras. O cenário é fortemente não paritário em termos de reconhecimento, o que determina, entre outras consequências, a má distribuição de recursos econômicos e o menor acesso aos recursos partidários e às doações privadas.

Se há grandes dificuldades para chegar até o mundo da política e às listas partidárias, estas não são as maiores barreiras para a eleição de mulheres. No Brasil, a partir das eleições de 1988, os partidos vêm enfrentando dificuldades para completar listas com o número de mulheres exigido pela lei e a representação feminina nas casas legislativas não se alterou significativamente. Araújo e Alves (2007), ao examinarem o fraco resultado da lei de cotas para mulheres nas eleições legislativas, chamam a atenção para o fato de que, caso se mantenham todas as outras múltiplas causas de exclusão, não há possibilidade de sucesso das cotas. Há razões que derivam das condições das mulheres na sociedade, ou seja, de seu não reconhecimento como cidadã igual, mas também há razões que se relacionam com o sistema político-partidário brasileiro e o grande número de partidos, com as estruturas oligarquizadas, que tendem fortemente à reprodução das

---

<sup>4</sup> Mesmo que a questão de representação não seja o foco deste artigo, pois ele trata especificamente de trajetórias, é mister chamar atenção para o fato de que, ao longo de sua obra, Nancy Fraser desenvolve igualmente a noção de representação como uma terceira e fundamental forma de injustiça. De maneira ainda muito inicial, trabalha a tríade reconhecimento-redistribuição-representação em seu texto, "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação" (Fraser, 2007). Posteriormente, em 2009, em sua obra *Scales of justice*, Fraser aprimora o conceito, afirmando que a falta de representação extrapola a questão parlamentar de representação: "When political space is unjustly framed, the result is the denial of political voice to those who are cast outside de universe of those who 'count'. Thus, representation concerns the intersection of symbolic framing and democratic voice. As the term that names the political dimension of justice, it allows us to grasp the question of the frame as a question of justice" (Fraser, 2009, p. 147). A questão também é vastamente discutida nos artigos que constam em sua obra *Fortunes of feminism* (Fraser, 2013).

suas elites, o alto custo das campanhas políticas e o seu financiamento pelo setor privado (Araújo e Alves, 2007; Sacchet e Speck, 2012).

A trajetória das mulheres na disputa eleitoral no Brasil é uma história dos entraves, da busca por explicações para essa repetida exclusão. O presente artigo não foge a essa preocupação, mas se propõe examinar a questão por outro ponto de vista. Parte da constatação de que, nesse universo masculino, um pequeno grupo de mulheres alcança o sucesso eleitoral, o que lhes permite fazer uma carreira política longa. A questão que se coloca, portanto, é: que condições, que trajetórias de vida permitiram a essas mulheres perfazerem carreiras tão marcadamente masculinas? Tiveram estratégias originais? Seguiram trajetórias tradicionais, legitimadas pelo campo político partidário?

Ainda nesta Introdução cabe uma nota de caráter metodológico. A pesquisa com grupos excluídos ou minoritários na vida pública, como é o caso das mulheres, envolve muitos gargalos metodológicos, derivados do pequeno número de indivíduos que atuam nessa esfera em relação aos grupos dominantes ou/e majoritários, assim como da escassez de fontes de dados. Duas questões são relevantes no caso do estudo da participação das mulheres na política, e seriam igualmente importantes em estudos sobre a participação das mulheres nas elites empresariais e cargos executivos. A primeira é a necessidade de agregar dados de períodos mais longos de tempo para se obter um grupo significativo de casos para analisar. Certamente, ao examinarmos mais de 60 anos, como é o caso do presente artigo, é possível incorrer em imprecisões. Entretanto, como apontamos, sempre que necessário, as condições políticas específicas do país em diferentes períodos da história política recente, entendemos que esse conjunto de 62 mulheres permite conhecer a atuação das mulheres com carreiras longevas, diferentemente de estudos feitos com homens, em que legislaturas, partidos, posições político-ideológicas ou regiões do país podem ser recortados. Isso, no caso das mulheres, reduziria o estudo a números irrelevantes. A segunda questão concerne à comparação com os homens. Em primeiro lugar, fazer uma análise que inclua gênero, que inclua mulheres, não envolve uma abordagem obrigatoriamente comparativa. No caso em pauta, nosso universo é composto por 62 mulheres ocupantes de 246 cadeiras ao longo das 17 legislaturas que contaram com 7.400 cadeiras<sup>5</sup>. Isto é, as mulheres que tiveram carreira longevas ocuparam 3,32% das cadeiras disponíveis. O que nos interessa é entender como, em um cenário tão adverso para as mulheres, visto que até o presente são menos de 10% da Câmara de Deputados, esse grupo teve condições de se reeleger e ter carreiras longevas. Uma comparação com as carreiras longevas de homens no mesmo período envolveria a análise dos ocupantes de 7.154 cadeiras, o que, além de ser materialmente muito difícil de ser feita, pouco agregaria ao que pretendemos neste estudo.

---

<sup>5</sup> Entre as eleições de 1950 até 1990, o número de cadeiras na Câmara de Deputados variava a cada eleição. O número mínimo de cadeiras foi 304 (1950) e o máximo, 503 (1990). A partir das eleições de 1994, a Câmara de Deputados passou a ter 513 cadeiras, o que se mantém até o presente (2018) (Brasil, 2016a).

Este artigo está organizado em duas seções. A primeira, "Panorama das mulheres eleitas deputadas selecionadas", constitui um mapeamento das 653 mulheres eleitas nas 17 legislaturas, em que são consideradas as variáveis de tempo, localização regional e espectro político. A segunda seção, "As mulheres que fizeram carreira política", é dedicada ao estudo das 62 mulheres que consideramos a elite das deputadas brasileiras. Aqui, trabalhamos com o mesmo tipo de dados da primeira parte, acrescidos de um estudo da composição de capitais de que essas mulheres dispuseram para entrar na vida política<sup>6</sup>.

Na obra *Réponses – Pour une anthropologie reflexive*, Bourdieu e Wacquant (1992) são muito enfáticos em afirmar que capitais (econômico, cultural, social, político, religioso) só fazem sentido dentro de um campo<sup>7</sup> que, por sua vez, irá se estruturar mais fortemente à medida que o capital necessário para sua constituição tenha independência em relação a outros capitais. Por exemplo, um campo artístico que dependa do capital econômico e não do capital cultural para existir e se reproduzir terá pouca independência. Da mesma forma, o campo político que depender de outros capitais.

No caso do Brasil, quando se aplicam esses pressupostos bourdieuanos para a análise de trajetórias políticas, deve-se ter um especial cuidado, pois o campo político tem fronteiras muito tênues e está longe do modelo proposto pelo sociólogo francês. Em nosso país, junto com o capital propriamente político, que daria independência ao campo, os capitais familiar, econômico, religioso e cultural (midiático) têm presença marcante na vida política.

### **Panorama das mulheres eleitas deputadas selecionadas**

Ao longo de 17 legislaturas, foram eleitas 653 mulheres em todos os estados brasileiros e em todos os partidos com tradição política, sempre representando uma ínfima parte dos políticos eleitos em níveis estadual e federal<sup>8</sup>.

O Brasil de 1950 a 2014 experimentou três períodos bem definidos em sua vida política: um período democrático interrompido pelo golpe militar de 1964; o regime militar que se estende até a posse do primeiro presidente civil em 1985; e um novo período democrático a partir de então. Para a análise específica neste artigo, incluímos, no terceiro período, as eleições de 1982 – as primeiras após a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo imposto pelos militares<sup>9</sup>. Tomando esses três períodos, o número de eleitas

---

<sup>6</sup> Não tratamos neste artigo da produção legislativa das deputadas.

<sup>7</sup> "Un capital n'existe et ne fonctionne qu'en relation avec un champ" (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 77).

<sup>8</sup> Mulheres se candidataram antes de 1950 em vários estados brasileiros, a maioria sem sucesso. Nas eleições de 1933, foi eleita a primeira deputada federal, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz. No ano seguinte, Antonieta de Barros, negra, neta de escravizados, se elegeu para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

<sup>9</sup> A reforma partidária de 1979, tradicionalmente atribuída ao coronel Golbery do Couto e Silva, foi gerada dentro do regime militar visando, primordialmente, implodir a oposição que se fortalecia dentro do MDB em um sistema bipartidário. As consequências, entretanto, não puderam ser controladas, e, nas eleições de

é pequeno para os dois primeiros, não chegando a 10% do total (59 mulheres). Mesmo que rarefeita, a presença das mulheres se deu de forma mais regular após 1982, o que está relacionado às mudanças comportamentais ocorridas no mundo e refletidas no Brasil a partir dos anos 1970, ao próprio movimento feminista e ao novo clima político instaurado no país na década de 1980 (Tabela 1):

**Tabela 1**  
**Número de deputadas eleitas nos três períodos**

Período	Nº de deputadas
1950-1962	25
1966-1978	34
1982-2014	594

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

A análise dos dados para o conjunto das 653 eleitas desafiam alguns sentidos comuns sobre a carreira política de mulheres no Brasil, como mostra a Tabela 2, cuja variável é a região de origem:

**Tabela 2**  
**Número de deputadas eleitas por região (1950-2014)**

Região	Nº de deputadas
Norte	133
Nordeste	196
Centro-Oeste	75
Sudeste	189
Sul	60

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

Levando em consideração as populações dessas regiões, é significativa a presença das mulheres nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, menos desenvolvidas, mais agrárias e que teriam, em princípio, menor abertura para a participação das mulheres na política. A região Sudeste, proporcionalmente, é a que tem menos deputadas. A título de ilustração, tomamos os dados do Censo de 2010 para a população brasileira e assim estabelecemos um parâmetro de comparação entre esta e a distribuição das 653 deputadas por região do país (Tabela 3)<sup>10</sup>:

1982, já estavam na disputa eleitoral o PT e o PDT. Brizola, do PDT, renascia como liderança política, e Luiz Inácio Lula da Silva aparecia como uma grande promessa de liderança popular. As forças de esquerda realmente se dividiram em pelo menos três partidos em um primeiro momento (PMDB, PT e PDT), fato que diminuiu a possibilidade de vitórias imediatas, mas deu uma nova dinâmica à participação política.

<sup>10</sup> A Tabela 3 pode ser criticada por uma possível fragilidade, uma vez que os dados da população são do Censo de 2010 e as mulheres foram eleitas ao longo de 64 anos. Entretanto, se considerarmos que, ao longo

**Tabela 3**  
**Relação entre o total de deputadas e o número de habitantes por região**

Região	Distribuição do total das deputadas (1950-2014)		% de deputadas em relação ao número de habitantes (2010)	
	%	Nº	%	Nº
Norte	20,3	133	8,3	15.864.454
Nordeste	30,0	196	27,8	53.081.950
Centro-Oeste	11,4	75	7,4	14.058.094
Sudeste	28,9	189	42,1	80.364.410
Sul	9,1	60	14,4	27.386.891

**Fonte:** IBGE, Censo demográfico de 2010; TSE.

A Tabela 3 possibilita que sejam apontadas duas tendências: a primeira é que há maior possibilidade de as mulheres se elegerem quanto menos concorrida e menos democrática for a campanha eleitoral; a segunda é que urbanização, menor desigualdade social e melhores índices de educação não determinam, no Brasil, maior presença das mulheres na política. Tomando as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, temos duas situações distintas de concorrência eleitoral: enquanto as duas primeiras têm povoamento mais recente e menor tradição política, a terceira é a região mais antiga do país, com alta densidade populacional e elites e famílias políticas muito bem estabelecidas. Essas duas realidades, aparentemente tão distintas, têm características comuns, pois concentram, por razões diversas, a disputa eleitoral nas mãos de poucos grupos políticos, ou seja, a disputa é restrita e, portanto, menos democrática, no sentido de existir um número menor de candidatos às listas partidárias. Já nas regiões Sudeste e Sul, a disputa intrapartidária e entre partidos envolve um número muito maior de pretendentes, daí ser muito mais acirrada a disputa para conquistar a posição de candidato, o que poderia tornar mais difícil a presença das mulheres<sup>11</sup>. Entende-se, aqui, por menos democrática a menor concorrência, no

desse período, a tendência foi de o povoamento distribuir-se mais homoganeamente pelas regiões, inclusive com uma acelerada ocupação do Norte e do Centro-Oeste, os dados tornam-se razoavelmente seguros.

<sup>11</sup> Araújo e Alves (2007), ao analisarem as eleições de 2002 no Brasil, encontram dados que corroboram com essa ideia: "A magnitude do distrito (número de assentos em disputa) não parece guardar relação com a densidade da disputa (relação candidato/vaga). Contudo, associadas à inversão encontrada para a variável IDH, importa destacar outras características da disputa. Uma primeira tende a contrariar os achados predominantes da literatura: são nos distritos pequenos e com menor número de vagas em disputa que as mulheres tendem a se dar melhor. Nos distritos grandes, por sua vez, estão concentradas as maiores proporções da população; há maior fragmentação partidária na disputa eleitoral, isto é, há um número maior de partidos disputando e elegendo; e os partidos tendem a eleger bancadas proporcionalmente menores em razão da maior dispersão de votos. Com efeito, é possível considerar a possibilidade de que, nesses estados, pela diversificação da oferta (e não pela sua densidade), se tornem necessários investimentos maiores por parte dos candidatos e partidos, seja na forma de capital financeiro ou de outros capitais, tais como redes

interior dos partidos, por um lugar na lista de candidatos. Isso não implica afirmar que, em regiões ou países com democracias consolidadas, os espaços estejam fechados para as mulheres, mas indica que não é garantida, por força do regime, a sua maior participação. As possibilidades de entrada no mercado eleitoral dependem de uma rede de condições muito complexa, como já foi apontado anteriormente, que varia de acordo com regiões em um mesmo país e em diferentes países<sup>12</sup>.

Em relação à filiação ideológica, a distribuição das 653 mulheres é apresentada na Tabela 4:

**Tabela 4**  
**Distribuição de deputadas no espectro ideológico<sup>13</sup>**

Espectro ideológico*	Deputadas	
	Nº	%
Direita	226	34,6
Centro	193	29,5
Esquerda	234	35,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

\* A relação dos partidos políticos e seu espectro ideológico encontra-se no Quadro 1 do Apêndice, ao final deste artigo.

de apoio e estrutura partidária. Esse contexto explicaria parte das razões pelas quais as mulheres tenderiam a se candidatar menos nesses distritos do que em distritos menores – e, de igual modo, a se eleger menos, proporcionalmente” (Araújo e Alves, 2007, p. 568, destaques no original). Também em relação ao financiamento, as mulheres encontram-se em melhor situação nos estados do Norte e do Nordeste. Sacchet e Speck, ao examinarem o financiamento de campanhas para as eleições de 2006, observam o seguinte: “Em três estados (Bahia, Pará e Acre), o financiamento de homens e mulheres foi praticamente equilibrado; e em cinco estados (Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Rondônia e Acre), o financiamento das mulheres foi maior que o dos homens” (Sacchet e Speck, 2007, p. 186-187).

<sup>12</sup> Em relatório do IPU (2017), de 1º de dezembro de 2017, os seguintes os países ocupavam os dez primeiros lugares quanto à participação das mulheres nos parlamentos: 1º Ruanda (61%); 2º Bolívia (53,10%); 3º Cuba (49,90%); 4º Nicarágua (45,70%); 5º Suécia (43,60%); 6º México (42,60%); 7º Finlândia (42%); 8º Senegal (43,60%); 9º África do Sul (41,80%); 10º Noruega (41,40%). Duas grandes democracias do mundo, o Reino Unido e os Estados Unidos, estão respectivamente na posição 99º e 39º (IPU, 2017). Entre países com maior número de mulheres nos parlamentos, encontram-se democracias consolidadas, como a Escandinávia; países emergentes, como África do Sul, Bolívia, México, Senegal; ditaduras, como Cuba. Há países, como a Noruega, que possuía o maior IDH do mundo em 2014 (0,944), e Ruanda, no lugar 163º entre 186 países (0,483) (PNUD Brasil, 2014).

<sup>13</sup> Construir uma classificação dos partidos políticos brasileiros em um eixo direita-esquerda é uma tarefa bastante árdua por seu grande número e pela política de coligações eleitorais e alianças. Entretanto, não parece correto entender os partidos como corpos ideologicamente não posicionados. Para restabelecer o quadro que classifica os partidos brasileiros em direita e esquerda, partimos da conhecida obra de Bobbio (1994), em que é discutida a ideia contemporânea de que não se pode distinguir esquerda e direita. Esse autor estabelece um eixo que tem em uma extremidade a total igualdade sem liberdade e na outra a total liberdade sem igualdade. Dessa forma identifica partidos e grupos de extrema-esquerda, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita (Bobbio, 1994, p. 119). Santos e Serna (2007), trabalhando também com esse eixo, mas para partidos existentes no Brasil no início dos anos 2000, identificaram: direita: Democratas (DEM) e Partido Progressista Brasileiro (PPB); centro: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e esquerda: Partido dos Trabalhadores (PT).

Como observamos na Tabela 4, não há uma relação direta entre o que se poderia chamar de espaço progressista da esquerda e mulheres eleitas. A distribuição é bastante equitativa nesse sentido, mas muda quando analisamos as regiões separadamente, como mostra a Tabela 5:

**Tabela 5**  
**Número de deputadas eleitas por região e espectro ideológico**

Região	Espectro		
	Direita	Centro	Esquerda
Norte	56	41	36
Nordeste	78	53	65
Centro-Oeste	25	34	16
Sudeste	68	47	74
Sul	14	19	27

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, notamos predomínio dos partidos de direita na distribuição das deputadas eleitas, o que pode estar relacionado ao pertencimento dessas mulheres ou a sua ligação com as elites e famílias políticas da região, notadamente integrantes de partidos à direita do espectro político.

Na segunda seção deste artigo, quando examinamos o grupo de elite das 62 mulheres, verificamos distinções entre deputadas de cada um dos grandes espectros ideológicos. Mas o que se evidencia até aqui é que a direita partidária elege tantas mulheres quanto a esquerda, não havendo uma relação direta entre conservadorismo político e preconceito contra o voto em candidatas mulheres.

### **As mulheres que fizeram carreira política**

Como vimos na Introdução, as mulheres que fizeram carreira política durante as 17 legislaturas em exame somam 62 deputadas, representando a totalidade dos estados brasileiros. A grande maioria delas iniciou carreira após o regime militar, distribuindo-se por todo o espectro ideológico. Isso ocorreu quando da reforma partidária de 1979, que pôs fim ao bipartidarismo em vigor. Antes do golpe de 1964, apenas 4 mulheres do grupo de 62 haviam se eleito<sup>14</sup>. Durante o bipartidarismo, essas mulheres se reelegeram e mais 3 delas se tornaram deputadas<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Nely Novaes (PTB-BA) em 1962, Ivete Vargas (PTB-SP) em 1950, Lygia Bastos (PSD-RJ) em 1962 e Sandra Cavalcanti (UDN-RJ) em 1958.

<sup>15</sup> Foram eleitas Beth Azize (MDB-AM), Irma Passoni (MDB-SP) e Cristina Tavares (MDB-PE), as três em 1978.

Nos parece evidente, portanto, que a redemocratização e o pluripartidarismo a partir das eleições de 1982 abriram maior espaço para as mulheres que desejavam empreender uma carreira política. Antes dessa época, é considerada acidental a existência de mulheres com carreiras políticas longevas, como já observamos anteriormente a respeito da história do conjunto das 653 deputadas. A distribuição das mulheres políticas de longa carreira pelas regiões do país traz novidades em relação ao grupo maior, como vemos na Tabela 6:

**Tabela 6**  
**Relação entre as deputadas com carreira e o número de habitantes, por região**

Região	Distribuição das deputadas com carreira (1950-2014)		% de deputadas sobre o número de habitantes (2010)	
	%	Nº	%	Nº
Norte	19,3	12	8,3	15.864.454
Nordeste	20,9	13	27,8	53.081.950
Centro-Oeste	9,6	6	7,4	14.058.094
Sudeste	40,3	25	42,1	80.364.410
Sul	9,6	6	14,4	27.386.891

Fonte: IBGE, TSE.

Se compararmos os dados da Tabela 6 com os da Tabela 3 referentes ao universo das mulheres deputadas, observamos que houve uma redistribuição que equilibrou a participação da região Sudeste. Entretanto, no que concerne à região Norte, mantém-se a mesma alta proporção de eleitas em relação à população. Quase 20% das mulheres eleitas com carreiras longevas estão em uma região com cerca de 8% da população brasileira. É possível levantar algumas prováveis causas dessa presença: é uma região de estados novos, como Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, com menor possibilidade de existência de oligarquias e currais eleitorais; com população rarefeita e classe média também pequena (de onde provém a quase totalidade das mulheres eleitas), o que diminuiria a disputa por uma vaga em listas partidárias no mercado eleitoral; há forte presença, em alguns desses estados, de partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, PCdoB e PSB, teoricamente mais abertos às mulheres como militantes capazes de fazerem carreiras políticas. Em relação ao espectro ideológico, as deputadas com carreira se distribuem conforme a Tabela 7:

**Tabela 7**  
**Distribuição das deputadas com carreira no espectro ideológico**

Espectro ideológico*	Deputadas	
	Nº	%
Direita	17	27,4
Centro	16	25,8
Esquerda	29	46,7

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

\* Ver no Apêndice, Quadro 1, a relação dos partidos políticos e seu espectro ideológico.

A presença de mulheres de partidos de esquerda e centro-esquerda entre aquelas que fizeram carreiras longevas é bastante altos se comparados ao conjunto das 653 deputadas (da Tabela 4), sugerindo haver maior profissionalização das mulheres na política nesse espectro. Elas representam quase 50% do grupo. Comparado ao total de mulheres, é perceptível esse deslocamento da direita para a esquerda. Naquele universo, a distribuição era equitativa entre os três espectros ideológicos. Os dados referentes ao grupo de elite nos permitem apontar que: as mulheres de esquerda tendem a ter carreiras políticas mais sólidas porque os partidos de esquerda tendem a ter militâncias mais constantes, possibilitando a construção de capital político próprio. Vejamos, na Tabela 8, o número de deputadas por partido<sup>16</sup>:

<sup>16</sup> Há, por parte das deputadas, grande trânsito entre partidos; mas, por isso não envolver mudanças significativas no espectro ideológico, consideramos o partido pelo qual a deputada se elegeu em seu último pleito.

**Tabela 8**  
**Número de deputadas por partido em sua última eleição**

Partido	Nº de deputadas
PT	13
PMDB	7
PSDB	7
PCdoB	6
PDT	5
PSB	4
PFL	3
PSOL	3
PTB	3
PR	2
Outros*	9

**Fonte:** Elaboração própria.

\* PP, Arena, PPS, PSD, PROS, PDS, PPB, PPR, DEM: cada um com apenas uma deputada.

Entre os três maiores partidos brasileiros – PT, PMDB e PSDB –, o mais à esquerda, o PT, é o que tem maior número de deputadas ao longo destes 64 anos. Porém, o que chama a atenção é a forte presença de mulheres no PCdoB e no PSOL, que têm, ao longo de suas histórias, bancadas bastante pequenas. Pode se ter uma ideia da importância dessa presença quando confrontamos os dados referentes às deputadas em pauta com as bancadas desses dois partidos em 2010 e 2014. O PCdoB tinha 15 deputados em 2010 e reduziu sua bancada para 10 em 2014; o PSOL tinha 3 e passou para 5 em 2014 (Congresso em Foco, 2014). Se compararmos esses números com a presença das mulheres ao longo dos 64 anos, esse resultado é surpreendente, principalmente se tomarmos em consideração que o PSOL foi fundado em 2004 e que o PCdoB foi legalizado em 1985.

Para avançarmos na caracterização desse grupo de mulheres deputadas com carreiras longevas, utilizaremos a categoria *capital* desenvolvida pelo sociólogo francês Bourdieu (1979). Há muitas nuances no uso dessa categoria. Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado, por exemplo, trabalham com fontes de capital político, em que incluem capital familiar, econômico, midiático, político, entre outros (Miguel, Marques e Machado, 2015). Para os propósitos desta análise usaremos uma distribuição um pouco distinta, apontando três tipos de capital: o político, o familiar e o midiático.

O primeiro tipo de capital, o político, é classificado por Bourdieu de duas maneiras: o pessoal e o delegado. O primeiro pertence a cada indivíduo, é constituído pelo acúmulo de capital ao longo de uma carreira e inclui a militância estudantil, sindical, partidária juvenil e nos movimentos sociais. É um capital “de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido” (Bourdieu, 1989, p. 190). O capital delegado é

produto de uma transferência provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de capital detido e controlado pela instituição e só por ela (Bourdieu, 1989, p. 191). É o capital advindo de cargos públicos ou partidários. No caso das mulheres, um bom exemplo é a ocupação de cargos em secretarias municipais ou estaduais de Educação.

O segundo tipo de capital, o familiar, é considerado aqui o parentesco sanguíneo ou por casamento, e tem particular importância no exame das carreiras políticas femininas. Estudos que analisam conjuntos de legislaturas têm mostrado que esse capital é mais importante para as mulheres do que para os homens, em que pese ser uma forma bastante comum de entrada na política para ambos<sup>17</sup>.

O terceiro tipo é o capital midiático, que, no caso específico das mulheres estudadas, é a conversão de popularidade adquirida em rádio e televisão para a carreira política.

Desprezamos os chamados capital social e capital cultural, pelo simples fato de que, para o conjunto das 62 mulheres em questão, eles não são importantes como fatores explicativos. Em termos de capital cultural, essas mulheres não se diferenciam de forma significativa: 50 delas, isto é, 80,6%, têm ensino superior completo, 9 possuem ensino médio completo ou superior incompleto e apenas uma tem ensino fundamental<sup>18</sup>.

Se compararmos esses dados com os publicados pela Câmara dos Deputados para a legislatura que se iniciou em 2015, veremos que os números são praticamente os mesmos: "Cerca de 80% (410 candidatos) dos eleitos (...) para o cargo de deputado federal possuem nível superior, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dos 513 deputados eleitos, apenas 4 (1%) sequer terminaram o ensino fundamental" (Brasil, 2014). Os dados sobre educação permitem inferir um corte de classe que não se diferencia entre homens e mulheres. As possibilidades educacionais dos homens e das mulheres que chegaram à Câmara dos Deputados são as mesmas. As classes populares, que não chegam ao nível superior de escolaridade, têm raras chances de êxito no mercado eleitoral. Certamente se encontram, entre essas deputadas e deputados, pessoas oriundas das

---

<sup>17</sup> Miguel, Marques e Machado (2015, p. 736) afirmam que, devido aos constrangimentos sofridos pelas mulheres para ingressarem na política, "a presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição da candidatura – em um contexto social de desprivilegiamento do ingresso feminino no campo político, o capital político transferido de familiares que pertencem ao campo político é um diferencial importante que pode alavancar candidaturas de mulheres. Como para os homens outras formas de entrada são mais acessíveis, o peso do capital familiar não é tão preponderante". Concluem sua análise a partir dos eleitos em 2002, 2006 e 2010 para a Câmara dos Deputados, apontando para o fato, bastante interessante, de que a distância entre as mulheres e os homens no quesito capital familiar tem diminuído, não porque tenha se tornado menos importante na carreira das mulheres, mas porque se tornou mais importante na carreira dos homens.

<sup>18</sup> Não obtivemos dados precisos sobre educação de duas deputadas: Necy Novaes, que atuou na política na década de 1960 e início da década de 1970, e Cidinha Campos, que, apesar de ter atuado como jornalista e apresentadora de televisão, não consta nas notas biográficas pesquisadas menção à sua formação educacional.

camadas mais pobres da população, mas que tiveram alguma oportunidade de ascensão social através da educação.

Os dois capitais preponderantes são o propriamente político e o familiar. O capital midiático aparece apenas como residual. Um número razoável de deputadas acumula mais de um tipo de capital político ou ainda somam o capital familiar com o político:

**Tabela 9**  
**Tipo de capital das deputadas**

Tipo de capital	Nº de vezes que aparece
Político	133
Familiar	196
Midiático	75

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

### *Capital político*

O capital político opera a partir do conjunto de atividades que são basicamente de quatro naturezas: militância estudantil e sindical; militância em movimentos sociais ou partidária juvenil; cargos eletivos municipais; cargos não eletivos nos executivos estadual e municipal.

Do grupo de 62 mulheres, 51 delas chegaram à vitória eleitoral como deputadas estaduais e federais após perfazerem uma trajetória de militância política. Esse número é muito significativo e aponta para um profissionalismo na política bastante alto. Entre as que não acumularam capital político antes de chegarem à Assembleia Legislativa ou à Câmara dos Deputados, 12 possuem capital familiar.

A Tabela 10 mostra a importância da militância estudantil e/ou sindical na formação de quadros femininos na esquerda:

**Tabela 10**  
**Tipo de capital político das deputadas e espectro ideológico**

Tipo de capital político	Nº de deputadas	Espectro ideológico*		
		D	C	E
Sindicatos/movimentos sociais/movimento estudantil	24	0	3	21
Vereadoras/prefeitas/vices	19	4	1	13
Secretárias municipais/estaduais	8	3	2	4

**Fonte:** Elaboração própria.

\* D = direita; C = centro; E = esquerda.

Os estudos sobre carreiras políticas em geral apontam a influência da militância no movimento estudantil e em sindicatos como a porta de entrada na política<sup>19</sup>. É nesse ambiente que ocorre o encontro entre as futuras deputadas e os partidos. Não é possível averiguar, salvo fizéssemos entrevistas com as mulheres ou as pessoas que as conheceram, o que acontece primeiro, se foram para o movimento estudantil porque estavam ligadas a partidos ou o inverso, se tornaram militantes partidárias dentro do movimento estudantil. A mesma questão pode ser posta para a participação nos sindicatos. Mas o que devemos reter é que essa militância indica uma relação com a política ainda quando essas mulheres eram muito jovens.

No que se refere ao capital oriundo da militância estudantil e sindical, é forte a preponderância do segundo, com cargos de direção em sindicatos. Entre as 5 deputadas do PCdoB, 3 foram dirigentes sindicais: Perpétua Almeida (Acre) foi presidente do Sindicato dos Bancários do seu estado, Alice Portugal (BA) foi dirigente da Associação de Funcionários da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Jandira Feghali (RJ) foi presidente da Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro, presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes e diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. No PT, das 12 deputadas, 6 tiveram militância em sindicatos, sendo a grande maioria em cargos de direção: Erika Kokay foi presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília; Sandra Starling foi secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo de Minas Gerais; Cida Diogo foi diretora do Sindicato Médico de Volta Redonda e do Sindicato dos Profissionais da Saúde Fluminense; Maria do Carmo Perpetuo foi fundadora e diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Betim; Fátima Bezerra foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte; Moema Gramacho foi presidente do Sindicato dos Químicos e Petroquímicos de Salvador; Maria do Rosário foi militante do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e membro de vários comandos de greve. Das 3 deputadas do PSOL, Maria José Maninha foi presidente do Sindicato Médico de Brasília e Luiza Erundina foi presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo.

Muitas deputadas do campo da esquerda também militaram na CUT, nas CEBs (comunidades eclesiais de base) e no movimento estudantil. Neste último, destacam-se Vanessa Grazziotin, que foi presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE-Ufam); Lídice da Mata, presidente do DCE da UFBA; e Manuela D'Ávila, vice-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).

---

<sup>19</sup> Raquel Favretto (2015, p. 117), na dissertação de mestrado "A política como profissão: trajetória de políticos do Poder Legislativo catarinense", chama atenção para a importância da militância estudantil na trajetória dos políticos: "O recrutamento político foi a maneira pela qual se deu a inserção dos sujeitos no meio, e os dados encontrados mostraram que as experiências anteriores à política vivenciadas foram determinantes para que fossem recrutados, principalmente aquelas relativas à militância política e ao envolvimento com movimentos sociais e/ou estudantis, mas também outras, como a representatividade frente a uma classe no setor produtivo da sociedade e a detenção de poder econômico".

Fora do campo da esquerda, apenas Fátima Pelaes e Maria Abadia tiveram esse tipo de militância, a primeira nos grupos de base da Igreja Católica e a segunda no movimento estudantil do Distrito Federal.

É mister pontuar que, na pesquisa realizada sobre a vida das deputadas anterior ao primeiro mandato legislativo, praticamente não se encontrou nenhum envolvimento dessas mulheres com movimentos feministas ou movimentos de mulheres. Como não analisamos suas atuações no interior do movimento estudantil, dos sindicatos e movimentos sociais, não podemos afirmar que não defenderam causas feministas nas suas militâncias, mas certamente não o suficiente para aparecer em suas biografias. Encontramos duas exceções, ambas de Minas Gerais, mas com trajetórias muito distintas. A primeira, a deputada Maria Elvira de Sales Ferreira, do PMDB. Seu caso é especialmente interessante porque se trata de uma mulher intelectualizada, que estudou no exterior, pertencente a uma família de empresários. Trabalhou antes de ser deputada em um instituto universitário de propriedade do pai e teve papel de destaque em associações empresariais e comerciais daquele estado<sup>20</sup>. Maria Elvira foi nomeada para o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) pelo então presidente da República José Sarney, em 1985, e, no ano seguinte, se candidatou a deputada estadual. Em sua biografia, nota-se que seu envolvimento com a Confederação Nacional das Mulheres já acontece como deputada. Antes de 1985, ela tinha destaque na área empresarial. Não se pode afirmar que Elvira tenha tido militância no movimento feminista, nem tampouco que sua nomeação para o CNDM tenha lhe facilitado a eleição. Mesmo com essas ressalvas, deve-se pontuar que ela é a única mulher com algum ponto de contato institucional com o feminismo.

O segundo caso é o de Jô Moraes, do PCdoB, uma militante de esquerda histórica, presa, viveu na clandestinidade durante o regime militar. Sua militância feminista é indubitável; em sua biografia, percebe-se seu envolvimento com as causas das mulheres desde os primeiros momentos da redemocratização no Brasil<sup>21</sup>.

Além da militância em sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares, 19 deputadas foram vereadoras ou prefeitas antes de chegarem ao Legislativo estadual e

---

<sup>20</sup> Sua biografia na Câmara dos Deputados informa: diretora e presidente, ABRP, MG; fundadora e presidente, Cemex, Associação Comercial (atual Conselho da Mulher Empresária), MG; diretora, Associação Comercial, MG, 1985-1996; associada e membro da executiva, IPRA, Genebra-Suíça, 1982-; vice-presidente, Confederação das Mulheres do Brasil, SP, 1988-1993; membro, IABC, São Francisco, EUA; vice-presidente, Federação Mineira de Mulheres, MG, 1993; membro, AFEET, Belo Horizonte, MG; presidente, Ulam, 1995-; representante no Brasil, Fórum de Mulheres do Mercosul, 1995-. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=97995&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97995&tipo=0)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

<sup>21</sup> Participando intensamente dos movimentos em defesa da mulher, foi coordenadora da Comissão Pró-Federação de Mulheres de Minas Gerais (1982), fundadora e presidente do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte (1983), coordenadora-executiva do Conselho Estadual da Mulher (1984) e a primeira presidente da União Brasileira de Mulheres (1989). Nesse período, também foi assessora parlamentar na Câmara Municipal e assessora na prefeitura municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-jo>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

federal, sendo 13 delas do campo da esquerda<sup>22</sup>. As demais 4 são do campo da direita e 2 do centro<sup>23</sup>. Em relação a esses dois tipos de capital, ter sido vereadora e ter sido prefeita, é interessante pontuar aquelas que acumularam os dois e que tiveram o que se poderia chamar de uma carreira política profissional. São 9 deputadas nessa condição, 8 delas pertencentes a partidos de esquerda e apenas 1 do centro, indicando que as mulheres que fazem carreira no campo da esquerda têm militância muito próxima à dos homens, são quadros formados dentro dos partidos.

Ainda dentro do que estamos identificando como capital político, há um pequeno grupo de mulheres que, antes de serem deputadas, ocuparam cargos de secretárias municipais ou estaduais. Elas se dividem entre os três espectros políticos. Entre elas, o caso mais interessante é o da deputada gaúcha Yeda Crusius, que não havia se envolvido em política partidária até ser convidada por um amigo e colega, membro do governo Itamar Franco, para o importante cargo de ministra da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, onde permaneceu por quatro meses. Havia sido convidada pelo ministro da Fazenda Paulo Haddad e, quando este perdeu o cargo para Eliseu Rezende, Yeda renunciou. Em três meses, a desconhecida professora de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tornou-se uma mulher popular no estado, conseguindo com isso se eleger no pleito imediato a deputada federal.

Portanto, no que concerne às mulheres deputadas com carreiras longevas, percebe-se facilmente que o capital político é fundamental; 51 mulheres de uma forma ou de outra o possuem e o que deve ser destacado é que mais de um terço delas militaram desde jovens em movimentos estudantis e em sindicatos, um terço delas também fizeram vida partidária como vereadoras, percorrendo um caminho de profissionalização na política.

### *Capital familiar*

Das 62 deputadas em pauta, 18 têm parentes próximos com cargos políticos, o que em princípio as caracterizam como possuindo capital familiar. Entre elas, 13 são casadas com políticos, 3 têm pai ou mãe com cargos políticos, 1 é irmã e 1 é sobrinha-neta de políticos. Há três aspectos importantes a serem tomados em consideração. O

---

<sup>22</sup> São elas: Vanessa Grazziotin (Manaus, AM), 1988, 1992, 1996; Perpétua Almeida (Rio Branco, AC), 2000; Jo Morais (Belo Horizonte, MG), 1996, 2000; Maria do Rosário (Porto Alegre, RS), 1992, 1996; Manuela D'Ávila (Porto Alegre, RS), 2004; Telma de Souza (Santos, SP), 1982; Luiza Erundina (São Paulo, SP), 1982; Ana Perugini (Hortolândia, SP), 2004; Moema Gramacho (Salvador, BA), 1996; Lídice da Mata (Salvador, BA), 1982; Bete Azize (Manaus, AM), 1974; Cida Diogo e Janete Capiberibe (Macapá, AP), 1988; e Sandra Rosado, vice-prefeita e prefeita de Mossoró (RN).

<sup>23</sup> Direita: Jusmari (Barreiras, BA), Lygia Bastos (Rio de Janeiro, RJ), Maria Gorete (Fortaleza, CE) e Conceição Sampaio (Manaus, AM); Centro: Junia Marise (Belo Horizonte, MG) e Simone Morgado (Bragança, PA).

primeiro refere-se ao número baixo de relações de parentesco se comparado ao conjunto das deputadas e deputados federais. Essas deputadas representam 29% do universo estudado.

Os dados recolhidos por Luis Felipe Miguel, Danusa Marques e Carlos Machado apontam para um alto percentual de mulheres na Câmara dos Deputados com capital familiar: 51,2% em 2002; 55,6% em 2006 e 52,3% em 2010. Porém, o mais interessante a ser observado é que essas mulheres de carreira longa têm menor dependência de capital familiar que o conjunto dos homens eleitos para a Câmara dos Deputados: 31% em 2002; 41,5% em 2006; 46,1% em 2010 (Miguel, Marques e Machado, 2015, p. 754). Essas diferenças percentuais podem estar relacionadas a duas condições: o fato de mais da metade das mulheres em análise ser representante das regiões Sudeste e Sul, com predominância na primeira, e o número significativo de mulheres no campo da esquerda. Ambas as condições colaboram para que o fenômeno das famílias políticas esteja menos presente.

As relações familiares das mulheres se diferenciam pelos graus de parentesco. Entre os deputados, a grande maioria deles é herdeira da geração anterior, mesmo que ainda em atividade política, ou seja, a figura familiar de referência é o pai<sup>24</sup>. No caso das mulheres, é o marido. Bourdieu (1979, p. 127), tratando do mercado dos capitais, é enfático em afirmar que o valor do capital depende da especificidade de cada campo. Em uma estrutura patriarcal, o homem herda o capital familiar do pai, nunca esse capital virá do fato de ser “marido de”, como acontece com as esposas.

Antes de examinar cada tipo de capital familiar, vale mapear as regiões e os partidos de onde provêm as deputadas com esse capital:

---

<sup>24</sup> “Filhos de políticos famosos, Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ), Clarissa Garotinho (PR-RJ), Renan Filho (PMDB-AL), Requião Filho (PMDB-PR), Expedito Netto (Solidariedade-RO) e Pedro Cunha Lima (PSDB-AL) saíram vitoriosos nas eleições deste ano. / Filho mais velho de Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado, Renan Filho (PMDB) foi eleito novo governador de Alagoas neste domingo. Com 98% das urnas apuradas, o peemedebista alcançou 655.239 votos, totalizando 52,38% dos válidos. / Três filhos de ex-governadores estaduais conseguiram uma vaga na Câmara dos Deputados: Marco Antônio Cabral (PMDB) e Clarissa Garotinho (PR) foram eleitos no Rio de Janeiro, enquanto Requião Filho (PMDB) obteve uma vaga pelo Paraná. / Marco Antônio é filho de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, enquanto Clarissa é filha dos ex-governadores Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho. Já Requião Filho é herdeiro político do ex-governador do Paraná Roberto Requião. / Expedito Netto (Solidariedade-RO), que é filho do ex-senador Expedito Júnior, foi eleito deputado federal por Rondônia” (Nery, 2014).

**Tabela 11**  
**Tipo de capital familiar**

Nome	Estado	Partido	Parentesco	Cargo do parente
<b>Região Norte</b>				
Zila Bezerra	AC	PTB	marido	senador
Perpétua Almeida	AC	PCdoB	marido	deputado estadual
Janete Capibaribe	AP	PSB	marido	senador
Vanezza Graziotin	AM	PCdoB	marido	deputado estadual
Marinha Raupp	RO	PMDB	marido	senador
Elcione Barbalho	PA	PMDB	marido	governador/deputado federal
<b>Região Nordeste</b>				
Nice Lobão	MA	PSD	marido	senador
Nely Novaes	BA	Arena	marido	interventor federal
Lucia Braga	PB	PSD	marido	governador/deputado federal
<b>Região Centro-Oeste</b>				
Lucia Vania	GO	PSDB	marido	senador
Josi (Josiniane) Nunes	TO	PMDB	mãe/pai	prefeito/deputado federal
<b>Região Sudeste</b>				
Edna Bezerra Macedo	SP	PSL	irmão	bispo
Ivete Vargas	SP	PTB	tio-avô	presidente
Andreia Zito dos Santos	RJ	PSDB	pai	prefeito/deputado federal
Maria Laura Carneiro	RJ	PTB	pai	senador
Rita Camata	ES	PMDB	marido	senador
Suely Rangel Vidigal	ES	PDT	marido	prefeito/deputado federal
<b>Região Sul</b>				
Cida Borghetti	PR	PROS	marido	prefeito/deputado federal

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados da Câmara dos Deputados.

Em relação às 13 mulheres casadas com políticos, algumas características de trajetória são marcantes: 9 dessas mulheres se tornaram deputadas federais sem nunca terem exercido outro mandato ou terem participado de instâncias partidárias, movimento estudantil ou sindicatos<sup>25</sup>. Nota-se que estamos tratando com mulheres que tiveram no mínimo 12 anos de mandato, portanto foram reeleitas no mínimo duas vezes. O comum entre elas é estarem ligadas a políticos que tiveram papel preponderante na política regional e nacional. Vale destacar que várias exerceram cargos na administração dos maridos, quando estes foram prefeitos ou governadores, o que lhes possibilitava exposição pública e acúmulo de capital para se candidatarem a cargos eletivos, por exemplo: Rita Camata exerceu o cargo de presidente da Unidade Comunitária de Integração Social quando o marido, Gerson Camata, foi governador do estado do Espírito Santo; Suely Vidigal foi secretária de Promoção Social do município de Serra (ES), no mandato de prefeito de Sergio Vidigal, seu marido; Nice Lobão foi secretária de Ação Social do Maranhão quando o marido, Edson Lobão, foi governador. Entre as outras 4 mulheres casadas com políticos, nenhuma teve militância em sindicatos e movimentos estudantis,

<sup>25</sup> São elas: Rita Camata e Suely Rangel Vidigal (ES), Lucia Vânia (GO), Nice Lobão (MA), Elcione Barbalho (PA), Lucia Braga (PB), Nely Novaes (BA), Marinha Raupp (RO) e Ivete Vargas (SP).

mas todas foram eleitas, 3 vereadoras e 1 prefeita: Perpétua Almeida (Rio Branco, AC), Vanessa Grazziotin (Manaus, AM) e Janete Capiberibe (Macapá, AP), as vereadoras; e Zila Bezerra (Cruzeiro do Sul, AC), a prefeita.

As carreiras de Perpétua Almeida, Vanessa Grazziotin e Janete Capiberibe são bastante particulares nesse universo de mulheres casadas com políticos, pois não parecem derivar suas carreiras do casamento, mas as construíram junto com as carreiras dos maridos. As duas primeiras são militantes do PCdoB juntamente com os cônjuges. Como já apontamos, Perpétua Almeida foi presidente do Sindicato dos Bancários do Acre e Vanessa foi presidente de DCE. Ambas também parecem ter tido carreiras políticas mais sólidas e nacionais que os maridos, que se mantiveram na política estadual. Janete Capiberibe foi militante do PCB, tendo sido presa pelo regime militar, teve uma filha na prisão e, com o marido, exilou-se na Bolívia, no Chile, no Canadá e em Moçambique. Quando retornaram ao Brasil, ambos consolidaram carreiras políticas de sucesso. Esses casos, portanto, devem ser tratados com cuidado, pois se estaria cometendo um grave equívoco derivar as carreiras dessas mulheres de seus casamentos. É bastante mais razoável concluir que se trata de casais que militaram juntos.

Lucia Vania e Elcione Barbalho se divorciaram dos maridos; Lucia tornou-se senadora. Elcione tentou uma vaga para o Senado, perdeu as eleições e retornou à política como vereadora, chegando novamente à Câmara dos Deputados. As carreiras dessas duas mulheres indicam que, em certo momento, elas conseguiram se descolar dos maridos, mas, mesmo assim, seus nomes estavam ligados a nomes muito importantes da política regional e nacional.

Das outras 5 deputadas com relações familiares, 3 são filhas de políticos, duas delas de políticos com carreiras regionais. Andreia Zito dos Santos, do Rio de Janeiro, era filha de um político que foi vereador e prefeito de Duque Caxias (RJ) e deputado estadual; Josiniane Nunes tinha mãe e pai políticos na cidade de Gurupi no Tocantins; e a terceira, Maria Laura Carneiro, era filha do senador Nelson Carneiro – que se tornou muito popular no Brasil das décadas de 1960-1970 por sua luta pela legalização do divórcio. Resta Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, que, apesar do poderoso capital familiar de entrada na política, teve uma longa e atribulada carreira posterior à morte do presidente e bastante independente da sua memória.

Finalmente, Edna Bezerra Macedo, irmã do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Em relação a ela, há uma interessante composição de capital, pois o bispo e empresário de telecomunicações, que nunca exerceu nenhum tipo de atividade política, transfere o capital de sua credibilidade de líder religioso para a irmã. Tem sido bastante comum pastores de igrejas evangélicas se tornarem deputados federais no Brasil. Utilizam-se de sua capacidade de convencimento, de suas congregações e

recursos econômicos advindos das igrejas em suas campanhas. O interessante, no caso em pauta, é que o bispo Macedo usou de seu capital religioso para eleger a irmã<sup>26</sup>.

### *Capital midiático*

O último tipo de capital de que nos ocupamos é o midiático, não familiar, que aparece em uma proporção muito pequena no grupo em estudo. Apenas 4 deputadas se elegeram a partir de carreiras feitas no jornalismo: Cristina Tavares, Cidinha Campos, Rose de Freitas e Conceição Sampaio. A primeira, uma militante pelos direitos humanos que se tornou popular como jornalista política em Brasília, foi muito próxima de Ulisses Guimarães. Cidinha Campos trabalhou na televisão e ganhou fama com um espetáculo teatral em que conversava com a plateia, só de mulheres, sobre os problemas femininos. Esse espetáculo percorreu o Brasil de 1975 a 1978, com o título de *Homem não entra*, considerado fora da lei na época, sendo proibido por um tempo pelo governo militar. Apesar do incômodo que causou, Cidinha Campos nunca militou no movimento feminista ou se declarou feminista na época. Rose de Freitas começou sua longa carreira política no Espírito Santo, com um popular programa de rádio. Já Conceição Sampaio ficou conhecida através de seu trabalho como apresentadora de televisão.

### **À guisa de conclusão**

A pouca presença das mulheres na política no Brasil tem sido um fato verificado em todas as instâncias da vida política do país. Nos cargos legislativos, tal cenário se apresenta de forma muito grave quando comparado com dados internacionais. Quando estudamos um grupo de mulheres que tiveram êxito na vida política, como é o caso das 62 mulheres em foco neste artigo, torna-se ainda mais patente as razões dessa quase ausência. Não considerando as mulheres que se elegeram unicamente pelo fato de serem parentes próximas de políticos ou figuras públicas, que foram minoria no conjunto, as mulheres que empreenderam carreiras longevas tiveram uma vida pública relevante antes de se elegerem deputadas. Foram líderes estudantis, ocuparam cargos de alta direção em sindicatos, ainda jovens se tornaram vereadoras e algumas delas, prefeitas.

Essas mulheres, com educação muito acima da média brasileira, romperam a barreira do mundo privado e foram lideranças em um mundo público e masculino, como o dos sindicatos de médicos, de bancários, de trabalhadores da indústria petroleira. Militaram em centros acadêmicos durante a formação universitária. Elas venceram porque lutaram na arena masculina com as armas e os valores de liderança desse espaço. Não há, entre

---

<sup>26</sup> Apenas para ilustrar: Marcelo Crivella, prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro em 2014, é sobrinho de Edir Macedo.

essas mulheres, um único exemplo de militância que tenha rompido com essa escrita. Elas não foram lideranças em movimentos sociais nem militaram no feminismo. Não há notícias de que pertenceram a coletivos que construíram candidaturas. Ou seja, a presença de mulheres com carreiras políticas não indicou, até as eleições de 2014, novas formas de entrada nesse campo. O sistema político não abre espaço para experiências diferenciadas. Apenas aquelas mulheres que fizeram trajetórias tradicionais construíram carreiras sólidas. Esse é um dos gargalos centrais da escassa presença das mulheres na vida política brasileira, pois a possibilidade dessas trajetórias se abre para muito poucas em um país como o Brasil, com uma divisão de trabalho tão marcadamente sexual, com a responsabilização da mulher pela reprodução da vida familiar.

Quando se busca examinar carreiras sólidas, o número de mulheres militantes de partido de esquerda é desproporcional em relação à presença desses partidos na Câmara de Deputados. Não se trata de atribuir aos partidos de esquerda uma forma alternativa de construir seus quadros políticos, mas de pensar que mulheres de esquerda tendem a ser menos enquadradas nos esquemas tradicionais, com mais propensão a quebrar padrões de comportamento esperado de mulher, esposa e mãe. Essas mulheres pertencem a movimentos estudantis e sindicatos, viveiros de lideranças partidárias. Não encontramos nenhuma relação entre essas mulheres e o feminismo como militância. Como descrevemos anteriormente, apenas duas delas tiveram alguma relação com a luta das mulheres ao longo dos 64 anos examinados.

Para finalizar, é necessário destacar que este artigo tratou das trajetórias de mulheres que tiveram carreiras longevas com o propósito de examinar os caminhos trilhados que lhes permitiram entrar em um campo político marcadamente masculino. Não esteve em análise a performance das parlamentares como deputadas estaduais ou federais, em que se poderiam averiguar suas militâncias em causas relacionadas aos direitos das mulheres. O fato de termos encontrado só duas mulheres com envolvimento direto com o movimento feminista pode ser indicador do preconceito em relação ao movimento no interior dos partidos políticos, o que provocaria um apagamento desse tipo de militância para ter maior possibilidade de construir uma carreira política. Essa é uma hipótese que necessita de análises posteriores.

Em outras oportunidades, foi verificado que deputadas, sem nenhuma militância anterior no movimento feminista ou nos movimentos de mulheres, tornaram-se defensoras dos direitos das mulheres na Câmara de Deputados. A presença das mulheres, mesmo em número pequeno, foi de grande importância na Constituinte de 1987/1988. Na Câmara de Deputados, mesmo sem *status* oficial<sup>27</sup>, há uma Bancada Feminina que tem tratado de

---

<sup>27</sup> A popularidade do uso da expressão "bancada" trouxe problemas de entendimento. O fato de um grupo de parlamentares instituírem regimentos e realizarem reuniões periódicas não os/as qualificam como uma bancada, mesmo que assim se autointitulem. Uma bancada na Câmara de Deputados corresponde ao número total de representantes de um partido, como fica claro no Art. 8º do Regimento da Câmara de Deputados: "Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos

temas importantes concernentes ao direito das mulheres. Também no Senado Federal existe uma bancada com o mesmo padrão, além de um jornal, o *Jornal do Senado Mulher*, publicado desde junho de 2014, além de uma Procuradoria Especial da Mulher.

*Celi Regina J. Pinto* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: <celirjp@gmail.com>.

*Augusta Silveira* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: <augustaslvr@gmail.com>.

### Referências bibliográficas

ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 14 maio 2017.

ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPM (Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Política para Mulheres), 2012.

AQUINO, M.; COSTA, M.; MORAES, L. Zulaiê Cobra Ribeiro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

ARAÚJO, C. "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, p. 231-252, 2001.

\_\_\_\_\_. "Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, p. 23-59, 2009.

\_\_\_\_\_. "Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao Legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina". *Estudos Feministas*, vol. 18, nº 2, p. 567-584, 2010.

\_\_\_\_\_. "Cidadania democrática e inserção política das mulheres". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 9, p. 147-168, 2012.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. "Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas". *Dados*, vol. 50, nº 3, p. 535-577, 2007.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1996.

---

que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas, observadas as seguintes regras" (Brasil, 2003). Por óbvio, a Bancada das Mulheres não pode como tal se candidatar à mesa diretora. É sabido que existem outras bancadas informais dentro da Câmara de Deputados, as chamadas BBB, Bancadas do Boi, da Bala, da Bíblia, mesmo com influência e, ainda que sem regimentos como a das mulheres, também não podem se proporem oficialmente a cargos de quaisquer naturezas, por não constituírem bancadas parlamentares de partidos ou blocos.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BORGES, A.; SANCHES FILHO, A. O. "Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 1, p. 1-27, 2016.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses*. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A. "Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, nº 30, p. 107-130, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. "80% dos deputados federais eleitos têm nível superior". *Câmara Notícias*, 6 out. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475472-80-DOS-DEPUTADOS-FEDERAIS-ELEITOS-TEM-NIVEL-SUPERIOR.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Banco de dados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Resolução nº 17, de 1989*: Regimento Interno da Câmara dos Deputados. 6ª ed. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010*. 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRASIL. TSE. *Eleições Anteriores*, 2016a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. TSE. *Repositório de dados eleitorais*, 2016b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CANATO, C. "O voto disperso para candidatos de carreira parlamentar longa". *Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes*, vol. 1, nº 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1496>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

CARNEIRO, A.; ARAÚJO, G. Antonia Lúcia Navarro Braga. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

CARNEIRO, A.; JUNQUEIRA, E. Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Elizabeth Azize. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

CONGRESSO EM FOCO. "Índice de renovação na Câmara chega a 43,5%", 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/indice-de-renovacao-de-parlamentares-na-camara-chega-a-435/>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

COSTA, A. A. A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Neim/UFBA/Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, M. Fátima Pelaes. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

COSTA, M.; BARROS, R.; GOMES, A. Sandra Meira Starling. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

ESCOREL, S.; COSTA, M.; MATTOS, M. A. Luiza Erundina de Sousa. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

FERREIRA, L. G. (org.). *Presença feminina*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.

FAVRETTO, R. "A política como profissão: trajetória de políticos do Poder Legislativo catarinense. Florianópolis". Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136359/335884.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FRASER, N. "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação". *Estudos Feministas*, vol. 15, nº 2, p. 291-308, 2007.

\_\_\_\_\_. *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond*. New York: Verso, 2013.

FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

GANDRA, A. "Brasil ocupa 115º lugar em *ranking* de mulheres na política". *Agência Brasil*, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

GARCIA, M. Maria do Carmo Lara Perpétuo. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

GOMES, A. Jô Moraes. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

IPU – INTER-PARLIAMENTARY UNION. Women in national parliaments, 2017. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 13 fev 2018.

JOFFILY, M. Edna Macedo. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil". *Opinião Pública*, vol. 9, nº 1, p. 44-67, 2003.

LIMA, E. C.; BARROS, R.; BASTOS, M. Júnia Marise. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

MARQUES, D. "Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias?". V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-036/324.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. "Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas". *Estudos Feministas*, vol. 18, nº 3, p. 653-679, 2010.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. "Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 58, nº 3, p. 721-747, 2015.

MONTEIRO, M. C.; SOUSA, A. C. Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

MOURA, G.; SOUSA, L. O. Yeda Rorato Crusius. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Maria Laura Monteza de Sousa Carneiro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

NERY, A. "Filhos de políticos famosos são eleitos pelo país". *G1*, 5 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/filhos-de-politicos-famosos-sao-eleitos-pelo-pais.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

ORSATO, A. "Como mulher e deputada: a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011)". Porto Alegre. Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. "O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 44, nº 2, p. 133-172, 2001.

PEREIRA, P.; SOUSA, L. O.; DANTAS, A. Maria Aparecida Campos Straus. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

PINHEIRO, L. Fátima Bezerra. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Iriny Lopes. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.

\_\_\_\_\_. Sandra Rosado. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010c.

PNUD Brasil. *Ranking IDH Global 2014*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 13 de fev. 2018.

- QUARTI, M. Rosilda de Freitas. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Marilu Segatto Guimarães. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.
- QUARTI, M.; CORREIA, M. L. Rita de Cássia Paste Camata. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- ROCHA, A. Luciana Genro. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SACCHET, T.; SPECK, B. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p. 177-197, 2012.
- SANTOS, A. M.; SERNA, M. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 64, p. 93-113, 2007.
- SETEMY, A. Elcione Teresinha Zahluth Barbalho. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SILVA, E.; SOUSA, L. O.; DANTAS, A. Jandira Feghali. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUSA, J.; ARAGÃO, M. Lídice da Mata e Sousa. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUSA, L. O. Ivete Vargas. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- \_\_\_\_\_. Maria Elvira Sales Ferreira. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010b.
- SOUSA, L. O.; COSTA, M. Irma Rosseto Passoni. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- SOUSA, L. O.; COSTA, M.; CAMARGO, O. Telma Sandra Augusto de Souza. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.
- TABAK, F. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. Coleção Direito e Sociedade.
- TOSTE, A.; MONTALVÃO, S. Maria Cristina de Lima Tavares Correia. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

VELASQUEZ, M.; COUTO, A. F.; CORREIA, M. L. Benedita Sousa da Silva. In: ABREU, A. A., et al. (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010.

## Apêndice

**Quadro 1**  
**Partidos políticos por período e espectro ideológico**

Período	Direita	Centro	Esquerda
1950-a	<i>PSD/UDN/PDC</i>		PTB
1966-1978	<i>Arena</i>	-	<i>MDB</i>
1982-2014	<i>PPR/PSC/PFL/PRB/ PTdoB/DEM/PP/PSH/PRTB/PH S/PROS/PMN/PL/ PPB/PSD/PR/PTB/DEM/ PRONA/PTN/PSL/PTC/ PTB/PST/PTR/PAN</i>	PMDB/PSDB/PPS	PT/PCdoB/PSTU/ PSOL/PDT/PSB

**Fonte:** Elaboração própria.

**Obs.:** Em itálico, partidos já extintos.

**Quadro 2**  
**Relação das 62 deputadas com carreiras políticas longevas**

Deputada	Legislativas estaduais (ano de eleição)	Legislativas federais (ano de eleição)	UF
Alice Portugal	1994, 1998	2002, 2006, 2010, 2014	BA
Ana Perugini	2006, 2010	2014	SP
Andreia Almeida Zito dos Santos	1998, 2002	2006, 2010	RJ
Benedita da Silva	-	1986, 1990, 2010, 2014	RJ
Beth Azize	1978, 1982	1986, 1990	AM
Cida Borghetti	2002, 2006	2010	PR
Cida Diogo	1998, 2002	2006	RJ
Cidinha Campos	1990, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1994	RJ
Conceição Sampaio	2006, 2010	2014	AM
Cristina Tavares	-	1978, 1982, 1986	PE
Edna Bezerra Fernandes Macedo	1994, 1998	2002	SP
Elcione Barbalho	-	1994, 1998, 2006, 2010, 2014	PA
Eliziane Pereira Gama	2006, 2010	2014	MA
Érika Kokay	2002, 2006	2010, 2014	DF
Fátima Pelaes	-	1990, 1994, 1998, 2006, 2010	AP
Flávia Carreiro Albuquerque Moraes	2002, 2006	2010, 2014	GO
Iriny Lopes	-	2002, 2006, 2010	ES
Irma Passoni	1978	1982, 1986, 1990	SP

<b>Deputada</b>	<b>Legislaturas estaduais (ano de eleição)</b>	<b>Legislaturas federais (ano de eleição)</b>	<b>UF</b>
Ivette Vargas	-	1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1982	SP
Jandira Feghali	1986	1990, 1994, 1998, 2002, 2010, 2014	RJ
Janete Capiberibe	1990, 1994, 1998	2002, 2006, 2010, 2014	AP
Josiniane Nunes	1998, 2006, 2010	2014	TO
Júnia Marise Azeredo Coutinho	1974	1978, 1982	MG
Jusmari Terezinha de Souza Oliveira	1998, 2002	2006	BA
Lídice da Mata	1986, 1998, 2002	2006	BA
Luci Choinacki	1986	1990, 1998, 2002, 2010	SC
Lucia Braga	-	1986, 1990, 2002	PB
Lucia Vânia	-	1986, 1990, 1998	GO
Luciana Genro	1994, 1998	2002, 2006	RS
Luiza Erundina	1986	1998, 2002, 2006, 2010, 2014	SP
Lygia Lessa Bastos	1962, 1966, 1970	1974, 1978	RJ
Manuela D'Ávila	2014	2006, 2010	RS
Maria Abadia	1990	1986, 1998	DF
Maria de Fátima Bezerra	1994, 1998	2002, 2006, 2010	RN
Maria do Carmo Lara Perpétuo	-	1998, 2002, 2006	MG
Maria do Rosário	1998	2002, 2006, 2010, 2014	RS
Maria do Socorro Jo Moraes	2002	2006, 2010, 2014	MG
Maria Elvira de Sales Ferreira	1986, 1990	1994, 1998	MG
Maria Gorete Pereira	1994, 1998	2006, 2010, 2014	CE
Maria Helena Veronese Rodrigues	-	2002, 2006, 2014	RR
Maria José Maninha	1994, 1998	2002	DF
Maria Laura Monteza de Souza Carneiro	-	1994, 1998, 2002, 2014	RJ
Marilu Segatto Guimarães	1986	1990, 1994	MS
Marinha Raupp	-	1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	RO
Moema Gramacho	1998, 2002	2014	BA
Necy Novaes	-	1962, 1966, 1970	BA
Nice Lobão	-	1998, 2002, 2006, 2010	MA
Perpétua Almeida	-	2002, 2006, 2010	AC
Rita Camata	-	1986, 1990, 1994, 1998, 2006	ES
Rosilda/Rose de Freitas	1982	1986, 1990, 2002, 2006, 2010	ES
Sandra Cavalcanti	1958, 1974	1986, 1990	RJ
Sandra Escossia Rosado	1998	2002, 2006, 2010	RN
Sandra Starling	1986	1990, 1994	MG
Simone Morgado	2006, 2010	2014	PA
Solange Amaral	1994, 1998	2006	RJ
Suely Rangel Silva Vidigal	2002	2006, 2010	ES
Telma de Souza	1986	1990, 1998, 2002, 2010	SP



Deputada	Legislaturas estaduais (ano de eleição)	Legislaturas federais (ano de eleição)	UF
Vanessa Grazziotin	-	1998, 2002, 2006	AM
Yeda Crusius	-	1994, 1998, 2002	RS
Zelinda Novaes e Silva Jarske	1990, 1994, 1998	2002	BA
Zila Bezerra	-	1990, 1994, 1998	AC
Zulaiê Cobra	-	1994, 1998, 2002	SP

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

### Resumo

#### *Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)*

O artigo analisa a trajetória política de 62 mulheres que, ao longo de 17 legislaturas, exerceram no mínimo três mandatos de deputadas, sendo pelo menos um como deputada federal, com o objetivo de responder a seguinte questão: quais são os requisitos necessários para as mulheres chegarem a ter carreiras parlamentares exitosas em um país que está em 151º entre os 187 países analisados quanto à participação das mulheres nos parlamentos em 2017? O artigo está dividido em duas sessões: a primeira faz um apanhado geral do universo das mulheres eleitas deputadas estaduais e federais entre 1950-2014, no total de 653 deputadas; a segunda ocupa-se das 62, foco central do trabalho. A análise da trajetória das 62 deputadas demonstrou que suas carreiras políticas longevas seguem caminhos tradicionais de políticos homens e este achado constitui-se uma das principais razões da escassa presença das mulheres na vida política brasileira.

*Palavras-chave:* carreira; legislativo; deputadas; mulheres; capital político

### Abstract

#### *Women with long political careers in the Brazilian legislative branch (1950–2014)*

This article analyzes the political trajectory of 62 women who, during 17 legislatures, exercised at least three terms, with at least one being in the position of federal representative, in order to answer the following question: what are the necessary requirements for women to have successful parliamentary careers in a country that places 151st among 187 countries reviewed in terms of women's participation in parliaments in 2017? The article is divided into two parts: the first part gives a general overview of the universe of women elected state and federal representatives between 1950 and 2014, a total of 653 deputies. The second part focuses on the 62 women who at least once reached the federal congress, the main focus of this study. The analysis of the trajectories of the 62 deputies showed that their long political careers follow the same traditional paths as their male peers, a finding that points to one of the main reasons for the scarce presence of women in Brazilian political life.

*Keywords:* career; legislative branch; deputies; women; political capital

### Resumen

#### *Mujeres con largas carreras políticas en el legislativo brasileño (1950-2014)*

En este artículo se analiza la trayectoria política de 62 mujeres que durante 17 legislaturas ejercieron como mínimo tres mandatos, con al menos uno en posición de representante federal, para responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los requisitos necesarios para que las mujeres tengan carreras parlamentarias con buen éxito en un país que ocupa el lugar 151 entre los 187 países examinados en términos de participación de las mujeres en los parlamentos en 2017? El artículo se divide en dos partes: la primera parte aporta una visión general del universo de mujeres elegidas representantes

estatales y federales entre 1950 y 2014, un total de 653 diputadas. La segunda parte se centra en las 62 mujeres que al menos una vez llegaron al congreso federal, enfoque principal de este estudio. El análisis de la trayectoria de las 62 diputadas demostró que sus largas carreras políticas siguen caminos tradicionales de políticos varones y este hallazgo constituye una de las principales razones de la escasa presencia de las mujeres en la vida política brasileña.

*Palabras-clave:* carrera; legislativo; diputadas; mujer; capital político

### **Résumé**

*Les femmes ayant de longues carrières politiques dans le législatif brésilien (1950-2014)*

Cet article analyse la trajectoire politique de 62 femmes qui, au cours de 17 législatures, ont exercé au moins trois mandats, avec au moins un de ces mandats au poste de représentant fédéral, afin de répondre à la question suivante: quelles sont les exigences nécessaires pour que les femmes aient des carrières parlementaires réussies dans un pays qui occupe la 151<sup>e</sup> place sur 187 pays en matière de participation des femmes aux parlements en 2017? L'article est divisé en deux parties: la première partie donne un aperçu général de l'univers des femmes élues représentants étatiques et fédéraux entre 1950 et 2014, soit un total de 653 députés. La deuxième partie porte sur les 62 femmes qui ont fait partie au moins une fois du congrès fédéral, l'objet principal de cette étude. L'analyse de la trajectoire des 62 députés a montré que leurs longues carrières politiques suivent les chemins traditionnelles des hommes politiques et cette constatation est l'une des principales raisons de la faible présence des femmes dans la vie politique brésilienne.

*Mots-clés:* carrière; législatif; députés; femmes; capital politique

Artigo submetido à publicação em 9 de agosto de 2017.

Versão final aprovada em 28 de março de 2018.

# Violência e satisfação com a democracia no Brasil

---

Marcio de Lucas Gomes

Jakson Alves de Aquino

---

## Introdução<sup>1</sup>

A violência é uma das grandes temáticas do cotidiano da sociedade brasileira. Embora não esteja no rol dos países que vivenciam conflitos militares, o Brasil possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo, estando, assim, como outros países da América Latina, na contramão da tendência mundial de redução do número de homicídios, alcançando o recorde de 59.627 homicídios, representando uma taxa de 29,1 mortes por 100 mil habitantes em 2014, segundo a série histórica registrada pelo Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2016). O Brasil também possui sistemas policial e judiciário pouco eficientes, com baixa taxa de conclusão de processos, o que gera uma sensação de impunidade por parte da população. Segundo levantamento realizado pela Comissão Nacional de Justiça (CNJ)<sup>2</sup>, em 2017, com base em dados de 2016, apenas 27% de todos os processos foram solucionados, o que significa que, mesmo sem novas demandas, os tribunais brasileiros levariam aproximadamente 2 anos e 8 meses para emitir todas as sentenças pendentes, o que indica baixo desempenho em comparação com sistemas penais de porte semelhante (Adorno, 1994).

Observando a série temporal entre 2007 e 2014 dos dados do Barômetro das Américas<sup>3</sup> para o Brasil, encontramos uma nova evidência da magnitude da violência enquanto fenômeno social. A violência é apontada pelos entrevistados como o problema mais grave pelo qual o país está passando. Na Figura 1, observamos que, durante esse período, essa variável apresentou valores percentuais mais elevados do que os relacionados a problemas econômicos, o segundo tipo mais citado<sup>4</sup>. A partir de 2010, há

---

<sup>1</sup> Somos gratos aos revisores anônimos pelas sugestões de melhoria no artigo, especialmente pela orientação de usar modelos de equações simultâneas e modelos de mediação causal, o que permitiu uma discussão mais aprofundada dos resultados e evitou que cometêssemos erros graves. Agradecemos também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pela bolsa de pesquisa do primeiro autor.

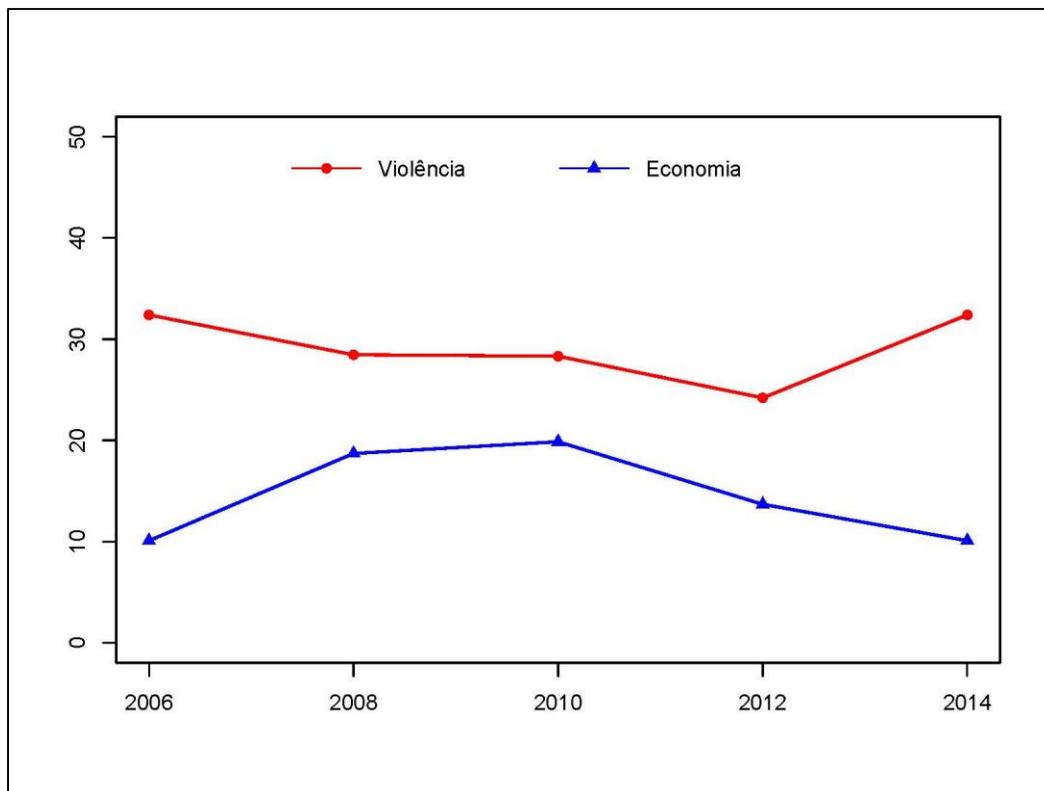
<sup>2</sup> Cf.: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/e5b5789fe59c137d43506b2e4ec4ed67.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

<sup>3</sup> Os dados do Barômetro das Américas (AmericasBarometer) são obtidos a partir de *surveys* conduzidos pelo Latin American Public Opinion Project (Lapop), da Vanderbilt University. A primeira onda do Barômetro das Américas no Brasil foi realizada entre 12 de julho e 26 de agosto, como parte da onda de *surveys* Lapop AmericasBarometer 2006-2014. Somos gratos ao Lapop e a seus apoiadores por tornarem os dados disponíveis. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/data-access.php>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

<sup>4</sup> Os problemas associados à violência foram codificados a partir das respostas que correspondiam às categorias: "Delinquência, crime, violência", "Narcotráfico", "Conflito armado", "Segurança (falta de)", "Violência", "Impunidade", "Sequestro", "Gangues"; ao passo que os problemas associados à economia

um sinal de queda nesses dois índices, porém entre 2012 e 2014 há uma elevação expressiva para o relacionado à violência, enquanto aquele associado à economia mantém a tendência de queda, indicando uma preponderância ainda maior do tema em anos recentes.

**Figura 1**  
**Maior problema do país segundo os brasileiros – 2006-2014 (%)**



Fonte: Barômetro das Américas.

A percepção da violência como problema mais grave do país afeta a visão que os brasileiros têm sobre o funcionamento do regime democrático no Brasil. Neste artigo, analisamos os impactos de variáveis relacionadas à violência e ao crime sobre a *satisfação com a democracia* a partir de dois aspectos: um instrumental e outro cultural. Por um lado, a vitimização pela violência acarreta custos socioeconômicos para os cidadãos, assim como desconfiança na capacidade que as instituições do regime democrático têm de protegê-los. Diante desse cenário, os indivíduos manifestariam rejeição ou indiferença em relação à democracia. Por outro lado, a ausência de controle sobre o crime gera a proliferação de

---

correspondiam a: "Economia, problemas com, crise de", "Altos preços", "Desemprego/falta de emprego", "Pobreza", "Favelas".

não cooperadores, pois, uma vez que as pessoas se sentem inseguras quanto aos outros ao seu redor, desencadeia-se um efeito cascata: a partir da desconfiança individual, a confiança interpessoal na sociedade é corroída e, conseqüentemente, as possibilidades de as pessoas disporem-se a empregar tempo e recursos em ações coletivas que possam prover bem público, fundamental como base comportamental da democracia. A violência, portanto, minaria a democracia pelo menos de duas formas: ao levar as pessoas a não acreditarem na capacidade do regime de protegê-las e ao reduzir a confiança interpessoal.

### **Confiança e cooperação**

Aristóteles, em seu livro *A política*, escreveu a famosa frase “O homem que vive só é um Deus ou uma besta”. Segundo o autor, a atividade de mediar interesses privados na esfera pública, para a qual deu o nome de política, é o que distingue as pessoas de outros seres. Nas dezenas de Constituições existentes nas cidades-Estado independentes da Grécia que foram analisadas no decorrer dessa obra, o estabelecimento de acordos coletivos é uma das principais características comuns a elas. Tal ideia representa um dos primeiros esforços de construção de uma teoria dos grupos sociais, ou seja, uma resposta para a pergunta “por que os indivíduos se unem em coletividades?”.

Entre os seres humanos a interação social não é apenas artifício importante para sua sobrevivência, mas também elemento constitutivo da sua humanidade. Esse aspecto fundamental dos fenômenos humanos põe em questão duas dimensões da vida social: por um lado, as pessoas possuem percepções de risco, avaliações de custo e desejos subjetivos individuais; por outro, elas dependem da vontade e da ação de outras pessoas para conseguir informação e recursos necessários para a obtenção de um benefício.

Partindo desse pano de fundo, cabe mencionar que a confiança é um dos fatores mais importantes para a cooperação. A confiança interpessoal pode ser definida como a percepção de uma pessoa de que existe uma probabilidade favorável de receber ajuda ou colaboração espontânea de outra. Também existe confiança quando, numa interação prolongada entre dois indivíduos, estes consideram pequeno o risco de trapaça por parte de um deles. O espectro da confiança pode variar entre a total descrença, em que a pessoa não tem nenhuma expectativa de haver cooperação, e a obrigatoriedade, na qual há certeza de que a conduta será realizada (Lundåsen, 2002).

Além disso, cabe ressaltar o processo de habituação do comportamento humano. A experiência individual de conviver com muitos cooperadores induz uma atitude mais favorável à confiança, visto que os ganhos advindos da cooperação são maiores e a memória de sucesso nas interações favorece a aposta nessa estratégia por indução simples: “se confiar tem dado certo, então dessa vez também dará”. Dessa forma, a confiança interpessoal assume duas dimensões básicas: por um lado, um aspecto que corresponde às características individuais, dado que indivíduos são mais ou menos

cooperadores e, por outro, um aspecto que faz referência às propriedades coletivas de uma comunidade, as quais consistem na maior ou menor presença de estímulos à cooperação.

Em decorrência disso, a confiança interpessoal possui um aspecto instrumental importante: a ação de agir em cooperação com outros é um processo que forma laços comunitários, os quais permitem que uma coletividade aja para realizar algo de maior magnitude, que ninguém seria capaz de realizar individualmente, embora seja do interesse de todos. Outra implicação é que a cooperação entre os indivíduos, além de resolver problemas pontuais comuns, também tem o potencial, a longo prazo, de se tornar um modelo de como coordenar ações coletivas. Regras coletivas são fundamentais em grupos maiores de pessoas por serem capazes de promover fiscalização e coerção da ação de aproveitadores (indivíduos que não cooperam para a produção do bem mas usufruem dele), resolvendo parte do problema da ação coletiva apontado por Olson (1999). Lochner, Kawachi e Kennedy (1999), em revisão bibliográfica sobre o tema, também apontaram que níveis mais elevados de confiança interpessoal possuem efeito negativo sobre as taxas de mortalidade, o número de mortes violentas e a delinquência. Índices mais completos de medição de confiança interpessoal também foram relevantes para a explicação do controle social informal da comunidade, uma vez que vizinhanças mais comunitaristas apresentam menor frequência de brigas, pichações e desrespeito a adultos por parte de crianças.

Buscando entender quais características dos agentes são favoráveis e quais são desfavoráveis à cooperação, Axelrod e Hamilton (1981) testaram diversos modelos baseados em agentes (MBAs) – algoritmos computacionais construídos com propriedades específicas que interagem num universo virtual que simula condições da realidade – a fim de verificar qual deles seria mais eficiente num jogo simples de cooperação e, portanto, alcançaria maior sucesso reprodutivo, tornando-se predominante com o tempo. A tarefa consistia em acumular pontos em uma sequência de rodadas no jogo Dilema do Prisioneiro<sup>5</sup>. O modelo mais eficiente foi o Tit-for-Tat, o qual consistia em agir segundo a lei “olho por olho, dente por dente”. O algoritmo iniciava cooperando, de forma altruísta, e agia na rodada seguinte rigidamente segundo o resultado da rodada anterior: cooperava quando cooperavam, desertava quando desertavam. Além disso, MBAs altruístas apresentaram médias maiores que desertores, exceto na situação em que no estado inicial havia maior quantidade de MBAs desertores.

Apesar da complexidade reduzida dos MBAs, os resultados de Axelrod e Hamilton são relevantes para entendermos a dinâmica social de formação e destruição da confiança. Algoritmos definidos de forma a apostar no altruísmo tenderam ao sucesso pelo fato de a cooperação gerar mais benefícios que a deserção. Apenas quando o mundo virtual era iniciado com quantidade maior de agentes seguindo estratégias desertoras, cooperar tornava-se uma cilada para os altruístas: cooperando com desertores, suas perdas são

---

<sup>5</sup> O Dilema do Prisioneiro é um jogo que se baseia na situação hipotética de dois prisioneiros que não podem se comunicar e têm de decidir por delatar o crime que os dois cometeram ou se omitir.

crescentes porque a probabilidade de encontros com agentes cooperadores é muito reduzida.

Conseqüentemente, existem duas situações de equilíbrio: uma de cooperação generalizada (mundo dominado por estratégias altruístas) e outra de não cooperação generalizada (dominada por estratégias egoístas). Por um lado, isso implica que fatores externos podem influenciar no equilíbrio, como um grupo de desertores que têm o potencial de destruir a confiança numa população, na medida em que induzem comportamentos de autoproteção. Por outro lado, estratégias mais altruístas são capazes de romper o equilíbrio e gerar cooperação, apesar de continuarem sendo sensíveis a desertores. Ohtsuki et al. (2006), utilizando a mesma metodologia, concluíram, ainda, que em arranjos espaciais nos quais agentes interagem com maior número de outros agentes os benefícios são pouco superiores aos custos desmobilizam a cooperação.

Modelos baseados em agentes, computacionais ou não, como aponta Dawkins (1976), são experimentos teóricos que têm o potencial de elucidar fenômenos conhecidos, mas mal compreendidos. Mesmo não intencionais, ações podem aproximar-se de modelos matemáticos, não porque foram realizadas a partir de cálculos sofisticados, mas porque as ações que são mais efetivas e se tornam comuns são justamente aquelas que se aproximam de cálculos sofisticados.

Tomando uma sociedade hipotética como exemplo, a predominância do perfil desertor de seus cidadãos tende a gerar maior confiança entre membros de subgrupos, como famílias e territórios, e menor confiança nas pessoas em geral, as quais fazem parte de outros agrupamentos. Conseqüentemente, esperam-se alta cooperação em cada clivagem e baixa cooperação generalizada, o que implica disputas por recursos, nas quais um grupo busca conquistar a propriedade do outro. A situação de competição generalizada, sem acordos comuns preestabelecidos, tem como produto uma desigualdade radical de recursos, uma vez que os ganhadores da "primeira rodada" utilizam sua vantagem para vencer as próximas disputas, acumulando mais e mais recursos.

Argumentando sobre os efeitos da cooperação e da competição nos sistemas sociais, Coleman (1994) aponta que uma relação entre duas pessoas na qual existe uma diferença substantiva de recursos implica poder assimétrico de definir o resultado da interação, ou seja, aqueles que possuem mais tendem a ganhar mais na relação. E este é o produto das relações hierárquicas: uma elite que assume grande poder decisório nas dinâmicas sociais, manipulando sistemas políticos e econômicos de acordo com seu interesse, a fim de se perpetuar no poder. Assim, como expomos em nosso exemplo hipotético, atores políticos que disputam espaços em instituições tendem a usá-las em favor de seu grupo. Na tendência oposta, uma sociedade de cooperadores maximizaria sua capacidade de produção num jogo de soma diferente de 0, uma vez que todos estariam dispostos a dividir os esforços para obtenção do bem público. Nesse exercício, conseguimos identificar os dois polos da dinâmica de cooperação e concebemos que as sociedades se localizam no intervalo desse espectro.

Porém, não devemos conceber a confiança interpessoal e a cooperação apenas em seu aspecto individual. Giddens (1989) e Bunge (2000) explicam o potencial que as relações sociais têm de se consolidar em instituições ou sistemas, descrevendo a mudança social como o processo no qual comportamentos emergem e se generalizam, tornando-se habituais, uma vez que passam do nível reflexivo, racionalizado, para a forma pré-reflexiva ou naturalizada, na qual os atores os replicam espontaneamente. Na etapa subsequente, os comportamentos são transmitidos intergeracionalmente, por meio da socialização das crianças, sendo internalizados como regras e utilizados como ferramentas para a vida social. Desse modo, atingem uma dimensão estruturante – externa e coercitiva aos indivíduos – em que a solução hierárquica assume *status* eletivo de resolução mais simples ou mais tradicional. Ou seja, numa sociedade com predomínio de relações hierárquicas, resolver impasses por meio do conflito, descartando as possibilidades de negociação, parece, para seus membros, intuitivamente a melhor alternativa para grande parte das situações da vida social.

O predomínio de um certo tipo de relação para resolver conflitos impacta diretamente o caráter do sistema político, pois regimes democráticos e autoritários podem ser entendidos como as formas institucionais dos dois tipos de equilíbrio, o cooperativo e o de deserção. De acordo com Reis (2003, p. 37):

O arranjo autoritário é um “círculo vicioso” porque o precedente da afirmação violenta do poder inibe a disseminação de comportamentos mais cooperativos no interior da população. A vontade do poderoso de plantão prevalece em última instância, dificultando o estabelecimento de laços “horizontais” de confiança mútua e tornando inúteis, por pouco confiáveis, compromissos que envolvam compensações futuras.

Dessa forma, o autoritarismo pode ser entendido não apenas como resultado de uma desconfiança generalizada por parte dos cidadãos que impede a formação de associações civis, uma vez que desestimula o engajamento em organizações nas quais recursos privados são alocados coletivamente, mas também como um dos fatores de manutenção dessa percepção hostil. Líderes autoritários controlam os recursos da sociedade e tanto têm meios para oferecer suporte aos seus apoiadores em conflitos militares ou ideológicos como podem punir dissidentes em relação ao seu domínio, alocando de maneira pessoal recursos de toda a sociedade.

No livro *Making democracy work*, Putnam (1994) argumenta que atitudes políticas tendem a ser replicadas nas próximas gerações, criando, assim, uma *persistência da trajetória*, ou seja, um comportamento político constituído tende a impactar o desenvolvimento futuro de um país. No caso empírico abordado pelo autor, as regiões Norte e Sul da Itália foram classificadas em níveis distintos de civismo – participação de organizações civis – entre seus habitantes, sendo o Norte detentor de maior civismo, portanto, mais favorável à adoção de instituições burocráticas que o Sul, o que gerou,

segundo Putnam, diferenças significativas nos resultados do projeto de autonomização das províncias por parte do governo federal, que consistia na implementação de um mesmo modelo institucional em todas as províncias, com o Norte apresentando melhor desempenho.

Contudo, não devemos perder a visão do espectro contínuo entre cooperadores ideais e não cooperadores ideais, tal como para os níveis de democracia e autoritarismo. Baquero (2003) aponta que as democracias na América Latina têm passado, nas últimas duas décadas, por uma corrosão das associações em que predominam relações interpessoais horizontais, que ajudavam a canalizar as demandas sociais por vias democráticas. Os produtos disso são um modelo de democracia delegativa, caracterizada por uma relação vertical entre presidente e eleitores, tendo como praticamente único mecanismo de controle popular do governo a eleição presidencial, e redes de dominação populista, nas quais a oferta de benesses alimenta um círculo no qual o patriarca se apresenta como o provedor das soluções e a cooperação é inibida.

Assumimos, portanto, que a democracia possui bases socioculturais, fundamentadas em atitudes e comportamentos dos cidadãos, e que um dos seus elementos, a eficiência das relações sociais, depende da horizontalidade das relações e da confiança interpessoal. Por haver grande desconfiança na sociedade, sistemas que funcionam para coordenar a ação coletiva, como a democracia, soarão, para um cidadão mediano, como empreendimentos nos quais o retorno de tempo e recursos será baixo, uma vez que ele suspeita da existência de grande número de aproveitadores. No lado oposto, níveis de confiança elevados não apenas permitem facilidade no surgimento de organizações no seio da sociedade civil como também propiciam a perspectiva da democracia como um jogo de soma diferente de zero, sendo potencialmente boa para todos.

### **A dimensão instrumental e os benefícios do regime**

Segundo Easton (1968), o sistema político se mantém porque as pessoas obedecem, e elas obedecem quando o sistema é visto como legítimo. Easton classificou os tipos de apoio ao sistema em difuso e específico. O apoio difuso seria constituído por sentimentos de legitimidade e submissão que fazem os membros de um sistema o apoiar mesmo que não estejam sendo especialmente beneficiados por ele, enquanto o apoio específico pode ser entendido como a satisfação com o funcionamento atual do sistema. Uma insatisfação prolongada poderia corroer a legitimidade do sistema.

Se, por um lado, a democracia é condicionada pelas atitudes dos seus cidadãos, por outro, essas atitudes dependem, pelo menos em parte, dos benefícios proporcionados pelo regime político. Cheibub et al. (1996) encontraram evidências de que países que estão em trajetória de crescimento econômico possuem menor probabilidade de sofrer transições de regime, seja este democracia ou ditadura. Roemer (1995) apontou que o apoio à

democracia, sobretudo da parcela mais pobre da população, é sensível ao grau de incerteza sobre o futuro econômico, sendo que o grau dessa incerteza depende do grau de imprevisibilidade sobre qual política econômica será adotada após as eleições. Essas conclusões sugerem que um regime com maior aporte de recursos socioeconômicos tende a dissuadir insatisfação política ao ofertar incentivos diretos para o apoio da população, gerando um consenso baseado no ganho individual por parte dos cidadãos.

Levando em consideração uma situação inversa, Moisés (1995) destacou as dificuldades enfrentadas pelas nações da América Latina na implementação da democracia. Com a maior liquidez econômica mundial, a competição nos mercados de capital tornou-se mais feroz, reduzindo as possibilidades de adotar medidas de valorização do salário mínimo e reconhecimento de direitos trabalhistas, o que acentua a desigualdade econômica e restringe a elevação da qualidade de vida das camadas de menor renda da população. Além disso, a inserção de um novo ator político com poder de veto, os grandes conglomerados empresariais, promoveu novas assimetrias de representação política. Moisés argumenta, ainda, que o menor aporte de recursos tem um impacto diferente nas democracias: nas mais velhas, reduz a aprovação do governo, ao passo que nas mais novas tem potencial para trazer à tona uma memória autocrática, uma vez que as bases socioculturais do regime, as quais envolvem a socialização dos cidadãos na cultura democrática, são incipientes.

Casalecchi (2016) também argumentou sobre o efeito potencial das condições socioeconômicas na opinião dos cidadãos. Revisando bibliografia que utiliza variáveis do nível individual para medir a consistência do apoio à democracia, esse autor apontou que as pesquisas tendem a captar uma diferença significativa entre a preferência pela democracia e a preferência pela democracia em situações adversas. Questionários que incluem um simples experimento mental, no qual se pede aos entrevistados que suponham um contexto de incapacidade do governo em reduzir o desemprego, a criminalidade e a corrupção, por exemplo, captam uma queda do número daqueles que dizem preferir a democracia ao autoritarismo. Além disso, com base em dados do Barômetro das Américas, Casalecchi também aponta que a adesão à democracia por parte dos latino-americanos tende a ser difusa. Ao passo que 75,9% afirmam apoiar a democracia e 77,0% aderem às eleições, apenas 42,3% possuem compromisso com a democracia, ou seja, rejeitam ditaduras mesmo em situações adversas. Tais evidências corroboram a hipótese de que condições socioeconômicas e *satisfação com a democracia* estão fortemente relacionadas, uma vez que a opinião pública atribui grande importância aos benefícios públicos no julgamento do sucesso do regime.

A influência dos fatores socioeconômicos, todavia, não se restringe apenas à avaliação direta do regime. Lipset (1959) foi um dos primeiros a apresentar dados empíricos acerca da relação entre níveis elevados de (1) desenvolvimento e (2) democracia, na medida em que os países que possuíam uma das características também tendiam a possuir a outra. O estudo, que não traz inferências sobre causalidade, contudo,

faz parte da literatura que assume como referência teórica a influência positiva de (1) sobre (2), denominada teoria da modernização. A narrativa sociológica que explicava esse processo foi inicialmente descrita por Weber (2004), ao indicar que o advento do capitalismo coincidia com o *ethos* do trabalho presente em países majoritariamente protestantes. Segundo o autor, a mudança nas relações de trabalho é uma das implicações de uma mudança comportamental mais ampla. Uma vez que um novo contexto social surge, os valores dos indivíduos adaptam-se à realidade emergente e novas prioridades de alocação de tempo e recursos são estabelecidas por eles.

Mais recentemente, Inglehart e Welzel (2009) puderam testar de forma ampla a teoria da modernização com os dados de quatro ondas de aplicação da Pesquisa Mundial de Valores<sup>6</sup>, realizando uma inferência causal sobre o processo. De acordo com os autores, o desenvolvimento socioeconômico interfere na mudança cultural na medida em que o estoque disponível de recursos na sociedade se eleva. Isso propicia alívio na pressão por sobrevivência de uma maior camada da população e condições mais propícias para a expansão dos gastos públicos médios em áreas sociais, elevando a escolarização, com impactos econômicos e culturais ainda maiores para as novas gerações. Por sua vez, níveis de escolaridade mais altos permitem a construção de pensamentos mais abstratos e uma compreensão de demandas que transcendem os indivíduos e seus círculos de conhecidos próximos. Os resultados revelaram que os países com maior crescimento do PIB *per capita* apresentaram valores mais elevados para o índice de autoexpressão, associados à tolerância, ao reconhecimento da importância do estímulo à criatividade das crianças e à liberdade individual, que impactam positivamente o apoio à democracia.

Vale ressaltar, ainda, que o processo de modernização não é linear e que a construção de valores pró-democráticos é sensível ao modo pelo qual um novo aporte de recursos para a sociedade, advindo de um período de crescimento econômico, será distribuído. Welzel, Inglehart e Kruse (2017) apontam que a mudança nas instituições políticas ocorre num ritmo em que períodos duradouros de estabilidade são interrompidos por transições de regime e, no intervalo entre as transições, há um espaço para que outras variáveis catalisem ou inibam o processo. Assim, um curto período de crescimento econômico tende a impactar positivamente as avaliações do governo ao passo que um longo período de crescimento favorece a consolidação da democracia. Em um estudo de caso que ilustra o fenômeno, Wilson (1995) aponta que o desenvolvimento econômico vivenciado pela África do Sul durante as décadas de 1940 a 1990 beneficiou a população branca do país ao mesmo tempo em que impactou negativamente as condições gerais da população negra, uma vez que a implementação de novas tecnologias na produção aniquilou a agricultura de pequeno porte. Esse processo, sustentado pelas políticas de *apartheid* e pela história pregressa de colonialismo, gerou grandes desigualdades sociais e políticas, semelhantes às que ocorreram com a "privatização pelo topo" feita por Boris

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Yeltsin na Rússia pós-soviética, como aponta Brus (1995). No primeiro caso, os resultados positivos da modernização concentraram-se na população branca e, no segundo, entre o empresariado que mantinha relações corruptas com o governo soviético e tinha acesso a informações privilegiadas numa sociedade fechada.

## A percepção da violência

Com base nos elementos expostos nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que existe relação entre percepção da violência e sensação de segurança e satisfação com a democracia? Fernandez e Kuenzi (2010, p. 463) apresentaram evidências de que, em países com taxa de criminalidade elevada, as pessoas que se sentem mais seguras são mais satisfeitas com a democracia. Por um lado, o combate ao crime deve ser um componente importante na avaliação da eficiência das instituições públicas, uma vez que afeta diretamente a percepção dos cidadãos de estar sob ameaça. Por outro, aqueles indivíduos que cometem crimes agem como não cooperadores no conjunto das interações sociais, e tendem a induzir, no resto da população, a sensação de que as pessoas não são confiáveis. Cabe apontar, contudo, que o maior impacto da violência não se dá pela experiência individual que pessoas tiveram com o crime, mas pelos efeitos indiretos da violência, como a propagação do medo e a socialização de crianças e adolescentes em costumes que envolvem a proteção contra ameaças.

Paiva (2014) argumenta que crimes violentos, tais como *mortes calvário*, aquelas que provocam grande comoção social, têm o potencial de gerar um clamor contestatório da ordem social, pois são vistas como atentado contra as regras e os valores naturalizados pelo comportamento cotidiano. E apesar de todos os crimes, mesmo os mais simples, serem contrários aos valores que compõem a sociedade brasileira, os casos analisados pelo autor – a morte do jornalista Tim Lopes em junho de 2002 e a de João Hélio em março de 2007 – despertaram grande comoção da população, distinguindo-se por angariarem grande espaço na mídia e terem se constituído uma representação social da crueldade. Os crimes possuíram traços que subvertem aspectos fundamentais da moralidade brasileira de influência cristã, levando-os a incorporar as narrativas de martírio e redenção.

Esse fenômeno das mortes calvário contrasta com a situação cotidiana dos habitantes da Zona da Mata de Minas Gerais etnografada por Comerford (2014). Na narrativa desse autor, apesar dos indicadores objetivos da alta frequência com que esses moradores lidavam com experiências violentas e tensões, cuidadosamente geridas por meio do que chamou de sociabilidade agonística, estes não revelaram sensação de insegurança nos primeiros contatos.

A interpretação de Comerford é de que a violência é internalizada pelo costume e pela socialização de tal forma que dificilmente é reelaborada racionalmente pelos moradores quando questionados sobre o perigo do lugar. Adorno (1994) encontrou resultados semelhantes ao analisar 297 processos penais, instaurados e julgados na capital

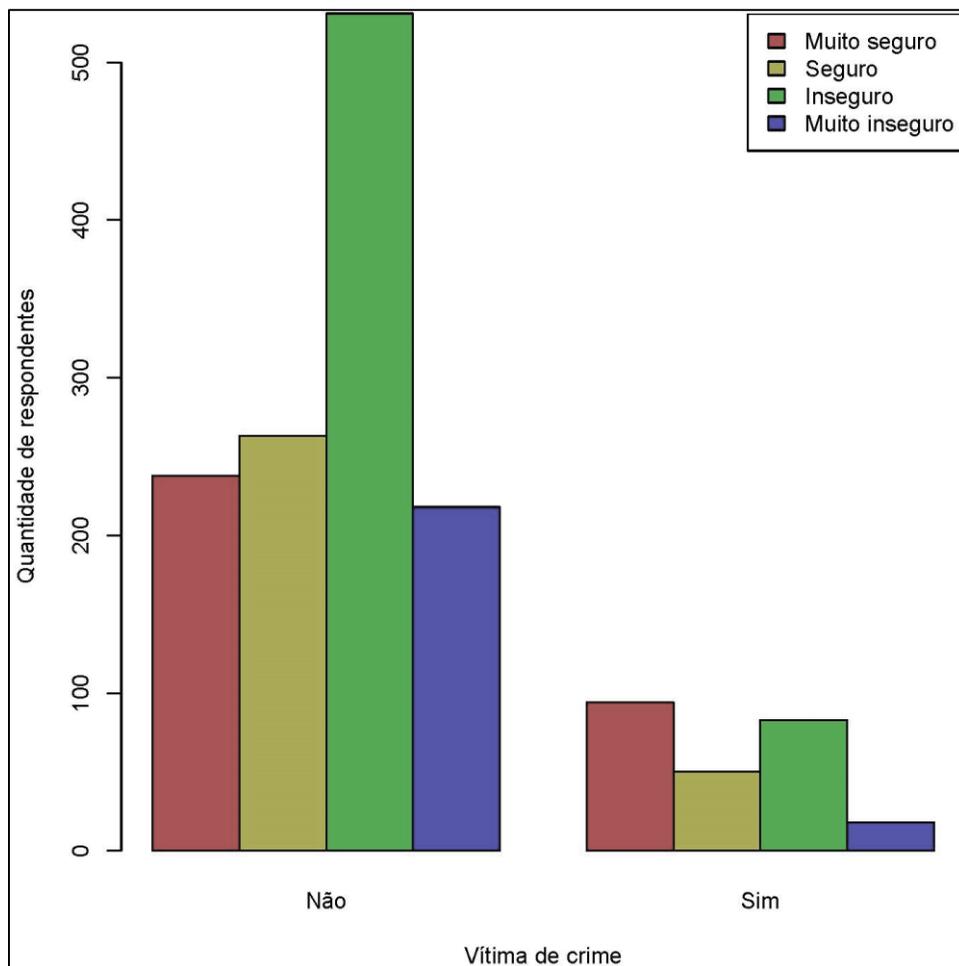
de São Paulo, entre os anos de 1984 e 1988. As testemunhas em audiências apresentavam relatos que descreviam cenas de grande violência com parcimônia e naturalidade, o que ele identificou como *banalização da violência*.

Esse aparente paradoxo – que nos leva a crer que a percepção de segurança não mantém uma relação direta com as taxas de criminalidade – se dissolve quando levamos em consideração as características cognitivas humanas. Tversky e Kahneman (1973) e Slovic, MacGregor e Kraus (1987) apontaram que a percepção da frequência de um evento está diretamente ligada a determinados elementos heurísticos, utilizados como estimativas para a avaliação do perigo. Eventos raros, mas marcantes, como um acidente nuclear, são considerados de maior risco que eventos mais cotidianos. Num dos experimentos clássicos repetidos por Tversky, a estimativa que as pessoas fazem do cálculo do produto da sequência dos dez primeiros números naturais (1, 2, 3... 10) se altera sensivelmente de acordo com o sentido da sequência (crescente ou decrescente) dos números visualizada pelo entrevistado. Visualizar inicialmente os números menores gera a sensação de resultado menor do que a situação contrária. Com base nisso, Pinker (2013) afirmou que a sensação de que o século XX foi muito violento se comparado à história pregressa é, em grande parte, explicada pelas duas grandes guerras, as quais, apesar de corresponderem a um número absoluto de mortes alto, são pontos fora da curva no grande processo de pacificação iniciado no século XVII, desde quando a taxa de mortos ponderada pelo número de habitantes vem caindo consideravelmente.

Partindo disso, podemos interpretar que *mortes calvário* fazem parte de um tipo de crime que gera comoção nacional em grande medida por serem noticiadas e divulgadas como extraordinárias, gerando a sensação de alto nível de perigo, apesar de serem pouco frequentes. Essa relação vai ao encontro das teses que postulam uma relativa independência entre os efeitos da criminalidade e os do medo da violência. A mídia e os boatos funcionam como referências para avaliação do risco de ser vítima de crime, sendo elementos tão relevantes para a percepção de segurança e estigmatização de territórios quanto a própria experiência de ter sido vítima de violência.

Observando os dados do Barômetro das Américas relativos ao Brasil para o ano 2014, é possível encontrar evidências complementares da natureza da relação entre as variáveis. À pergunta “Você foi vítima de crime nos últimos 12 meses?”, 16% afirmaram ter sido vítima. Relacionando as variáveis *vitimização individual por crime* e *percepção de segurança*, podemos observar na Figura 2 que a proporção de pessoas que se declararam seguras ou muito seguras é bem maior entre as que não foram vítimas de crime, ou seja, a vitimização reduz a *percepção de segurança*.

**Figura 2**  
**Percepção de segurança e vitimização por crime**  
**Brasil – 2014**



Fonte: Barômetro das Américas, Brasil, 2014.

Devemos considerar ainda uma variável criminológica importante: a punição. Becker (1968) incluiu em seus modelos a probabilidade de ser pego cometendo um crime e a de ser condenado por isso como fatores relevantes para a reincidência no crime. Levando-se em conta a curva de utilidade feita pelo indivíduo, a rentabilidade das horas empregadas no crime cresce com a redução do risco, numa relação semelhante à deserção no jogo Dilema do Prisioneiro, mencionado anteriormente. Todavia, o uso da teoria dos jogos como abordagem metodológica recebeu críticas na literatura econômica posterior a Becker, a qual descarta a racionalidade ilimitada e o conhecimento perfeito das condições de escolha como bons axiomas teóricos. Mazar, Amir e Ariely (2008) argumentam que a moralidade está relacionada também à autoavaliação que os indivíduos fazem, o que, por

sua vez, está diretamente associado à socialização e ao comportamento dos que estão ao redor. Um dos elementos que colaboram para uma maior média de trapaça nos testes realizados pelo autor é o fato de algum outro participante, de maneira explícita, trapacear e não ser punido. Esse fenômeno revela que o comportamento dos pares é uma espécie de âncora moral que, nesse caso, gera a sensação de que trapacear um pouco não é suficiente para ser qualificado como desonesto.

Esses trabalhos convergem na explicação dos elementos que favorecem o crime, contudo acreditamos que eles dizem mais do que isso. Se as pessoas observam elementos que tornam a deserção mais atraente, é simples inferir que o comportamento delas tenderá para tal. Trata-se do que as correntes teóricas do interacionismo simbólico e os estudos recentes no campo das ciências cognitivas, como os de Tomasello (1999) e Sapolsky (2004), chamaram de teoria da mente. A habilidade em questão se refere à capacidade das pessoas de inferir quais são as intenções por trás do comportamento dos outros, estipulando como cada um agiria em um determinado contexto. As informações produzidas por esse tipo de reflexão são bastante úteis para uma pessoa se situar numa dinâmica social. No caso da criminalidade, as inferências acerca do comportamento de outras pessoas são parte importante da composição da percepção de risco, uma vez que a sensação de que o crime não é punido aumenta a expectativa de ser vítima, favorecendo o comportamento de autoproteção que desestimula a cooperação, conforme já mencionamos anteriormente.

Parte da confiança interpessoal expressa pelas pessoas advém da confiança no funcionamento das instituições em dissuadir a transgressão. Isso explica a correlação positiva, frequentemente encontrada na literatura da área, entre confiança nas instituições e confiança interpessoal. Uma vez que se tem a percepção de que as instituições públicas regulam parte das relações sociais, simetricamente, parte das precauções que deveriam ser tomadas pelos indivíduos é transferida ao Estado.

Portanto, podemos concluir que o bom funcionamento do sistema punitivo – num mecanismo *post hoc*, ou seja, após o acontecido – restaura a ordem social e reconstrói parte da confiança no regime em prover segurança para os cidadãos, assegurando, também, parte das expectativas que as pessoas têm sobre a possibilidade de outros trapacearem. A percepção de segurança, com isso, é mediada pela *confiança na punição*, uma vez que esta diz respeito aos incentivos que existem para os acontecimentos que fundamentam aquela.

## Dados e metodologia da pesquisa

Nossa hipótese de partida é que as variáveis criminológicas, associadas à *vitimização*, têm efeito negativo sobre a *satisfação com a democracia* na medida em que reduzem a *confiança interpessoal*, a qual funciona como uma variável de mediação para a

adesão ao regime. Para testar nossa hipótese, utilizamos os dados de 2014 do Barômetro das Américas para o Brasil.

A variável dependente foi construída a partir das respostas para a pergunta: “De uma maneira geral, você está satisfeito (...) com o funcionamento da democracia no Brasil?”.

Convertemos as respostas em valores inteiros, tomando “Muito insatisfeito” como 0, num extremo, e “Muito satisfeito” como 3, no outro. O uso dessa variável se justifica pelo fato de esperarmos conseguir com ela a dimensão do apoio instrumental ao regime. Dentro do escopo teórico que assumimos, a pergunta sobre a *satisfação com a democracia* capta, intrinsecamente, uma avaliação que mensura custos e benefícios de apoiar o regime tendo em vista os resultados que ele produz e entrega aos cidadãos. As correlações da variável dependente com as variáveis *satisfação com vida* – mensurada pela pergunta “Para começar, em geral, até que ponto você está satisfeito com sua vida?” – e *melhora econômica* – mensurada por “Você acha que sua atual situação econômica está melhor (...) que há 12 meses?” – são significativas ao nível de 5%, o que corrobora nossas expectativas.

Para mensurar *confiança interpessoal* utilizamos as respostas, ordenadas e convertidas para valores inteiros, para a pergunta: “Agora, falando das pessoas daqui, você diria que as pessoas daqui são (...) confiáveis?”.

Essa é a única pergunta disponível no questionário que oferece algum tipo de medida da disposição atitudinal dos indivíduos para demonstrar altruísmo e cooperar.

Para as variáveis associadas a violência e vitimização, utilizamos a *percepção de segurança* e a *vitimização individual* por crime, apresentadas anteriormente, e a *confiança na punição*, composta das respostas para as perguntas “Você está satisfeito (...) com o trabalho da polícia no seu bairro?” e “Se fosse vítima de um roubo ou assalto, o quanto confiaria que o sistema judiciário puniria o culpado?”, convertidas em variáveis numéricas e somadas para composição de um índice. Além disso, incluímos as variáveis sociodemográficas, utilizadas como variáveis de controle – *sexo, idade, cor, renda e escolaridade*.

A especificação do modelo principal pode ser expressa por:

$$S_i = B_0 + B_1 I_i + B_2 P_i + B_3 G_i + B_4 V_i + B_5 D_i + u_i \quad (1)$$

em que *S* é *satisfação com a democracia*, *I* é *confiança interpessoal*, *P* é *confiança na punição*, *G* é *percepção da segurança*, *V* é *vitimização direta por crime* e *D* é uma matriz com o conjunto das variáveis sociodemográficas – *idade, sexo, renda, escolaridade* e *cor*. Cada coeficiente  $B_i$  consiste no efeito na média da variável dependente resultante da variação em uma unidade da variável independente e *u* consiste na parcela aleatória do modelo, um vetor de valores que expressam a diferença entre os valores assumidos pela variável independente e o resultado da aplicação da expressão algébrica.

A estimação dos coeficientes, contudo, possui um problema: uma vez que eles estão condicionados à unidade da variável independente, não são comparáveis uns com os outros. A fim de torná-los comparáveis, precisamos realizar sua padronização convertendo sua unidade de medida numa estatística cuja leitura seja a mesma para todas. Realizando a operação

$$\beta = \frac{\hat{B} * \sigma_x}{\sigma_y}$$

que consiste na multiplicação dos parâmetros do modelo pelo desvio-padrão da variável independente associada ao parâmetro, e dividindo pelo desvio-padrão da variável dependente, temos uma nova variável que não possui unidade e tem média 0, sendo diretamente comparável com outras variáveis padronizadas<sup>7</sup>.

Um modelo de regressão linear com coeficientes padronizados propicia o teste da hipótese quanto a efeitos diretos de um conjunto de variáveis sobre uma variável dependente. A partir dos seus resultados, podemos mensurar a intensidade e a significância dos efeitos das variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia*. Todavia, na hipótese que assumimos para a dinâmica do impacto da violência sobre o apoio ao regime, consideramos, ainda, um vetor indireto de efeitos, na medida em que a sensação de insegurança gerada pelas altas taxas de criminalidade desfavorece a emergência de confiança interpessoal e, conseqüentemente, de adesão à democracia.

Para mensurar os efeitos indiretos das variáveis criminológicas, faremos uso de modelos de equações simultâneas (SEM), uma forma de integrar duas ou mais equações calculando os parâmetros a partir de uma minimização conjunta dos resíduos (Wooldridge, 2010). Ou seja, assumimos que a variável independente *confiança interpessoal*, presente na equação (1), que modela a *satisfação com a democracia*, é endógena, na medida em que é uma variável preditora dos valores de *satisfação com a democracia* e é predita por um outro conjunto de variáveis independentes – o qual inclui as variáveis criminológicas.

A equação (2) expressa o modelo cuja variável dependente é composta pela *confiança interpessoal*:

$$I_i = C_0 + C_1 P_i + C_2 G_i + C_3 V_i + C_4 D_i + v_i \quad (2)$$

O modelo SEM tanto propicia uma estimativa robusta dos parâmetros do modelo, na medida em que contorna o problema da multicolinearidade entre as variáveis independentes, como permite que calculemos o efeito total das variáveis de interesse sobre a variável dependente principal, considerando efeitos diretos e indiretos. Estimando a

<sup>7</sup> Para uma maior discussão sobre o procedimento de padronização dos coeficientes dos parâmetros de um modelo de regressão, consultar as notas de aula da disciplina "Sociology Graduate Statistics I", ministrada pelo professor Richard Williams, no Departamento de Sociologia da Universidade de Notre Dame. Disponível em: <<https://www3.nd.edu/~rwilliam/stats1/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

equação (1), isoladamente, é esperado que o coeficiente  $B_1$ , que mensura o efeito da *confiança interpessoal* sobre *satisfação com a democracia*, seja enviesado, visto que os valores de *confiança interpessoal* são sensíveis às variáveis criminológicas.

Os valores preditos na equação (2) são utilizados para compor a estimação da equação (1), de forma semelhante ao procedimento realizado num modelo de mínimos quadrados em dois estágios (2SLS). Todavia, a presença de variáveis independentes iguais nos dois níveis gera uma correlação entre os resíduos  $u$  e  $v$ , que é resolvida com base na estimação da covariância entre os dois termos<sup>8</sup>.

A partir dos parâmetros estimados, podemos calcular os *efeitos totais* das variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia* pela soma ponderada dos coeficientes. O efeito direto é calculado a partir da soma simples dos coeficientes  $B_2$ ,  $B_3$  e  $B_4$ . Já o *efeito* indireto é calculado a partir da soma dos coeficientes  $C_1$ ,  $C_2$  e  $C_3$  ponderados pelo coeficiente  $B_1$ . Dessa forma, os efeitos indiretos mensuram a parcela de efeito transmitido pelas variáveis criminológicas por meio da *confiança interpessoal*.

De forma sintética, podemos especificar o cálculo dos efeitos por:

$$\text{Efeito direto} = B_2 + B_3 + B_4$$

$$\text{Efeito indireto} = B_1 * (C_1 + C_2 + C_3)$$

$$\text{Efeito total} = \text{efeito direto} + \text{efeito indireto}$$

O uso de modelagem SEM permite identificar os efeitos das variáveis criminológicas mediados pela *confiança interpessoal*, contudo, ainda tem algumas limitações. Como argumentam Imai, Keele e Tingley (2010), a mediação causal descrita a partir do uso de SEM lineares é passível de duas críticas fundamentais: não produzem uma descrição generalista da mediação causal, na medida em que (a) restringem a relação causal a uma estrutura fixa de equações e (b) não estão adaptados à modelagem não paramétrica dos efeitos. A partir da proposição dos autores, a especificação geral dos efeitos direto, indireto e total de uma variável de tratamento sobre a variável dependente é expressa por:

$$\begin{aligned} & \text{Efeito indireto:} \\ (t) &= E \left[ Y_i(t, M_i(1)) - Y_i(t, M_i(0)) \right] \delta \\ & \text{Efeito direto:} \\ (t) &= E \left[ Y_i(1, M_i(t)) - Y_i(0, M_i(t)) \right] \zeta \\ & \text{Efeito total} \\ &= E \left[ Y_i(1, M_1(t)) - Y_i(0, M_0(t)) \right] \tau \end{aligned}$$

Ou seja, o efeito total de uma variável de tratamento pode ser medido a partir da diferença entre o parâmetro estimado na presença de tratamento na equação que modela a variável dependente – no nosso caso, a equação (1) – e na equação que modela a variável

<sup>8</sup> Para uma maior discussão sobre procedimento de estimação dos parâmetros das equações estruturais, consultar as notas de aula da disciplina "EC 571 Advanced Econometrics", ministrada pelo professor Kuan-Pin Lin no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Portland. Disponível em: <<http://web.pdx.edu/~crkl/ec571/ec571.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

de mediação, equação (2), e o parâmetro estimado na ausência de tratamento nas duas equações.

Tingley et al. (2014) desenvolveram um pacote disponível para R cujos algoritmos de otimização para o cálculo dos efeitos apresentaram desempenho eficiente para funções tanto paramétricas quanto não paramétricas, mesmo sob a hipótese de interação entre as variáveis independentes na equação que estima a variável de mediação.

A fim de testarmos a robustez da hipótese que levantamos quanto aos efeitos das variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia*, estimamos três modelos de mediação causal, calculando os efeitos totais de cada uma das variáveis criminológicas. Para isso, tomamos a *confiança interpessoal* como variável de mediação, pois funciona como vetor para transmissão de efeitos indiretos, e adotamos modelos não paramétricos de estimação das equações. A especificação das equações estimadas é expressa por:

$$S=f_1(I)+f_2(P)+f_3(G)+V+u \quad (3)$$

$$I=g_1(P)+g_2(G)+V+u \quad (4)$$

em que  $f_i$  e  $g_i$  são funções que modelam as variáveis. Como a *vitimização* é uma variável binária, não é necessário que ela seja modelada com alguma função. Na especificação dos modelos não paramétricos, numa tentativa de parcimônia, eliminamos as variáveis de controle dos modelos.

Na seção seguinte, apresentamos a implementação dos modelos propostos. Adotamos a mesma sequência apresentada nesta seção – do modelo menos complexo e mais restrito, quanto à definição de uma estrutura causal entre as variáveis, para o mais complexo e mais generalista.

## Resultados dos testes da hipótese

### *Análises de regressão linear*

Na Tabela 1, podemos observar o resultado da estimação da equação (1), que modela a variável *satisfação com a democracia*. Dentre o grupo das variáveis criminológicas, a *confiança na punição* e a *percepção de segurança* foram estatisticamente significativas, ao passo que a *vitimização* não. Nessa dinâmica, *confiança na punição* apresentou grande relevância para a predição dos valores de *satisfação com a democracia*: foi a variável que apresentou maior coeficiente padronizado – 0,21. Como esperado, a *confiança interpessoal*, variável de mediação para os efeitos indiretos, também se revelou significativa no modelo.

**Tabela 1**  
**Análise de regressão linear. Variável dependente:**  
**satisfação com a democracia – Brasil - 2014**

Variáveis	$\hat{\beta}$	$\beta$	p-valor
Intercepto	1,08	0,00	0,00***
Confiança	0,10	0,13	0,00***
Confiança na punição	0,10	0,21	0,00***
Percepção de segurança	0,05	0,08	0,00***
Vitimização	-0,02	-0,01	0,67
Sexo	0,03	0,02	0,38
Idade	-0,00	-0,02	0,59
Cor	-0,06	-0,04	0,10
Renda	-0,01	-0,02	0,53
Escolaridade	-0,01	-0,08	0,01**

**Fonte:** Elaboração dos autores com dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014. N = 1388, R<sup>2</sup> ajustado = 0,09; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00; \*\*p  $\leq$  0,01; \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

Na Tabela 2, que estima a variável de mediação da hipótese proposta, podemos observar que todas as variáveis criminológicas foram significativas para predição dos valores de *confiança interpessoal*.

**Tabela 2**  
**Análise de regressão linear. Variável dependente:**  
**confiança interpessoal – Brasil - 2014**

Variáveis	$\hat{\beta}$	$\beta$	p-valor
Intercepto	1,25	0,00	0,00***
Confiança na punição	0,06	0,08	0,00***
Percepção de segurança	0,10	0,12	0,00***
Vitimização	-0,13	-0,05	0,04*
Sexo	-0,08	-0,05	0,07
Idade	0,00	0,05	0,11
Cor	0,03	0,02	0,53
Renda	0,02	0,05	0,11
Escolaridade	-0,01	-0,03	0,34

**Fonte:** Elaboração dos autores com dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014. N = 1389, R<sup>2</sup> ajustado = 0,04; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00, \*\*p  $\leq$  0,01, \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

### *Modelo de equações simultâneas*

Conforme os motivos já mencionados, a estimação separada das equações (1) e (2) que modelam, respectivamente, a *satisfação com a democracia* e a *confiança interpessoal* gera problemas de heterocedasticidade, derivados da correlação dos resíduos das duas equações. Uma solução para estimar e interpretar o coeficiente das variáveis independentes, tal como a intensidade dos efeitos lineares diretos e indiretos das variáveis criminológicas, de forma robusta é a comparação entre os resultados identificados com as análises de regressão e os de um modelo de equações simultâneas (SEM).

Na Tabela 3, podemos verificar alterações relevantes nos coeficientes. De forma geral, os coeficientes dos preditores de *satisfação com a democracia* mantiveram a significância estatística. Esse resultado corrobora as expectativas geradas a partir das evidências levantadas por Tversky e Kahneman (1973) e Slovic, MacGregor e Kraus (1987) acerca dos mecanismos de influência da violência sobre o comportamento dos indivíduos. As duas variáveis significativas – *confiança na punição* e *percepção de segurança* – referem-se a elementos heurísticos que concatenam informação sobre risco e ameaça de diversas fontes, para além da experiência direta do indivíduo, os quais, na formação de opiniões e atitudes, têm peso preponderante. Contudo, quanto à intensidade dos efeitos das variáveis, podemos identificar uma redução expressiva do peso da *confiança na punição* no condicionamento dos valores da variável dependente. Apesar de se manter como principal preditora, podemos inferir que parte dos efeitos identificados na Tabela 1 é derivada da endogeneidade do modelo.

Quanto aos preditores da *confiança interpessoal*, a significância estatística das variáveis permaneceu a mesma, contudo também houve uma alteração importante no valor dos coeficientes. A *vitimização* teve seu impacto acentuado, passando a desempenhar o maior efeito sobre os valores de *confiança interpessoal*, com isso, oferecendo maiores evidências para a tese da socialização. A *vitimização* compõe o universo de experiências das pessoas, sendo, portanto, capaz de gerar alterações nos componentes não racionalizáveis do comportamento, ou seja, induzir adoção de hábitos de forma não intencional. Quanto aos efeitos agregados das variáveis criminológicas, encontramos grande preponderância dos efeitos diretos – estimados em 0,135 desvio-padrão – em comparação aos efeitos indiretos – 0,003 desvio-padrão – na predição dos valores de *satisfação com a democracia*.

Na hipótese proposta, a violência tem um duplo efeito sobre a *satisfação com a democracia*: um efeito direto, na medida em que reduz os benefícios socioeconômicos providos pelo regime, e um indireto, na medida em que reduz a predisposição para formação de *confiança interpessoal* – uma das bases comportamentais fundamentais da adesão à democracia. O cálculo dos efeitos SEM permite comparar os dois efeitos e, no que diz respeito ao apoio instrumental ao regime, mensurado pela *satisfação com a democracia*, os efeitos diretos dominam a dinâmica.

**Tabela 3**  
**Modelo de equações simultâneas (SEM)**  
**Brasil - 2014**

Variáveis dependentes	Variáveis independentes	$\beta$	p-valor
<i>Satisfação com a democracia</i>			
	Confiança	0,096	0,00***
	Confiança na punição	0,103	0,00***
	Percepção de segurança	0,050	0,00***
	Vitimização	-0,019	0,68
	Sexo	0,029	0,38
	Idade	-0,001	0,59
	Cor	-0,058	0,09
	Renda	-0,006	0,49
	Escolaridade	-0,013	0,01**
<i>Confiança</i>			
	Confiança na punição	0,058	0,00***
	Percepção de segurança	0,105	0,00***
	Vitimização	-0,131	0,04*
	Sexo	-0,084	0,08
	Idade	-0,003	0,11
	Cor	0,032	0,53
	Renda	0,020	0,12
	Escolaridade	-0,007	0,33

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014. N = 1398, R<sup>2</sup>: *satisfação com a democracia* = 0,10 / *confiança* = 0,05, *efeito direto* = 0,135, *efeito indireto* = 0,003, *efeito total* = 0,138; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00; \*\*p  $\leq$  0,01; \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

#### *Modelos não paramétricos*

Nas Tabelas 4 e 5 estão os resultados dos modelos não paramétricos, estimados por máxima verossimilhança. Os modelos incluem apenas as variáveis criminológicas e, portanto, pela natureza distinta da estimação e pela diferença quanto ao número de variáveis independentes que incluímos, a interpretação dos parâmetros do modelo e as inferências que podemos fazer a partir deles são distintas. Como os modelos não paramétricos que utilizamos não são lineares em todos os parâmetros, a estatística que mensura a relevância de uma variável para modelagem da variável dependente é o teste F. *Vitimização*, por ser variável binária, foi incluída como único coeficiente paramétrico no modelo.

O teste F mensura a relevância das variáveis, levando em consideração a proporção de aumento na soma dos quadrados dos resíduos derivada da ausência de uma dada variável no modelo. Portanto, seu valor não depende apenas do efeito marginal, ou seja, o  $\beta$ , mas também do efeito total disseminado por meio da presença de multicolinearidade entre as variáveis dependentes. Além disso, o peso de uma variável para a capacidade preditiva de um modelo também depende do seu papel em contornar problemas de inferência estatística. A ausência de uma variável pode impedir que a função que relaciona variáveis independentes e dependente seja eficiente, pois, sem os condicionantes certos, o efeito das variáveis é medido incorretamente. Um exemplo clássico é a modelagem com dados em painel de países muito diferentes entre si. Nesse caso, a ausência de uma *dummy* para distinguir as observações por país impede que o modelo seja estimado corretamente.

Na Tabela 4, que mensura os preditores de *satisfação com a democracia*, a *confiança interpessoal* e a *confiança na punição* apresentam maior relevância no modelo, ao passo que a *vitimização* não se mostra significativa.

**Tabela 4**  
**Estimação por máxima verossimilhança Variável dependente:**  
***satisfação com a democracia – Brasil - 2014***

Coeficiente paramétrico			
Variáveis	$\hat{\beta}$	F	p-valor
Vitimização	-0,02	0,32	0,58
Coeficientes não paramétricos			
Variáveis	EDF	F	p-valor
Confiança	1,00	25,78	0,00***
Confiança na punição	2,18	22,83	0,00***
Percepção de segurança	1,00	6,41	0,01**

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014. N = 1398, R<sup>2</sup> = 0,09; \*\*\*p-valor ≤ 0,00; \*\*p ≤ 0,01; \*p ≤ 0,05; sem estrelas: não significativo.

Na Tabela 5, que mensura os preditores de *confiança interpessoal*, a *confiança na punição* e a *percepção de segurança* apresentaram peso preponderante. Novamente, a *vitimização* revelou-se significativa como condicionante dos efeitos indiretos, mediados pela *confiança*.

**Tabela 5**  
**Estimação por máxima verossimilhança Variável dependente:**  
***confiança interpessoal* – Brasil - 2014**

Coeficiente paramétrico			
Variáveis	$\hat{B}$	F	p-valor
Vitimização	-0,14	4,98	0,03*
Coeficientes não paramétricos			
Variáveis	EDF	F	p-valor
Confiança na punição	1,00	9,21	0,00***
Percepção de segurança	2,14	10,41	0,00***

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014.  
 N = 1398, R<sup>2</sup> = 0,04; \*\*\*p-valor ≤ 0,00; \*\* p ≤ 0,01; \*p ≤ 0,05; sem estrelas: não significativo.

Em comparação aos modelos lineares, os modelos não paramétricos sugeriram duas conclusões adicionais: a *confiança interpessoal* apresenta propriedades estatísticas consoantes ao seu papel de variável de mediação e a *confiança na punição* incorpora grande proporção dos efeitos diretos das variáveis criminológicas. No modelo SEM, os efeitos da *confiança interpessoal* e da *confiança na punição* rivalizavam, contudo, levando em consideração efeitos não lineares, a primeira apresentando um papel preponderante em comparação à segunda. Isso ocorre, em grande medida, por ser a *confiança interpessoal* um indicador geral dos condicionantes que afetam a adesão à democracia bem como a avaliação dos elementos heurísticos de desempenho do regime: *confiança na punição* e *percepção de segurança*. Todavia, comparando *confiança na punição* e *percepção de segurança*, é possível identificar peso relativo significativamente maior em favor da primeira.

#### *Modelos de mediação causal*

O modelo de mediação causal proposto por Imai, Keele e Tingley (2010) permite realizar inferência quanto aos efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia*, de modo semelhante ao que realizamos, de forma mais restrita, com o modelo SEM. Para mensurar o efeito causal das variáveis criminológicas, utilizamos o modelo apresentado na Tabela 3 como modelo geral e o apresentado na Tabela 4 como modelo de mediação. O primeiro refere-se à equação que associa preditores de *satisfação com a democracia* como variável dependente. O segundo descreve a equação na qual a variável de tratamento projeta seus efeitos sobre a variável de mediação.

Esperamos que o modelo de Imai, Keele e Tingley (2010) apresente mensuração mais adequada dos efeitos das variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia*, pois estamos utilizando modelos não paramétricos, que possibilitam uma

inferência mais generalista da causalidade e apresentam boa eficiência quanto ao tratamento da correlação entre os resíduos das equações (3) e (4).

Para identificar com maior precisão o vetor dos efeitos, construímos três modelos de mediação causal. Em cada um deles, uma das variáveis criminológicas foi eleita como variável de tratamento. A variável de mediação é a mesma para os três modelos: *confiança interpessoal*.

**Tabela 6**  
**Modelo de mediação causal. Variável de tratamento:**  
***Vitimização – Brasil – 2014***

Efeito	$\hat{B}$	p-valor
Efeito mediado	-0,0134	0,02*
Efeito direto	-0,0250	0,60
Efeito total	-0,0383	0,52
Proporção mediada	0,3482	0,50

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014.  
N = 1398; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00; \*\*p  $\leq$  0,01; \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

Na Tabela 6, podemos identificar os resultados dos modelos de mediação causal para a variável de tratamento *vitimização*. Convergingo para os resultados anteriores, a *vitimização* apresentou efeito mediado – ou indireto – significativo. Contudo, com um p-valor elevado para efeito direto, o resultado é que o efeito total da *vitimização* sobre a *satisfação com a democracia* não é significativo, ou seja, o efeito da variável sobre a variável dependente não é significativo.

Na Tabela 7 estão os resultados do modelo de mediação causal para *confiança na punição*. Nos modelos lineares e também nos modelos não paramétricos essa variável apresentou grande poder preditivo sobre os valores de *satisfação com a democracia*. Todavia, encontramos evidências de que esse peso da variável sobre o apoio ao regime é fundamentalmente mobilizado por mecanismos diretos, na medida em que o efeito mediado não se revelou significativo no modelo estimado ao passo que o efeito direto apresentou grande significância, dominando a relação causal e propiciando efeito total também significativo.

**Tabela 7**  
**Modelo de mediação causal Variável de tratamento:**  
**confiança na punição – Brasil - 2014**

Efeito	$\hat{\beta}$	p-valor
Efeito mediado	0,00565	0,30
Efeito direto	0,15561	0,00***
Efeito total	0,16125	0,00***
Proporção mediada	0,03503	0,30

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014.

N = 1398; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00; \*\*p  $\leq$  0,01; \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

Na Tabela 8, podemos observar as estimativas dos efeitos causais da *percepção de segurança* sobre a *satisfação com a democracia*. Assim como no caso da *confiança na punição*, o efeito mediado não se revelou significativo, ao passo que o efeito direto apresentou grande significância, o que tornou o efeito total também significativo.

**Tabela 8**  
**Modelo de mediação causal Variável de tratamento:**  
**percepção de segurança – Brasil - 2014**

Efeito	$\hat{\beta}$	p-valor
Efeito mediado	0,00176	0,84
Efeito direto	0,04507	0,00***
Efeito total	0,04683	0,00***
Proporção mediada	0,03756	0,84

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do Barômetro das Américas, Brasil, 2014.

N = 1398; \*\*\*p-valor  $\leq$  0,00; \*\*p  $\leq$  0,01; \*p  $\leq$  0,05; sem estrelas: não significativo.

De forma geral, os modelos de *mediação causal* destituíram algumas expectativas geradas a partir dos resultados dos modelos lineares e das estimações separadas dos modelos não paramétricos. Nesses últimos, percebemos grande poder preditivo da *percepção de segurança* e da *confiança na punição* sobre os valores de *confiança interpessoal*, a variável de mediação. Isso se mostrou, inicialmente, uma evidência de que os efeitos mediados ou indiretos seriam significativos. Contudo, dependendo da proporção da correlação entre os resíduos das equações (3) e (4), resultados significativos associados à variável de mediação podem apenas ser fruto de endogeneidade do modelo. As Tabelas 6, 7 e 8 oferecem um resultado final quanto à relação entre as variáveis criminológicas e a *satisfação com a democracia*: os efeitos diretos são preponderantes. Vale ressaltar, entretanto, que os modelos de mediação causal desagregam os efeitos das variáveis

criminológicas, e isso pode ter sido responsável pela perda de significância dos efeitos indiretos.

## Conclusão

Propomos, inicialmente, que a violência tem o potencial de reduzir o apoio à democracia na medida em que reduz os benefícios socioeconômicos propiciados pelo regime. Diante de uma proporção significativa de cidadãos brasileiros cuja adesão é mobilizada por mecanismos utilitários, é esperado um vetor direto de efeitos que associe vitimização, insegurança e desconfiança na justiça à satisfação com o sistema político vigente.

Além disso, uma potencial fonte indireta de consequências para o comportamento político dos indivíduos derivada da criminalidade diz respeito aos mecanismos cognitivos associados à expressão de altruísmo e à formação de cooperação. Na medida em que a violência põe em risco a segurança existencial dos cidadãos, há uma tendência de que eles adotem atitudes restritivas com relação à interação com outros indivíduos e, conseqüentemente, sejam mais resistentes ao processo de formação das bases socioculturais da democracia, as quais envolvem doses relevantes de *confiança interpessoal*.

As variáveis independentes que utilizamos, e sua respectiva alocação quanto à mensuração de cada tipo de efeito, foram a *confiança na punição* e a *percepção de segurança* – ambas associadas à violência e que possuem peso preponderante quanto à composição dos efeitos diretos – e a *vitimização por crime* – que, por mensurar uma experiência pessoal direta com o crime, tende a ser eleita como a principal fonte de efeitos indiretos.

Os resultados dos modelos de regressão linear, de equações simultâneas, bem como dos modelos não paramétricos, apresentaram evidências que corroboram a tese que construímos para a explicação do impacto da violência na *satisfação com a democracia*. Para mensurar efeitos diretos e indiretos adotamos um modelo estrutural com duas equações: uma que modela os valores de *satisfação com a democracia*, para mensurar o efeito direto, e uma que modela os valores de *confiança*, para mensurar o efeito indireto. Consonante com nossas expectativas, as variáveis *percepção de segurança* e *confiança na punição* foram significativas nas duas equações, ao passo que a *vitimização* apenas teve efeito significativo sobre *confiança interpessoal*.

Os modelos de mediação causal propostos por Imai, Keele e Tingley (2010) serviram de teste final para hipótese alimentada pelas evidências encontradas, sobretudo, no cálculo dos efeitos diretos, indiretos e totais realizados a partir dos coeficientes estimados pelo modelo SEM. A partir dos resultados dos modelos de mediação, a ideia de bivalência dos efeitos das variáveis criminológicas perdeu força: o vetor direto de impacto da violência é significativo, na medida em que *confiança na punição* e *percepção de*

*segurança* compõem uma proporção robusta de efeitos, porém o vetor indireto, não, uma vez que a *vitimização*, única variável com impacto indireto significativo, perde sua significância como variável de tratamento pois o seu modelo não apresenta efeitos totais significativos.

De forma geral, o resultado dos modelos de mediação causal aponta informações importantes sobre a natureza dos dados estimados e desmente algumas inferências que podem ser realizadas a partir de correlações espúrias. A presença de grande covariância entre os resíduos das equações que mensuram, respectivamente, efeitos diretos e indiretos inflaciona os coeficientes associados a *confiança na punição* e *percepção de segurança*. Quando a heterocedasticidade é tratada, boas evidências surgem em prol da tese de que, no que diz respeito ao apoio instrumental ao regime – mensurado pela variável dependente principal utilizada, *satisfação com a democracia* –, os efeitos diretos compõem, fundamentalmente, os efeitos totais gerados pelas variáveis criminológicas, e que, por isso, a *vitimização* não é decisiva para a predição dos valores de *satisfação com a democracia*.

Devemos considerar, contudo, que, num aspecto mais amplo dos estudos sobre comportamento político, efeitos indiretos de variáveis criminológicas sobre a adesão à democracia não devem ser descartados. A adesão à democracia possui variantes importantes e os tipos de apoio podem ser distintos entre abstrato e instrumental. Trabalhos futuros podem investigar se o apoio difuso à democracia seria mais sensível a efeitos indiretos de variáveis criminológicas.

*Marcio de Lucas Gomes* – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais.  
E-mail: <delucasmarcio@gmail.com>.

*Jakson Alves de Aquino* – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais.  
E-mail: <marcioage@hotmail.com>.

### Referências bibliográficas

ADORNO, S. "Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri". *Revista USP*, nº 21, p. 132-151, 1994.

AXELROD, R.; HAMILTON, W. D. "The evolution of cooperation". *Science*, vol. 211, nº 4.489, p. 1.390-1.396, 1981.

BAQUERO, M. "Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, nº 21, 2003.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. In: FIELDING, N. G.; CLARKE, A.; WITT, R. (eds.). *The economic dimensions of crime*. New York: Springer, p. 13-68, 1968.

BRUS, W. Marketization and democratization: the Sino-Soviet divergence. In: BAGCHI, A. (ed.). *Democracy and development*. New York: Palgrave Macmillan, p. 256-281, 1995.

BUNGE, M. "Systemism: the alternative to individualism and holism". *The Journal of Socio-Economics*, vol. 29, nº 2, p. 147-157, 2000.

CASALECCHI, G. "Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais". Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CERQUEIRA, D., et al. *Atlas da violência*. Brasília: Ipea, 2016.

CHEIBUB, J. A., et al. "What makes democracies endure?". *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, vol. 7, nº 1, p. 39-55, 1996.

COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COMERFORD, J. Saber viver em meio a encrenqueiros, valentões e perigosos. In: BARREIRA, C.; AQUINO, J. P.; SÁ, L. D. (orgs.). *Violência, ilegalismos e lugares morais*. Campinas: Pontes, p. 43-58, 2014.

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDEZ, K. E.; KUENZI, M. "Crime and support for democracy in Africa and Latin America". *Political Studies*, vol. 58, nº 3, p. 450-471, 2010.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HAIR, J. F., et al. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

IMAI, K.; KEELE, L.; TINGLEY, D. "A general approach to causal mediation analysis". *Psychological Methods*, vol. 15, nº 4, p. 309-334, 2010.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

LIPSET, S. M. "Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy". *American Political Science Review*, vol. 53, nº 1, p. 69-105, 1959.

LOCHNER, K.; KAWACHI, I.; KENNEDY, B. "Social capital: a guide to its measurement". *Health and Place*, vol. 5, nº 4, p. 259-270, 1999.

LUNDÅSEN, S. "Podemos confiar nas medidas de confiança?". *Opinião Pública*, vol. 8, nº 2, p. 304-327, 2002.

MAZAR, N.; AMIR, O.; ARIELY, D. "The dishonesty of honest people: a theory of self-concept maintenance". *Journal of Marketing Research*, vol. 45, nº 6, p. 633-644, 2008.

MOISÉS, J. Á. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

OHTSUKI, H., et al. "A simple rule for the evolution of cooperation on graphs and social networks". *Nature*, vol. 441, nº 7.092, p. 502-505, 2006.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PAIVA, L. F. A construção social do calvário: sobre como os meios de comunicação retratam mortes violentas. In: BARREIRA, C.; AQUINO, J. P.; SÁ, L. D. (orgs.). *Violência, ilegalismos e lugares morais*. Campinas: Pontes, p. 135-156, 2014.

PINKER, S. *Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PUTNAM, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

REIS, B. P. W. "Capital social e confiança: questões de teoria e método". *Revista de Sociologia e Política*, nº 21, p. 35-49, 2003.

ROEMER, J. E. On the relationship between economic development and political democracy. In: BAGCHI, A. (ed.). *Democracy and development*. New York: Palgrave Macmillan, p. 28-56, 1995.

SAPOLSKY, R. M. "Social status and health in humans and other animals". *Annual Review of Anthropology*, p. 393-418, 2004.

SLOVIC, P.; MACGREGOR, D.; KRAUS, N. N. "Perception of risk from automobile safety defects". *Accident Analysis & Prevention*, vol. 19, nº 5, p. 359-373, 1987.

TINGLEY, D., et al. "Mediation: r package for causal mediation analysis". *Journal of Statistical Software*, vol. 59, nº 5, 2014.

TOMASELLO, M. *The cultural origins of cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. "Availability: a heuristic for judging frequency and probability". *Cognitive Psychology*, vol. 5, nº 2, p. 207-232, 1973.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; KRUSE, S. "Pitfalls in the study of democratization: testing the emancipatory theory of democracy". *British Journal of Political Science*, vol. 47, nº 2, p. 463-472, 2017.

WILSON, F. South Africa: the problems in a deeply divided society. In: BAGCHI, A. (ed.). *Democracy and development*. New York: Palgrave Macmillan, p. 235-253, 1995.

WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge: MIT Press, 2010.

## Resumo

### *Violência e satisfação com a democracia no Brasil*

A democracia é um regime político que está relacionado não apenas ao cumprimento de procedimentos, mas também a valores e comportamentos. Uma de suas bases são redes de *confiança interpessoal* que fundamentam a cooperação entre indivíduos. Dado que o sistema democrático funciona como um mecanismo de resolução de problemas de ação coletiva, alocando recursos dos cidadãos para prover bens públicos, a satisfação de alguém com o regime envolve a percepção sobre as atitudes das outras pessoas, ou seja, se estão cooperando ou não para a sociedade. Além disso, a eficiência institucional também tem impacto sobre a opinião pública: democracias que não provêm bens públicos satisfatoriamente tendem a contar com menor apoio popular. Neste artigo, investigamos os efeitos de variáveis criminológicas sobre a *satisfação com a democracia* no Brasil, testando a hipótese quanto à presença de duplo vetor de efeitos: um *direto* – reduzindo apoio instrumental ao regime – e outro *indireto* – reduzindo *confiança interpessoal*. Para isso, utilizamos dados do Barômetro das Américas, de 2014. Testes feitos com modelos de regressão linear, equações simultâneas e modelos não paramétricos corroboraram a hipótese. Entretanto, modelos de mediação causal, uma forma mais rigorosa de testar a hipótese, revelaram não haver efeitos indiretos significativos.

*Palavras-chave:* violência; satisfação com a democracia; Brasil; efeitos diretos e indiretos

## Abstract

### *Violence and satisfaction with democracy in Brazil*

Democracy is a political regime characterized both by the use of non-violent procedures to choose leaders, and by the democratic values and attitudes of its people. Democracy is based on interpersonal trust that ensures cooperation between individuals. Democratic systems function as a way of solving collective action problems by allocating citizens' resources to promote public benefits. Hence, an individual's satisfaction with the regime depends on the perception of other people as a cooperative. Moreover, institutional efficiency has an impact on public opinion; democracies that do not produce enough public goods tend to receive less support from their populations. In this article, we investigate the effects of criminological variables on satisfaction with democracy in Brazil, testing the hypothesis that there is both a direct effect—reducing instrumental support of the regime—and an indirect effect—reducing interpersonal trust. We test this hypothesis with data from the 2014 AmericasBarometer. Tests conducted via linear regression models, simultaneous equations, and non-parametric models corroborate this hypothesis. However, causal mediation models, a more rigorous way of testing this hypothesis, revealed no significant indirect effects.

**Keywords:** violence; satisfaction with democracy; Brazil; direct and indirect effects

## Resumen

### *Violencia y satisfacción con la democracia en Brasil*

La democracia es un régimen político que está relacionado no sólo al cumplimiento de procedimientos, sino también a valores y comportamientos. Una de sus bases son las redes de confianza interpersonal que fundamentan la cooperación entre los individuos. En la medida que el sistema democrático funciona como un mecanismo de resolución de problemas de acción colectiva, designando los recursos de los ciudadanos para fomentar bienes públicos, la satisfacción de alguien con el régimen incluye la percepción sobre las actitudes de las otras personas, o sea, si están cooperando o no para la sociedad. Además, la eficiencia institucional también tiene impacto sobre la opinión pública: democracias que no producen bienes públicos en nivel satisfactorio tienden a tener menos apoyo de la población. En este artículo, investigamos los efectos de las variables criminológicas sobre la *satisfacción con la democracia* en Brasil, probando la hipótesis de la presencia de un efecto *directo* –reducir el apoyo instrumental al régimen– y un efecto *indirecto* –reduciendo la *confianza interpersonal*. Usamos datos del Barómetro de las Américas 2014. Las pruebas realizadas con modelos de regresión lineal, ecuaciones simultáneas y modelos no paramétricos corroboraron la hipótesis. Sin embargo, los modelos de mediación causal, una forma más rigurosa de probar la hipótesis, no revelaron efectos indirectos significativos.

**Palabras clave:** violencia; satisfacción con la democracia; Brasil; efectos directo e indirecto

## Résumé

### *La violence et la satisfaction à l'égard de la démocratie au Brésil*

La démocratie est un régime politique caractérisé par le respect de certaines procédures, ainsi que par les valeurs et les attitudes démocratiques. La démocratie repose sur la *confiance interpersonnelle* qui assure la coopération entre les individus. Les systèmes démocratiques fonctionnent comme un moyen de résoudre les problèmes d'action collective en allouant les ressources des citoyens pour promouvoir les avantages publics. Par conséquent, la satisfaction des individus à l'égard du régime dépend de la perception sur les attitudes des autres personnes, c'est-à-dire si elles coopèrent ou non avec la société. En outre, l'efficacité institutionnelle a un impact sur l'opinion publique. Les démocraties qui ne produisent pas suffisamment de biens publics ont tendance à recevoir moins de soutien de leur population. Dans cet article, nous étudions les effets des variables criminologiques sur la satisfaction envers la démocratie au Brésil, en testant l'hypothèse de la présence d'un effet direct – réduction du soutien instrumental au régime – et d'un effet indirect – réduction de la confiance interpersonnelle.

Nous utilisons les données du Baromètre des Amériques 2014. Des tests effectués avec des modèles de régression linéaire, des équations simultanées et des modèles non paramétriques corroborent cette hypothèse. Cependant, les modèles de médiation causale, une façon plus rigoureuse de tester l'hypothèse, n'ont révélé aucun effet indirect significatif.

*Mots clés:* violence; satisfaction à l'égard de la démocratie; Brésil; effets direct et indirect

Artigo submetido à publicação em 12 de abril de 2017.

Versão final aprovada em 7 de março de 2018.

# OPINIÃO PÚBLICA

January-April 2018

Vol. 24, nº 1

ISSN 1807-0191

## CONTENTS

	<i>Page</i>
The relationship between protest and deliberation: reflections for deepening the debate <i>Thiago Aparecido Trindade</i>	1
<i>Petismo</i> and <i>lulismo</i> in a poor neighborhood of São Paulo: a qualitative approach <i>Camila Rocha</i>	29
From <i>lulismo</i> to <i>antipetismo</i> ? Polarization, partisanship, and electoral behavior in Brazilian presidential elections <i>André Borges</i> <i>Robert Vidigal</i>	53
Reason and emotion: reactions to the state of the economy and federal government approval <i>Pedro Santos Mundim</i> <i>Wladimir Gramacho</i> <i>André Jácomo de Paula Pinto</i>	90
Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals <i>Mads Damgaard</i>	114
Visual and symbolic representation of activism in Cristina F. de Kirchner (2007 and 2011) and Dilma Rousseff's electoral campaigns (2010 and 2014) <i>Dolores Rocca Rivarola</i> <i>Nicole Marina Moscovich</i>	144
Women with long political careers in the Brazilian Legislative Branch (1950–2014) <i>Celi Regina J. Pinto</i> <i>Augusta Silveira</i>	178
Violence and satisfaction with democracy in Brazil <i>Marcio de Lucas Gomes</i> <i>Jakson Alves de Aquino</i>	209



UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 24, nº 1, p. 1-238  
January-April 2018  
ISSN 1807-0191



ISSN 1807-0191

